|UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AS TRAMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS LOCAIS entre *silêncios*, as *vozes* das professoras – estudo de caso de um município alagoano

Autora: Josefa da Conceição

Orientadora: Profª Drª Corinta Maria Grisolia Geraldi

2008
Campinas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Título: As Tramas das Políticas Públicas Educacionais Locais: Entre silêncios, as vozes das professoras – Estudo de caso de um município alagoano.

Autor: Josefa da Conceição
Orientadora: Prof ª Drª Corinta Maria Grisólia Geraldi

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Josefa da Conceição e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 30/10/2008

Assinatura:.....

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

2008
ano

© by Josefa da Conceição, 2008.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Educação/ UNICAMP

Conceição, Josefa da.
C744t As tramas das políticas públicas educacionais locais : entre silêncios, as vozes das professoras – estudo de caso de um município alagoano / Josefa da Conceição. -- Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Orientador : Corinta Maria Grisolia Geraldi.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Política educacional. 2. Ensino fundamental. 3. Formação de professores. 4. Poder (Ciências sociais). 5.Narrativas. I. Geraldi, Corinta Maria Grisolia. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

08-328/BFE

Título em inglês : The frame of public policy educational places : between silences, the voices of the teachers – case study of a municipality Alagoano
Keywords: Education policy; Elementary school ; Teacher education ; Power (Social siences)
Área de concentração: Ensino e Práticas Culturais
Titulação: Mestre em Educação
Banca examinadora: Profª. Drª. Corinta Maria Grisólia Geraldi (Orientadora)
Prof. Dr. Pedro Ganzeli
Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa
Profª. Drª. Adriana Varani
Prof. Dr. Guilherme do Val Toledo Prado
Data da defesa: 30/10/2008

Programa de pós-graduação : Educação
e-mail : josefachic@gmail.com

AGRADECIMENTOS

À Fundação Ford, pelas totais condições ofertadas, tornando possível a realização deste projeto,

Em parceria com a Equipe da Fundação Carlos Chagas, sempre de prontidão para apoiar, orientar, e acompanhar;

aos trabalhadores da educação do município analisado, pela coragem e compromisso com que me forneceram os dados constitutivos de cada página que gerou esta Dissertação. Sem as suas vozes, meu trabalho não teria corpo e as mazelas da educação alagoana não seriam expostas;

ao meu companheiro Geraldo, pela espera... paciência... compreensão... contribuição... parceria... emanadas de muito amor;

aos familiares, pela dedicação, carinho e acompanhamento às minhas questões pessoais enquanto estive ausente do Estado, e aos amigos, pela torcida;

às companheiras e aos companheiros da Diretoria do **SINTEAL**, com quem tanto aprendi, pelo entusiasmo em me ver realizar mais esta tarefa e, acima de tudo, pelo gesto ético, fraterno e solidário no momento de meu afastamento da diretoria para seguir esta trilha;

ao Professor Dr. Élcio de Gusmão Verçosa e à Professora Ms. Sandra Lúcia dos Santos Lira, pelas valiosas contribuições antes e durante o meu percurso no Mestrado;

às companheiras e aos companheiros de jornada de trabalho nas Escolas Moreira e Silva e José Vitorino da Rocha, onde atuei como Coordenadora Pedagógica e professora do 2º Ciclo, pelas horas de solidariedade e compreensão, quando dos meus afastamentos para concorrer ao Processo Seletivo em 2006;

à Professora Dra. Corinta Geraldi, orientadora deste trabalho, pela confiança em mim depositada;

ao GEPEC, pela oportunidade de amadurecimento através das discussões coletivas;

às Professoras Drªs Adriana Varani e Laura Chaluh, pelas importantes contribuições nas leituras que enriqueceram esta pesquisa;

ao Professor Dr. Pedro Ganzeli, cuja contribuição foi bastante significativa para a melhoria desta pesquisa por ocasião dos Exames de Qualificação e Defesa;

à querida Rúbia, amiga maravilhosa que conquistei no percurso do Mestrado, pela colaboração e incentivo, cujas palavras encorajadoras, sempre carregadas de ternura, carinho e singeleza, faziam-me sentir forte para continuar a labuta;

às amigas/irmãs maranhenses com que esta etapa da vida me presenteou, Fabiana Canavieira e Sandra Barros, pelo apoio nas horas mais difíceis e pelas co-orientações tão necessárias na reta final deste trabalho;

aos amigos e amigas do GEPEC e do Grupo de Terça: Zé Paulo, meu cicerone; Cris Hop, minha protetora dos fins de semana; Tacita, sempre disposta a contribuir; Aninha, Wilson e Kátia, pelo apoio e carinho dispensados.

DEDICO este trabalho...

à memória do Professor Paulo Henrique Costa Bandeira.

Nascido em 26 de julho de 1946 em Barreiros/PE, foi o 11º dos 14 filhos do casal Antonio Verçosa Bandeira e Ana Costa Bandeira. Em 1983, após retornar de Coimbra, Portugal, onde desistira de cursar Medicina por problemas de saúde, mudou-se para Alagoas. Ingressou neste mesmo ano no Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC) para cursar Educação Artística, concluindo os estudos em 1986, quando conheceu Cilene Bandeira. Casaram-se e tiveram dois filhos: Rayssa (22 anos) e Gabriel (12 anos).

Muito dedicado à profissão, apresentava uma constante preocupação com a educação pública, principalmente a oferecida para a classe popular.

Paulo Bandeira saiu de casa na manhã ensolarada do dia 03 de junho de 2003 para participar de uma reunião na escola onde atuava como professor de Artes, no município de Satuba – AL., sem saber que nunca mais voltaria para o convívio de seus familiares e amigos. Caiu na emboscada dos algozes do poder que, incomodados com sua ação cidadã, compromissada e responsável em fiscalizar as finanças públicas, prepararam-lhe uma tocaia e tiraram sua vida de maneira monstruosa e covarde.

Porém, Paulo Bandeira vive em cada professora e em cada professor deste país, que não esmorece na luta em defesa de seus direitos, em sua maioria constantemente usurpados, por uma educação pública de qualidade para as/os filhas/os das/os trabalhadoras/es.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APPA – Associação dos Professores Primários de Alagoas
ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica
ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
APAL – Associação dos Professores de Alagoas
BM – Banco Mundial
BOPE – Batalhão de Operações Especiais da Polícia militar
CASAL – Companhia de Água e Saneamento de Alagoas
CEE – Conselho Estadual de Educação
CENFOR – Centro de Formação Dr. Ib Gato Falcão
CEPA – Centro Educacional de Pesquisa Aplicada
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGU – Corregedoria Geral da União
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCE – Diretório Central dos Estudantes
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GEAGB – Centro Educacional Antonio Gomes de Barros
GEPEC – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada
GESTAR – Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MUSP – Movimento Unificados dos Servidores Públicos
OCDE – Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico
OIT – Organização Internacional do trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PAPE – Projeto de Adequação dos Prédios Escolares
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCC – Plano de Cargos e Carreira

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Partido Liberal
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP – Projeto Político Pedagógico
PPS – Partido Popular Socialista
PRASEM – Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação
PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores
PROFORMAÇÃO – Programa de Formação de Professores em Exercício
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SED – Secretaria da Educação e Desporto
SEEE – Secretaria de Estado da Educação e do Esporte
SEDUC's – Secretarias Municipais de Educação
SINTEAL – Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Alagoas
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UESA – União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

Estudo de caso dos percalços envolvidos nas implementações de políticas públicas municipais de educação, com ênfase às de formação continuada de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental no município de Paripueira - Al, no período de 2001 a 2007. A idéia desta investigação surgiu de experiências pessoais e profissionais da pesquisadora ao atuar como coordenadora pedagógica, professora das séries iniciais do Ensino Fundamental e sobretudo, como dirigente sindical. Para a coleta de dados foram utilizados documentos oficiais do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas – SINTEAL, Diário Oficial do Estado, entre outras fontes denominadas como *documentado* por Expeleta & Rockwell (1986). A essas se somaram não somente fontes *não-documentadas* expressas em 13 entrevistas semi-estruturadas áudio-gravadas com professoras, funcionárias/os, coordenação pedagógica e direção da rede de ensino do referido município, mas também anotações de campo e o resgate da própria experiência da professora-pesquisadora. O material empírico foi organizado e codificado através de Inventário de dados, submetido a triangulações após análise descritiva e, finalmente, analisado a partir de categorias mais amplas. Contextualizados nas políticas neoliberais que marcaram o momento analisado, mas buscando compreendê-las nas condições específicas da educação pública brasileira no Estado de Alagoas, os dados levantados possibilitaram analisar a política presente nas ações formuladas por essa rede pública municipal de ensino no período considerado. Também foi possível compreender como vêm sendo vivenciadas/caracterizadas as políticas públicas que estão presentes no cotidiano das/os profissionais da educação. As vozes contidas na pesquisa revelam que a implementação das políticas públicas do período investigado não atende aos interesses das/os trabalhadoras/es da educação nem da população que dela necessita. Para tal análise, foi fundamental compreender como se desenvolvem as políticas públicas mantidas através da força do poder local e fundamentadas nas velhas relações políticas oligárquicas e coronelísticas ainda presentes na organização do aparelho de Estado em Alagoas nesse período. Esta pesquisa foi realizada no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada – GEPEC e financiada pelo Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford.

Palavras-chave: Política Educacional; Ensino Fundamental; Formação de Professores; Narrativas; Poder (Ciências Sociais).

ABSTRACT

Case study of mishaps involved in the implementation of municipal policies on education, with emphasis on continuous training of teachers in the initial grades of elementary school in the municipality of Paripueira - Al, in the period from 2001 to 2007. The idea of this research came from the personal experiences and professional researcher to act as educational coordinator, teacher from the initial series of elementary school and above, as union leader. For data collection were used official documents of the Court of Accounts of the State of Alagoas, the Union of Education Workers of Alagoas - SINTEAL, Official Gazette of the State, among other sources referred to as documented by Expeleta & Rockwell (1986). To these are added not only non-documented sources expressed in 13 semi-structured audio-recorded with teachers, staff / os, coordination and direction of the educational system of the school council, but the field notes and redemption of own experience of teacher-researcher. The empirical material was organized and codified through inventory data, submitted to triangulations after descriptive analysis, and finally examined from a broader categories. Contextualized in the neoliberal policies that marked the moment analysis, but trying to sort them in the specific conditions of public education in the Brazilian state of Alagoas, the data collected to analyze the possible actions in this policy formulated by the municipal public education over the period. It was also possible to understand and are being experienced / characterized the public policies that are present in the daily / education professionals. The voices in the research show that the implementation of public policies of the period investigated does not meet the interests of / the worker / s or education of the population that needs it. For this analysis, it was essential to understand how to develop public policies maintained through force of local and political relations based on old oligarchic and coronelísticas still present in the organization of the State apparatus in Alagoas in that period. This research was conducted in the Group of Studies and Research in Continuing Education - GEPEC and financed by the International Program for post-graduate scholarships from the Ford Foundation.

Keywords: Education Policy; Elementary School; Teacher Education; Narratives; Power (Sciences Social).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Para contar essas histórias... Qual o melhor caminho? 01

1. Mas, como é mesmo que se escreve? 01

Capítulo 1 – MUITAS CONVERSAS, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS TRAÇANDO OS FIOS DE UMA TRAJETÓRIA

1.1 Os lugares de onde eu vim... assim a luta começou! 09
1.2 Nos trajetos percorridos, encontros e desencontros com o ofício de professora 15
1.3 Entrecruzando os caminhos 26
1.4 Os primeiros passos para colher os fios soltos da formação 30
1.5 Freqüentando outras paisagens para reinventar os sentidos 34
1.6 Ressignificando o olhar 36

CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZANDO AS REFORMAS EDUCACIONAIS

2.1 Em tempos de regulação mundial, os olhares se voltam para a formação de professores 38
2.2 Entre Conferências, Declarações e Relatórios, vão se configurando as políticas educacionais 41
2.3 As reformas mundiais chegam ao Brasil 43
2.4 Entre lutas e emboscadas, as reformas chegam na "terra dos Marechais"..... 52
2.5 Anacronismos históricos: em tempos de neoliberalismo, persiste o coronelismo.... 61

CAPÍTULO 3 – DESVELANDO OS CAMINHOS MULTIFACETADOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA

3.1 "Paraíso das Águas": entre a mansidão e as turbulências 67
3.2 Iniciando a "via crucis" pela coleta de dados 69
3.3 A formação continuada como acontecimento 81
3.4 Alguns passos, poucos avanços 84
3.5 Quem tem o pé no chão da escola, conhece suas necessidades 87

CAPÍTULO 4 – COTEJANDO DIFERENTES DADOS

4.1 O que os dados apontam?..... 98
1. Uma cultura de poder influenciando na forma de governar 100
2. Apagaram tudo... pintaram tudo de cinza 102
3. Condições materiais das escolas 104
4. Cadeiras e ônibus provocam evasão escolar 106

5. Valorizar é preciso 107
6. Encontros de formação? Onde? Quando? Com quem? 111
7. Formação continuada: das críticas às propostas 114
8. Os mudos falando aos surdos 117
9. O poder de quem tem poder 118
10. Tem alguém em casa? 124
11. Compromisso acima de tudo 130

Minhas (in) conclusões 138

Referências Bibliográficas 142

Anexo I – Inventário de documentos 149

Anexo II – Entrevistas com as/os profissionais da educação 152

Anexo III – Cópia de documentos 178

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Escolaridade dos professores por nível de ensino na rede municipal em Alagoas 1998..... 64
Gráfico 2 – Relação Qualificação x área de atuação na educação básica de Alagoas 1999..... 65
Tabela 1 – Atividades acompanhadas no município de Paripueira como dirigente sindical..... 149
Tabela 2 – Documentos recolhidos: fonte Trabalhadores de Educação de Paripueira 150
Tabela 3 – Documentos sobre o Município de Paripueira: denúncias apresentadas pelo Sindicato sobre a gestão educacional..... 150

INTRODUÇÃO

Para contar essas histórias... qual o melhor caminho?

> *"Essa incapacidade de atingir, de entender, é que faz com que eu, por instinto de... de quê? Procurei um modo de falar que me leve mais depressa ao entendimento. Esse modo, esse "estilo" (!), já foi chamado de várias coisas, mas não do que realmente e apenas é: uma procura humilde."*
>
> Clarice Lispector

1- Mas, como é mesmo que se escreve?

Inicio este trabalho revelando aos leitores as tensões sofridas para concretizar seu registro. Como escrevê-lo? Por onde começar? Qual a melhor forma de configurar e transformar o aprendido e o apreendido numa produção de Dissertação? Não imaginava que minhas histórias e as histórias dos outros que cruzaram com a minha, pudessem um dia, resultar num trabalho de caráter científico. Porém Larrosa (2006) encorajou-me a fazê-lo ao dizer:

> Desse mesmo modo, que podemos cada um de nós fazer, sem transformar nossa inquietude em uma história? E, para essa transformação, para esse alívio, acaso contamos com outra coisa a não ser com os restos desordenados das histórias recebidas? (p.22)

Acreditando nessa possibilidade, trago aqui minhas memórias de quando e de que maneira retornei à academia, tentando, desafiadoramente, materializar as marcas que se foram constituindo, constituindo-me e construindo, entre uma trajetória e outra, o que esta escritura hoje tenta apresentar como proposta de trabalho acadêmico.

Ainda temerosa e vacilante em relação ao rigor dos modelos de texto exigidos pela academia, busquei novamente leituras realizadas no percurso do Mestrado e, remexendo na prateleira de livros, meus olhos esbarraram na produção de Prado e Soligo (2005), "Porque Escrever é Fazer História". Buscando em suas páginas palavras que justificassem, naquele momento, minhas dúvidas relacionadas ao ato de escrita, localizei um trecho que dizia:

> A escrita documenta. Comunica. Organiza. Eterniza. Subverte. Faz pensar. A nós mesmos e aos nossos leitores. Mas é um ato difícil. Muito mais difícil que a leitura. A escrita depende da leitura, mas não apenas. É difícil escrever bem quando se lê pouco. Ler ensina a escrever. Potencializa a possibilidade de escrever. Alimenta as Escolhas – de conteúdo e forma (p.35).

Parecia até que os autores citados estavam dialogando diretamente comigo. Era como se eles sentissem as vibrações do que se passava em minha mente. Havia uma lacuna de leituras em minha vida por não terem sido bem exploradas durante o curso de graduação pelas razões que explicitarei melhor no próximo capítulo. Tais leituras básicas também não estavam nos escopos do Programa de Mestrado, pois aqui não mais seria lugar para isso.

Essas dificuldades, segundo Fazenda [1](2006),

> acompanham o aluno desde a escola de 1º e 2º graus, sem que tenham muita consciência do fato [...] Entretanto, no momento da elaboração de monografias para o cumprimento dos créditos nos cursos de pós-graduação, essas dificuldades se evidenciam, agravando-se no momento da definição da pesquisa de dissertação de mestrado ou tese (p. 13).

Carecia de mais tempo para vencer essas dificuldades, porém eu só tinha dois anos para cursar o Mestrado, tentando recuperar, nesse período, espaços não preenchidos em meu percurso escolar. No entanto, eu precisava escrever, isso era o que havia de concreto e as frases que destaquei acima me diziam que, de alguma forma, os meus escritos seriam válidos e compreendidos.

Minha pretensão mesmo, apesar das limitações que possuo como autora desta produção, era vencer essas dificuldades e reestruturar o domínio teórico e empírico do tema em estudo para, quem sabe, ao final deste trabalho, conseguir apresentá-lo de forma compreensível aos que tiverem acesso a sua leitura. Pensando assim, segui em frente.

A idéia de lançar-me como aprendiz de pesquisadora nasceu das minhas andanças como dirigente sindical ao ter oportunidade de percorrer todo o Estado alagoano conhecendo de perto as mais variadas realidades nas redes de ensino, uma vez que o sindicato abrange tanto as escolas estaduais quanto as municipais.

Nessa caminhada, muitos desafios entrecruzaram-se e o compromisso profissional e político despertaram em mim o desejo de voltar à academia no intuito de aprofundar conhecimentos sobre as questões que afligiam a categoria em cada lugar onde aportei:

desvalorização profissional, descumprimento dos PCC's (Planos de Cargos e Carreira), condições precárias de trabalho, perseguições políticas, demandas relacionadas à formação inicial e continuada, etc.

Em dezembro de 2004, decidi dar um tempo à militância sindical percorrida durante 11 anos, pois desejava retornar à academia para aprofundar estudos de questões não respondidas pela própria militância. Essa decisão aconteceu movida por uma insuportável angústia. Como encontrar soluções para as demandas que afligem nossos sindicalizados? Como fazer que nossas vozes sejam ouvidas pelos órgãos destinados a solucionar tais demandas?

Ao ingressar nesse Programa de Pós-Graduação em 2006, sabendo da impossibilidade de dar conta dessa gigantesca tarefa, trouxe como proposta inicial de pesquisa um problema que me inquietava em demasia, não só como professora mas também como dirigente sindical: as políticas públicas voltadas para a formação de professoras e professores das séries iniciais do Ensino Fundamental. O aspecto que mais me incomodava nesse cenário era a forma como se dava, na prática, a implementação dessas políticas pelos municípios, discordando dos processos em que ocorriam esses encontros de formação.

Essa inquietação voltada para a formação continuada nos municípios deu-se, principalmente, no advento da Emenda Constitucional Nº 14 de 12/09/1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Segundo Gatti:

> a lei que instituiu o FUNDEF deu, pela primeira vez na história educacional do país, respaldo legal para o financiamento sistemático de cursos de formação de professores em serviço, prevendo recursos financeiros para a habilitação de professores não titulados que exerçam funções na rede pública" (GATTI, 2008, p.65).

Antes da chegada desse Fundo, era raríssimo verificarmos a realização desse tipo de evento pelas Secretarias Municipais de Educação e, quando implementavam tais ações para cumprir o disposto na legislação referida, faziam isto de forma superficial, descontinuada, contratando serviços de profissionais alheios ao processo educacional daquele local e,

---

[1] A primeira edição dessa obra foi publicada em 1989, porém, embora tenha utilizado a 10ª edição para esta citação, a mesma ainda apresenta nomenclaturas já modificadas pela Lei 9394/96.

principalmente, estranhos aos anseios das professoras e professores e de mérito duvidoso para o objetivo ao qual se destinavam.

Como dirigente sindical, ouvíamos as reclamações da categoria e nos sentíamos lesados em nossos direitos, para exercitar nosso ofício com qualidade e dever profissional, tal como a população tinha direito, conquistado nas lutas dos movimentos sociais.

Ao me decidir por este trabalho, ousei escolher o município de Paripueira, no Estado de Alagoas, localizado a 27 km ao norte da capital, Maceió. A ousadia explica-se por ter de enfrentar um conjunto de elementos complexos, mas bastante comuns na realidade alagoana e em geral, no nordeste brasileiro e, talvez, ainda comum nos interiores de nosso país pois, apesar de estarmos vivendo em plena concretização da implementação de políticas de cunho neoliberal em todo o país, esse modelo não se concretizou no município analisado que, resistindo ao tempo, ainda é marcado por arraigadas e conservadoras estruturas locais de poder como o "coronelismo".

Conhecedora das lutas travadas nesse município e querendo encontrar caminhos, espaços, nos quais as vozes das/os trabalhadoras/es da educação pudessem ser ouvidas, busquei a academia como canal de transmissão para que essas vozes tivessem eco, indignada pelo fato de já estarmos no século XXI, ainda vivenciando modelos de administrações públicas que se reportam ao período em que vigorou no país o coronelismo. Não quero parecer pretensiosa, porém encaro essa escolha, acima de tudo, como um compromisso/dever que tenho comigo mesma, nos limites que me cabem, dentro deste momento histórico.

Como questão da pesquisa, pretendia analisar como era definida a política de formação das/os professoras/es das séries iniciais do Ensino Fundamental e quais as políticas de investimento propostas para a qualificação das/os profissionais do magistério no município escolhido, no entanto, as dificuldades enfrentadas para levantar os dados e os diversos problemas detectados no contexto geral da educação municipal obrigaram-me a mudar o foco, passando a investigar a implementação das políticas públicas educacionais e, dentro delas, a formação continuada das/os professoras/es, objetivando explicitar como a força do poder local impedia que ocorressem avanços democráticos nesse campo.

Concordo com Frigotto e Gentili (2002, p.10), quando afirmam que:

> Um dos grandes desafios para aqueles que não se conformam com o atual curso da história talvez seja entender em profundidade as novas modalidades de

> sociabilidade capitalista, para pensar e construir também novas formas de luta e resistência que permitam frear os efeitos discriminatórios das políticas de exclusão promovidas pelos Estados neoliberais.[2]

Porém, embora possa parecer contraditório, as análises realizadas levaram-me a concluir que, apesar de o projeto de sociedade neoliberal encontrar-se em plena ascensão no Brasil, é o coronelismo, nesse município, que tem sido perverso com a vida das/os profissionais da educação, impingindo-lhes, dessa forma, marcas profundas e dolorosas, tanto no campo pessoal quanto profissional.

Essa política, acompanhada nesta dissertação desde 2001, não obstante os mais variados movimentos de resistência, têm impedido o avanço das conquistas das/os trabalhadoras/es da educação. Em conseqüência disso, vem provocando sucessivas mutilações de direitos, tanto para as/os profissionais quanto para a comunidade que delas/es necessita.

Dialogando com alguns autores sobre a temática aqui apresentada, produzida no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada – GEPEC, encontrei-me com Varani (2005) e Nogueira (2006), que discutem, em suas pesquisas, a formação continuada abordando aspectos específicos de suas vivências no campo da docência, embora se tenham dado em espaços diferentes. Tais leituras conseguiram aguçar mais ainda minhas questões a respeito das formas de implementação dos programas de formação continuada de professores.

Varani (2005) narra sua experiência como professora formadora numa escola do Ensino Médio, na rede pública do Estado de São Paulo onde ela com outras/os professoras /es desenvolveram um movimento de resistência frente às políticas governamentais de descontinuidades ocorridas no período compreendido entre o final da década de 1980 até 1995. Sua obra refere-se, principalmente, às táticas de sobrevivência elaboradas pelas/os professoras/es que compunham esse grupo, para não sucumbir diante das descontinuidades, enfatizando a necessidade de uma política "que valorize o trabalho docente, que crie

[2] No momento em que encerro essa versão para a defesa desta pesquisa, os valores mais caros do capitalismo neoliberal, ou seja, a auto-regulação dos mercados, encontra-se em plena crise nos países de economia central, tendo os Estados Unidos como epicentro da crise. Parece-me lembrar Marx, citado por Marshall Berman (1986), que "tudo que é sólido se desmancha no ar". As notícias ainda são de jornais e ninguém sabe até onde esta situação vai continuar se agravando, mas já há comparações com a grande depressão de 1929.

espaços/tempos que promovam aperfeiçoamento, que instaurem a reflexão, que implemente condições adequadas para a preparação da aula para a pesquisa" (p.232).

Nogueira (2006) apresenta estudos realizados no município de São Gabriel do Oeste, no Mato Grosso do Sul, com professores participantes do Grupo de Pesquisa-Formação como consultora do Ministério da Educação, coordenando o programa Parâmetros em Ação. Seu interesse maior nesse trabalho foi através dos encontros, compreender, "de modo específico, a narrativa sobre o percurso e processos formativos de professores e educadores da educação básica" (p.57).

Que relação pode existir entre as duas produções citadas e este novo trabalho que me aventurei a compor nas páginas que seguem? Talvez sejam as táticas (Certeau, 2006) de sobrevivência desenvolvidas por essas/es professoras/es, em seus locais de trabalho ou ainda nos espaços de formação continuada, dentro e fora da escola, no sentido de tentar impedir as interferências originadas das políticas governamentais, das quais são vítimas a todo tempo.

Para a realização deste trabalho optei, como abordagem metodológica, pela pesquisa qualitativa denominada "estudo de caso" (Lüdke e André, 1986), entendendo que esse caminho seria o mais adequado para alcançar os objetivos desta investigação.

De acordo com Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo. Conforme essas autoras, nesse tipo de pesquisa, os problemas devem ser estudados no ambiente em que ocorrem naturalmente, sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

Escolhi o "estudo de caso" levando também em consideração as características apresentadas pelas autoras (Lüdke e André, 1986, p. 18-21), destacando, a seguir, como as mais importantes desse tipo de pesquisa:

1- enfatiza o contexto da pesquisa para a interpretação do fenômeno;

2- usa uma variedade de instrumentos para coletar os dados de modo a abranger o fenômeno de forma mais profunda;

3- utiliza uma linguagem de pesquisa mais acessível do que outros relatórios de pesquisa.

4- busca retratar a realidade, revelando a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema;

5- revela experiências vicárias, permitindo generalizações naturalísticas;

6- mantém o pesquisador atento a novos elementos que possam emergir como importantes.

Para compor este estudo de caso trabalhei com variadas fontes. Juntei documentos oficiais do Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Alagoas – SINTEAL, Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, documentos extraídos nos portais do Ministério da Educação (MEC), anotações do "Diário de Campo", contatos realizados via e-mail e telefone, e as memórias da própria experiência da professora-pesquisadora. Finalmente, depois de uma fase mais exploratória, registrei as vozes das/os próprias/os trabalhadoras/es da educação do município através de entrevistas áudio-gravadas, com roteiro semi-estruturado, que constam no Anexo II.

As visitas ao município foram realizadas em três etapas: fevereiro de 2007, outubro de 2007 e fevereiro de 2008. As fontes recolhidas durante a coleta de dados encontram-se organizadas em um 'Inventário' apresentado e codificado como anexo.

Esses dados foram fundamentais para compreender como se desenvolveram as políticas educacionais nas duas gestões analisadas do município em questão.

O relatório desta pesquisa está apresentado em quatro capítulos: No primeiro capítulo, apresento fragmentos da minha história de vida pessoal, escolar e profissional que, acrescidos da trajetória no movimento sindical e perpassados pelo trabalho docente, auxiliam a mostrar os motivos que me levaram a optar pela pesquisa, assim como revelam informações relevantes para a configuração da problemática investigada.

Larrosa (2006) afirma que o sentido do que somos depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos (...), em particular das construções narrativas nas quais cada um de nós é, ao mesmo tempo, o autor, narrador e o personagem principal (p.48). Faço uso das suas palavras, à medida que, nessa parte do texto, narro minha trajetória e, ao fazê-lo, vou me encontrando com a professora, coordenadora pedagógica e, finalmente, revejo a minha história pelo novo olhar que incorporo: o da pesquisadora que não abdica de transitar com seus diferentes olhares e com as parcerias, auxílio dos acadêmicos/teóricos.

No segundo capítulo apresento um balanço das reformas mundiais ocorridas na década de 1990, tendo como destaque as políticas públicas voltadas à formação continuada de professores, destacando o posicionamento de alguns autores e de organizações que

discutem essa problemática. Ainda nesse capítulo, tratarei da contradição histórica entre o vivenciado numa esfera mais global e o percebido no município analisado.

Reservei o terceiro capítulo para explicitar como foi implementada a política educacional do município investigado, de 2001 a 2007, tentando 'agregar as peças dos quebra-cabeças' dos dados coletados. Nesse momento, exponho como se deu a coleta do material empírico, e apresento sua composição através do inventário dos dados.

Por fim, no quarto capítulo, apresento a análise dos dados, enfatizando as negativas recebidas de órgãos oficiais locais e estaduais, que acabaram por imprimir, também, uma linha analítica à pesquisa. Na conclusão, faço algumas reflexões sobre a política pública local e encaminho o tema para outras questões que possam ser ampliadas no futuro.

Informo aos leitores que, no decorrer da narrativa deste texto, utilizo as referências aos docentes e funcionários de escola nos dois gêneros: masculino e feminino e, por vezes, a ambos, mediante contextos e situações diferentes presentes no trabalho. Além desse tratamento, farei uso de outras nomenclaturas para nomeá-los, tais como: trabalhadores da educação e profissionais da educação.

Capítulo 1

Muitas conversas, memórias e histórias, traçando os fios de uma trajetória

"Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons";
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e por isso são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda vida; esses são os Imprescindíveis".
(Os que lutam – Bertolt Brecht)

1.1 Os lugares de onde vim... Assim a luta começou!

Minha história começa no interior do agreste alagoano, onde meus pais aportaram na qualidade de trabalhadores rurais fugindo da cidade de São José da Lage onde, conforme a tradição oral, ocorreria uma grande inundação que destruiria toda a cidade.

Essa cidade fica no vale do Rio Mundaú, na Zona da Mata e era vítima de inundações periódicas. O fenômeno era tão significativo que gerou uma lenda[3] que, segundo minha irmã mais velha, que afirmava tê-la ouvido de nossos pais e das pessoas mais antigas da cidade, falava de uma enchente que deveria ocorrer na cidade para desenterrar e levar embora o corpo de um homem muito poderoso que, por ter sido muito cruel em vida, como castigo, havia sido transformado em uma serpente após sua morte e seu corpo encontrava-se enterrado no subsolo do terreno da igreja matriz da cidade.

Seja lenda, história de trancoso ou da carochinha[4], a verdade é que, em 1969, conforme as premonições dos sábios daquela localidade houve um inverno muito rigoroso que fez transbordar o rio Mundaú. As fortes chuvas provocaram uma terrível inundação que destruiu toda a cidade, tendo as forças das águas atingido a altura da torre da igreja. Nesse município haviam nascido meus nove irmãos e irmãs. Ainda hoje, após a reconstrução da cidade, permanecem as ruínas do que sobrou da antiga igreja matriz.

Antes desse acontecimento, meus pais embarcaram para Arapiraca, na região do Agreste, onde eu nasceria no ano seguinte, 1965, entre o final da primavera e o prenúncio

---

[3] Narrativa fantasiosa transmitida pela tradição oral através dos tempos. De caráter fantástico e/ou fictício, as lendas combinam fatos reais e históricos com fatos irreais que são meramente produto da imaginação aventuresca humana. Definição extraída do site http://pt.wikipedia/wiki/Lenda , em 28/02/2008.

do verão, em meio à efervescência política do golpe militar e dos dissabores da recém instalada ditadura em nosso país.

Mas as memórias servem mesmo é para contar nossas histórias. Então lhes conto que, tendo ficado órfã de mãe aos 03 anos de idade, cresci sob os cuidados de Júlia, a irmã mais velha que trabalhava como empregada doméstica e, sendo analfabeta, sabia o quanto lhe custava não ter tido a oportunidade de estudar, tendo empreendido, por conta disto, grandes esforços para que eu pudesse freqüentar a escola.

Era o ano de 1971 quando a família para quem ela trabalhava fixou residência na capital, Maceió, para que seus filhos pudessem freqüentar a universidade. Nesse mesmo ano, fui matriculada no Colégio Santíssimo Sacramento, escola privada de responsabilidade das Irmãs Sacramentinas, que recebia crianças carentes desde a pré-escola até a 4ª série - através de convênio firmado com o governo do Estado – funcionava no mesmo prédio em algumas salas disponibilizadas para esse fim, com um outro nome: Escolinha São José. Nessa instituição conheci as primeiras letras, chegando ao final do primeiro semestre sabendo ler e escrever, tendo permanecido lá até concluir a 2ª série, quando o convênio foi rompido e as crianças transferidas para escolas da rede pública estadual.

A patroa de Júlia tentou impedir que eu estudasse. As indagações que lhe fazia eram mais ou menos assim: "Como vai sustentar sua irmã de material escolar? É caro. Só filho de rico pode comprar, você é pobre. Empregada doméstica não pode ter filhos ou irmãos na escola. Não devia colocar essa menina para estudar. Meus filhos, sim, têm condições. Ela nunca vai conseguir acabar os estudos. Seu salário, que já é pouco, vai ser jogado fora".

A reação de minha irmã resumia-se ao choro, perdendo muitas noites de sono em busca de uma solução... que não viria. Parece que meu desejo de lutar por escola pública, pelo direito à educação e justiça social nasceu em tempos bem remotos, quando alguém insistia e persistia, às custas de muitas lágrimas, para que eu pudesse permanecer na escola.

Minha primeira professora, tia Vânia, era linda e muito carinhosa. Jamais esqueci seu nome completo: Vânia Maria Buarque Galvão. Ia para a escola com roupas muito coloridas, de preferência vermelhas e amarelas e andava sempre perfumada. Além do rosto rosado e do cabelo preto na altura dos ombros, tinha uma maravilhosa entonação de voz,

---

[4] Literatura popular constituída de narrativa em prosa, de acontecimentos considerados fictícios, narrado com finalidade lúdica. Extraído do site www.cnfcp.com.br, em 28/02/2008.

nem muito grave nem muito aguda. Contava um monte de contos de fadas e fábulas, usando o flanelógrafo[5] para afixar os personagens dos quais ia falando.

Toda a turma parava para escutá-la, mesmo eu que era bastante inquieta. Era muito paciente na hora de resolver problemas com as crianças briguentas. Fui sua aluna do pré-escolar à 1ª série. Admirava-a tanto que, no ano seguinte, não queria trocar de sala. Passaram-se algumas semanas até que ela e a Irmã Blandina, diretora do estabelecimento, conseguissem me convencer de que na escola, quando avançamos de série, na maioria das vezes temos que trocar de professora. Foi uma separação muito dolorosa.

Tornei a encontrá-la quase trinta anos depois, quando atuava na diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas – SINTEAL, na condição de secretária jurídica. Tinha ido até a Escola Tavares Bastos (da rede pública estadual), onde ela trabalhava, para prestar esclarecimentos aos professores sobre uma ação de precatórios em que havíamos logrado êxito na justiça. Foi uma grande alegria revê-la. Após abraços e recordações daqueles tempos, ela falou, dirigindo-se às outras professoras que "aquela Zefinha, que não parava quieta em sua sala de aula, tinha mesmo que estar desempenhando o papel de sindicalista" e disse estar muito orgulhosa de ter sido um dia minha professora.

Desde a pré-escola já começava a dar sinais de liderança, cobrando da turma que fizessem silêncio e permanecessem quietos enquanto a Tia Vânia contava histórias. Às vezes, eu era indicada por ela para olhar a turma caso precisasse se ausentar da sala por alguns minutos. Não que eu fosse a mais comportada, pois as aulas de religião e catecismo ministradas pela Irmã Blandina, várias vezes foram interrompidas para que a 'Rita' levasse um carão. Era assim que a religiosa me chamava por achar meu nome feio. Falando dessa forma, até parece que ela era má pessoa, mas não era, pois sempre me visitava em casa trazendo consigo uma lata de leite e outra de aveia, dizendo que eu era muito magrinha e precisava ser bem alimentada para dar conta dos estudos.

Cursei a 3ª e 4ª séries no Grupo Escolar Fernandes Lima e de lá fui transferida para a Escola Cônego Machado, onde estudei apenas um ano. Em 1978, devido às dificuldades

[5] Recurso visual construído em superfície de madeira rígida recoberta por flanela ou material semelhante, onde são afixadas gravuras que possuem flanela ou lixa no verso. Embora existam hoje muitos recursos tecnológicos disponíveis nas escolas públicas, esse material ainda continua sendo bastante utilizado em salas de aula das séries iniciais, principalmente nas regiões norte e nordeste, onde a tecnologia ainda não se faz presente.

financeiras da família, fui morar e estudar no orfanato denominado Sagrado Coração de Jesus, no sertão alagoano, na cidade de Água Branca, onde cursei a 6ª série.

Minhas características de liderança impediram-me de permanecer na instituição por muito tempo. Por reclamar das religiosas sobre as condições precárias enfrentadas pelas internas, fui passar as férias do primeiro semestre em casa, levando comigo uma carta da direção do orfanato informando à minha irmã que retornaria apenas para completar o ano letivo. A carta explicava que, devido ao mau comportamento e atitudes indesejáveis, eu não poderia continuar morando no orfanato. Embora a família não imaginasse, eu havia prometido a mim mesma não demorar muito naquele lugar.

Ao retornar definitivamente para Maceió, novamente consegui vaga na escola Cônego Machado, onde cursei a 7ª série e duas vezes a 8ª, por ter sido reprovada em Matemática. Morávamos no Jacintinho, bairro que concentra famílias de baixa renda caracterizando-se, à época, como o mais populoso da capital. Ficava longe da escola e, às vezes, eu tinha que ir a pé. Não sei dizer quantos quilômetros percorria, mas lembro que precisava atravessar o Riacho Salgadinho, rio que corta a cidade.

Minha irmã não mais trabalhava, vivia da renda do marido assalariado e a família tinha aumentado: um filho do casal e dois do primeiro casamento dele, cuja ex-esposa falecera. Apesar de ter conseguido uma aposentadoria por invalidez, por ser portadora da "Doença de Chagas", seus vencimentos eram insuficientes para garantir os gastos com meu transporte escolar o mês inteiro devido às despesas da casa.

Era tudo muito difícil, mas eu não desanimava, contando sempre com o incentivo de Júlia, que me alertava do quanto a escola poderia fazer diferença na minha vida. Nessa época, com exceção de dois irmãos, os demais já haviam saído da roça, vindo morar na capital. As irmãs Júlia, Zeza e Grinauria, aos poucos, foram trazendo-os e acolhendo-os. Todos tentaram acomodar-se e estruturar-se conforme as condições lhes permitissem. Era mais gente para me ajudar a continuar freqüentando as aulas.

Foi na escola Cônego Machado que, em 1979, fui descoberta por um grupo de estudantes, alguns deles já universitários, outros secundaristas, todos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), ainda clandestino nessa época. Dessa turma, destaco em minhas lembranças os nomes de Eunides Lins, Marcelo Malta, Víctor Palmeira, Torfeu, Apolinário Rebelo (vulgo Poluca), e Kléber Santos. Buscavam o apoio de estudantes para

lutar pelo aumento do número de passes estudantis de meia-passagem e reestruturar a União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas – UESA, entidade extinta durante a ditadura militar juntamente com as demais existentes no país.

Nessa época, sob as orientações religiosas de minha irmã, eu integrava uma comunidade de jovens ligados à Igreja Católica mas, ao deparar com esse novo movimento de militantes políticos e partidários, percebi que era ali o meu lugar. As idéias defendidas por aqueles jovens refletiam exatamente o que eu pensava, mesmo sem ter muita clareza do seu significado.

Enquanto o Brasil experimentava um refluxo momentâneo das forças conservadoras e o avanço das forças progressistas, eu começava a viver o que chamo de "meus anos dourados". Foi nesse lugar que comecei a ouvir falar, quase aos sussurros, sobre as idéias de Marx e Engels, Rosa Luxemburgo, Lênin e Stálin, ainda com certo receio por parte dos dirigentes, enquanto se aguardava a legalização do partido. Fazíamos reuniões escondidas da sociedade e de nossas famílias. Continuava sendo muito perigoso falar em comunismo ou assumir-se como comunista. Lá conheci a história de Olga Benário, desenvolvi o gosto pela Música Popular Brasileira ouvindo Geraldo Vandré cantar "Pra não dizer que não falei das flores" e participei de inesquecíveis momentos históricos do país em tempos de luta pela Anistia, que me permitiram desenvolver uma consciência crítica e política.

Meus familiares demonstravam preocupação pelas minhas atividades sem compreender o que elas representavam para mim e para toda a sociedade brasileira. Embora essa reação fosse compreensível, por não terem tido oportunidade de ir à escola ou participado de outros movimentos que lhes oportunizassem fazer leitura crítica de mundo, como nos dizia Paulo Freire, desconheciam os acontecimentos históricos que ocorriam por todo o país e ainda contavam com a contribuição da imprensa na distorção dos fatos.

A primeira preocupação era de cunho machista pois, no grupo de estudantes, era marcante a presença masculina e poucas eram as adolescentes que o integravam. A segunda era que, com essas atividades, eles /elas temiam que eu perdesse o gosto pela escola ou abandonasse os estudos. Mas isso seria impossível, uma vez que todas as discussões e lutas por nós travadas diziam respeito exatamente a esse espaço, à escola, à educação, aos direitos sociais.

Foi preciso uma forte intervenção da irmã mais velha para que eu continuasse nessa caminhada. Era incrível como só ela conseguia capturar o quanto aquilo era importante para mim. Parece que, de alguma forma, mesmo sendo semi-analfabeta, ela percebia que esses movimentos conduzir-me-iam até aqui. Leituras que só os corações de 'mãe' são capazes de interpretar.

O primeiro embate com os irmãos se deu quando anunciei que viajaria até Campinas, para participar de um congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, em 1983. Com a ajuda dos depoimentos do companheiro Apolinário Rebelo, que localizei na Internet sobre a história da UBES, consegui precisar até data e local: de 05 a 07 de maio, no Ginásio do Colégio Estadual Culto à Ciência. Nesse Congresso, o segundo após o de sua reconstrução, em 1981, Apolinário sairia eleito presidente da entidade. O detalhe que minha família não sabia é que viajamos de Maceió até São Paulo e de lá até Campinas sem a passagem de volta, conseguindo isto um dia após o encerramento do evento, com o prefeito da cidade. Essa foi a primeira de outras tantas viagens que se seguiram enquanto eu ia colaborando com a história do meu país e construindo a minha própria história.

No meu Estado, seguíamos enfrentando a ira da polícia civil que encerrava nossas manifestações à base de gás lacrimogênio e sob a mira de seus cacetetes. Nossas reivindicações concentravam-se, então, na garantia e aumento do número de passes estudantis (vale com valor de meia-passagem nos transportes urbanos da capital) e mais vagas nas escolas públicas, sem perder de vista o objetivo maior da UBES de lutar por educação pública, gratuita, de qualidade e laica. Em meio a esses acontecimentos, reconstruímos a UESA, da qual fui diretora e, concomitantemente, eu concluía o Curso de Magistério no Instituto de Educação, em 1984. Finalmente estava formada e tinha uma profissão.

Passagens, apenas passagens... capítulos por mim vividos e que me ajudaram a construir o que o filósofo Jorge Larrosa (2006) chama de novela de formação. A minha novela de formação, em que o ir e vir, os acontecimentos que me tocaram e que tocaram outras pessoas envolvidas nos meus acontecimentos, na minha vida, transformaram-se em experiências, passando a fazer sentido para minha atuação como professora e líder sindical, e hoje trazendo sentidos para a realização deste trabalho acadêmico.

A luta pelo primeiro emprego veio no início de 1985. Buscava qualquer serviço que garantisse minhas despesas básicas, entregando *curriculum* no comércio e em escolas privadas, sabendo da dificuldade que enfrentaria para ingressar como professora na rede pública de ensino estadual ou municipal àquela época. A rede municipal de Maceió enfrentava uma grave crise administrativa e financeira, e a estadual havia realizado concurso para professores no ano anterior (1984), com seu edital impedindo que formandas e formandos concorressem aos cargos, e sendo Alagoas uma unidade federativa com arraigadas práticas de nepotismo nos poderes executivo e legislativo, dificilmente haveria outro concurso naquele setor num breve espaço de tempo. Após o concurso de 1984, dezesseis anos se passaram para que um outro se realizasse.

Certo dia, saí para ministrar aula particular e convidada por uma amiga, desviei do meu caminho e fui até o Palácio dos Martírios, antiga sede do governo estadual, onde o governador distribuía empregos públicos para todas as secretarias, inclusive à da educação. Era ano pré-eleitoral e milhares de pessoas encontravam-se na Praça dos Martírios aguardando chamado para preencher ficha e, posteriormente, assumir um emprego no serviço público. Assim me tornei professora da rede pública estadual, onde permaneço em atividade há 23 anos.

Além do status que o emprego público ainda representava, seria também uma excelente oportunidade, uma vez que em meu Estado, durante décadas, segundo dados resultantes de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, através do IBGE, vinha apresentando a menor renda real média e a maior proporção de pobres do país. Devido a sua pífia *performance* econômica, com um comércio muito restrito, ausência de investimentos no campo produtivo de fábricas e indústrias, o emprego público era e ainda é uma das principais ocupações do mercado de trabalho formal.

1.2 Nos trajetos percorridos, encontros e desencontros com o ofício de professora.

Quinze dias após ter sido recebida pelo próprio governador e feito meu cadastro na sede do Palácio, um telegrama convidou-me a comparecer na Secretaria Estadual de Educação para assumir minhas funções como professora da Educação Infantil numa turma

de maternal com crianças de 2 e 3 anos, numa escola privada, conveniada com a rede pública estadual.

Embora meu diploma do Magistério me conferisse o título de "Professor de Ensino de 1º Grau da 1ª a 4ª série", de acordo com os Artigos 4º e 6º, em consonância com o Artigo 19, § 1º e 2º da Lei Nº. 5692/71, vigente no período em que concluí o curso, fui designada para uma sala com criancinhas choronas, que mal sabiam falar. Nem eu sabia por onde começar meu ofício de professora, visto que havia sido preparada para trabalhar com crianças de 07 a 10 anos.

Penso que minhas inquietações sobre a formação continuada e em serviço, de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, começam a partir desse momento e, mesmo sem contar com um referencial teórico para sustentá-las, foram me perseguindo ao longo da trajetória profissional e sindical.

Só me restava começar e enfrentar o desafio. Eu não podia me dar o luxo de fazer escolhas, nem tampouco pensei em desistir. Precisava do emprego e sempre quis ser professora. Desde muito pequena, quando me faziam a pergunta clássica: *o que você quer ser quando crescer,* eu respondia: *vou ser professora*. Vivia ministrando aula para minhas bonecas e nas brincadeiras com as amigas eu sempre queria desempenhar o papel de professora. E, como registrei em parágrafos passados, tive a grande influência da querida "Tia Vânia".

Dei início ao meu trabalho procurando interagir com as colegas de turno em primeiro lugar, em seguida com os livros didáticos que tratavam de atividades relacionadas à pré-escola, nomenclatura utilizada na década de 1980 para denominar a faixa etária escolar de crianças de 4 a 6 anos. A escola não tinha supervisora ou orientadora educacional, e todas as professoras daquela escola seguiam assim, às cegas.

Ainda não se fazia discussão sobre Projeto Político Pedagógico. Lembro-me bem das atividades mimeografadas que preparava para meus alunos, seguindo as orientações das mais antigas da escola e na prática docente que – anos mais tarde, na graduação – viria descobrir que, além de ingênuas, não proporcionavam todas as aprendizagens necessárias às crianças daquela idade. O que soube ter sido positivo foram as diversas leituras de contos de fadas, fábulas, as cantigas de roda coreografadas e os desenhos livres que desenvolvi com eles. Cheguei ao final desse ano letivo extenuada pelo grande esforço que fazia para

que as coisas dessem certo com a minha turma e, no balanço geral, reconheci que fui bem sucedida.

Em 1986, Fernando Collor de Mello tornou-se governador de Alagoas e iniciou uma série de mudanças em sua gestão e uma delas tratava do retorno dos servidores públicos cedidos a outros órgãos aos seus locais de origem. Atendendo a essas reformas, fui designada para uma escola pública situada no mesmo bairro da escola privada, onde fui mantida no cargo. Chegou a hora de enfrentar a escola pública.

Minha turma tinha trinta e cinco crianças entre 6 e 7 anos. Alguns precisavam sentar em dupla por falta de mobília na sala. Outras não possuíam lápis e caderno para fazer suas atividades. O mimeógrafo passava duas semanas funcionando e o restante do mês quebrado e, quando era consertado, faltava papel e álcool. Além disso, era constante a falta do giz.

O prédio da escola era pequeno e lá não existia nenhuma sala de leitura, que hoje denominamos biblioteca escolar. Numa sala muito pequena onde ficava a diretora, existia um velho e enferrujado armário de aço contendo alguns livros didáticos, mas não havia cartilhas destinadas à alfabetização nem livros paradidáticos. Também não convivi aí com a figura da supervisora educacional (nomenclatura utilizada na rede) e não fazíamos reuniões para planejar as atividades a serem desenvolvidas com as crianças. O que fazer? Pensava eu!

Trazia de casa os livros de contos de fadas e gibis que possuía para contar-lhes histórias. Algumas vezes, juntava sobras do material das atividades que fazia com as crianças da escola particular e distribuía entre elas. Não havia um referencial pedagógico que orientasse nosso trabalho e nos ajudasse na realização das atividades diárias, o que fortalecia a solidão do fazer docente em que cada professora cumpria seu papel a seu modo, de acordo com seu gosto e prazer, sua criatividade e compromisso.

É comum que professoras e professores, durante sua carreira profissional, vivam criando possibilidades de outras atividades com base nos acertos e erros de sua prática diária, porém esse fazer docente leva a incertezas que acabam por diminuir-lhes os horizontes de avanços e inovações pela ausência de fundamentação teórica, do famoso diálogo entre teoria e prática. Essa é uma das grandes questões que ocorrem quando nos são negados os espaços contínuos de formação.

Segundo Freire (1996), o professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Além de uma cobrança estritamente pedagógica da parte desse autor, que sempre se posicionou contrário às idéias neoliberais, nessa fala ele apenas tenta nos advertir a não aceitar a idéia de que essa situação que vivenciamos no interior das escolas é natural. Isto fica ainda mais claro quando ele afirma:

> o respeito que devemos como professores aos educandos dificilmente se cumpre, se não somos tratados com dignidade e decência pela administração privada ou pública da educação (FREIRE, 1996, p.96).

Era exatamente essa dignidade e essa decência que faltavam aos dirigentes do governo estadual, impedindo e dificultando nosso trabalho docente, devido às condições aqui apresentadas quando descrevi a escola e a turma em que atuava.

Apesar da década de 1980 ter sido privilegiada pela realização de amplos debates sobre as várias formas de se conceber a educação e a organização do trabalho escolar, nessa mesma época Alagoas seria vítima da 'era do desmonte da máquina pública'.

Após a consolidação do famoso e famigerado "Acordo dos Usineiros" assinado por Collor, isentando o setor econômico mais importante do estado (o sucroalcooleiro) da obrigação de pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, principal tributo das unidades federativas, Alagoas sofreria, a partir desse momento até meados da década de 1990, graves lesões na economia pública. Esse fato contribuiu para a manutenção dos baixos índices socioeconômicos e, em conseqüência disso, assim como nas demais áreas, a educação sofreu um grande impacto.

Professoras e professores estavam sendo convocados nas escolas a protestarem contra as reformas de um governo que aplicava a mais perversa perseguição aos servidores públicos utilizando o falso discurso de "Caçador dos Marajás" e moralizador da administração pública, quando, no entanto, agia ao contrário, desmontando toda a máquina administrativa em favor dos poderosos.

Em meio a esse cenário da política, filiei-me à Associação dos Professores de Alagoas – APAL, hoje Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas – SINTEAL. Chegava o momento de cortar o cordão umbilical que me unia ao movimento secundarista, para participar das mobilizações da minha própria categoria pois, afinal de contas, eu era uma profissional da educação. É que, apesar de já ter concluído o Magistério, eu ainda

continuava a participar das atividades dos estudantes secundaristas. Era difícil romper com esse movimento pois, historicamente, o país vivia seu grande momento de reconstrução e redemocratização e, com apenas 21 anos, no auge da juventude, chegava a ser doloroso deixar de atuar nessas frentes de batalha.

Lembro-me daqueles tempos com muitas saudades porque minha participação no movimento estudantil foi cercada de muita ação e emoção, embora fosse em defesa de causas sociais justas. No entanto, precisava continuar a luta iniciando a militância no movimento sindical.

Em 1988, decidi que era necessário prosseguir os estudos. Já haviam se passado quatro anos desde a conclusão do Curso de Magistério. Confesso que minha motivação, naquele momento, muito mais do que por necessidade em dar continuidade aos estudos, era pela discrepância salarial existente entre professores que possuíam o Ensino Médio e os que possuíam Graduação. Colegas da APAL sugeriram que concorresse a Jornalismo ou Direito. Diziam que eu levava jeito para desempenhar essas profissões, mas minha escolha estava feita.

Inscrevi-me no Concurso Vestibular da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, no curso de Pedagogia em primeira opção; a segunda seria Serviço Social. No dia do resultado final, meu nome estava entre as primeiras vinte pessoas aprovadas. Meus amigos, junto com minha família, realizaram uma grande comemoração.

Ao começar a freqüentar as aulas na universidade, em 1989, houve necessidade de trocar de escola para que isso fosse possível. O Sagrado Coração de Jesus só oferecia turmas durante o dia e eu necessitava trabalhar no período da noite. Também larguei a escola privada para assistir às aulas da disciplina Antropologia, que só seria ministrada no turno da tarde. Essas mudanças comprometeram minha situação financeira, mas era prioridade continuar estudando.

Acreditava que algumas dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar poderiam ser dirimidas na Graduação, principalmente agora que iria estrear uma nova modalidade de ensino, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), visto que nunca havia discutido algo relacionado a esta área do ensino no Curso de Magistério. Contudo, ao ser transferida para a escola Noel Nutels, essa foi a modalidade oferecida no noturno, período em que passei a lecionar.

Gostei da nova escola. Apesar de ser um prédio tão pequeno quanto o da escola anterior, era mais aconchegante, limpo e organizado. A diretora Angélica era muito compromissada e a Dorinha (*in memorian*), orientadora educacional, super exigente com o trabalho, sempre acompanhando os cadernos de planejamento semanal das professoras e também nosso desenvolvimento frente à turma. Finalmente, aqui teríamos com quem discutir sobre o ofício de ensinar.

De lá obtive muitas lições lidando com estudantes adolescentes e adultos que, na maioria, eram trabalhadores. Na verdade eles ministravam mais aulas para mim do que eu para eles, pois sem nenhuma experiência na EJA, ia deixando que eles me guiassem, dizendo o que queriam aprender. Como tinha medo que eles percebessem minhas limitações, buscava aliar a inexperiência aos ideais democráticos nos quais acreditava e, através de suas propostas, montava as aulas diárias. Caberia aqui uma crítica acerca da falta de fundamentação teórica, em termos de conhecimento didático e metodologias coerentes com o ideal de uma educação democrática que já se tinha, mas que não pretendo aprofundar neste trabalho.

Lembro-me de certa proposta dos estudantes para que eu falasse sobre diversas profissões, do que tratava cada uma, como se desenvolviam, onde aprender determinadas atividades. Então combinei que, ao invés de eu mesma lhes explicar sobre esse assunto, poderíamos convidar alguns profissionais para nos falar como desempenhavam suas profissões. Listamos algumas: advogado, médico, bombeiro, policial civil e militar, vereador e radialista. Solicitei da direção da escola ofícios endereçados a esses profissionais, pessoas conhecidas minhas que atuavam nessas áreas. Só o médico faltou por ter recebido um chamado urgente de atendimento. Foi uma noite cheia de aprendizados.

Observava o contentamento deles pela presença daqueles profissionais na sala, embora lhes chamasse mais atenção a presença do vereador, o engenheiro Ronaldo Lessa, que, anos mais tarde, governaria Alagoas no período de 1999 até 2006. Este aproveitou para explicar que vereador não era profissão e falou das funções que um parlamentar deve desempenhar, tratando, em seguida, de discorrer sobre sua real profissão de engenheiro e dizendo-se satisfeito com o que havia aprendido com os pedreiros da sala, naquela noite.

Todos foram argüidos pelos alunos e vice-versa. Na sala havia profissionais como: serralheiros, carpinteiros, pedreiros e serventes, empregadas domésticas e babás, e os

convidados resolveram fazer então uma troca. Falavam de sua profissão e solicitavam que contassem sobre o que faziam. Alguns mais tímidos apenas ouviam, outros se empolgavam e não queriam parar de falar.

Como falei em parágrafo anterior, o fato de não ter tido nenhuma abordagem no Curso do Magistério sobre as classes de EJA deixou-me muito amedrontada quando soube, pela direção da escola, que lecionaria para este segmento de ensino, principalmente por ser ainda o quarto ano em sala de aula. Trazia comigo poucas experiências e, na minha turma, havia alunos com mais de três anos na mesma série, com idade cronológica maior que a minha. Todos esses elementos contribuíam para minha insegurança. Por isto, afirmo que, com eles ia aprendendo a ministrar aulas, pois meus parcos conhecimentos metodológicos foram se enredando aos conhecimentos trazidos por eles, gerando, com isso, momentos harmoniosos nas aulas. A figura da orientadora educacional contribuiu também positivamente na hora do preparo das aulas, fazendo-me sentir mais segura.

Paralelamente às atividades como professora, seguia meus estudos na UFAL, ingressando na diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE), numa chapa que disputou as eleições sob o título de "Inimigos do Rei". Para revolta do movimento estudantil secundarista e universitário alagoano, Collor ganhou a disputa com Lula e elegeu-se presidente do Brasil, conseguindo também fazer Geraldo Bulhões seu sucessor no governo de Alagoas, que seria responsável por uma gestão extremamente desastrosa para a educação. Em 1990, fui convidada pela presidenta do SINTEAL, Alba Correia, para ser funcionária da entidade.

Mediante o arrocho salarial implementado pelo governo, em 1992, estava ficando cada vez mais difícil continuar estudando. O salário mínimo que recebia dos dois empregos era insuficiente para garantir as despesas em casa e na faculdade. O pai de uma amiga, bastante influente no meio político, ofereceu-me uma proposta tentadora e desafiadora ao mesmo tempo: assumir um cargo de direção escolar que, nessa época, ainda dependia da indicação dos vereadores dos bairros e deputados estaduais. Premida pela necessidade, tranquei o curso e aceitei a nova função.

Em meio ao caos na gestão do governador Geraldo Bulhões, fiz acordo para deixar a função de telefonista no sindicato e assumi a direção geral da escola Ministro Marco Maciel, hoje denominada Adelilsa de Oliveira. Tinha 25 anos e o Ensino Superior

incompleto; por esse motivo, ao me apresentar na escola pensavam que era mais uma professora que chegava para completar o quadro docente, causando espanto quando revelei ser a nova diretora, porém fui bem recebida pela maioria, que já me conhecia através da luta sindical.

Foram apenas dois anos na gestão que me renderam muitos aprendizados: lidar com um coletivo de diferentes posturas e concepções, aprender como atrair a comunidade escolar para dentro dela e driblar as armadilhas das políticas públicas educacionais, na tentativa de realizar trabalhos que, de fato, contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que buscavam a escola pública, mesmo em meio às dificuldades em que esta se encontrava.

Na gestão Geraldo Bulhões, a educação trabalhava três meses e passava até seis meses com suas atividades paralisadas, tamanho o descaso com os trabalhadores da educação e a população em geral. A evasão escolar atingiu a cifra dos 60%, levando cerca de 200 mil crianças para fora da escola. Envolvida nessas embaraçosas situações, concluí meu tempo de gestão na escola e retornei à universidade. Contudo, isso não demoraria muito e, após mais um semestre cursado, voltei a trancar o curso para assumir uma coordenação pedagógica numa escola da rede privada. Nessas idas e vindas, por pouco não fui jubilada da universidade pois passei nove anos para concluir a Graduação em Pedagogia.

Em 1994, fui convidada para fazer parte, pela primeira vez, da diretoria do SINTEAL, assumindo a Secretaria Adjunta de Comunicação da entidade. Nesse período, realizei uma tripla jornada, trabalhando pela manhã na escola privada, indo para a sede do sindicato cumprir meu plantão de atendimento à tarde, e à noite me deslocando para a escola pública onde lecionava. Continuava lotada na mesma escola onde havia sido diretora e, mediante a grande carência de professores na rede, a nova direção propôs-me assumir as turmas de 5ª e 6ª séries para ensinar Língua Portuguesa e as 7ª e 8ª séries em que lecionei a disciplina de História.

Foi outra experiência riquíssima e ousada que vivenciei como professora, uma vez que sequer havia concluído a graduação e sentia-me, a princípio, como um barco sem remos, ministrando aulas em disciplinas para as quais não tinha formação adequada,

desprovida de qualquer acompanhamento de supervisão pedagógica[6] dentro ou fora da escola. Continuava com o curso de Pedagogia trancado, só conseguindo concluí-lo em abril de 1998.

Nessa nova batalha, recorri a uma amiga formada em Letras e com mais anos de experiência em sala, para me auxiliar na preparação das aulas de Língua Portuguesa. Com relação às aulas de História, a própria história de vida acenou com uma solução pois, nessa época, tive oportunidade de participar de inúmeros cursos de formação sindical, em que aconteceram várias aulas dessa disciplina, que me ajudaram a conhecer e compreender a história de forma mais ampla. Era tudo que eu precisava. Penso que, com essas lições, consegui dar conta do recado.

Durante os relatos de experiência profissional que fiz até aqui, nota-se a ausência de fatos referentes a minha participação em encontros de formação continuada com as/os professoras/es da rede pública estadual de ensino. A razão disto é que, desde que ingressei na rede em 1985 até 1998, esses acontecimentos sempre foram raros, circunstanciais.

Na década de 80 do século XX eram os Congressos anuais da APAL e depois SINTEAL, que chegaram a congregar até cinco mil trabalhadores da educação, que cumpriam o papel de formação continuada da categoria, pois em sua temática eram discutidos os aspectos da conjuntura política, da política sindical, da política educacional e as propostas de inovações pedagógicas, com a presença de grandes nomes da educação nacional. Nos anos 90, tais eventos tornaram-se bianuais e agora passaram a ser trianuais.

Para justificar essa afirmativa há que se relembrar, em primeiro lugar, das sucessivas gestões governamentais que aprofundaram, uma após outra, a crise no Estado e, conseqüentemente o setor educacional nesse período. Paralelo a isso, a Secretaria de

---

[6] Desde que assumi o cargo de professora na rede pública estadual de ensino, em 1985, até meados da década de 1990, a nomenclatura utilizada para as profissionais responsáveis pelo acompanhamento pedagógico de professores era de 'Supervisora Educacional', existindo ainda a figura da 'Orientadora Educacional', cuja função era acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Ambas deveriam, junto com a Direção da escola, garantir o atendimento aos pais. Essas nomenclaturas correspondiam à proposta curricular da Universidade Federal de Alagoas que, no curso de Pedagogia, formava especialistas em Orientação, Supervisão e Administração Escolar. Ao ingressar no curso de Pedagogia, em 1989, ocorreram mudanças no currículo e, a partir daí, saíamos Licenciados em Pedagogia com habilitação em: MAGISTÉRIO DAS DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS DO 2º GRAU. Assim encontra-se o registro em meu diploma. Com a conquista do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) em 2000, pelo sindicato, criou-se a função de Coordenação Pedagógica, em que a/o profissional do Magistério, ocupante do cargo "Professor", que possui formação em

Educação e Desporto (SED), hoje denominada Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEEE), não apresentava nenhuma política definida para essa finalidade nem possuía estrutura para a realização dessas tarefas. Também não possuía dotação orçamentária própria nem recursos humanos para assumir esse trabalho.

Segundo Cavalcante:

> Estes planejamentos de aperfeiçoamento dos professores eram colocados no Plano de Trabalho Anual da SED de acordo com o montante de recursos destinados pelo MEC, que precisava ser gasto, sob pena do Estado perder recursos por não ter implementado estas ações, correndo o risco de ter redução dos mesmos, na próxima gestão (2007, p.88).

Cavalcante afirma também que:

> As ações de "capacitação" dos professores seguiam, quase sempre, o curso das prioridades do MEC, quando na realidade, as necessidades e interesses dos professores deveriam ser, e acreditamos que eram, bem outros (2007, p.88).

De acordo com as afirmações, percebe-se a pouca relevância que os governos atribuíam ao tema em discussão. Evidencia-se, nessa fala, que o Estado, através da SEEE, quando implementava algum tipo de encontro de formação continuada, fazia-o pela simples necessidade de atender às exigências do MEC quanto à aplicação de recursos, para não deixar de recebê-los, sofrendo retaliações desse órgão.

Lembro-me de que, durante o período citado, devo ter participado de quatro ou cinco encontros dessa natureza, que não me acrescentaram nenhum conhecimento além dos adquiridos no Curso do Magistério e mais adiante, na Graduação em Pedagogia. A única coisa positiva era o encontro com colegas de outras escolas com quem conversávamos e trocávamos experiências sobre nossas práticas no cotidiano escolar.

Entre 1994 e 2005, permaneci na militância sindical participando da Diretoria do SINTEAL em diversas funções, sendo a última delas Vice-Presidente da entidade. Percorríamos todo o Estado no embate com as administrações municipais e, conforme demonstra Lira (2001, p. 115), nesse período saímos de uma posição da absoluta falta de condições de trabalho para um processo de início de profissionalização da categoria, com Planos de Cargos e Carreira em 97,4% dos municípios e rede estadual, e a realização de concurso público em 94,7% dos municípios e rede estadual.

Pedagogia e já assumiu sala de aula por no mínimo dois anos, poderá ocupar esse espaço na escola. Os cargos

Os salários da rede municipal – em 1999 variavam entre R$ 180,00 e R$ 340,00[7], piso inicial para professores com formação de nível médio em jornada de 25 horas. O piso salarial inicial dos professores com formação em Nível Superior variava entre R$ 285,00 e R$ 450,00 e para o pessoal de apoio e administrativo da educação o piso salarial inicial era de R$ 130,00 (LIRA, 2001, p.115). Esses salários, embora não sejam relevantes, refletem um grande avanço, pois durante anos o SINTEAL entrava com ações judiciais para denunciar que os professores da rede pública de Alagoas recebiam menos que um salário mínimo, com exceção de três municípios.

Outra atividade importante foi a minha participação em Conselhos, representando o SINTEAL: Conselho da Alimentação Escolar, Conselho do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e Conselho Estadual de Educação. Nessas oportunidades, a ação política ampliava-se para além das reivindicações salariais, sindicais, para a participação no debate das políticas públicas, no exercício do controle social e na elaboração de normas pedagógicas para a educação no Sistema Estadual de Ensino. Essa sempre foi uma preocupação do grupo dirigente da entidade: estar presente em tudo que diz respeito à educação e não apenas nas questões salariais, ainda que a precariedade destas nos tomasse grande parte do tempo.

Avalio que meu percurso pessoal e profissional foi recheado de excelentes espaços de formação: a luta pela sobrevivência junto à família, a inserção nos movimentos estudantil e sindical, as experiências que venho acumulando em minhas passagens por salas de aulas, direção e coordenação pedagógica. No entanto, como profissional do magistério, tenho lutado incansavelmente para que se cumpram as leis vigentes que preconizam o direito à formação continuada dos educadores e educadoras.

Entendo essa exigência como respeito àquelas e àqueles que necessitam dos serviços educacionais da escola pública. Penso que a classe trabalhadora e seus filhos merecem a assistência de profissionais competentes, bem qualificados, capazes de prepará-los, não para servir de mão-de-obra barata para os especuladores do capital, mas para torná-los cidadãos capazes de compreender as tramas das relações sociais nas quais estão envolvidos.

---

anteriormente citados ficaram numa tabela e eram denominados "cargos em extinção".

[7] O salário mínimo em 1999 era de R$ 130,00 até maio e R$ 136,00 após esse mês.

Diante disso, pesquisar as políticas públicas educacionais, mais especialmente as voltadas para a formação continuada de professores, tornou-se uma necessidade em minha carreira profissional, levando em consideração a própria atuação como educadora mas, sobretudo, por conta da situação das professoras e professores dos municípios alagoanos. No convívio com tais profissionais durante minha atuação como dirigente sindical, presenciei os mais abusivos descasos dos dirigentes municipais com relação a essa questão, sendo a principal razão que me conduziu a essa escolha.

1.3 Entrecruzando os caminhos...

Nas férias de dezembro de 2004, decidi dar um tempo na militância sindical percorrida durante 11 anos para me ocupar de uma outra tarefa: voltar à academia e aprofundar o estudo de questões que a própria militância já não me respondia. Estava assumindo a vice-presidência, depois de haver passado por outras secretarias que compõem a diretoria do SINTEAL, quando uma insuportável angústia tomou conta do meu ser. Como encontrar soluções para as demandas que afligem nossos sindicalizados? Como fazer nossas vozes serem ouvidas pelos órgãos destinados a solucionar tais pendências? Estava ficando sufocante minha ida à sede da entidade diariamente para fazer a leitura da agenda e do livro de registro das ações que deveriam ser encaminhadas durante aquele dia.

Sabia que, apesar das correspondências enviadas pelo sindicato para os diversos poderes, instituições e setores responsáveis cobrando as devidas providências, algumas permaneceriam insolúveis, frustrando a nós da diretoria e à nossa categoria. E não seria por falta de legitimidade, pois tínhamos conhecimento das leis que as preconizavam, muito menos por falta de luta por parte do sindicato.

O SINTEAL nasceu em novembro de 1988, logo após a promulgação da Constituição Federal, em uma Assembléia Geral que decidiu, conforme discussão e orientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE, unificar todas as Associações (de Professores, Supervisores, Orientadores, etc.) existentes no Estado que representavam o magistério em uma entidade única, com vistas a fortalecer a luta dessa massiva categoria.

Porém, tudo começou em 1965 com a Associação dos Professores Primários de Alagoas – APPA que, em 1972, reformulou o estatuto da entidade ampliando seu quadro de sócios para os professores de 1º e 2º graus passando a denominar-se Associação dos Professores de Alagoas – APAL.

A entidade teve uma longa trajetória até se tornar uma entidade realmente de reivindicação e representação em 1984. Um processo de ação política unificada das entidades do magistério e o debate nacional sobre a sindicalização dos servidores públicos, direito conquistado na Constituição de 1988, associado à proposta de criação de sindicatos por ramo de atividades, levou à convocação de um Congresso Unitário dos Trabalhadores da Educação de Alagoas – em 1989 – realizado no Centro de Desportos e Recreação Antonio Gomes de Barros – CEAGB, com todas as Associações presentes, consolidando a criação do SINTEAL.

Durante duas décadas, o sindicato tem sido protagonista de intensas histórias de luta em defesa da honra e dignidade profissional dos trabalhadores da educação, resistindo aos artifícios da política neoliberal e travando uma guerra ininterrupta para garantir condições satisfatórias de trabalho e salário aos professores e demais profissionais dessa área.

Essas lutas, não obstante as tentativas fracassadas de diversos governos em nos destruir, vêm resultando em avanços extraordinários e conquistas históricas para a categoria dos trabalhadores da educação. Sua agenda diária consta de muitas greves na capital e interior do Estado, várias ações na justiça em favor dos educadores e contra a falência do ensino em Alagoas, Congressos, Seminários, Debates em defesa da escola pública, gratuita e democrática. Não houve descanso por parte de sua diretoria até que se conquistasse, em nível estadual e nos municípios, o Plano de Cargos e Carreiras (PCC) do magistério e dos funcionários de escola.

Logo no início da primeira gestão do governo Ronaldo Lessa, do PSB (1999), diversas mobilizações garantiram-nos a aprovação da Lei de Nº 6.152, de 11 de maio de 2000, que dispõe sobre as eleições diretas para diretores e diretores-adjuntos das escolas de Educação Básica. No nosso entendimento, esse era um dos espaços possíveis para se dar início ao processo de gestão democrática na rede. A referida lei sofreu regulamentações através do Decreto de Nº 2.916/02, em 06 de novembro de 2002 e alterações em 21 de outubro de 2005, estando em vigor sob a Lei de Nº 6.628/05.

Uma das maiores conquistas desse sindicato foi a Isonomia Salarial, cuja reivindicação estendia-se por três décadas e, finalmente em 2006, na segunda gestão do mesmo governo, após meses de mobilizações e muita pressão, conseguimos aprovar, na Assembléia Legislativa, a Lei de Nº 6.726/06, em 04 de abril de 2006, tendo sido retificada dois dias após sua aprovação sob o Nº 6.729/06 em 06 de abril do mesmo ano, equiparando os salários dos professores de nível superior aos demais servidores de mesmo nível do serviço público estadual.

O princípio da Isonomia Salarial está previsto nos incisos XXX e XXXI do Artigo 7º da Constituição Federal e "proíbe qualquer discriminação no tocante a salários", recomendando, portanto, igualdade de remuneração para situações consideradas similares. Em Alagoas, a remuneração de professoras e professores de nível superior sempre esteve muito aquém dos valores das demais categorias de mesmo nível, tais como médicos, enfermeiros, dentistas, engenheiros, causando grande descontentamento no segmento do magistério. A implantação da Isonomia veio para corrigir essa injustiça.

O SINTEAL liderou debates sobre os rumos da administração pública do Estado e esteve na linha de frente do movimento de massas que pressionou pelo "Impeachment" do governador Divaldo Suruagy que, nessa conjuntura representava a legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), resultando em seu afastamento do cargo em 17 de julho de 1997. Tal movimento, conforme descreve Almeida (1999), era composto por uma organização supra-partidária, que somava várias forças políticas: partidos de oposição, sindicatos e associações das mais diversas categorias.

Este episódio foi o resultado de um dos períodos mais calamitosos por que passou Alagoas. Essa gestão desastrosa, de 1995 a 1998, levou o Estado ao colapso total, e a educação foi a mais penalizada, chegando a passar nove meses sem pagamento de salários, aplicação de reajustes salariais, com os vencimentos nivelados por baixo, rebaixamento sem precedentes na história da educação alagoana. Mas essa crise atingiu todos os demais setores, conduzindo a um trágico episódio que se tornou símbolo daquele momento quando um policial militar matou esposa e filhos, suicidando-se em seguida, desesperado por se encontrar há meses sem receber seus vencimentos salariais e não achar alternativas para sustentar sua família.

Em 08 de maio de 1997, um episódio deixaria perplexa toda a população alagoana acirrando-a ainda mais para os desdobramentos desse processo. Enquanto uma comissão representada pelo Movimento Unificado dos Servidores Públicos – MUSP, tentava negociação no Palácio dos Martírios, governador e vice, irredutíveis e irritados perante a pauta de reivindicação dos servidores que anunciavam só deixar as dependências do Palácio com a chegada dos Poderes Legislativo e Judiciário, sorrateiramente deixaram a sala de negociações, tomando a medida truculenta de acionar a entrada do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) no local que, com o prédio às escuras, promoveu uma retirada violenta das lideranças sindicais.

Vários representantes do movimento sindical saíram feridos, entre eles a companheira Lenilda Lima, diretora do SINTEAL, covardemente agredida na cabeça e levada às pressas ao Pronto Socorro da capital com suspeita de traumatismo craniano. Outro companheiro da Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento de Alagoas – CASAL, Ronaldo Mendonça, perdeu quatro dedos da mão ao tentar se defender de uma bomba de gás lacrimogênio. Esse fato ganhou gigantesca repercussão, aumentando a resistência dos trabalhadores, enquanto o povo pedia: "FORA SURUAGY/MANO".

Conforme Almeida:

> Esse episódio em Palácio, marcado por tensões e lances de violência, contudo, não intimidou o Movimento Unificado dos Servidores Públicos, que continuava criando situações que objetivavam sensibilizar os parlamentares e pressionar o governo, a fim de ter suas reivindicações atendidas (ALMEIDA, 1999, p. 118)

Outros atos sucederam a este. Com os servidores públicos sem receber salários há 09 meses, a economia do Estado paralisada e um pedido de "Impeachment" em julgamento, no dia 17 de julho de 1997, a Praça D. Pedro II, onde fica situada a Assembléia Legislativa, parecia um "campo de batalha". Os deputados que apoiavam o governador lá dentro relutavam em julgar o pedido de "Impeachment", enquanto na praça, a população pressionava sua votação. Não só representantes de todas as categorias dos servidores públicos, assim como lideranças do Movimento em Defesa de Alagoas (representado por diversos setores da sociedade civil organizada, tais como o Movimento Sem-Terra e Sem-Teto, Federação das Associações de Moradores, etc.) conduziram esse movimento.

Diante do clima de incertezas no lado de fora do prédio da Assembléia Legislativa, com policiais civis e militares a ponto de se confrontar com os soldados do Exército convocados pelo governador, as bancadas de situação e oposição conseguiram, após longas

horas de debate em reunião secreta, fechar acordo em votar a favor do Decreto Legislativo que determinava o afastamento do governador por seis meses (ALMEIDA, 1999, p. 133). Suruagy não mais retornou ao cargo, pois percebeu a insatisfação da população e foi abandonado por seus aliados, ficando o Estado nas mãos do vice-governador Manoel Gomes de Barros.

Centenas de bandeirinhas verdes tremulando em meio àquela multidão com o logotipo do SINTEAL foram vistas com destaque naquele dia. Eram os trabalhadores da educação presentes a esse importante episódio. Todas essas ações sempre foram implementadas com muita obstinação, responsabilidade e coerência políticas.

Tal acontecimento, para alguns estudiosos, foi o marco tardio da revolução democrática em Alagoas, a nossa "tomada da Bastilha" com dois séculos de atraso. Como membro da direção do sindicato, fui partícipe de todo o processo.

Mas esse universo permeado de tantas ações ainda me fazia sentir um vazio, que precisava ser preenchido. Medo, impotência, desistência? NDA – nenhuma das anteriores, pois o sindicato foi, para mim, além do movimento estudantil do qual havia participado anteriormente, um extraordinário espaço de aprendizagem. Dúvidas, sim, limitações também. E acompanhado disso, o desejo de sair em busca de novos significados que realimentassem minha luta contra essa dinâmica da política que tenta destruir o projeto transformador da sociedade do qual tenho compartilhado desde a adolescência.

1.4 Os primeiros passos para recolher os fios soltos da formação

Em março de 2005, desliguei-me da direção sindical. Antes disso, houve algumas reuniões para discutir sobre minha renúncia. Eu havia deixado toda a diretoria perplexa com essa tomada de decisão. O grupo que a compunha queria saber as reais razões que me levavam a deixar o sindicato. Após as justificativas apresentadas deixando claro que minha posição era irreversível, houve muitos depoimentos emocionados sobre a minha participação na entidade.

Após a presidenta assinar minha devolução, apresentei-me à Secretaria Estadual de Educação (SEEE) para ser lotada numa escola com a jornada de 40 horas que disponibilizava anteriormente para a militância sindical. Concomitante ao mandato sindical

eu atuava como coordenadora pedagógica, no turno noturno, numa escola do Ensino Médio, com mais 20 horas conquistadas através do concurso público realizado em 2000 na mesma rede. Faço questão de enfatizar que só após ter sido aprovada nesse concurso passei a me sentir funcionária pública de fato e direito, embora atuasse há tantos anos na rede.

Meu retorno à segunda escola seria uma retomada de experiências com as turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental que havia largado desde o ano de 1991, quando troquei de estabelecimento para assumir uma direção escolar. Lá assumi uma sala de 1º ano do Segundo Ciclo, correspondente na forma de seriação, a uma 2ª série. E lá estava eu de volta à sala de aula com os pequenos, preparando aulas, corrigindo cadernos, discutindo os combinados, pensando na lembrancinha que produziria com as crianças na semana da páscoa. Além disso, esse momento possibilitar-me-ia explorar duas situações bastante interessantes: trocara de turno na escola do Ensino Médio para o matutino e lecionaria à tarde. Numa seria responsável pelo acompanhamento pedagógico de professores na condição de coordenadora, noutra estaria sendo coordenada.

Durante os quatro anos em que desempenhei o papel de coordenadora pedagógica, de 2002 a 2005, somando-se mais um ano do meu retorno à sala de aula, fui percebendo que os programas de formação docente ofertados pela rede estadual de ensino eram pouco diferentes dos realizados desde que ingressei na rede em 1985.

Estávamos vivenciando uma característica governamental que se diferençava, em alguns aspectos, dos modelos de governos oligárquicos que administraram o Estado no passado. Em 1999, assumiu a direção política de Alagoas um governo de composição dos partidos de esquerda (PSB, PT, PC do B, PL e outras legendas menores), tendo à frente o socialista Ronaldo Lessa, do PSB.

Fruto da mobilização de vários segmentos da sociedade civil organizada, a eleição de Lessa deixou sem trono os poderosos caciques da política alagoana, que aqui haviam reinado por mais de 30 anos. Os setores de educação e saúde tiveram uma mudança significativa, mas foi preciso travar com esse governo muitas batalhas, inclusive greves, para que a pauta de reivindicações dos trabalhadores da educação fosse implementada. Não estou afirmando, com isso, que sempre saímos vitoriosos das lutas.

Há que ser registrado que o Partido dos Trabalhadores (PT), principal partido da coligação, rompeu com o governador Ronaldo Lessa dois meses após sua posse por

desentendimentos políticos no momento da composição das secretarias de governo, pois o Partido dos Trabalhadores, de acordo com seu programa, visava às Secretarias de Saúde e Educação, que foram negadas pelo chefe do poder executivo, mediante acordos com outras legendas. Uma representante do próprio PSB assumiu a Secretaria da Educação e a proposta apresentada para a sociedade alagoana ainda estava muito distante de ser socialista, deixando frustrados os integrantes do PT.

Ao assumir uma coordenação pedagógica pela primeira vez na rede pública, em 2002, de imediato recebi um comunicado por parte da direção da escola que representaria essa unidade de ensino num encontro de formação continuada oferecido pela Secretaria Executiva de Educação, dirigido aos professores do Ensino Médio.

A notícia me deixou feliz. Para mim, seria uma excelente oportunidade, uma vez que há muito não participava de um evento com essa finalidade. Foi uma semana de debates sobre as novas diretrizes para o ensino da Língua Portuguesa para esse nível de ensino. Saímos do local com a promessa de que as discussões seriam retomadas, no entanto, até a minha liberação do Sistema de Ensino para cursar o mestrado, nunca mais fomos convocados para continuar o referido debate. São as descontinuidades de que falam os autores Collares, Moysés e Geraldi (1999).

> [...] Poderíamos fazer a síntese desses programas dizendo que, como a "educação continuada" atende a planos de governo e não a políticas assumidas pelos profissionais do ensino, cada mudança de governo representa um "recomeçar do zero", negando-se a história que, no entanto está lá – na escola, na sala de aula, nos saberes do professor. O essencial desta descontinuidade é o eterno recomeçar, como se o passado pudesse ser anulado; repetição constante do "novo" para manter a eternidade das relações – de poder – atuais (1999, p. 216).

Vale ressaltar que a programação ocorreu num luxuoso hotel da praia de Ponta Verde, no centro de Maceió, garantindo hospedagem para os professores do interior e também da capital, embora o Estado dispusesse de um prédio denominado Centro de Formação Ib Gato Falcão (CENFOR), antigo Centro de Treinamento do Magistério (CTM) localizado no Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (CEPA), no bairro do Farol, destinado à realização desses eventos, com dormitório, refeitório, um pequeno auditório e várias salas para trabalhos em grupo.

O referido complexo escolar, que também já foi denominado Centro Educacional Antonio Gomes de Barros (CEAGB), congrega, em seu interior, treze unidades de ensino,

incluindo-se aí uma Escolinha de Artes, uma Escola de Educação Infantil, um ginásio de esportes, um Instituto de Línguas, um mini-teatro e uma Biblioteca. Nesse Centro, a maioria dos prédios escolares é de grande porte. Foi idealizado em 1954 pelo médico e professor Ib Gato Falcão, para funcionar em tempo integral como um centro educacional com ampla estrutura para a formação profissional e artística e também para capacitação e Pós-Graduação dos docentes alagoanos. O Centro de Formação foi a última unidade a integrar o complexo educacional em 1970, tendo sido inaugurado em 13 de março de 1971 pelo então governador Afrânio Lages. Sua proposta para a política de formação, ao longo da história da educação de Alagoas, tem se baseado nos programas oriundos do governo federal.

Depois do citado evento, ocorreram outros em diferentes áreas do ensino, mas todos traziam as mesmas características: de caráter superficial, sem retomada das discussões anteriores, em alguns momentos realizados para justificar utilização de recursos, noutros como forma de captação destes.

No geral, as programações apresentadas não refletiam nenhuma articulação com as ações que desenvolvíamos nas escolas nem com as necessidades e os interesses das professoras e dos professores, deixando, portanto, de contribuir efetivamente para que a oferta do ensino, nessa rede, apresentasse melhorias concretas. Em suma, o governo de Ronaldo Lessa, liderado por partidos do campo de esquerda estava implementando políticas educacionais segundo o mesmo modelo por ele criticado em governos anteriores.

Como Freire (1996), penso que o processo de educação humana deve acontecer permanentemente, pois sendo nós, sujeitos inconclusos, inacabados, estamos sempre nos educando no/com o outro, e, por isso mesmo, é que somos sujeitos históricos. Contrário a tal pensamento, os programas de formação docente buscam atender tão somente aos interesses da produção do capital, e, nessa perspectiva, não enxergam professoras e professores como sujeitos sociais. Promovem a descontinuidade das ações que as escolas vivenciam, fragmentam a teoria e a prática, estabelecendo uma enorme distância entre o que se prescreve nas propostas desses programas e o que se realiza no cotidiano das escolas, como já constatavam pesquisas feitas por Geraldi, C.M.G (1993) e Cavalcante (2007).

Paralelo ao trabalho em sala de aula e na coordenação pedagógica, voltei a ser estudante, embora ainda não oficializada, e comecei a ler alguns autores que pesquisam sobre a formação continuada de professores: Brzezinski (1999), Frigotto (1995), Candau (1997), Nóvoa (1992), Freire (1996), Kramer (1994), Pimenta (2002), entre outros.

Visando colocar em prática o motivo de meu afastamento da militância sindical, que seria dar prosseguimento aos estudos ingressando numa Pós-Graduação, começava a pensar numa forma de financiamento que garantisse condições de realizar meu desejo, pois contar apenas com o salário de professora da Educação Básica, pago em Alagoas, mesmo tendo uma jornada de 60 horas, seria um tanto difícil.

Em março de 2005, ao me dirigir até a sede do Conselho Estadual de Educação de Alagoas – CEE, onde participaria de uma reunião da instituição, da qual era membro, deparei com um cartaz afixado na parede que me chamou a atenção. Era a divulgação de um Programa de ação afirmativa que fomentava bolsas de estudos de Pós-Graduação no Brasil e no exterior, promovido pela Fundação Ford. Tomei nota dos dados e tratei de fazer contato para me informar sobre os procedimentos do processo de seleção para bolsistas.

Foram três as etapas de seleção. Na primeira, conforme exigia o regulamento, apresentei um pré-projeto versando sobre o tema da dissertação. Ao ser entrevistada na segunda etapa pela equipe da Fundação Carlos Chagas, instituição que coordena as ações da Fundação Ford no Brasil informaram-me que o tema escolhido para o meu pré-projeto de pesquisa possuía grande relevância no contexto educacional brasileiro. O resultado final da seleção, publicado em outubro de 2005 dava conta de que eu fora selecionada. Então pensei... É com esse projeto que participarei dos processos de seleção de Programas de Pós-Graduação nas universidades brasileiras. Foi através dele que cheguei até a Faculdade de Educação da Unicamp.

1.5 Freqüentando outras paisagens para reinventar os sentidos.

Ao iniciar o Mestrado na Unicamp em agosto de 2006, dava início a experiências bastante diferentes das já vividas, passando a conviver com diferenças regionais e, conseqüentemente, culturais. Embora minha participação nos movimentos estudantil e sindical tivesse me oportunizado, muitas viagens pelo país, outros estados e regiões, nunca

havia permanecido tanto tempo em terras estranhas. Como toda mudança nos impõe novas adaptações e nos causa estranhamentos, o início foi difícil e amedrontador, mas aos poucos fui me acomodando.

A forma carinhosa como fui acolhida por aqueles que seriam meus parceiros de grupo de pesquisa, a generosidade e confiança da orientadora em aceitar o meu projeto e o tratamento atencioso que recebia em cada local onde comparecia para tratar da minha instalação na cidade, foram sinalizando que minha permanência em Campinas seria prazerosa.

Na verdade, a Unicamp assustava-me muito mais do que a cidade e o povo de Campinas. É... sempre ouvi falar que lá se encontravam os nomes mais famosos do campo das produções científicas e de lá também saíam as mais importantes pesquisas. Eu, que viera do Nordeste, de um Estado pobre e envolvido em escândalos nacionais, estava realizando um antigo sonho: estudar na UNICAMP.

Era meu desejo desde que estive em Campinas pela primeira vez em 1983, quando tive oportunidade de conhecer a universidade. Fiquei deslumbrada com aquele monstruoso complexo educacional de Ensino Superior e fui embora com um pensamento: Talvez um dia eu possa vir estudar aqui! Ironia do destino, sorte ou simplesmente acaso, minhas pernas ficaram bambas quando li na página do site da Secretaria de Pós-Graduação dessa instituição, que havia sido selecionada para cursar o mestrado. Nesse processo, destaco a importância do meu ingresso no GEPEC – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada, para o qual fui selecionada.

O GEPEC é um grupo de pesquisadores aberto à participação de professoras e professores, com ou sem vínculo na instituição, que desejem participar dele e nele discutir a educação e a formação continuada, os saberes e fazeres da docência, buscando, com isso, promover debates e reflexões sobre os sentidos do trabalho docente da/na escola/sala de aula. Para oportunizar a participação dos que não têm vínculo regular, através da Graduação ou Pós-Graduação, instituiu-se o Grupo de Terça. Suas reuniões acontecem às quintas-feiras com os alunos regulares do Programa e às terças-feiras com esse outro segmento. Pensava... Será que vou conseguir entrar na discussão com elas/eles? Meio tímida, optei por ouvir mais e falar menos. Assim, fui aprendendo e apreendendo a cada

encontro realizado pelo/com o GEPEC, a construir e desconstruir conceitos que serviriam para balizar o projeto de pesquisa que trazia comigo.

1.6 Ressignificando o olhar...

A primeira versão do projeto de pesquisa, apresentado por ocasião do processo seletivo da Unicamp, trazia a preocupação de investigar a relação entre a natureza do nível de qualificação das/os professoras/es e o baixo desempenho dos alunos em Alagoas, buscando explicá-la através dos dados estatísticos que refletiam o fracasso da educação no Brasil e, especificamente, no Estado: os altos índices de analfabetismo, os indicadores de repetência e evasão, os baixos índices apresentados pelos alunos nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e no SAVEAL (Sistema de Avaliação da Educação de Alagoas) e os dados sobre a insuficiente qualificação dos profissionais que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Destacava, como relevância desse trabalho, a relação entre o processo de oferta da formação continuada e em serviço nas redes públicas do Estado – sobretudo nos municípios -, com os baixos índices ainda apresentados no campo da aprendizagem dos alunos que freqüentam aquele segmento do Ensino Fundamental, considerando o tripé indissociável – formação – condições de trabalho – valorização profissional.

Perceber como estavam se concretizando as políticas nos municípios alagoanos, apresentava-se como meu interesse inicial, sobretudo porque, há mais de três décadas, a educação de Alagoas possuía, em média, 80% de sua rede municipalizada. (LIRA, 2001, p. 85-87). No entanto, o desenvolvimento das disciplinas e as discussões no Grupo de Pesquisa foram me apontando outros caminhos.

Sem nenhum desmerecimento às demais disciplinas, fazer o curso de Política Educacional Brasileira, ministrado pelo professor José Luis Sanfelice, e as discussões no GEPEC possibilitaram-me levantar uma série de interrogações relacionadas ao tema das políticas públicas voltadas para a educação básica, principalmente no que diz respeito à formação continuada de professores. Tais reflexões conduziram minha atenção para a análise de uma outra questão: como estava sendo definida a política de formação continuada das/os professores/as no município analisado e quais as políticas de

financiamento propostas para a qualificação das professoras e professores, de forma que levem em consideração as demandas do contexto atual?

Embora não tenha me distanciado dessa discussão, a pesquisa sofreu, em seu percurso, redefinições de foco, conforme explicitei na introdução deste trabalho, mediante as dificuldades para conseguir os dados necessários à sua concretização.

Portanto, a seguir apresentarei um balanço das reformas mundial e nacional, dando destaque às que envolvem a problemática da formação de professores, tratando do anacronismo histórico em que são visíveis as contradições entre o instituído e o realizado.

Capítulo 2
Contextualizando as reformas educacionais

2.1 Em tempos de regulação mundial, os olhares se voltam para a formação de professores.

As últimas décadas do século XX foram marcadas, tanto nos países europeus como das Américas, por tempos de reformas educacionais carregadas das mais diversas inovações e exigências. O intenso desenvolvimento do universo de conhecimentos e sua divulgação, aliado ao binômio saber e poder nas sociedades contemporâneas gerou novas demandas para o campo educacional. A busca da primazia econômica dada pelo consumo e da informação como cultura, no movimento de globalização, busca na educação os alicerces para atingir a alta competitividade da vida moderna. A racionalidade instrumental e técnica, que caracterizou a modernidade, vem sendo transformada e negada, cedendo espaço à razão comunicativa na leitura do real. Emerge a era da complexidade e suas exigências para a compreensão do mundo e sobrevivência no mesmo.

De imediato, recorre-se à educação como um recurso imprescindível para assegurar as bases da nova sociedade da informação, em que o trabalhador não se limita mais à transformação instrumental da matéria, mas prioriza a ação sobre o humano e com o humano. Das/os professoras/es também é exigido que se enquadrem nesse padrão, esses/as passam a ser apresentados como sujeitos chave para o sucesso ou o fracasso dos processos educacionais. Assim, generaliza-se o questionamento sobre a formação de educadores nos mais diversos níveis dos sistemas de ensino, dada a responsabilidade de sua atuação profissional.

É nesse contexto que destaco o movimento internacional de reformas educacionais, com propostas diversificadas que privilegiam o debate sobre a formação e profissionalização das professoras e professores. Cabe a este último uma importante contribuição para a preparação básica de cidadãos aptos para conviverem e trabalharem na complexidade da vida cotidiana.

Para compreender melhor o movimento e suas interferências na educação brasileira, recorri a Popkewitz (1994), no seu capítulo introdutório, do livro *Modelos de poder y*

regulación social em Pedagogia, por ele organizado, escrito com Miguel Pereyra, inspirado principalmente na obra de Foucault.

Nessa abordagem, as mudanças introduzidas nos modelos de formação docente são vistas no contexto das inovações propostas pelas reformas educacionais nos diversos países, entendidas como parte das transformações nos sistemas de regulação social que caracterizam as sociedades capitalistas atuais. Os autores consideram que, após a ênfase nas reformas dos currículos, a formação de professores é, agora, o principal foco que se tem priorizado pelas reformas promovidas nos países por eles analisados: Portugal, Espanha, Islândia, Finlândia, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos. Segundo suas palavras, "os esforços nacionais de reforma fazem parte e ajudam a configurar as relações de poder e as regulações que se produzem dentro e através das sociedades" (POPKEWITZ e PEREYRA, 1994, p. 17).

Para esses autores, o conteúdo e a organização da formação de professores são centrais para os objetivos de modernização dos atuais sistemas de ensino. Esses programas de reformas constituem, também, respostas às transformações ocorridas nos demais setores da vida social. Entendê-los como partes de mudanças nos sistemas de regulação significa considerá-los em sua dimensão de difusão de novas formas de pensamento e ação, de construção de subjetividades e estilos cognitivos, como diria Foucault. Segundo essa perspectiva, o poder está "intrinsecamente ligado a regras, normas e estilos de pensamento mediante os quais os indivíduos falam, pensam e atuam na produção de seu mundo cotidiano" (POPKEWITZ e PEREYRA, 1994, p. 41).

Segundo os autores, a análise das reformas na formação de professores deve-se basear em duas noções de poder: a primeira, "poder como soberania" – considera os atores sociais e os interesses que representam como forças que atuam em um determinado campo; a segunda, "poder como conhecimento" – enfatiza o poder como função do conhecimento, analisando os modelos de comunicação, a produção dos discursos técnicos e acadêmicos, as normas e regras estabelecidas para se pensar na educação profissional.

Das reformas introduzidas na formação de professores/as nos países analisados, os estudos mostram três características: a primeira: é o fato de as reformas estarem refletindo as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas ocorridas nesses países, especialmente as mudanças ligadas à globalização econômica, aos novos perfis

demográficos, às tensões étnicas e culturais e à reorganização dos Estados; segunda: elas caracterizam-se por uma crescente racionalização na operação dos sistemas educacionais, dando ênfase aos aspectos da produtividade e da competência; terceira: os diversos casos estudados mostram a importância que adquiriram os órgãos de cooperação internacional, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Européia, na implementação dessas reformas.

É importante perceber como tais aspectos são comuns às mudanças às quais estamos assistindo em nosso país nos últimos anos. Da mesma forma que nos outros países, aqui as transformações econômicas criam novas demandas para o sistema educacional e o redimensionamento do Estado leva a esforços no sentido de introduzir uma determinada racionalidade e conseguir ganhos de produtividade nos sistemas escolares. Nesse contexto, organismos internacionais como, por exemplo, o Banco Mundial, também têm desempenhado entre nós um papel cada vez mais decisivo.

Para enquadrar a realidade educativa no seu modelo economicista, o Banco Mundial – BM, estabelece nexos entre sistema educativo e sistema de mercado; entre escola e empresa; entre alunos e/ ou seus responsáveis e consumidores de serviço; entre relações pedagógicas e resultados; entre aprendizagem e produto; não considerando os aspectos essenciais da realidade educativa (CORAGGIO, 1998, p. 102).

Além de ser o grande agente financeiro dos países em desenvolvimento, o Banco Mundial também presta assessoria a estes, quando são firmados acordos entre as partes sobre determinados projetos. Uma das preocupações do Banco consiste em destacar o papel da educação para a garantia do desenvolvimento da sociedade, pautada na melhoria das condições de competitividade destes países no mercado internacional e um dos aspectos determinantes nesse sentido, é a formação de professores e professoras.

No entanto, o organismo citado, alicerçado nos ideais neoliberais, privilegiando os aspectos econômicos, define como mais importante a formação continuada do que a inicial, porém destaca a *formação em serviço* como a menos dispendiosa e mais eficaz, uma vez que visa à melhoria do domínio de conteúdos e técnicas de instrumentalização pelos docentes. Sobre esse fato, Coraggio afirma que “o Banco sabe que é preciso capacitar o corpo docente, mas mediante programas paliativos, em serviço (se possível à distância), porque não é eficiente investir mais na sua formação prévia” (CORAGGIO, 1998, p. 101).

Tal fato ocorre, segundo o autor, porque a proposta de educação neoliberal consiste em deixar a atividade educacional à mercê da competitividade e da concorrência. Esse projeto visa a uma reforma de baixo custo da educação, que tem seu foco no desempenho individual, no mercado e no crescimento econômico, buscando qualificar as pessoas para a ação individual, na lógica do mercado. A quantidade, o conteúdo, a pedagogia, a estrutura e os preços seriam definidos pela interação entre consumidores e fornecedores da 'mercadoria' *educação*. O conceito de desenvolvimento implícito nas políticas do Banco Mundial entende que "o desenvolvimento humano não pode ser visto como um resultado possível da competitividade, mas como condição desta" (CORAGGIO, 1998, p.94).

Essas reformas utilizam discursos e propõem práticas semelhantes nos vários países. Assim, os estudos realizados sobre outras realidades ajudam-nos a pensar e até antecipar os fenômenos que ocorrem em nosso entorno.

Por isso, faz-se necessário compreender melhor os fios que tecem a teia na qual estamos envolvidos, no que se refere à regulação e formulação das políticas educacionais, para que ainda seja possível resgatá-las "da legitimação e da assistência técnica das organizações internacionais" (TEODORO, 2003, p. 51).

2.2 Entre Conferências, Declarações e Relatórios, vão se configurando as políticas educacionais.

Na década de 1990, os debates e discussões promovidos pelos organismos internacionais tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação – UNESCO, e a Organização Internacional do Trabalho – OIT, surgem como necessidade crucial para direcionar a educação na América Latina após a influência da concepção neoliberal desencadeada na década de 1960 e aprofundada na década de 1980, como modelo hegemônico de sociedade.

As políticas educacionais passam a ser 'recomendadas' por tais organismos, além do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional – FMI, contando ainda, com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Os empréstimos para investimentos na área da educação ficam condicionados à total aceitação das condições e orientações dessas organizações, em especial as do Banco Mundial. Conforme Peroni, "Os

anos de 1990 ficaram marcados, para os países da América Latina, como aqueles em que se aprofundou o processo de inserção no mercado globalizado e pela aplicação das políticas neoliberais" (2003, p.11).

No mesmo período histórico, mais precisamente no mês de março de 1990, o BM ganha proporção ainda maior no cenário mundial ao realizar a Conferência Mundial de Educação Para todos, em Jomtien – Tailândia. O evento, convocado pela UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, reuniu representantes de 155 países mutuários do Banco e signatários da ONU, com o objetivo de discutir a importância da educação básica e da aplicação dos conhecimentos mínimos para o desenvolvimento socioeconômico dos países envolvidos, entre eles o Brasil, levando-os a assumirem o compromisso de propiciar educação para todos através de seus Planos Nacionais de Educação.

A Conferência Mundial de Jomtien (1990) teve seus compromissos reafirmados em Nova Delhi – Índia, quando os representantes dos nove países que dela participaram reuniram-se e solicitaram aos colaboradores internacionais o aumento do apoio para a expansão e melhoria da educação básica. Esse evento foi registrado e assinado no documento denominado "Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos" (Brasil – MEC, 1993). Segundo o documento, esses países comportam mais da metade da população do mundo. Além do Brasil, assinaram a Declaração de Nova Delhi, China, Nigéria, Paquistão, Bangladesh, Indonésia, México, Egito e Índia.

No mesmo ano da Declaração de Nova Delhi, a UNESCO convocou uma comissão presidida pelo ex-ministro da Economia e Finanças da França, Jacques Delors, para desenvolver uma intensa reflexão sobre "educar e aprender para o século XXI" (DELORS, 2006, p.268), a qual era formada por um representante de cada um dos seguintes países: China, Coréia do Sul, México, Índia, Senegal, Venezuela, Jamaica, Eslovênia, Estados Unidos, Polônia, Zimbábue, Japão, Portugal e Jordânia, contando, ainda, com a participação de outras personalidades do mundo como conselheiros extraordinários. Os encontros dessa comissão aconteceram em lugares diversos: Tunísia, França, Chile, Canadá e Senegal, e o trabalho foi concluído em 1996.

O documento final, Relatório Jacques Delors, recebeu, no Brasil, o interessante título de "Educação: Um Tesouro a descobrir", publicado com a marca da UNESCO e do MEC.

As idéias do referido Relatório foram, e continuam sendo, amplamente divulgadas aos professores através de palestras, eventos e pela mídia. Junto com esses e com vários outros documentos e idéias, começam a incidir mudanças nas escolas e, principalmente, na atuação das/os professoras/es.

Com as reformas educacionais, a educação básica passa por mudanças que têm colocado um conjunto de novas práticas e contextos em que se realiza a ação pedagógica, tais como os exames de avaliação nacional, a discussão do modelo de gestão (inclusive do/a professor/a), exigência de constante atualização, a produção de documentos pelo órgão máximo da educação do país como orientadores nacionais do currículo e da atuação pedagógica das/os professoras/es.

Com isso, está se colocando para os profissionais da educação a necessidade de efetivar mudanças na sua prática, o que implica e intensifica rediscussões acerca da formação de professores/professoras. O mundo atual exige uma formação mais global dos sujeitos e as reformas educacionais realizadas no Brasil evidenciam a subordinação das políticas de formação de professores aos princípios exigidos pelos organismos internacionais atrelados à lógica de mercado.

2.3 – As reformas mundiais chegam ao Brasil.

Durante o governo Collor (1990/1992), as idéias neoliberais foram amplamente difundidas e transformadas em propostas para a solução dos problemas da educação brasileira, tendo sido o principal responsável por abrir as portas do país ao capital estrangeiro, atendendo às exigências impostas pelos organismos internacionais. Na era Collor buscou-se operacionalizar o que ele chamava de modernização do Estado, ou seja, a implementação de reformas estruturais como os processos de privatização, de liberação de importações, de desregulamentação da economia e o corte nos gastos públicos. Para esse governo, o sistema público era visto como prejudicial pelo grau de burocratização, sendo necessário seu enxugamento; assim, o orçamento destinado à educação foi reduzido a 3,6 do PIB. Por outro lado, foi o presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC, em seu primeiro mandato (1995 a 1998), que agilizou as reformas necessárias ao desenvolvimento neoliberal e reforçou a implementação de políticas econômicas e sociais voltadas para este

fim. Nessa condição, elegeu como propósito mais amplo de sua política governamental consolidar o Plano Real e retomar o crescimento econômico. A educação e a capacitação profissional inseriram-se, nesse contexto, como molas propulsoras do desenvolvimento.

O sistema educacional, no referido governo, assumiu a tarefa exclusiva de preparar mão-de-obra com vistas a atender às demandas empresariais, enfatizando a necessidade de universalizar a educação básica (Ensino Fundamental completo) e a formação no ambiente de trabalho do/a professor/professora e, conseqüentemente na capacitação do trabalhador, "... estimulando uma integração maior entre escola e empresa" (NEVES, 2000, p. 82-83). Conforme Freitas,

> Em seu programa de governo, de 1995 até 2002, FHC apresentava cinco pontos para contribuir com a melhoria do ensino público. Entre estes destacamos a formação continuada de professores com a modalidade à distância: criação do Sistema Nacional de Educação à Distância, com instalação de antenas parabólicas, aparelho de televisão e vídeo em cada escola, com objetivo de preparar os professores para que eles possam ensinar melhor (FREITAS, 2002, p.4).

Assim, buscava atingir um maior número de professores 'capacitados' em todas as regiões do país, a baixo custo, aumentando os índices estatísticos, no que se refere à quantidade de docentes atendidos.

A formação continuada efetivou-se com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB Nº 9394/96. A referida lei, destinando todo o Título VI aos profissionais da educação, diz o seguinte no inciso II: "– aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim" (Art. 67, inciso II, LDB/96). A lei ainda determinou que, até 2007, as/os professoras/professores deveriam ter a formação em nível superior, admitindo, no entanto, a formação mínima, em Nível Médio Normal para atender à Educação Infantil e as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental.

Após a aprovação da LDB, Fernando Henrique Cardoso, junto com o ministro da Educação, Paulo Renato, criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, instituído pela Emenda Constitucional 14 e regulamentado pela Lei 9424/96. Melchior (1997) destaca que um dos efeitos da Emenda 14 foi a secundarização do papel da União frente à educação básica. Conforme o autor

> A Emenda foi enviada pelo poder executivo e foi a forma encontrada para livrar a União do dispositivo do Artigo 60 das Disposições Transitórias, que a obrigava a aplicar no Ensino Fundamental, pelo menos 50% dos recursos vinculados de

> impostos previstos no Artigo 212. Desde 1989 o Tribunal de Contas da União tem indicado a flagrante inconstitucionalidade do orçamento federal que não aplica o quantum previsto, porque mais da metade do orçamento previsto é aplicado no ensino superior. (MELCHIOR, 1997, p. 3)

Segundo os defensores desse Fundo, o mesmo tornaria mais transparente o financiamento do ensino público no Brasil, facilitando seu controle social e permitindo maior autonomia da aplicação de recursos com a garantia de sua destinação exclusivamente para o ensino fundamental. Assim, substituiria a manipulação política na distribuição de recursos entre estados e municípios, implementando, ao mesmo tempo, uma política nacional redistributiva, objetivando corrigir desigualdades regionais e sociais. Além disso, garantiria recursos financeiros suficientes para alcançar, em todas as regiões do país, um dispêndio por aluno, correspondente a um padrão mínimo de qualidade de ensino (CALLEGARY & CALLEGARY, 1977; CASTRO, 1998; MELCHIOR, 1997).

Infelizmente, o FUNDEF não melhorou a qualidade do Ensino Fundamental nem contribuiu para a valorização do magistério. De fato, contribuiu para o desvio de verbas, além de se traduzir também, em instrumento desmobilizador do sindicalismo docente e em instrumento do clientelismo político municipal. Conforme Davies (2006):

> Mesmo nos governos que ganharam com o FUNDEF, é preciso uma atitude de cautela, pois, dada a forte tradição patrimonialista e privatista do Estado brasileiro e o baixo grau de organização, conscientização e mobilização da sociedade brasileira, não há nenhuma garantia de que os recursos extras trazidos pela complementação e/ou pela redistribuição em âmbito estadual tenham sido canalizados para a melhoria da remuneração dos profissionais da educação e das condições de ensino. (DAVIES, 2006, p. 758)

Ainda, segundo as considerações deste autor:

> As denúncias divulgadas pela imprensa brasileira nos últimos anos só confirmam essa suspeita. O potencial equalizador do FUNDEF também é minado pelo fato de não incluir o percentual mínimo (25%) de todos os impostos, mas apenas de 15% de alguns, e se limitar ao âmbito estadual e, portanto, não enfrentar as desigualdades entre regiões e estados. (DAVIES, 2006, p. 758)

Nessa lei, a capacitação de docentes aparece de forma focalizada para professores leigos conforme a redação do Artigo 7º Parágrafo único:

> Nos primeiros cinco anos, a contar da publicação desta Lei, será permitida a aplicação de parte dos recursos da parcela dos 60% (sessenta por cento), prevista neste artigo, na capacitação de professores leigos, na forma prevista no Art. 9, § 1º.

Por meio da legislação, os sistemas de ensino foram se adequando às exigências da LDB/96 e dos organismos internacionais para o desenvolvimento das ações com vistas à

formação dos docentes. Em 1997, será a vez do Conselho Nacional de Educação entrar em cena aprovando a Resolução de nº 03/1997, fixando as Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Municípios, Estados e do Distrito Federal, determinando em seu Artigo 5º

> Os sistemas de ensino, no cumprimento dos dispostos no Artigo 67 e 87, da Lei 9394/96, envidarão esforços para implementar programas de desenvolvimento profissional para os docentes em exercício, incluindo-se a formação em nível superior, em instituições credenciadas, bem como em programas de aperfeiçoamento em serviço.

Essas mudanças têm o caráter de adequação do sistema de ensino às reformas educacionais do modelo neoliberal, enfatizando a qualidade, entendida como produtividade, tendo como lema a eficácia, e para que isso se consolide, estabelecem seus instrumentos de controle: a avaliação, o financiamento, os parâmetros curriculares nacionais.

Em 1997, as escolas receberam os Parâmetros Curriculares Nacionais e, em 1998 foi instituído o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Aqui já vigorava o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, instituído em 1990. Em 2005, com a edição da Portaria 931/2005 o SAEB foi decomposto em duas modalidades: a) Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) – e Avaliação do Rendimento Escolar (ANRESC) que, pelo seu caráter universal, recebeu o nome de "Prova Brasil" quando de suas divulgações.

As discussões sobre os rumos da educação para os próximos dez anos, conforme previa a LDB/96, suscitou, então, grandes debates entre governo e sociedade civil em torno da construção do Plano Nacional de Educação. Diversas entidades como a CNTE, UNE, EBES, ANDES, ANFOPE, ANPEd, CNBB, Movimento Sem Terra, entre outras, através do "Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública", pressionaram o governo, realizando os I e II Congressos Nacionais de Educação (CONED's), dos quais se originou o documento que ficou conhecido como *PNE da sociedade brasileira*, por ter sido construído junto às bases desses segmentos.

Esse documento ingressou no Congresso Nacional através do Projeto de Lei de Nº 5.155/98, encabeçado por Ivan Valente e subscrito por parlamentares e líderes dos partidos de oposição da Câmara dos Deputados, vindo a se consolidar só em 2001 através da Lei 10.172/2001. A iniciativa popular forçou o governo Fernando Henrique Cardoso a encaminhar o seu plano, que se encontrava engavetado, para tramitar como anexo ao *PNE* da Sociedade brasileira, sob o número 4.173/98.

As duas propostas traduziam dois projetos bastante antagônicos de escola e de política educacional para o país. De um lado, o *PNE* proposto pela sociedade civil organizada reivindicava o fortalecimento da escola pública estatal e a plena democratização da gestão educacional, enquanto o outro plano expressava a política do capital internacional financeiro e a ideologia das classes dominantes, refletidas nas diretrizes e metas propostas por esse governo. Embora não tenha caráter normativo, esse plano indica diretrizes e metas para a melhoria da qualidade do ensino e também faz referências à formação de professores:

> A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias municipais e estaduais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a busca de parcerias com as Universidades e Instituições de Ensino Superior (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001).

Após muitas discussões polêmicas no Congresso Nacional, a maioria das propostas apresentadas pela sociedade foi vetada por FHC, porém, a pressão popular, produzida principalmente pelos profissionais da educação, conseguiu manter algumas medidas previstas nesse plano.

Para contemplar a formação continuada de professores conforme determina a legislação, o MEC criou, em 2003, a Rede Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, com o "objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e dos alunos" (Portal do MEC 2008). Essa rede é composta por Universidades que se constituem Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, voltados para o desenvolvimento de programas de formação continuada de professores da Educação Básica em exercício, nos Sistemas Municipais e Estaduais de Educação.

Foram criados, ainda, outros pacotes de formação de professores no governo FHC, como o PROFORMAÇÃO, o PROFA, os Parâmetros em Ação, entre outros. No governo Lula, outros programas continuam a ser implementados. Exemplo destes seria o Pró-Letramento - Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, modalidade à distância, que visa à melhoria da qualidade de aprendizagem na leitura/escrita e matemática e o Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio, cujo objetivo é cadastrar instituições de ensino superior para a realização de cursos de formação continuada de professores em exercício nas redes públicas estaduais de educação (PORTAL DO MEC, 2008).

Outro grande projeto impresso no pacote das reformas neoliberais, que também tem marcado presença significativa nas escolas, é o Fundescola - Fundo de Fortalecimento da Escola, programa resultante de um acordo de financiamento celebrado entre o MEC e o BM para vigorar de junho de 1998 a dezembro de 2010, desenvolvido em parceria com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

O Fundescola tem como missão melhorar o desempenho dos sistemas públicos de ensino fundamental nas regiões mais carentes do país por meio do fortalecimento das escolas e das instituições públicas por elas responsáveis, com base em uma estrutura coordenada de gerenciamento com o objetivo de melhorar os resultados educacionais das crianças matriculadas em escolas públicas do ensino fundamental localizadas em áreas atendidas pelo projeto, com vistas a ampliar o acesso e permanência das crianças em idade escolar e aprimorar a gestão das escolas e das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. (BRASIL, 2002).

Esse programa integra vários projetos, entre eles: Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas; Levantamento da Situação Escolar; Proformação; Mobiliário e Equipamento Escolar; Projeto de Adequação dos Prédios Escolares (PAPE); Escola Ativa; Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR), Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação (PRASEM), Microplanejamento, Planejamento Estratégico da Secretaria (PES), Projeto de Melhoria da Escola (PME) e Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).

Fazendo referências ao PDE, os autores Oliveira, Fonseca e Toschi (2005) relatam que:

> O PDE é entendido como o carro-chefe do FUNDESCOLA, uma vez que assinala uma ênfase na 'escola com foco no aluno'. Nesse processo, a escola é tida como responsável pela melhoria da qualidade de ensino e o projeto visa a modernizar a gestão e fortalecer a autonomia da escola, segundo um processo de planejamento estratégico coordenado pela liderança da escola e elaborado de maneira participativa. A busca do apoio público ao desenvolvimento centrado na escola é um ingrediente essencial para assegurar o clima político e os recursos para a sustentação e a expansão do processo de desenvolvimento da educação (p. 132).

Outra providência tomada no bojo das políticas neoliberais foi a Portaria de nº 1. 403 em 09 de junho de 2003, instituindo o Sistema Nacional de Certificação de Professores, medida que provocou novos debates entre as entidades educacionais que apresentaram posição contrária em documento intitulado "Formar ou Certificar? Muitas questões para

reflexão" do *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública* (2003) e através de outras instâncias conforme afirma Freitas (2008):

> O movimento dos educadores já se posicionou em relação aos processos de caráter meritocrático e tecnocrático, por ocasião da tentativa de implementação do processo de certificação de professores e mais recentemente na Conferência Nacional de Educação Básica (FREITAS, 2008, p. 6).

Segundo a autora:

> As propostas atuais de certificação e avaliação docente reforçam exclusivamente o caráter técnico-instrumental do trabalho docente – ***o que e como ensinar***, em detrimento do debate sobre os ***fins da educação***, e do projeto histórico social abandonado pelas políticas neoliberais impostas nos últimos 10 anos (FREITAS, 2008, p.6).

As reformas educacionais ganharam força com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Nº 9394/96, na última década do século passado e, estando ainda em curso, têm sido objeto de permanente discussão no meio acadêmico, produzido análises que vão, desde a dimensão macrossociológica até a dimensão do cotidiano escolar. O debate sobre o papel da educação frente às novas exigências do século XXI tem gerado, nos educadores, a crença da educação como única via para a transformação social.

Nesse sentido, pensar na universalização da educação pressupõe estabelecer diretrizes ou linhas de ação que definam o trabalho educacional e operacionalizem os objetivos relacionados a essas diretrizes. Isso significa adotar políticas de formação comprometidas com as necessidades educacionais do país. Pressupõe, ainda, desenvolver um ensino de qualidade que, segundo a LDB 9394/96, Artigo 1º, § deve ser desenvolvido em instituições próprias e servir como instrumento de preparação para a cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, Art. 2º). Corroboro, portanto, as propostas defendidas pelo PNE/2001, acerca da formação dos profissionais da educação, destacando umas das metas a seguir:

> A formação continuada de docentes se caracterizará principalmente, por encontros coletivos, organizados sistematicamente a partir de necessidades sentidas pelas/os professores/as, preferencialmente na própria escola onde atuam, com periodicidade determinada (semanal ou quinzenal); será contabilizada como hora-atividade, e terá como objetivo e finalidade a reflexão sobre a prática educativa e a busca dos mecanismos necessários e adequados ao seu aperfeiçoamento técnico, ético e político (PNE/2001).

Compreender a educação como instrumento de transformação social é dar conta do papel imprescindível que esta exerce no interior da sociedade capitalista; é, segundo Saviani (1996), estabelecer uma nova relação hegemônica, é compreender como as relações entre essas classes são estabelecidas e perceber o jogo de interesses presente nessas estruturas. Nesse sentido, Gramsci (1978) suscita que é preciso investir na formação de elites intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus sustentáculos.

A idéia de que o professor é um profissional que precisa estar em contato permanente com as mudanças e com as inovações do seu universo de ação implica uma revisão crítica do seu papel social (Gadotti, 2003). As mudanças decorrentes da reestruturação produtiva centrada no avanço permanente da ciência, da tecnologia e da complexidade do ser social, exigem desse trabalhador uma profissionalização permanente para o enfrentamento das questões do seu cotidiano.

Gadotti ainda acrescenta que a profissionalização é uma transformação estrutural que não se decreta nem se estabelece somente por políticas públicas educacionais, mas é, sobretudo, uma aventura, um ofício, um desejo que se desenrola, principalmente, através das opções pessoais das/os professoras/es, de seus projetos, das suas estratégias de formação.

Não se pode desprezar, no palco de discussões e definições sobre os rumos da política educacional, a participação significativa da sociedade civil organizada (ANFOPE, Sindicatos, CNTE, ANPED, ANDES-SN, CNTE, etc.), que atua no campo da educação e cuja contribuição ancora-se em propostas fundadas no empenho coletivo da investigação e da produção científica.

Nas destacadas participações dessas entidades, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) vem, historicamente, defendendo uma política institucionalizada de formação da/o profissional da educação, apontando questões específicas rumo à profissionalização e valorização do magistério, e reafirmando a importância de inserir a temática da formação do/a educador/a em uma política global, capaz de contemplar o tripé: formação básica, condições de trabalho e formação continuada, como condições para a melhoria da qualidade de ensino (ANFOPE, 1992,

p.18). Concordo com os princípios dessa entidade por defender a formação continuada como:

> Continuidade da formação profissional, proporcionando novas reflexões sobre a ação profissional e novos meios de desenvolver e aprimorar o trabalho pedagógico; um processo de construção permanente do conhecimento e desenvolvimento profissional, a partir da formação inicial, e vista como uma proposta mais ampla, na qual, o homem integral, produzindo-se a si mesmo, também se reproduz em interação com o coletivo (1998, p. 35).

A Anfope, assim como vem promovendo nos últimos 24 anos, entre outros temas importantes no campo educacional, o debate pela definição de uma política nacional dos profissionais da educação, mais recentemente, em boletim expedido em outubro de 2007, reafirmou sua posição em defesa de:

> Uma política de formação continuada massiva, com jornada em uma escola, condições de trabalho e salário que permitam aos professores o envolvimento e comprometimento com a escola pública e a formação da infância e juventude do nosso país (ANFOPE, 2007).

Em síntese, vivemos um momento extremamente importante no campo educacional brasileiro. As reformas implementadas desde a última década do final do século passado, que vêm se consolidando nesta 1ª década do novo milênio, reforçam a reorganização institucional e legal através de iniciativas que visam concretizar o que a LDB/96 prescreve, comportam mudanças decisivas, estando a educação do educador e da educadora entre as mais importantes.

Muitos têm sido os obstáculos para a construção de uma proposta de formação comprometida com a crítica, fundamentada cientificamente e de compromisso social, defendida por grande parte dos educadores e dos movimentos representativos da categoria dos profissionais da educação.

Os educadores e as educadoras vêm historicamente, por meio de seus movimentos e associações, defendendo uma política educacional voltada para a construção de uma educação pública comprometida com o aprofundamento do conhecimento, da cultura, com os valores humanos e éticos, compreendendo educação como processo histórico, contrapondo-se aos ideais do projeto neoliberal.

Dessa forma, para atender a sua necessidade histórica, a política de formação continuada das e dos docentes precisa ser entendida (e atendida) como um processo incansável de reconstrução do conhecimento, do alargamento da consciência para atuar como sujeito individual e coletivo e, assim, defender uma política de formação como

direito relativo ao direito do trabalho, como um dos princípios da valorização profissional e como uma das condições necessárias para a melhoria da qualidade da educação.

2.4 Entre lutas e emboscadas, as reformas chegam à "terra dos Marechais".

Desde o primeiro capítulo deste trabalho, quando narro minha trajetória de vida e as várias paisagens visitadas neste percurso, tento apresentar um pouco da realidade do Estado de Alagoas, lugar de onde venho, focalizando algumas particularidades locais no campo da educação, sem, no entanto, ter apresentado dados oficiais quantitativos, daí a necessidade de fazê-lo agora.

A região do atual Estado de Alagoas desenvolveu e consolidou sua economia no período colonial com a produção de açúcar e a criação de gado, atividades em que predominava o trabalho escravo de negros e mestiços. Em suas terras desenvolveu-se, em 1630, o mais importante centro de resistência dos negros à escravidão, o Quilombo dos Palmares, transformando-se num pólo de atração para os escravos das plantações canavieiras.

De acordo com Verçosa (2006, p. 55), "o Quilombo dos Palmares já irá sofrer a oposição das tropas holandesas, vindo a ser finalmente exterminado em 1697 por forças comandadas pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, sob as ordens da Coroa portuguesa".

Durante quase todo o período colonial, Alagoas integrou a capitania de Pernambuco, tornando-se comarca em 1711. Em 1817, transformou-se em capitania autônoma e, com o movimento da Independência do Brasil em 1822, tornou-se província, porém as disputas políticas só permitiram que seu primeiro governador, nomeado pelo Imperador, assumisse o cargo em julho de 1824, passando agora a ter maior significação política. Em 1839, Maceió passou a ser a capital da província em substituição à cidade de Alagoas e esta passou, posteriormente, a chamar-se Marechal Deodoro em homenagem ao seu filho mais ilustre, Marechal Deodoro da Fonseca, que proclamou a República em 1889 e foi o primeiro presidente do país.

Possui uma área de 27.767,661 Km², 102 municípios e uma população estimada em 3.060.120 habitantes IBGE, 2006. Seu relevo é composto de planície litorânea, planalto ao norte e depressão no centro, e seu clima é tropical.

Conhecido como o "Paraíso das Águas", por englobar muitas áreas de mangues, rios, lagoas, além das belas praias, Alagoas tem se destacado no turismo e na produção da cana-de-açúcar, perdendo no ranking nacional apenas para os estados de São Paulo e Paraná. Ainda assim, continua sendo muito pobre, contribuindo com apenas 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Durante muitas décadas, vem ostentando no cenário educacional brasileiro os piores índices, apresentando uma situação extremamente preocupante. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2007, realizada pelo IBGE, Alagoas é o segundo estado com maior índice de pessoas entre 7 e 14 anos fora da escola, superando apenas o Acre. Apresenta uma taxa de analfabetismo entre pessoas maiores de 15 anos de 38,3%. A média nordestina é de 19,9 % e a do país, de 10%. Atualmente, os dados atestam 48,9% de analfabetismo funcional e 29,2% de analfabetos absolutos em todo o Estado. As taxas de matrícula na atualidade são as seguintes: Educação Infantil: 68.250 (79% na rede pública); Ensino Fundamental: 740.757 (94,9% na rede pública); Ensino Médio 120.766 (85,2% na rede pública); Ensino Superior: 33.268 (49,5% na rede pública).(PNAD/2007).

Além dos índices sociais negativos que apresenta na área educacional, Alagoas detém uma das maiores taxas de mortalidade infantil do Brasil, apresentando um IDH de 0,655 (PNUD/2007). De cada mil crianças nascidas vivas, 53,2% morrem antes de completar 1 ano, mais que o dobro da média do país, que é de 27,5 mortes por mil nascidos vivos. Seu PIB é de 14.134.636 mil reais e um em cada cinco alagoanos com mais de 10 anos vive com até um salário mínimo. O saneamento ainda é um grave problema: menos de 30% dos domicílios alagoanos possuem rede de esgoto (IBGE).

Alagoas mantém características econômicas e sociais de seu passado colonial: economia agrícola na Zona da Mata e no Agreste, produção da cana-de-açúcar e pequena industrialização. Apesar de alguns avanços, a sociedade permanece dependente do poder e do clientelismo dos coronéis, latifundiários e chefes das oligarquias locais. Segundo Lima (2006)

> Alagoas é um caso em que a ação política dos grupos sociais vinculados à atividade canavieira conseguiu isolar o fundamental da estrutura produtiva local das transformações em curso, 'fechando' o Estado para a possibilidade de alternativas econômicas (LIMA, 2006, p. 170-171).

Convivendo durante muitas décadas com esses problemas estruturais, o povo alagoano, talvez por ter sediado em suas terras o Quilombo dos Palmares, continua resistindo bravamente a essas investidas.

Com o advento do FUNDEF no Estado, em 1998, em meio a um processo de transição do caos existente na educação alagoana para a criação de novas possibilidades de superação da grave crise pela qual esta estava passando no governo de Divaldo Suruagy/Manoel Gomes de Barros – incluindo também a crise crônica da educação, implementada pelas redes municipais -, ocorreu a implantação de Planos de Cargos e Carreira em 36 dos 102 municípios existentes, a criação dos Conselhos Municipais do FUNDEF em 38 cidades, em 1999 e a realização de concursos públicos, este último fato considerado inédito nos municípios alagoanos.

No final do último milênio, todos os municípios já haviam instituído seus respectivos Planos de Cargos e Carreira, embora permaneça a necessidade da luta constante para que estes sejam implementados. Com relação aos Conselhos do FUNDEF, atualmente o Estado conta com quase 100% deles instituídos, todos em fase de adaptação, para acompanhar os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, instituído em 20 de junho de 2007 sob a Lei Nº 11.494/2007. Em sua maioria, os Conselhos funcionam de maneira muito precária, tendo em vista a falta de interesse do poder público municipal em equipar tais órgãos e formar os conselheiros para a função de *controle social*, dificultando, assim, suas ações para promover a transparência no uso dos recursos públicos.

Eu acabava de assumir, em 1999, a titularidade da secretaria jurídica do sindicato, função ocupada anteriormente por outro companheiro que havia optado por deixar a diretoria para se dedicar exclusivamente à instituição de ensino superior. Diante das demandas que a referida secretaria apresentava, percorria praticamente todos os 101 municípios alagoanos, atendendo chamados da categoria que ansiava por maiores esclarecimentos sobre a nova política de financiamento da educação, pois os trabalhadores da educação tinham diferentes interpretações sobre a referida lei.

A maior dúvida consistia, principalmente, na questão dos valores salariais que se confundiam com o valor do custo aluno de R$ 419,00 (Quatrocentos e dezenove reais), estabelecido pela Lei Nº 9.424/96, em seu Artigo 6º, § 4º, no primeiro ano de sua vigência.

Até a implementação do Fundo em 1998, as prefeituras pagavam aos educadores alagoanos, valores tão ínfimos que não poderiam ser denominados de salário. Esses valores vergonhosos variavam de R$ 20,00 a R$ 30,00 reais numa jornada de 20 horas. Apenas municípios maiores como Arapiraca, São Miguel dos Campos, Palmeira dos Índios, Penedo e União dos Palmares pagavam o salário mínimo nacional, estabelecido à época em R$ 120,00 reais.

O sindicato soube aproveitar bem esse momento de forte resistência no seio da categoria para organizar e estruturar o movimento sindical nos municípios, criando os Núcleos Municipais do SINTEAL, como previsto no Art. 52[8] do Estatuto da entidade. Essa organização incomodava e preocupava os prefeitos e prefeitas de maneira tão contundente que, durante algum tempo, nosso escritório jurídico ficou abarrotado de ações impetradas na justiça, requerendo reintegração de professores e funcionários de escola a seus antigos locais de trabalho.

Bastava que os dirigentes soubessem o nome da/o líder responsável por nos ter convocado para realizar uma assembléia naquele município ou que os trabalhadores da educação buscavam informações sobre seus direitos, para esta/e ser transferida/o para escolas bem distantes, na zona rural, de preferência onde nenhum tipo de transporte conseguisse chegar.

Tais dados e os exemplos citados a seguir fazem sentido nesta dissertação para explicitar como se organiza o "Estado de Direito" nos municípios alagoanos, como se explicita o coronelismo, que posteriormente será mais bem analisado, e em que condições de produção constituíram-se as micro políticas de formação continuada.

Como parecem dados fantasiosos, se comparados à organização do "Estado de Direito" em outras Unidades da federação, como São Paulo ou Paraná, precisam ser bem descritos para mostrar irregularidades cruéis que ainda ocorrem sob um suposto Estado democrático.

Exemplo típico de tais arbitrariedades ocorreu no município de Monteirópolis, em 2001, envolvendo quatro trabalhadores da educação, sendo três professoras e um assessor

---

[8] Art. 52 – Cabe aos Núcleos Regionais, no âmbito de sua jurisdição organizar os Núcleos Municipais e eleger a sua Diretoria através de Assembléia na sede do município para um mandato de 03 (três) anos.

administrativo educacional. Trata-se do Processo de nº 076/2001, (da Comarca de Olho D'água das Flores)[9], que decorreu do fato de esses funcionários terem sido informados pelo Presidente da Câmara de Vereadores da existência de um Artigo do Plano de Cargos e Carreira instituído pelo município que garantia, uma verba denominada de "difícil acesso" a quem trabalhasse na zona rural.

Como eles nunca haviam recebido essa citada vantagem, por não terem tido acesso ao PCC, procuraram a prefeita para fazer essa reivindicação e esta lhes afirmou desconhecer essa norma. Buscaram, então, o apoio do poder legislativo, indo participar de uma sessão na Câmara de Vereadores no dia 16/03/2001. Todavia, dada "a maioria" que a prefeita detinha naquela instituição, não lograram êxito. Embora existisse quorum, os Vereadores optaram por não realizar aquela sessão. Tal procedimento ensejou, por parte dos professores, uma entrevista na Rádio Jaciobá FM, na cidade vizinha, Pão de Açúcar, criticando a atuação do Presidente da Câmara, que resultou em punição de 90 dias para uma das professoras e para o assistente educacional, e de 30 dias para outra professora.

O sindicato impetrou um Mandado de Segurança (Anexo p. 176) que resultou numa Liminar, porém, no dia em que a Prefeitura foi citada para prestar informações, anulou os atos punitivos. Acreditando que tudo estava resolvido, nada mais foi feito pela entidade sindical. No entanto, fomos surpreendidos com outra arbitrariedade, pois a chefe do poder executivo, em 23/03/2001, abriu um inquérito administrativo para apurar os fatos que teriam levado aqueles trabalhadores da educação a procurar a Câmara de Vereadores e os meios de comunicação para fazer críticas à sua administração.

A verdade é que não se pretendia apurar nada, mas apenas encontrar um pretexto para demiti-los. Apenas para demonstrar o nível de parcialidade da mandatária (!), a comissão processante era composta por uma filha da mesma, como secretária, pelo sobrinho do marido da prefeita na condição de presidente desta, e uma outra componente que era casada com o presidente da comissão.

Fomos notificados pela prefeitura sobre o local, dia e hora em que ocorreria a tal audiência e informados que deveríamos nos fazer presentes na sede da prefeitura às 7:00h

---

§ 1º - A Diretoria dos Núcleos Municipais será formada por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, que estejam gozando das prerrogativas estabelecidas por este Estatuto.

da manhã, embora a sede do sindicato e o escritório jurídico, localizados na capital, distassem desse município uns 210 km. Ainda assim, chegamos ao local às 6:50h.

Tivemos uma audiência em que ficamos presos em uma sala, na sede da prefeitura municipal, durante mais de 12 (doze) horas. Uma criança de colo, filha de uma das professoras arroladas no inquérito, ficou sem ser amamentada durante todo o dia, visto que a ordem do procurador do município era de que nenhum de nós se ausentasse do local, mesmo com todas as argumentações feitas por mim, na condição de diretora jurídica do sindicato e pelo advogado que nos representava. Essa audiência foi presidida pelo advogado do município, que orientou um suposto "ato jurídico" eivado de intimidações.

Impetramos novo Mandado de Segurança e, depois de uma batalha jurídica que se desdobra até o fechamento desta dissertação, os trabalhadores estão ganhando o processo em todas as instâncias judiciais julgadas.

Outro embate desgastante, que deixou toda a sua diretoria indignada, o sindicato enfrentou em 2003, quando um professor da rede pública de ensino do município de Satuba, distante da capital 20 km, foi vítima de um ato covarde e desumano pelo simples fato de buscar informações acerca da transparência na aplicação dos recursos públicos federais destinados à educação.

O profissional citado havia me procurado no mês de março desse mesmo ano informando ter em mãos um Dossiê que comprovaria desvios dos recursos do FUNDEF promovidos pela prefeitura desse município, onde atuava como professor de Artes.

Disse ao professor que tivesse bastante cautela, pois a fama do prefeito local era de uma pessoa bastante violenta. Pedi-lhe que levasse imediatamente as informações ao conhecimento do Promotor da Comarca local para que fossem tomadas as devidas providências, já que é da competência do Ministério Público Estadual a fiscalização sobre as aplicações dos recursos públicos. O professor prometeu fazer isso assim que acabasse de levantar as informações de que precisava.

Infelizmente, não houve tempo para que suas denúncias chegassem às autoridades e o desenrolar dessa história ultrapassou os limites da crueldade. No dia 04/06/2003, fui comunicada pela presidenta do sindicato sobre o desaparecimento do professor.

---

[9] O Processo citado originou-se no município de Monteirópolis mas transcorreu em Olho D'água das Flores, onde se situa a sede do Fórum (Anexo p. 177)

Encontrava-me na capital paulista participando do 8º Congresso Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e fiquei chocada com a notícia. Podia imaginar que algo ruim tinha acontecido. Um dia antes do seu desaparecimento, ele havia sido convidado para uma "reunião" numa escola da zona rural daquele município, da qual jamais voltaria. No dia seguinte, outra informação confirmaria minhas suspeitas. Paulo Bandeira havia sido encontrado morto.

O assassinato desse professor ganhou repercussão internacional pela crueldade como foi executado. Segundo a polícia, após ter sido seqüestrado, foi torturado, amarrado ao banco de seu próprio veículo e incendiado. O sindicato solicitou que esse crime fosse apurado por uma força-tarefa que envolvesse os Governos Federal, Estadual e o Ministério Público[10].

A Ordem dos Advogados do Brasil-Secção Alagoas, através da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos endossou a proposta após ter recebido um relatório do SINTEAL contendo essa e outras denúncias de irregularidades envolvendo desvios de recursos, principalmente do FUNDEF, bem como o abuso de poder por parte de algumas administrações municipais, quando isso era questionado pelos trabalhadores da educação. Esse documento foi enviado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos e ao Ministério da Educação.

Como desdobramento do caso no período de 18 a 21/11/2003, Alagoas recebeu uma Comissão com integrantes da Controladoria Geral da União, que já vinha investigando várias irregularidades nos municípios alagoanos na utilização dos recursos federais desde 2001. Tal Comissão foi acompanhada pelo Profº. Sérgio Haddad, Relator Nacional para o Direito à Educação – Plataforma DHESC (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao referido grupo somaram-se outros nomes representando instituições e entidades do estado que colaborariam no sentido de expor a verdadeira situação em que Alagoas se encontrava pois, apesar de o foco estar centrado no assassinato do professor Paulo

[10] A defesa do professor Paulo Bandeira foi assumida por um grande criminalista da capital e vem sendo financeiramente patrocinada pelo SINTEAL, numa discussão acatada pela categoria em Assembléia Geral; no entanto, a luta para evitar outra tragédia deste porte tem sido constante e diária, uma vez que muitas arbitrariedades continuam acontecendo nos municípios alagoanos.

Bandeira, essa equipe havia sido designada pelo Governo Federal para apurar uma série de questões envolvendo outros municípios que apresentavam situações semelhantes.

Durante a visita da CGU e da Relatoria da ONU ao município de Satuba, onde o professor foi assassinado, também estavam presentes o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Alagoas, Deputado Estadual Paulo Fernandes, do Partido dos Trabalhadores, o presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Élcio de Gusmão Verçosa, a presidenta do SINTEAL, professora Girlene Lázaro, a professora Ivanilda Verçosa, membro do Comitê Alagoano da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o professor Milton Canuto, que presidia, à época, o Conselho Estadual do FUNDEF de Alagoas, hoje presidente do Conselho Estadual do FUNDEB e vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

A atuação da Polícia Federal foi importante para o indiciamento do então Prefeito de Satuba – Adalberon Moraes, como mandante do crime. Dois anos depois, em 2005, a Operação Gabiru[11], da Polícia Federal, denunciou Prefeitos envolvidos em desvios dos recursos da educação destinados à alimentação escolar, atingindo cerca de 30% dos dirigentes municipais do Estado.

O Prefeito de Satuba foi preso, tendo sido indiciado pelo assassinato do professor e acusado de outros crimes violentos, embora não tenha sido destituído do cargo de imediato e, por isso mesmo, continuou manobrando politicamente a Câmara Municipal, interferindo na administração pública e, principalmente, coordenando sua defesa em relação ao Tribunal de Contas do Estado que, a esta altura dos acontecimentos, havia decidido refazer as contas do município aprovadas, anteriormente, pelo referido órgão.

A relevância de registrar a fala, a seguir, do Prefeito em exercício de Satuba, sobre o comportamento do Prefeito indiciado, remete a circunstâncias parecidas de gestão da política municipal de educação do município onde realizei minha pesquisa, que irei destacar em capítulo posterior.

---

[11] A Operação Gabiru foi deflagrada em maio de 2005, tendo como alvos empresários, funcionários da Caixa Econômica Federal, de prefeituras e agiotas, secretários municipais, prefeitos e ex-prefeitos alagoanos acusados de desvios de recursos do FUNDEF, lavagem de dinheiro e envolvimento em fraudes em processos de licitação da alimentação escolar. Na Operação foram cumpridos 31 mandados de prisão temporária e 61 mandados de busca e apreensão de documentos. Por determinação da Justiça Federal, os investigados foram presos na carceragem da Polícia Federal. Segundo a PF, somente em 2005, estimava-se que os valores das fraudes em apenas 11 prefeituras poderiam chegar a quase R$ 2 milhões.

O Prefeito em exercício, perguntado pelo relator da comissão sobre as irregularidades detectadas pela Controladoria Geral da União sobre os recursos federais destinados exclusivamente à educação, pois antes de assumir o cargo de prefeito havia ocupado a pasta da Secretaria Municipal de Educação, afirma não ter tido o controle total dos recursos da sua pasta. Vejamos o diálogo abaixo:

Prefeito interino: Assinava, mas não estava ciente das (irregularidades). As coisas quando se dão nesse estilo, acontecem muito sigilosamente, eu só vim tomar conhecimento destas empresas (irregularidades) quando eu assumi (como prefeito). E aqui, sem querer também atacá-lo, se ele mandasse um cheque para o senhor assinar, o senhor tem que assinar.
Relator: Ele ameaçava o senhor?
Prefeito interino: Ele nunca me ameaçou porque eu assinei.
Relator: O senhor assinava sem ler?
Prefeito interino: Sem ler o cheque?
Relator: Todos os documentos.
Prefeito interino: Você não está entendendo. Eu estou dizendo que as coisas funcionavam muito sigilosamente. Disso aí eu nunca tomei o mínimo conhecimento. Quem conheceu bem o prefeito, sabe que ele era prefeito e secretário de todas as secretarias. Essa é a questão. O controle financeiro da prefeitura é dele, então se tiver uma coisa que está errada, você pode até achar que está errado, mas o prefeito mantém o sigilo das operações. Isso não funciona assim só aqui não, existem muitas prefeituras em que os secretários apenas assinam e funcionam com muita fachada, porque vigora o autoritarismo". (Anexo p. 199)

Essa situação de subserviência ao poder, relatada pelo Prefeito Interino em sua atuação à frente da Secretaria Municipal da Educação de Satuba, é comum na vida política dos municípios alagoanos, porquanto retrata as relações de poder e clientelismo, fruto da política autoritária ainda existente no Estado.

A morte do professor Paulo Bandeira marcou profundamente a minha atuação na diretoria do SINTEAL, uma vez que esse fato levou-me a refletir sobre a responsabilidade que uma entidade sindical tem frente às bandeiras de luta que trava em defesa de sua categoria, mobilizando pessoas e despertando nelas o sentimento de exercício da cidadania, despertando, ao mesmo tempo, a ira dos *donos do poder*.

2.5 Anacronismos históricos: em tempos de neoliberalismo, persiste o coronelismo.

Conforme Leal (1978), Coronelismo é uma manifestação do poder privado – dos senhores de terras – que coexiste com um regime político de extensa base representativa. Refere-se, basicamente, à estrutura agrária que fornecia/fornece as bases de sustentação do poder privado no interior do Brasil, um país essencialmente agrícola, naquela época. Mas coronelismo significa, também, troca de favores entre o poder público em ascensão e os chefes locais, senhores da terra que decadentes, lutavam pela sobrevivência.

Algumas características desse sistema perduram ainda hoje em nosso país – "o mandonismo, o filhotismo, o nepotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais" (LEAL,1978).

O termo coronel advém da Guarda Nacional[12], criada em 18 de agosto de 1831. Os chefes locais mais destacados ocupavam nela os postos mais elevados, no caso, de coronéis, seguidos de majores e capitães. Ela foi extinta logo após a proclamação da República, porém persistiu a denominação de "coronel" da qual se originou o vocábulo "coronelismo". O historiador e filólogo Basílio de Magalhães escreveu uma nota sobre a origem desse termo especialmente para Leal, atendendo a seu pedido (1978, p.19-21).

Para Faoro, a origem do poder do coronel, "[...] mais do que a situação econômica, deriva dos prestígios, da honra social, tradicionalmente conhecido" (1978, p.636).

O tipo de liderança que caracteriza o coronel é o fato de que ele comanda discricionariamente um lote considerável de "votos de cabresto". Independentemente de ser originário ou não de uma patente da Guarda Nacional, sua procedência vem da qualidade de ser proprietário rural, responsável pelos trabalhadores que vivem em torno de suas terras. Sobre essas pessoas, os coronéis exercem o poder através de seu prestígio pessoal, mantendo-os numa relação de dependência em que o "voto de cabresto" é uma das moedas de troca.

A situação acima, tão bem descrita por Leal (1978), apresenta, na atualidade, conseqüências desastrosas. Se nas últimas décadas do século, a população rural migrou para

[12]A guarda nacional brasileira , criação dos liberais de 1831, prestou relevantíssimos serviços à ordem pública e foi grande auxiliar do exército de linha nas nossas guerras estrangeiras, de 1851 a 1852 e de 1864 a 1970". (LEAL, 1975).

as cidades atraída, inicialmente, pelo processo de industrialização e deixou de usar a enxada como instrumento de trabalho, a relação entre o coronel e o voto parece sobreviver sob novas formas de "Coronelismo" no Brasil urbano.

Em Alagoas, assim como em outras unidades da federação, ainda prevalece, em alguns municípios, o sistema de poder político que vigorou no país na época da república velha (1889-1930), caracterizado pelo enorme poder concentrado em mãos de um poderoso local, geralmente um grande proprietário, um dono de latifúndio, um fazendeiro ou um senhor de engenho próspero.

Segundo Verçosa (2006, p. 98), esse sistema, que já prevalecia desde o colonialismo, atravessando o tempo do Império "vai encontrar com o advento da República, um campo propício para se estruturar como forma política dominante em terras alagoanas". Ainda, conforme o autor:

> Nas Alagoas, pelo que pudemos avaliar, as permanências têm sido muito mais significativas e marcantes do que as rupturas, e é sobre esse pano de fundo que devemos avaliar a questão da modernidade e os processos de modernização que ali tem lugar, dentre os quais tomam especial relevo as políticas do campo da educação (VERÇOSA, 2006, P. 160).

Esse sistema não só marcou a vida política e eleitoral brasileira como também contribuiu para a formação de um clima muito próprio, cultural, musical e literário que fez da figura do coronel um participante ativo do imaginário simbólico nacional. Não só os letrados dessa época buscaram reproduzir em seus livros o que era viver sob o domínio de um coronel, como os feitos e as façanhas deles foram transmitidos à luz de velas, lamparinas e lâmpadas, pela história oral dos avós para os seus netos, fazendo que os habitantes dos locais onde existia esta figura soubessem de uma "história" ou "causo do coronel".

Identificado com o Brasil do passado, agrário, rústico e arcaico, essa figura ainda sobrevive em certas comarcas e Estados do nordeste brasileiro, como o "poderoso mandão local", uma espécie de velho barão feudal que, desconsiderando as razões do tempo e da época, insiste em manter-se vivo e atuante, hoje representado por seus descendentes.

A relação de reciprocidade voto-benefício ganha novos contornos, tanto na zona rural quanto na urbana e amplia a sua esfera para outras arenas: a vaga na escola ou no programa bolsa-família só é concedida pelo vereador; a rede de água e esgoto ou a

instalação elétrica compete ao deputado estadual; e os investimentos em transporte ou pólos de desenvolvimento ficam nas mãos dos deputados federais ou senadores.

Ainda que recursos públicos sejam repassados das esferas estadual e federal para os municípios – normalmente são firmados convênios e programas entre aquelas esferas e estes -, são administrados de tal forma que favorecem a dependência e subordinação da população aos chefes locais.

Interessante é ver que hoje, mesmo com o fortalecimento do poder público em nível local, condição essencial, segundo Leal (1978), para o coronelismo desaparecer, ele persiste beneficiando-se das "benesses" desse poder. Refiro-me, aqui, às políticas públicas empreendidas por essas esferas. O mais curioso é que boa parte da população dessas comunidades aceita tudo como sendo "bondade" e "generosidade" dos chefes.

É sob esta relação de reciprocidade que as políticas públicas em Alagoas, que têm por objetivo melhorar e sustentar os bons índices de Desenvolvimento Humano, como saúde, meio-ambiente e principalmente educação, acabam sendo privatizadas pelas verbas distribuídas diretamente aos parlamentares, pela contratação de cabos eleitorais que assumem funções dirigentes em órgãos públicos ou pelos "currais comunitários" desenvolvidos pelos coronéis modernos.

Esse procedimento de utilização direta ou indireta dos recursos públicos mantém, alimenta e conserva a "relação de reciprocidade" e acaba por atender mais à sustentação das lideranças dos "coronéis modernos" em detrimento da implementação, organização e democratização das políticas públicas voltadas ao cidadão e à sociedade.

Era sob essas condições que eu atuava como diretora do SINTEAL, atendendo aos chamados nos municípios, na maioria das vezes acompanhada de um advogado, levando comigo um livrinho pequeno, de capa alaranjada trazendo a íntegra da lei do FUNDEF.

A "cartilha de orientações", como era chamada tornou-se minha bíblia diária e acompanhava-me em todos os lugares, assim como um CD com slides sobre a referida lei, seja para discuti-la com os profissionais da educação, ou com os governantes municipais que se faziam de desconhecedores da mesma, negando-se a aplicá-la em determinados aspectos, quando se tratava dos direitos dos trabalhadores da educação, já previstos nos Planos de Cargos e Carreira (PCC's).

Além desses, também me acompanhavam cópias de todas as Resoluções, Regulamentações, Portarias e Pareceres das reformas educacionais em curso, juntamente com as cartilhas de orientação aos Conselhos Municipais do FUNDEF e uma edição da Constituição Federal (1988).

Apesar da fragilidade que freqüentemente observamos em determinados setores da área jurídica por todo o país, nesse período conseguimos estabelecer uma grande parceria com o Ministério Público Estadual através das Promotorias das Comarcas Municipais, acompanhando-nos e intermediando junto às Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação em diversas ocasiões.

Dentre as várias discussões e debates que promovíamos nos encontros com a categoria, destacavam-se as preocupações sobre as precárias condições de trabalho, a desvalorização profissional/salarial, a superlotação das salas de aula; mas sempre existia uma grande preocupação com a temática relacionada à formação dos professores.

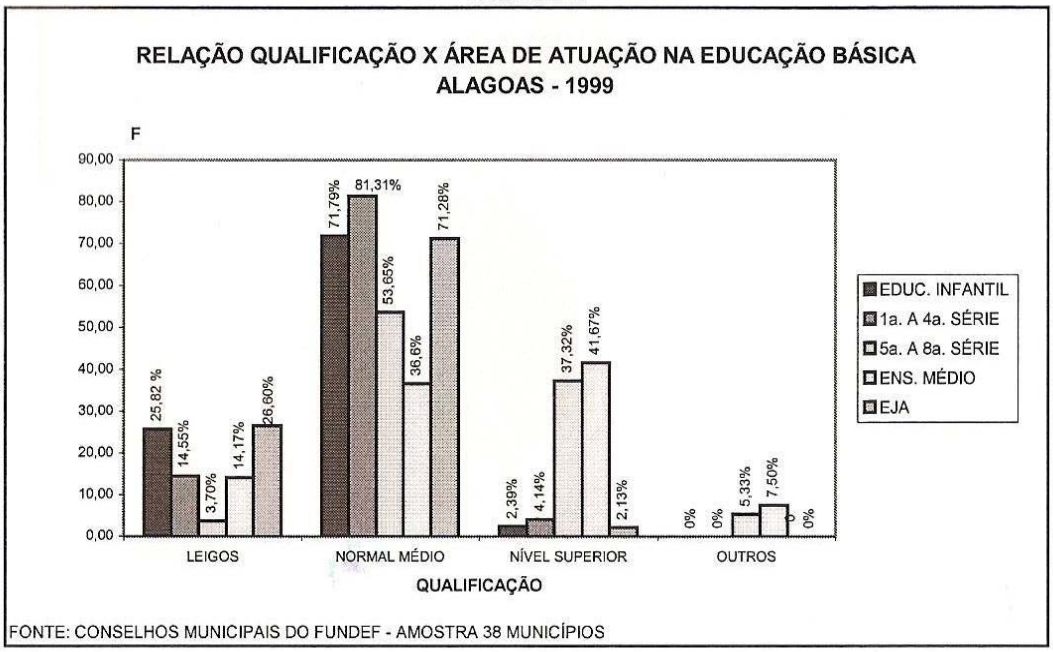
Segundo Lira (2001), os efeitos do FUNDEF resultam, a partir de sua implementação, na redução do percentual de professoras/es leigas/os no ensino fundamental de 1ª a 4ª séries nos municípios alagoanos que, a exceção de Maceió, tinham professores com formação inicial para o magistério como casos esporádicos, quando não inteiramente ausentes. Esses efeitos representaram um fato positivo para o desempenho das redes municipais que, sem condições, dada à ausência de profissionais capacitados, estrutura física escolar e recursos financeiros, já assumiam mais de dois terços dessas matrículas muito antes do FUNDEF.

Gráfico 3

FONTE: SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, AMOSTRA DE 33 MUNICÍPIOS, ALMEIDA (1998)

* EM RELAÇÃO AO CONJUNTO DE PROFESSORES ATUANTES NA EDUC. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.

Gráfico 9



FONTE: CONSELHOS MUNICIPAIS DO FUNDEF - AMOSTRA 38 MUNICÍPIOS

Por iniciativa dos executivos municipais, aumentou também o percentual de professoras/es na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, e nas turmas de 5ª a 8ª séries, já que os municípios passaram a assumir, também, grande parcela dessa matrícula, enquanto que a rede pública estadual, que já convivia com o segmento de 1ª a 4ª séries municipalizado em maior número, por ausência de um regime de compartilhamento de responsabilidades, passou a ter sua atuação de 5ª a 8ª séries reduzida, ainda que, historicamente, a rede dispusesse de professores titulados para esse segmento do Ensino Fundamental. Surge, então, um outro tipo de professor leigo, nos municípios, para trabalhar com a segunda fase do Ensino Fundamental, e que iria ministrar aulas nesse segmento sem a devida formação em Licenciatura ou Graduação. (LIRA, 2001, p.118).

Lira (2001, p.114-115) afirma ainda que, com a realização dos concursos públicos nos municípios, a admissão de professores com formação em Nível médio Normal passou a ser fator relevante, coadjuvado pelo significativo incremento dos níveis salariais desses

professores que, se beiravam o mínimo nacional, representavam, contudo, bem mais do que os valores simbólicos pagos anteriormente[13].

Sendo a formação uma das maiores preocupações da categoria e percebendo o descaso das autoridades locais, o sindicato passou a incluí-la na pauta de reivindicação dos municípios, intensificando o debate nas rodadas de negociações quando estas aconteciam, pois muitas prefeituras negavam-se e ainda se negam a negociar com o SINTEAL. Fui me apropriando desse tema com muito gosto e, quando decidi deixar o sindicato, tinha decidido debruçar-me para pesquisar a problemática da formação continuada de professores.

Para que eu conseguisse realizar este projeto de pesquisa, foi necessário delimitar um campo de atuação num município de pequeno porte, dadas as condições de bolsista da Fundação Ford, que estabelece o prazo de dois anos para os estudos da Pós-Graduação no Mestrado, e a minha Portaria de liberação da rede pública estadual de ensino que conforme preconiza o Plano de Cargos e Carreira, também só concede dois anos de afastamento para tal finalidade.

Sendo necessário atender a essas exigências, defini, como foco deste trabalho, um lugar com o qual já possuía muita familiaridade, por ter acompanhado as diversas mobilizações realizadas no município, no período de 2003 a 2005, como dirigente sindical.

[13] Importa assinalar que a ampliação da matrícula das redes municipais anteriormente ao FUNDEF – que Lira denomina de "prefeiturização" do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries – aconteceu em detrimento da

Capítulo 3

Desvelando os caminhos multifacetados da formação continuada

3.1 "Paraíso das Águas": entre a mansidão e as turbulências.

Seguindo a trilha do "Paraíso das Águas", passemos a visitar o "Paraíso das Águas Mansas", paisagem do litoral norte alagoano, onde se situa o município no qual desenvolvi esta pesquisa. Nesse lugar, as águas do mar são realmente calmas, porém uma das razões que me impulsionaram a ir até lá foram as turbulências que ocorrem no âmbito educacional, despertando-me o desejo de investigá-las.

Paripueira, situado a 27 Km de Maceió, antes de sua emancipação, pertenceu a outros dois municípios, primeiro a São Luis do Quitunde, depois à Barra de Santo Antonio. Formado a partir de uma colônia de pescadores, cresceu por causa da proximidade com a capital e do seu potencial turístico. Atualmente, comporta 9.725 habitantes, tendo as seguintes taxas de analfabetismo: 33,6% entre 7 e 14 anos e 33,12% com mais de 15 anos.

Foi criado pela Constituição Estadual de 1989 quando foi desmembrado da Barra de Santo Antonio. Ações judiciais questionaram a constitucionalidade do processo até 1990, quando houve um plebiscito no povoado apoiando a criação deste e, só em 1991, foi nomeado seu primeiro administrador público. Em maio desse mesmo ano, uma nova liminar cassou a transformação do município, tendo o Supremo Tribunal Federal (STF) mantido a decisão inicial. Sua emancipação só foi concretizada no dia 05 de outubro de 1991.

No passado, esse município foi ocupado por tribos indígenas (Tupi Guarani), que deram origem ao seu nome, cujo significado é "Praia das Águas Mansas". Todo seu litoral está localizado na Costa dos Corais, famosa por suas belas praias como Costa Brava e Sonho Verde, além das piscinas naturais. A praia de Paripueira é sede do Parque Municipal Marinho de Preservação do Peixe-boi, criado em 1993, único na América Latina. Nele se encontra a maior família de peixe-boi do Nordeste.

---

possibilidade de profissionalização de seus docentes que, além da condição de leigos, recebiam uma remuneração média de R$ 20,00 a 30,00 por mês até 1997 (LIRA, 2001, p. 113-114).

Nessa cidade, a população não dispõe de hospital e conta com 02 estabelecimentos de saúde pública. Também não existem consultórios médicos registrados no local. Existe 01 agência dos Correios e não há infra-estrutura bancária. Possui, atualmente, 6.313 eleitores. O PIB de Paripueira em 2007 foi de R$ 22.419 mil reais e o PIB *per capita de 2.597* mil reais. O FPM R$ 3.550.586,18 e o FUNDEB R$ 16.239.33,95[14].

Existem 4.632 domicílios no município, sendo 4.622 particulares, 2.479 ocupados e 2.143 não-ocupados. Essa quantidade de domicílios desocupados representa as casas de veraneio da cidade. Dos 2.479, apenas 66,20% desses domicílios são atendidos pela coleta de lixo, evidenciando a existência de uma fonte de sérios problemas ambientais e de saúde pública para a população (IBGE, 2006).

As principais atividades econômicas no local são a pesca, serviços e construção, sendo que esta última ocupa 110 pessoas e possui 92 assalariadas. O pequeno comércio ocupa 91 pessoas, sendo que destas, apenas 35 são assalariadas. As atividades imobiliárias ocupam 97 pessoas e destas, 78 são assalariadas. Ao pesquisar esses dados, não encontrei nenhuma informação sobre as finanças públicas do município[15].

Na área educacional, existem 05 prédios escolares da rede municipal, 01 escola de Ensino Fundamental e Médio da rede pública estadual e 03 escolas privadas de Educação Infantil. No total, dados do IBGE 2006 registram 2.517 matrículas no Ensino Fundamental; 878 na rede estadual e 1.639 na rede municipal. No Ensino Médio, o número de matrículas foi de 494. A Educação Infantil matriculou 144[16]; 71 na rede municipal e 73 na rede privada. Quanto ao número de docentes, a rede municipal, no Ensino Fundamental, possui 63 professores e a rede estadual 23. O Ensino Médio estadual possui 20 docentes. Com relação à Educação Infantil, existem 07 professores, 04 da rede privada e 03 da rede municipal.

---

[14] Dados obtidos através do site http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp, acessado no dia 14/03/2008.

[15] Todos os dados referentes ao município informados nesse parágrafo e no seguinte foram extraídos do site do IBGE , no link Canais = Banco de Dados = Cidades @, acessado no dia 14/03/2008.

[16] As matrículas da Educação Infantil registradas nos dados do IBGE referem-se a crianças que freqüentavam as "Classes de Alfabetização" existentes em um dos prédios das escolas municipais destinadas ao funcionamento das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Nesse município, não há oferta de escolas para a Educação Infantil pela secretaria municipal de educação, contrariando o que preconiza a LDB/96 em seu Capítulo IV, Art. 11, Inciso V.

> V- oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à remuneração e desenvolvimento do ensino" (LDB/96).

Realizar este trabalho e nesse município, despertava-me bastante interesse, tendo em vista que, sendo de meu conhecimento a realidade da política local, pensava ser esse o momento oportuno para investigar um tema mais específico e, de alguma forma, contribuir para provocar reflexões sobre suas demandas no campo da política educacional.

Preocupava-me a situação estabelecida e a falta de providências por parte dos órgãos competentes no que se refere aos direitos sociais preconizados em tantas leis citadas no corpo deste trabalho, que não vigoravam no município analisado.

3.2 Iniciando a "Via Crucis" pela coleta de dados...

Ao lançar-me em busca de dados que permitissem descrever e analisar como a Secretaria Municipal de Educação de Paripueira desenvolvia seus projetos e programas de formação continuada em Paripueira, deparei com ausências e silêncios por parte do poder municipal, fatos que me impossibilitaram de conseguir os dados nas fontes previstas.

A Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores não possuíam nenhum registro e a Secretaria Municipal de Educação, além de não ter sede própria, não dispunha de local onde guardasse e organizasse a documentação desse órgão. Porém, problema maior era a troca constante dos representantes da Secretaria. Em busca desses dados senti-me, por um momento, diante da iminência de "perda do tema". Por conseguinte, a opção que me restou para levantar as informações que necessitava sobre o município e concretizar o meu trabalho foram as vozes dos meus parceiros, os profissionais da educação.

Imaginava, de antemão, que algumas dificuldades ocorreriam pelo fato de ser uma ex-dirigente sindical, por ter mediado alguns embates políticos com os representantes do poder municipal. Achava que, pelo fato de esse lugar ser muito pequeno e concentrar praticamente todas as atividades administrativas em um único prédio, ou seja, na pequena

sede da prefeitura, encontraria um rico e organizado acervo contendo as informações de que necessitava para minha pesquisa.

Esperava encontrar, na sede da prefeitura, Plano Anual de Trabalho, Leis, Decretos, Relatórios destinados à implementação da política educacional e informações no que se refere às prestações de contas dos recursos do FUNDEF no período analisado, que evidenciassem a aplicação destes em programas de formação continuada. Da parte da Secretaria da Educação, procurava projetos e programas educacionais voltados para a formação continuada das professoras das séries iniciais.

Os documentos buscados serviriam de suporte para compreender, mais adiante, as análises das narrativas dos sujeitos envolvidos no processo educacional do município nas entrevistas colhidas. Porém, nenhuma dessas fontes foi-me disponibilizada nas três vezes em que estive no local, conforme descreverei abaixo.

Embora tivesse conhecimento dos problemas existentes na área educacional desse município, investigar a formação de professoras/es exigiria de mim uma apuração mais detalhada sobre o assunto, visto que minha presença naquele local havia ocorrido em momentos pontuais, para coordenar algumas atividades sindicais tais como: assembléias, audiências, passeatas, etc. Eu nunca havia conversado com as/os professoras/es especificamente sobre essa questão.

Tendo, então, a necessidade de aprofundar informações sobre o tema, elaborei um plano de coleta de dados iniciando pela sede do sindicato, na capital, para saber quem estaria à frente do Núcleo do SINTEAL no município. Era o mês de dezembro de 2006 e preparava minha ida para o mês de fevereiro de 2007.

Ao entrar em contato com o SINTEAL, para minha surpresa, fiquei sabendo que as pessoas que compunham o Núcleo do sindicato em Paripueira haviam desistido de dar continuidade ao trabalho, mediante pressões e perseguições sofridas por conta das diversas reivindicações apresentadas e mobilizações realizadas, inclusive uma greve de dezenove dias, fato inédito no município. Porém, foram-me entregues nomes e números de telefones de professoras/es que possibilitassem iniciar os contatos antes de me dirigir até lá. Tomei os cuidados, conforme orientam Bogdan e Biklen (1994, p. 115), para adentrar no trabalho de campo providenciando, de antemão, a autorização daqueles que seriam os sujeitos investigados.

Ao telefonar para algumas professoras que residem na cidade, quis saber, de imediato, quem estava respondendo pela Secretaria Municipal de Educação naquele momento. Para ser mais precisa, nas duas gestões investigadas (2001 a 2007)[17], nove secretárias/os passaram por lá. Segundo as informações dadas pelas professoras do município, os nomes que passaram pelo órgão foram os seguintes: Josinete e Cristina, cujas datas em que assumiram a pasta são desconhecidas; Maria Santana Correia de Castro (2001); Rita de Cássia Romeiro de Carvalho Santos (2002); José Leite Filho (2003); Wellington Eriandes D. de Farias (2004); Ana Maria Monteiro (2005 a 2006); César Augusto Pereira da Silva (jan./abr. de 2007) e Edamara Lara (out./2007 até o fechamento da pesquisa).

As professoras informaram, ainda, que, nos vácuos existentes durante as substituições destas/es Secretárias/os, a professora Ana Maria Monteiro reassumia o comando desse órgão, pelo fato de manter vínculo familiar com o chefe do poder executivo. Uma professora informou o nome e número do telefone celular da então Secretária. Liguei para ela na segunda quinzena de janeiro de 2007 e falei do meu interesse em realizar minha pesquisa no município. A mesma falou que, ao chegar à cidade, poderia procurá-la na sede da prefeitura. Isto se explica pelo fato de não existir, até então, uma sede própria para o funcionamento da Secretaria Municipal de Educação.

Viajei para Maceió e, chegando lá, fui informada por uma funcionária de que os trabalhadores da educação haviam sido convocados para retornar às escolas, em seus respectivos turnos de trabalho, para participarem de um encontro de formação continuada que ocorreria de 12/02/07 a 16/02/07.

Quando me dirigi à sede da prefeitura de Paripueira encontrei a Secretária com a qual havia tratado sobre a minha visita no final do ano de 2006, que no momento (fevereiro de 2007) já havia mudado de cargo, assumindo a Secretaria Adjunta pois, segundo ela, um novo Secretário tinha assumido o órgão há duas semanas, portanto em janeiro de 2007. A mesma se prontificou a me conduzir até o prédio da escola onde professoras/es e funcionárias/os encontravam-se reunidos.

[17] No período investigado, de 2001 a 2007, o Prefeito pertenceu às siglas do PDT e PPS.

Ao chegarmos à unidade de ensino, uma faixa se estendia à frente do prédio com os dizeres: "EDUCAÇÃO, Desafio do 3º Milênio – Formação Continuada de Profissionais da Educação". Importante destacar que o encontro de formação havia sido programado pelo novo Secretário para professores e funcionários participarem juntos.

Minha chegada ao local foi uma mistura de alegrias, surpresas e, até, de feições insatisfeitas. Alegria da parte de quem comigo participou das inúmeras mobilizações realizadas pelo sindicato; surpresa porque algumas pessoas ainda não sabiam da minha saída da diretoria da entidade para ingressar na Pós-Graduação, muito menos que eu estava morando fora do Estado e havia casado; feições insatisfeitas daquelas que, de certa forma, responsabilizam-nos, pobres mortais dirigentes sindicais, pelas injustiças sofridas em seus locais de trabalho como se nós tivéssemos governabilidade para resolver todas as questões que envolvem a categoria. Eu sabia muito bem dos problemas que essas pessoas vivenciavam ali. Por isso mesmo, tratei de abraçá-los bem forte, principalmente aquelas /aqueles que, por essas insatisfações, desconfiavam de minha presença ali como pesquisadora.

Esse encontro deu-se enquanto aguardava o Secretário de Educação para me apresentar e os profissionais da educação faziam um intervalo da atividade para tomar um lanche.

Ao ser apresentada ao secretário, expus-lhe o motivo da visita, detalhando como pretendia desenvolver minha pesquisa de Mestrado naquele município, tendo como foco as políticas de formação continuada implementadas pela prefeitura.

Durante a conversa, na qual o Secretário declarou lembrar de mim como diretora do SINTEAL, apresentei documentos comprobatórios do meu vínculo com a Unicamp e com a Fundação Ford. Aproveitando o ensejo solicitei dele autorização para dialogar com as professoras e professores, assim como perguntei-lhe sobra a possibilidade de me disponibilizar alguns dados da Secretaria da Educação tais como: levantamento do último censo, número de matrículas da rede, relatórios, decretos, portarias, ou qualquer tipo de documentos que me fornecessem maiores informações acerca do tema em estudo.

O Secretário concordou que eu conversasse com as/os profissionais da rede, todavia me adiantou que se encontrava há apenas duas semanas no cargo, justificando-se a

impossibilidade de me fornecer esse material naquele momento, uma vez que ainda não havia tido tempo para se apropriar e tomar conhecimento dessa documentação.

Pedindo desculpas por ter demorado para chegar ao local, explicou estar resolvendo sua situação funcional anterior. Segundo ele, antes de ser convidado para assumir a referida Secretaria, era funcionário da área administrativa da Secretaria Estadual de Educação, de onde acabava de pedir exoneração, não só para tomar posse no novo cargo quanto por ter sido recentemente aprovado em concurso público para professor de Matemática no município de Maceió, no qual seria lotado brevemente. Falou-me da correria por estar resolvendo todas essas questões burocráticas ao mesmo tempo e pediu que eu aguardasse mais uns dias. Durante toda a semana, fiz-me presente no município acompanhando algumas atividades do Encontro de Formação Continuada, porém até meu retorno para Campinas, no final do mês de fevereiro, não consegui encontrá-lo nem recebi os documentos solicitados.

No mês de outubro de 2007, oito meses após a fase exploratória de campo, retornei ao município para dar continuidade à coleta de dados, dessa vez objetivando realizar as entrevistas com as/os professores/as e, novamente, tentando receber os documentos até então não disponibilizados. Antes de viajar, fiz novo contato com algumas professoras e, para minha preocupação, soube que o Secretário de Educação com o qual havia feito o primeiro contato em fevereiro de 2007 não respondia mais pela pasta e uma nova Secretária estava assumindo o cargo. Sabia que teria de começar do zero nos encaminhamentos que já havia dado à pesquisa, ou seja, iniciar nova fase exploratória em busca dos documentos.

Ao retornar a Maceió, após contato telefônico em 17/10/2007, encontrei-me em 19/10 com a nova Secretária, em Paripueira, apresentei-me e expliquei tudo que já havia tratado com o Secretário anterior. Mesmo afirmando estar bastante ocupada, acompanhando as festividades da "Semana da Criança", atendeu-me prontamente. As comemorações causaram-me estranheza, pois o dia da criança já havia passado.

Dessa vez, fui atendida em uma casa que estava sendo estruturada para atender às questões específicas da educação do município, por solicitação feita através desta nova representante da pasta. Apresentei-lhe a documentação que comprovava minha condição de pesquisadora e a nova Secretária, muito simpática, deu-me carta branca para ir às escolas realizar o trabalho. Contou-me que havia combinado com o prefeito de passar três meses

experimentando as condições que este lhe daria para implementar as ações que a pasta lhe conferia, e decidiria ou não pela permanência.

Novamente solicitei os documentos que achava necessários para dar sustentação à minha pesquisa. Foi feita uma promessa de que estes seriam providenciados e entregues até o final da semana, pois se encontravam no computador da mesma, em sua residência, visto que a sede da Secretaria ainda não dispunha de tal instrumento tecnológico. Após minha partida, fui informada de que haviam sido adquiridos dois computadores para esse órgão.

Passei duas semanas indo aos prédios das escolas municipais, nos três turnos, para realizar as entrevistas com as professoras das séries iniciais. Embora estivesse tratando da formação continuada, o quadro caótico educacional com o qual deparei levou-me a envolver outros/as atores/as, os/as funcionários/as de escola, conforme evidenciei na justificativa deste trabalho, uma vez que considerei também suas versões sobre o desenvolvimento das propostas de política educacional e as políticas de formação continuada.

Durante esse período, encontrei-me com a Secretária nas seguintes ocasiões: em duas escolas, na câmara municipal e na sede da secretaria de ação social. Já se aproximava o dia de encerrar minhas atividades quando nos encontramos novamente e tornei a lembrá-la da solicitação que havia feito com relação aos tais documentos. Ela pediu que a encontrasse no dia seguinte para recebê-los. Ao entrar em contato por telefone, querendo saber onde localizá-la, a mesma informou que se encontrava numa reunião em um outro município, não havendo mais tempo para isso.

Mais uma vez, retornei a Campinas sem que a Secretária Municipal de educação disponibilizasse o material, permitindo-me concluir que ou este não existia ou não havia permissão de autoridade superior para divulgá-lo. Objetivamente, teria que contar com um dado de pesquisa: a recusa/ausência de documentos da Secretaria Municipal de educação.

Na corrida em busca dos dados, era necessário ir até a Câmara Municipal, pois lá imaginava encontrar projetos de lei ou leis aprovadas que contemplassem a educação municipal, propostas de programas de formação continuada, solicitações da prefeitura para as despesas, orçamento municipal anual, relatórios de prestação de contas dos recursos aplicados na educação ou, ainda, outros registros de solicitação de recursos destinados à implementação de políticas educacionais previstas, por exemplo, na Lei de Diretrizes

Orçamentárias – LDO e no Orçamento Anual aprovado. Além destes, procurei também pelo Plano Municipal de Educação que, conforme o Artigo 2º do Plano Nacional de Educação (PNE), determina que o Distrito Federal, Estados e Municípios elaborem, em consonância com o nacional, planos decenais correspondentes.

Busquei informações sobre o funcionamento da Câmara Municipal e soube que essa casa do Poder Legislativo abria suas portas apenas uma vez por semana, nas segundas-feiras à noite.

Fui até lá levando uma carta de apresentação institucional da Unicamp em que esboçava os motivos da minha presença naquele local e ao mesmo tempo, apresentava as solicitações devidas. Entreguei o documento diretamente nas mãos do Presidente da Casa para que assinasse o recebido. Pareceu-me não haver ali nenhum funcionário responsável pelo protocolo de documentos dessa espécie, tendo o próprio parlamentar colocado sua assinatura sem que fosse dado um carimbo do órgão.

Dois outros vereadores aproximaram-se e, quando explicitei a razão da minha visita, lamentaram que tivesse escolhido aquele município para fazer este trabalho pois, segundo eles, a Câmara em nada poderia contribuir, porquanto todas as decisões tomadas ali eram centralizadas no gabinete do Prefeito. Um terceiro juntou-se a nós e fez o seguinte comentário:

> *Ah! Professora, a senhora não sabe de nada. Eu vou lhe contar, mas se a senhora disser que fui eu quem disse, eu digo que é sua mentira. Aqui em Paripueira nada passa pelas nossas mãos. A câmara não decide nada. Nem de educação, nem de FUNDEF, nem de coisa alguma. Tudo é feito do jeito que o prefeito quer, no seu gabinete e no seu escritório lá em Maceió. Ele tem um escritório somente para essas coisas (Diário de Campo, p. 2, no dia 22/10/07).*

Após ouvir as palavras ditas por um cidadão eleito para legislar em defesa do povo e em favor dos interesses daquele município, inclusive com deveres e mandato popular para cobrar e fiscalizar as ações do poder executivo, principalmente no que diz respeito aos gastos públicos, saí dali tomada por um sentimento desolador. Posteriormente, quando me dedicava à sistematização desse texto, pus-me a refletir sobre algumas leituras que fiz de Aristóteles a propósito de quem faz a política. Segundo o filósofo, a Oligarquia é o governo de um grupo que rege as coisas públicas atendendo apenas ao seu exclusivo interesse. Foi exatamente isso que pensei e senti em relação àqueles parlamentares.

Quando atitudes semelhantes acontecem nos cenários políticos brasileiros, Da Matta classifica de "ética da identidade e lealdade verticais", em que se estabelece um elo de sistema hierárquico, com base nas pessoas e nas relações pessoais, em que se personalizam atividades não privadas que deveriam ser essencialmente impessoais (Da Matta, 1979). Nesse sentido, a atitude dos vereadores do município em silenciar as irregularidades do poder executivo deixam transparecer uma certa cumplicidade no descumprimento da legalidade, para, posteriormente, de alguma forma, locupletarem-se em troca desse silêncio, pois se pressupõe da parte dos vereadores o conhecimento das atribuições do prefeito, previstas na Lei Orgânica do município.

No dia em que compareci à sede da Câmara em 22/10/2007, encontrei os nove vereadores presentes à sessão, cuja pauta seria a liberação do duodécimo do órgão, pois o prazo havia se exaurido no final da semana anterior, sem, contudo, ter sido liberado pelo chefe do poder executivo. Eles afirmaram que, nesse mesmo dia, haviam feito contato com o prefeito, que garantiu o depósito dos referidos recursos, mas não cumpriu a promessa. Era uma segunda-feira e já eram mais de 20:00 horas.

Dessa busca, a única achada e disponibilizada pela prefeitura foi uma cópia da Lei Orgânica do Município. Outras fontes importantes, como o Plano de Cargos e Carreira dos Trabalhadores da educação e a Ata de eleição dos Conselhos da Merenda e do FUNDEF, foram cedidas pelo SINTEAL.

Saí da Câmara de Vereadores desiludida, mas acreditava que ainda me restavam esperanças com relação ao que buscava. Aguardava um posicionamento do Tribunal de Contas de Alagoas sobre um Ofício que havia protocolado naquele órgão no mesmo dia em que cheguei a Maceió. De teor igual aos demais que apresentei nos locais a que compareci, esse destacava, em particular, a necessidade de se ter comprovação da aplicação dos recursos do FUNDEF na formação continuada de professores das séries iniciais.

Ao protocolar o referido Ofício, certifiquei-me com o funcionário que me atendeu sobre o tempo que levaria para obter uma resposta. A informação recebida dava conta de que uma semana, no máximo, seria suficiente para aquele documento chegar à mesa do presidente do órgão e ser imediatamente despachado com uma resposta para mim. Isto me deixou contente principalmente porque, antes mesmo de viajar, acessei o site desse Tribunal, apropriei-me de alguns números de telefone e entrei em contato direto com o

funcionário responsável pelo departamento dos relatórios de contas do FUNDEF, e foi o próprio quem me informou sobre o procedimento para solicitar tais informações.

Talvez, embora duvide muito, eu não tenha sido muito clara quando conversamos ao telefone quanto aos documentos desejados. A princípio, tudo parecia tranqüilo e fácil de ser disponibilizado, no entanto ao ser distribuído para outros setores do órgão, esse Ofício causou muitos rebuliços no seu interior e o resultado é que, após as duas semanas em que estive na capital, nenhuma resposta positiva me chegava, embora fizesse contatos diários. A questão é que eu não havia informado antes de qual município eu buscava informações, o que só foi descoberto ao lerem a solicitação.

Como eu necessitava retornar às atividades acadêmicas, deixei uma Procuração para que uma de minhas irmãs continuasse a procura desses relatórios, o que não seria uma tarefa difícil, pois a mesma trabalha em um complexo educacional situado vizinho ao prédio do Tribunal de Contas.

E lá foi ela à procura dos documentos, a cada dois dias, ao sair do seu trabalho. Cada vez que se apresentava, davam-lhe uma desculpa diferente: o chefe do setor está em Brasília; o prédio está em reforma; hoje não dá, estou acompanhando a reunião dos conselheiros. O responsável pelo setor saiu de cena e entregou a tarefa para uma funcionária, que confidenciou para minha irmã: "vai ser muito difícil que sua irmã consiga qualquer documento referente àquela prefeitura, sendo o prefeito filho de quem é". O chefe do poder executivo da referida cidade é filho de um desembargador e uma juíza do Estado.

Quase dois meses depois, provavelmente cansados da presença constante de minha irmã naquele órgão, disponibilizaram dois demonstrativos de recursos do FUNDEF, dos anos de 2003 e 2005[18], respectivamente. Todavia, ao conversar com o presidente do Conselho Estadual do FUNDEB para que me ajudasse na leitura dos documentos, uma vez que o mesmo é especialista em financiamento da educação, este esclareceu que os documentos não apresentavam as informações que eu queria saber. Segundo ele, tais documentos apresentavam apenas os valores totais dos recursos na forma como são concebidos, ou seja, o total dos gastos referentes ao montante dos 40% e dos 60%, dos anos

15 (Anexo III, p. 181, 182)

mencionados, sem especificar quanto, quando, como e onde tais recursos haviam sido aplicados.

Embora minhas buscas pelas fontes da pesquisa não se reduzissem apenas a esses documentos mencionados, os mesmos, ao serem disponibilizados, dariam a este trabalho um caráter mais consistente; contudo, nesse emaranhado onde se entrelaçaram o filhotismo, o mandonismo, e as relações de reciprocidade (Leal, 1978), como formas impeditivas, tornou-se impossível apresentá-los aqui. Essas ausências e esse silêncio, a meu ver, reforçaram as minhas hipóteses de que o poder dos coronéis ainda não havia acabado em municípios alagoanos.

O trato com as fontes, dentre as quais a legislação inicia-se pelo levantamento das mesmas, procedendo à sua seleção criteriosa, seguida da leitura atenta dos documentos em relação ao objeto de pesquisa, buscando respostas a um problema. Nessa perspectiva, a legislação é uma fonte recorrente para a melhor compreensão de uma questão.

No entanto, a busca pela legislação, sua seleção e leitura levam também à identificação de outras indagações que se colocam para os pesquisadores. A afirmação de Clarice Nunes (1992), em relação às fontes tomadas genericamente, pode ser considerada, quanto à legislação, como fonte específica. Segundo a autora, "Mapear fonte é, portanto, preparar o terreno para a crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens" (NUNES, 1992, P. 14).

Por isso, a fase inicial de busca e seleção da legislação trata-se, antes de tudo, de um trabalho de garimpagem que tanto pode levar à resposta de uma questão já colocada, como, pela maneira como for interpretado, levar o pesquisador a outras indagações. De fato, a "via crucis" pela coleta de dados deixar-me bastante angustiada, levando-me, inclusive a mudar o foco principal, que seria, a princípio, a formação continuada das/dos professoras/es das séries iniciais do Ensino Fundamental, constituindo-se mais adiante, em uma problematização envolvendo a implementação da política educacional no município, novo recorte do objeto desta pesquisa.

Nesse período, cheguei a fazer contato com minha orientadora afirmando ter perdido o objeto da pesquisa, não havendo, portanto, necessidade ou sentido de continuar tratando de algo que não teria como comprovar oficialmente. Só depois compreendi que a negação,

o silêncio e os entraves existentes acarretariam possibilidades outras de discussão, enriquecendo, assim, o trabalho.

As tentativas e insucessos para fazer o levantamento e seleção da legislação e demais documentos normativos que regulamentam a educação do município de Paripueira, assim como de quaisquer outras informações oficiais, demonstraram a omissão e/ou a falta de gerenciamento administrativos existentes nesse local, mas não apenas isso.

O fato de não encontrar documentos que apontassem uma política explícita voltada para a educação no município e, nesta, uma definição sobre a formação continuada de professores levou-me à idéia de uma "política do silêncio" adotada como uma *estratégia* (CERTEAU, 2006) do poder local para se desobrigar de seus deveres e responsabilidades. Esse fato atrapalhou, em parte, minha pesquisa, visto que a disponibilidade e o acesso às fontes são problemas que nem sempre podem ser resolvidos segundo a vontade do pesquisador. Necessário se fez utilizar *táticas* para superar os entraves e seguir adiante com o trabalho.

Segundo Certeau (2006), é no cotidiano e no espaço de jogo que são instauradas *táticas* e *estratégias* para utilização singular da ordem imposta, implementando uma pluralidade nas formas de agir que geram efeitos imprevisíveis.

Considero importante esclarecer os conceitos de estratégia e tática que ora apresento: "Chamo de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente" (Certeau, 2006, p. 46). A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito com algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (Certeau, 2006, p. 99). A tática, ao contrário, não conta com um próprio, só tem um lugar, o do outro, "depende do tempo, vigiando para 'captar no vôo' possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em 'ocasiões" (Certeau, 2006, P. 47).

Assim ocorreu neste detalhamento que apresento relativo às buscas empreendidas objetivando levantar os dados necessários à realização desta pesquisa. A força do poder local tornou 'isolável' os ambientes onde eu poderia dispor das informações que buscava, porém essa estratégia utilizada pelo poder contribuiu no sentido de ampliar as 'táticas' que garantissem 'possibilidades de ganho', quando fui obrigada a recorrer às vozes das/os

profissionais da educação como principal fonte de informação sobre o objeto analisado, ou seja, tive que ser matreira para atingir meu objetivo.

A legislação tem sido uma das fontes recorrentes de quem opta por estudar temas relacionados à educação. Mostra-se um dos pontos de partida para a busca de caminhos que conduzam pelos labirintos da política educacional, mas necessita, no entanto, de contextualização e do apoio de conceitos chaves que permitam a sua interpretação.

Embora Fernando de Azevedo tenha afirmado que a legislação educacional constitui um "dos mais preciosos documentos para o estudo da evolução de uma sociedade e do caráter de uma civilização..." (1996, p. 561) sabemos que, no caso brasileiro, a mesma é marcada pelo formalismo que, na maioria das vezes, distancia o prescrito em lei, da aplicação na prática cotidiana, ou seja, em muitos casos estudados, ao nos debruçarmos sobre os documentos que normatizam e/ou regulamentam a política de determinado lugar, poderemos deparar com um profundo descompasso entre o que a lei preconiza e o que, de fato implementa-se como política.

Meu interesse em destacar, nesta parte do trabalho, as dificuldades enfrentadas no momento em que necessitei coletar esse tipo de dados visa apenas demonstrar a importância em desenvolver pesquisas semelhantes, utilizando fontes legais, principalmente quando focamos determinado período histórico buscando compreender os seus conteúdos e informações numa tentativa de interpretar os conflitos que nelas se apresentam, sem, no entanto, perder de vista o contexto político e econômico no qual essas leis foram editadas.

Embora tenha sido necessário, neste trabalho, discutir um pouco a importância do uso de determinadas fontes, como venho fazendo neste capítulo, a força propulsora dos elementos de análise foram as entrevistas com as/os profissionais da educação, pois segundo Lüdke e André (1986), estas representam um dos instrumentos básicos dentro da perspectiva da abordagem qualitativa. Além das entrevistas, utilizei os documentos apresentados nos anexos, disponibilizados pelo sindicato e Tribunal de Contas do Estado de Alagoas. Aliás, o SINTEAL, mesmo com seu poder limitado, foi o espaço que mais permitiu dar visibilidade aos problemas do município.

3.3 A formação continuada como acontecimento

Sobre teses e dissertações investigadas no campo da formação continuada de professores, André et al. (1999), em levantamento do 'estado da arte' referente a essa temática no período de 1990 a 1996, afirmam que esses estudos

> analisam propostas de governo ou Secretarias de educação (43%), programas ou cursos de formação (21%), processos de formação em serviço (21%) e questões da prática pedagógica (14%). Embora o número de estudos sobre formação continuada seja relativamente pequeno, abrangendo 14,8% do total de trabalhos sobre formação docente, os aspectos focalizados são bastante variados, incluindo diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, adultos) contextos diversos (rural, noturno, à distância, especial) , meios e materiais diversificados (rádio, TV, textos pedagógicos, módulos, informática), revelando dimensões bastante ricas e significativas dessa modalidade de formação (p. 301).

Ao me dedicar à garimpagem de trabalhos que retratassem o mesmo tema ao qual me remeto, encontrei uma vasta bibliografia espalhada pelos quatro cantos deste país, desde simples artigos apresentados em conferências, simpósios, congressos, até publicações de dissertações e teses em diversas academias, porém não consegui localizar nenhum trabalho discutindo a formação continuada de professores como política pública, enfoque desta pesquisa.

Busquei apresentar, neste trabalho, a implementação das políticas públicas educacionais no município pesquisado, eivada de muito silêncio por parte das esferas municipais responsáveis por essas ações. Não foi possível detectar qual ou quais propostas de Plano Municipal de Educação foram implementadas no período de 2001 a 2007, tendo como principais motivos a falta de registro dos acontecimentos, a constante troca de gestores na Secretaria Municipal de Educação e a centralização de decisões na figura do chefe do poder executivo, corroborando, assim, com o já afirmado no decorrer deste trabalho sobre as características dos modos de se fazer política nas cidades do interior alagoano. Infelizmente, essa cultura de política autoritária e coronelística só tem contribuído para a ineficácia de uma prática educativa de qualidade para a educação do município.

No intento de apresentar uma discussão mais aprimorada sobre a implementação das políticas públicas de formação continuada no município pesquisado, entre outras leituras realizadas, destaco aqui três dissertações de mestrado e uma tese de doutorado que tratam

do desenvolvimento de programas de formação, tendo sido uma delas publicada em livro em outubro de 2007.

Com exceção do trabalho de Cavalcante (2007), que se debruçou sobre os programas de formação continuada na rede estadual de ensino de Alagoas, os demais analisam os efeitos desses programas implementados em municípios.

Encontrei, em Cavalcante (2007), um estudo de caso que analisa os programas de formação continuada para professores das séries iniciais do Ensino Fundamental desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Educação de Alagoas, no período de 1999 até 2003, apontando que os índices do insucesso escolar nesse mesmo período, alcançaram 34% nessa modalidade de ensino. Segundo a autora, a situação agravou ainda mais os índices educacionais do Estado, criando outros elementos negativos dentro do sistema escolar, entre eles a distorção idade-série, que provocou o aumento da demanda por classes da Educação de Jovens e Adultos na rede.

Para Cavalcante (2007), a forma como os programas de aperfeiçoamento foram oferecidos não atendeu aos interesses desses profissionais, causando-lhes muitas frustrações. Na obra, a autora destaca como principais causas do problema as descontinuidades dos cursos e a ausência de uma "avaliação para o desempenho" profissional que detecte as dificuldades e necessidades dos docentes em serviço, buscando superá-las.

Com relação à posição da autora sobre a "Avaliação para o desempenho" profissional, concordo em parte com Cavalcante (2007), principalmente por ter participado dessa discussão representando o SINTEAL, visto que, em Alagoas, essa medida já está preconizada em lei, sem, no entanto, ter-se concretizado. Por outro lado, a posição da entidade sempre foi de muita cautela, defendendo que tal 'Avaliação', se vier a vigorar, esteja referenciada numa proposta pedagógica e curricular da instituição educacional como ponto de partida, para que daí se constituam valores, critérios, procedimentos, técnicas e instrumentos.

Se esse espaço for explorado devidamente, sem se tornar mais um instrumento de controle burocrático, poderá estimular o surgimento de propostas pedagógicas autônomas em que docentes, estudantes, pais, funcionários e comunidade escolar tornem-se sujeitos históricos, conscientes e críticos.

Silva (2006) apresenta pesquisa realizada entre professoras do Ensino Fundamental[19] em Maceió, problematizando a questão da "noção de competência" centralizada nos processos de formação dessa rede de ensino no período 1994-2004. Conforme a autora, os programas desenvolveram-se em três gestões contínuas de uma mesma sigla partidária, envolvendo dois representantes do poder executivo sendo um na primeira gestão e a mesma representante nas duas gestões posteriores.

Em Silva (2006), a análise das implementações denominadas por ela de "receituário nacional", aborda que a disseminação da noção de competência propagada pelo governo federal no início da década de 1990, obedecendo aos ditames dos organismos internacionais, fez-se presente durante o período analisado nos processos de formação continuada no município de Maceió. Sua conclusão conduz ao entendimento de que o programa citado apenas reforçou o ideário neoliberal impregnado nas políticas educacionais em que o professor deve ser preparado tecnicamente, para conseqüentemente, preparar o aluno como mão-de-obra barata para o mercado de trabalho, deixando esse profissional à deriva de outros componentes importantes para sua formação pessoal e profissional.

Rheinheimer (2006), também discutindo a implementação desses programas de formação em determinado município do litoral catarinense, em pesquisa desenvolvida entre 2003 e 2005, aponta que, embora a rede municipal local venha garantindo a realização dessas ações e estas tenham apresentado índices educacionais satisfatórios, têm deixado lacunas no que diz respeito à extensão dessas políticas a todas as modalidades e níveis de ensino, à continuidade e articulação com a realidade local e o desenvolvimento profissional dos professores.

O trabalho realizado por Bertolo (2004) analisa como se desenvolveu, no projeto Escola Cabana da rede municipal de educação em Belém do Pará, a política de formação de professores, abordando os avanços e equívocos ocorridos durante sua implementação a partir de 1997, quando a Frente Belém Popular (Coligação de esquerda liderada pelo PT com a participação do PC do B, PSB, PPS e PSTU) assumiu a administração municipal. Para a autora, não obstante as boas intenções dessa gestão em realizar um amplo Programa de Formação Continuada tendo como principal objetivo a valorização dos trabalhadores em

[19] A autora do trabalho esclarece que, no universo dos sujeitos pesquisados, não existia nenhum professor.

educação, o projeto apresentou fragilidades relacionadas às necessidades dos docentes e à construção da autonomia das escolas.

Esses trabalhos indicam que, concretamente, ocorreram ações direcionadas à política de formação de professores, seja sob a égide de uma proposta progressista ou sob a ótica das diretrizes neoliberais, nos municípios aqui apresentados e, para cada uma dessas ações, existia uma definição clara. Com sucessos ou fracassos, com equívocos ou avanços, houve a implementação dessas políticas, todas esboçadas em projetos ou programas de governo ou particularmente definidas pelas secretarias municipais de educação através de seus representantes e equipes de gestão.

Essas pesquisas apresentam dados colhidos nas Secretarias Municipais de Educação assim como nas sedes das prefeituras através de documentos disponibilizados pelas instituições, desde programas de governo, cópias de convênios firmados com outras instituições, organograma de eventos, planos de desenvolvimento das SEDUC's etc.

No caso do município onde realizei a pesquisa, a situação foi completamente adversa. Nem mesmo as poucas ações realizadas durante as duas gestões investigadas, de 2001 a 2007, apresentam qualquer vestígio de registros nos órgãos onde estes deveriam constar. Até o mês de outubro do ano de 2007, a Secretaria Municipal de Educação sequer tinha sede própria para abrigar a vida funcional dos profissionais da educação e os registros da história da educação desse lugar. Se não fossem as vozes daquelas e daqueles que fazem a prática pedagógica e demais atividades nas escolas, não haveria fontes para contar como esse município "implementa" sua política educacional. Nesse lugar, só encontrei ausências.

3.4 Alguns passos, poucos avanços

Não sendo possível localizar, no município, qualquer documentação que explicitasse uma definição de política de formação continuada voltada para as professoras das séries iniciais, trarei, nesta parte do trabalho, os passos dados durante a realização da pesquisa de campo, que se deu em três momentos, e destacarei a problemática da formação mas, principalmente, as condições de produção em que se realiza a educação desse lugar.

Confrontarei o silêncio do poder municipal com as falas das professoras[20] e das/os funcionárias/os da educação.

Um primeiro ensaio desta pesquisa deu-se no mês de fevereiro de 2007, quando presenciei, em parte, um desses "encontros de formação" realizado pela Secretaria Municipal de Educação. No segundo momento, descrevo os caminhos percorridos para realizar as entrevistas com as professoras e funcionárias/os. Por fim, narrarei a última visita ao município no mês de fevereiro de 2008.

Conforme mencionado, minha primeira visita ao município deu-se no dia 12/02/2007, momento em que se iniciava um encontro de formação realizado pelo recém empossado Secretário de Educação. Esclareço que não participei da programação na íntegra visto que não era meu objeto de pesquisa acompanhar a realização dos eventos.

Esse encontro, segundo as/os trabalhadoras/es da educação, ocorreria com a participação de todas/os professoras/es e funcionárias/os, e as atividades seriam concentradas em uma das unidades de ensino conforme haviam sido informadas/os ao retornarem das férias. Cada um participaria em seu turno de trabalho, visto que a maioria possuía vínculo com outra rede de ensino. Assim sendo, quem era do turno vespertino já encontrava em discussão o que havia sido tratado no matutino, o que lhes causava incômodo pois, assim, tornava-se difícil um envolvimento maior de sua parte.

Não poderei descrever a organização e programação desse encontro pelo fato de que não havia sido distribuído folder ou folheto contendo esses detalhes, sendo desconhecido até para as/os professoras/es e funcionárias/os o que iria acontecer durante aquela semana. Concretamente, estive presente ao encontro do dia 12/02/07 a 16/02/07, porém em turnos alternados, ou seja, quando comparecia pela manhã, não permanecia no turno da tarde, visto que havia programado apenas solicitar autorização da Secretaria Municipal de Educação para realizar a pesquisa, apresentar a proposta de desenvolvimento desta aos trabalhadores da educação e colher documentos no município.

Os principais temas trabalhados foram Produção de Leitura e Escrita, Meio-Ambiente e Relacionamento Interpessoal, além da realização de algumas dinâmicas de grupo para relaxamento entre uma e outra atividade. O tempo de duração era em média oito

[20] A partir desta página, passarei a me referir diretamente às professoras visto que nas salas de aula das séries iniciais do Ensino Fundamental do município analisado, não existe a figura masculina como docente.

horas e os professores palestrantes ficavam durante todo o dia ou em dois dias de apenas um turno.

Ao entrevistar as professoras posteriormente, disseram que, apesar de considerarem esses temas importantes, pouco contribuíram para o seu cotidiano em sala de aula pois muitas compreendiam o assunto, porém tinham dificuldade de tratar com seus alunos, além de serem outras suas aspirações. Queriam saber como trabalhar com jornal e rótulos, como desenvolver nas crianças o processo de leitura e escrita, como alfabetizar, como introduzir o ensino de matemática para crianças das séries iniciais.

As dificuldades citadas por elas, segundo alguns autores, a exemplo de MOYSÉS e COLLARES (1977), ocorrem devido aos problemas de formação inicial inadequada, que não as tem preparado devidamente para o enfrentamento dessas questões, e os cursos de formação continuada, oferecidos sem levar em conta as novas teorias de aprendizagens, metodologias e técnicas de ensino-aprendizagem, e que são discutidos sem que as professoras sejam ouvidas.

De acordo com as entrevistas realizadas, as programações, quando ocorriam, nunca eram informadas com antecedência pela Secretaria Municipal de Educação. Segundo elas, as escolas recebiam um oficio, que era afixado nos murais pelas diretoras, sendo comunicadas individual ou coletivamente sobre a data de tal acontecimento, e só ficavam sabendo dos temas a serem tratados e por quem, quando a programação já estava em andamento.

O encontro de formação iniciou-se no período da manhã do dia 12/02, cuja professora convidada ministraria aula neste dia e no seguinte (13/02). Minha participação deu-se após apresentar-me ao Secretário quando me dirigi à sala de aula, expus meu trabalho aos trabalhadores da educação pedi sua permissão para que fossem meus sujeitos na pesquisa.

Após o consentimento, permaneci na sala e, como os demais participantes, também recebi uma pasta com os textos que seriam discutidos: Planejar é preciso (Rosa Maria Antunes de Barros); Aprender a linguagem que se escreve (Equipe Pedagógica do Programa de Formação de Alfabetizadores); Escrever é preciso (sem identificação da fonte); Leituras e leitores (Célia Regina do Nascimento e Rosaura Soligo); É possível ler na

escola? (Délia Lerner). Acompanhado-os havia uma pauta com a programação para os dois dias, apresentando os objetivos, conteúdos e atividades a serem desenvolvidos.

Na saída do evento, conversando com as professoras, ainda que de maneira extra-oficial, procurei saber delas o que estavam achando do curso. Reclamaram que, naquele município, os/as secretários/as de educação não mandavam em nada, que todas as determinações saíam diretamente do gabinete do prefeito sem que houvesse uma reunião, um encontro onde pudessem expor suas idéias, seus anseios sobre o que estavam querendo que acontecesse num encontro de formação.

Quis saber delas, então, o que gostariam de discutir naqueles dias. Falaram que reconheciam a importância e a necessidade da formação continuada, porém muitos problemas sérios estavam acontecendo nas escolas e ninguém tomava as providências devidas: o distanciamento da família, a evasão e repetência, a falta de material didático e pedagógico, a falta da alimentação escolar, falta de mobília nas salas e até a ausência da figura da direção escolar. Como exemplo disso, informaram-me que a escola onde se realizava o encontro estava sem direção há uns quatro meses. O diretor só foi nomeado em outubro de 2007, quando retornei para fazer as entrevistas. Apesar de essa conversa ter sido ainda em momento extra-oficial, tais informações encontram-se confirmadas no próximo capítulo, na apresentação dos dados.

No dia seguinte (13/02), a programação seguiu sem demonstração de empolgação de seus participantes e, na hora dos agradecimentos e despedidas da professora convidada, as/os professores disseram-lhe que todo o conteúdo trabalhado ficaria apenas no papel, tendo em vista a falta de condições materiais e pedagógicas enfrentadas por elas /es nas escolas. Não houve manifestações por parte da palestrante sobre essa questão. A didática do evento baseou-se em distribuição dos textos, leitura individual ou em grupo e discussão dos mesmos. Quando necessário, utilizava-se a lousa visto que a escola não dispunha de nenhum outro recurso visual.

3.5 Quem tem o pé no chão da escola conhece suas necessidades.

Era preciso, na opinião delas, que esses problemas básicos fossem solucionados para que se tornasse possível aplicar o que estava sendo discutido no curso, em sala de aula.

Segundo elas, as condições em que as escolas se encontravam tornavam inviáveis qualquer inovação no cotidiano escolar e no fazer docente. Além disso, queixaram-se da situação funcional afirmando que, desde a aprovação do Plano de Cargos e Carreiras, este nunca havia sido revisado, congelando seus salários e estagnando suas evoluções na carreira.

No dia 14/02, foi a vez de discutir o Meio-Ambiente, porém o momento ficou tenso com a fala de uma funcionária de escola que afirmou não estar satisfeita em permanecer no curso alegando que aqueles assuntos não lhe diziam respeito. Segundo ela, o curso de formação, uma vez que agregou todos os funcionários e professores, deveria estar apresentando também discussões mais pertinentes à sua função de Assistente Educacional, e que estava chateada por não entender nada daquele assunto.

Compreendo a atitude da funcionária, uma vez que as condições de produção para o exercício de sua função não eram nada favoráveis pois as mesmas, se quisessem manter o prédio da escola limpo, tinham que adquirir elas próprias as vassouras para varrer o chão, conforme afirmaram em suas entrevistas na análise dos dados. Talvez o tema "cuidar do meio ambiente" soasse até como provocação, já que não lhes eram dadas nem mesmo as condições necessárias para cuidar de seu próprio ambiente de trabalho. Por outro lado, penso que existe a necessidade de professoras/es e funcionárias/os serem dotadas/os de conhecimentos ampliados, mas essa importância tinha que ser tratada por quem estivesse à frente da elaboração dos encontros de formação. Infelizmente, na forma como estavam ocorrendo, tais questões não estavam sendo discutidas.

Após participar do evento, retornei ao município em 17 de outubro de 2007 a fim de continuar a coleta dos dados entrevistando, dessa vez, as professoras responsáveis pelas turmas das séries iniciais do ensino fundamental e as/os funcionárias/os de escola.

O município possui quatro unidades de ensino na zona urbana e uma na zona rural. Iniciei a coleta das entrevistas pelas escolas da zona urbana. Para não identificá-las pelos nomes verdadeiros, adotei nomes fictícios, conforme o quadro abaixo:

Escola Paulo Freire: possui 241 alunos de 1ª a 4ª séries no turno matutino e 176 no vespertino. No noturno, funciona com turmas de 5ª a 8ª séries, sendo 125 alunos no total. Nas séries iniciais do Ensino Fundamental, existem 8 professoras com nível Médio Normal e 6 com nível Superior. Todas/os as/os docentes (10) da segunda fase desse segmento do ensino possuem nível Superior. A escola conta com 10 salas de aula.

Escola Bela Vista: possui 242 alunos pela manhã e 252 à tarde, nas turmas de 1ª a 4ª séries. No noturno, consta registro de 102 alunos do EJA. Nas séries iniciais, 9 professoras possuem formação em nível Médio Normal e 8, nível Superior. As duas professoras que lecionam no EJA têm nível Superior, sendo uma formada em Educação Artística e outra, em Geografia. A escola tem 5 salas de aula.

Escola Portas Abertas: Seus registros informaram possuir 141 alunos no matutino e 108 no vespertino, todos de 1ª a 4ª série. Apresentou matrícula de apenas 36 alunos no EJA, porém sem aula, por falta de professora/or. Possui 4 salas de aula. Com 5 professoras lotadas, 1 possui nível Superior e as demais, o nível Médio Normal.

Escola Campo Verde: Conta com duas salas de aula e uma professora de nível Médio Normal, contratada temporariamente. Como estava fechada no dia da visita, não foi possível obter informação sobre o número de alunos. Ao procurar informações na Secretaria Municipal de Educação, a funcionária disse não saber, pois lá não constavam registros da referida escola.

Iniciei as entrevistas pela Escola Bela Vista, após ter-me anunciado à Diretora, apresentando-lhe o documento assinado pela Secretária Municipal de Educação autorizando minha visita às escolas do município para desenvolver o trabalho de pesquisa acadêmica. Combinamos que, no tempo de pátio das crianças, eu conversaria com as professoras a fim de estabelecer a melhor forma e horário em que elas pudessem colaborar comigo, concedendo-me as entrevistas.

De antemão, expus minha posição contrária de retirar as professoras da sala de aula para realizar tal tarefa, preferindo usar seus tempos livres. Fui informada pela Diretora que o intervalo aconteceria às 9:30 horas pois, como a escola não dispunha de alimentação para servir às crianças, elas sairiam da sala de aula para brincar por uns 10 minutos, voltando em seguida para fazer mais uma atividade e, após isso, seriam liberadas. Explicitei que as/os funcionárias/os também seriam entrevistadas/os.

Enquanto aguardava o intervalo, fiquei conversando com as funcionárias da secretaria da escola, que se queixaram da falta de material didático-pedagógico, de expediente, limpeza, etc. Falaram também da dificuldade que é acompanhar o cotidiano escolar sem a figura da coordenação pedagógica.

Indaguei à Diretora se a escola havia optado pelo Ensino Fundamental de 09 anos e ela esclareceu que recebiam crianças a partir dos 06 anos de idade, no entanto a escola permanecia organizada em turmas de 1ª a 4ª séries.

Sobre a organização administrativa e pedagógica, informou que a escola não possuía Conselho Escolar, não tinha Projeto Político Pedagógico, e as reuniões pedagógicas com os pais só aconteciam quando havia necessidade e que as professoras reuniam-se quinzenalmente para planejar as aulas. Com relação às teorias/metodologias de aprendizagem que orientam as atividades diárias, contou-me que a escola tentava trabalhar com Projetos Didáticos.

Ao solicitar que me detalhasse um pouco mais esses projetos, contou que, em agosto de 2007, haviam desenvolvido um Projeto sobre o "Lixo", seguindo modelo de algumas escolas da rede pública estadual, que estavam desenvolvendo o Projeto Lagoa Viva para defender a preservação das lagoas existentes no Estado. Contudo, afirmou que acharam melhor interrompê-lo pois, como a coleta do lixo da cidade não estava ocorrendo

normalmente, tiveram medo que aquela programação soasse como uma crítica ou uma afronta direcionada à prefeitura da cidade e que, por isso, recebessem alguma represália.

Mais uma vez fica explícita, aqui, a força do coronelismo que o poder local vem instituindo no município citado, capaz de interromper atividades do cotidiano escolar, intervindo diretamente na organização do seu currículo.

Nossa conversa foi interrompida pela chegada da Secretária de Educação que, acompanhada da Secretária de Ação Social, foi verificar a entrega do material escolar comprado pela Secretaria de Administração e enviado para armazenamento no prédio dessa unidade de ensino, por não haver um almoxarifado para tal fim. De lá, o material (cartolina, álcool, caixas de lápis de cor e giz cera e papel ofício) seria distribuído entre as demais escolas. Na sala onde o material estava sendo guardado havia três estantes de aço com livros didáticos e paradidáticos e um outro com os nomes das professoras e funcionários, porém nos dias em que estive lá não vi ninguém fazer uso dele, visto que a sala permanecia sempre de porta trancada. Ao perguntar à Diretora a razão pela qual aqueles livros encontravam-se ali, fui informada de que aquela sala ora utilizada pela Secretaria Municipal de educação como almoxarifado era a Sala de Leitura.

É importante registrar que o material a ser distribuído entre as 05 escolas do município apresentava-se insuficiente para mantê-las funcionando até o final do ano letivo pois a quantidade que estava sendo entregue mal dava para manter uma delas. A própria Secretária da Educação, com sua Adjunta e a Secretária de Ação Social comentaram diante de mim, posteriormente, que haviam solicitado muito mais do que a quantidade recebida. Segundo elas, a relação enviada à Secretária de Administração apresentava quantidade muito superior e lamentavam o pouco recebido.

Tocou a sineta e as crianças foram brincar no pátio. Em meio à gritaria, animação e corre-corre num espaço que mal dava para elas brincarem à vontade, fui conduzida até a cozinha para falar com as professoras. É lá que elas permanecem no intervalo pois nessa unidade de ensino não existe uma sala de professores destinada a elas, então fiquei imaginando a confusão que seria e, ao mesmo tempo, os perigos de acidente de trabalho que poderiam ocorrer se, naquele momento, as merendeiras estivessem utilizando seus panelões para servir merenda às crianças. Porém, nesta escola, segundo a Diretora,

professoras e funcionárias/os, merenda havia chegado no final do mês de junho (2007), uma semana antes do recesso escolar.

Ao me apresentar às professoras e funcionárias/os ali presentes, fui recebida com euforia, combinando, de imediato, a primeira entrevista. Eu não tinha tempo a perder e a maioria delas estava ansiosa para falar. Não tínhamos um lugar na escola onde pudéssemos ficar a sós, mas quem se destinou a colaborar com a pesquisa não se intimidou com a presença de outras pessoas. Eu sentia que elas queriam falar, desabafar, botar fora milhares de angústias que carregavam consigo naquele momento. Ali mesmo, embalada pelo barulho das crianças e das diversas falas de quem se encontrava no local, iniciei a primeira entrevista com uma auxiliar de serviços educacionais[21]. Nessa escola, de um total de 12 professoras, consegui realizar entrevista com 10, utilizando sempre o tempo do intervalo das aulas ou após o expediente; as entrevistas duravam em média vinte a trinta minutos. Uma delas não pôde comparecer no dia combinado para sua fala e a outra adoeceu. Como precisava me dirigir para as outras unidades, não houve tempo de retornar lá em outro momento.

A segunda unidade de ensino a ser visitada foi a Escola Paulo Freire que se encontrava há quatro meses sem alguém respondendo pela Direção mediante o encerramento de contrato do diretor anterior. Como na outra unidade, aqui também fui recebida calorosamente. Após um breve diálogo com professoras e funcionárias/os, já tinha uma voluntária (professora) para me conceder a primeira entrevista, mas, nessa manhã, meu trabalho ficou um pouco prejudicado pois, por volta das 10:30h. chegou a Secretária da Educação, acompanhada de um antigo professor da rede municipal para anunciá-lo como o novo diretor da escola. As aulas foram suspensas para que professores e funcionários participassem dessa reunião. Como não fui convidada a fazer parte, permaneci na sala de professores fazendo algumas anotações em meu "Diário de Campo".

Tratava de organizar anotações em meu 'Diário' conforme as/os funcionárias/os haviam me informado: a escola possuía dois banheiros, um feminino e um masculino, este último encontrava-se interditado há seis meses, obrigando meninos e meninas a usarem o mesmo banheiro nos três turnos, sendo que, à noite, ela funciona com turmas de 5ª a 8ª

[21] Essa nomenclatura está assim definida no Plano de Cargos e Carreira (PCC) do município para quem assume as funções de merendeira e serviços gerais nas escolas.

séries. Não havia distribuição de alimentação para as crianças, não recebiam os recursos do Caixa Escolar (PDDE) desde 2003 (entrevista com ex-diretor do noturno)[22], e faltavam professores desde as séries iniciais até a 8ª série do Ensino Fundamental. O motivo da falta de professores era o encerramento dos contratos temporários ocorrido no mês de julho, sem que houvesse uma substituição até aquele momento.

O município havia realizado um concurso público em julho deste ano (2007), que estava suspenso até o término da coleta de dados (Fev./2008), por decisão do Ministério Público Estadual[23]. Por conta disso, e sem novas contratações por parte do poder executivo, muitas crianças encontravam-se fora da sala de aula. Entrevistei 08 professoras, de um total de 10 das séries iniciais, 02 professores da segunda fase do Ensino Fundamental, ex-membros do Núcleo Municipal do SINTEAL e 02 funcionárias/os.

Segundo as professoras informaram, a evasão e repetência revelavam uma situação assustadora, com mais de 50% do total de matriculados fora da escola. As Atas que comprovam os dados informados não puderam ser entregues para compor os anexos desta dissertação, por causa do medo das/os funcionárias/os de haver represálias futuras.

O fato que mais me chocou foi presenciar, na hora da abertura de seus portões, a disputa das crianças por cadeiras. Elas chegavam bem cedo para garantir um lugar para sentar. Em todas as salas havia um número insuficiente dessa mobília. Eram 27 a 35 alunos para disputar 18 a 20 cadeiras. Alguns mais insistentes sentavam de dois, outros sentavam no chão e aqueles que já se encontravam abatidos por esse cotidiano injusto e humilhante iam para casa ou ficavam brincando no entorno do prédio da escola. Até as professoras ficavam sem ter onde sentar para emprestar-lhes a sua cadeira.

Na escola Campo Verde, não encontrei ninguém. Distante 10 km do centro urbano e apresentando problemas de difícil acesso, fui informada por uma mãe de aluno que reside perto do prédio, que lá as aulas só aconteciam quando o ônibus da prefeitura tinha combustível ou não estava quebrado. Segundo ela, as aulas, geralmente, ocorriam em semanas alternadas por conta desses problemas.

---

[22] As informações obtidas através do ex-diretor do turno noturno foram registradas no "Diário de Campo".
[23] Ver na página 178 dos Anexos, informação extraída do site do Ministério Público Estadual de Alagoas confirmando essa questão.

Cheguei lá por volta das 7:30 h. da manhã, para coletar os dados e, não encontrando ninguém, resolvi fazer algumas imagens com minha filmadora e fotografar o prédio. Fazia isso para dar tempo de aparecer alguém. Pensei em usar as imagens e as fotografias feitas neste estabelecimento e nos demais como fonte coletada, porém minha inabilidade para lidar com esse material impediu-me de fazê-lo. Bogdan e Biklen (1994) afirmam que o trabalho com fotografias está intimamente ligado à investigação qualitativa, porém eu não me senti segura para delas fazer uso.

Por volta das 8:20 h., como ainda não havia aparecido nenhuma pessoa, decidi retornar para a zona urbana da cidade. No caminho de volta, o táxi que me levava cruzou com um ônibus escolar em péssimo estado de conservação transportando umas 15 crianças e duas pessoas adultas que depois vim a saber, mais tarde, por uma professora, que era uma professora contratada temporariamente e um funcionário da parte administrativa. Infelizmente, não deu para voltar e entrevistá-los tendo em vista a péssima condição da estrada visto que, neste caminho, passam muitos caminhões de cana formando enormes buracos, tendo o motorista se negado a retornar à escola.

O funcionário citado acima reside na zona urbana, vizinho ao prédio da escola Portas Abertas, por ter feito parte das mobilizações ocorridas no município contra a prefeitura. Eram assim tratados aqueles e aquelas que, nessa cidade, exerciam sua cidadania, na condição de funcionário público, reivindicando seus direitos trabalhistas, cobrando melhorias de condições de trabalho e melhorias na educação pública.

O último local visitado foi a escola Portas Abertas, em que as informações colhidas não diferem das demais quando a questão é o descaso do poder público. Como nas outras unidades, a Direção informou que faltava tudo e o desânimo de todas/os era evidenciado em seus relatos. Chamou-me a atenção quando tratamos do caso da falta de alimentação escolar. Uma das professoras disse que desde o início do ano letivo, as escolas vieram receber merenda na semana em que iniciariam o recesso escolar (em junho de 2007), e o produto distribuído foi apenas banana. Segundo ela, foi aquele corre-corre para consumir a quantidade recebida em demasia e, sem tempo para isso, grande parte dessas frutas estragou.

Embora tenha apresentado apenas quatro escolas dessa rede de ensino, o número real de escolas é de cinco unidades, mas o espaço que o município considera e contabiliza

como mais uma escola é apenas uma extensão de três salas de aula construídas na parede lateral da escola Paulo Freire, já mencionada. Essa construção foi, inclusive, alvo de investigação realizada por técnicos e engenheiros da Secretaria Estadual de Educação, tendo sido enviado um laudo ao MEC/FNDE apresentando as irregularidades constatadas *in loco*. Esse documento não foi inserido nos anexos ou Inventário por constar o nome da professora que enviou e assinou a denúncia, uma vez que deve ser nominal pois o MEC não aceita denúncias anônimas.

A escola deveria ter sido construída com recursos do PAPE (Projeto de Adequação dos Prédios Escolares), através do convênio 846.407/2002, com toda estrutura necessária (salas de aula, secretaria, refeitório, banheiros, sala de leitura, etc.), no entanto não existe mais nada além das três salas citadas. Todos os serviços de secretaria, cozinha e demais são executados na escola vizinha. Infelizmente, o FNDE nunca se posicionou sobre o relatório enviado, assim como não deu resposta às denúncias feitas pelas/os professores sobre tal situação.

Em fevereiro de 2008, voltei ao município numa última tentativa de recolher os dados oficiais que buscava desde o início da pesquisa, mas também querendo saber se ocorreria algum encontro de formação, como se encontrava a preparação das escolas para o início do ano letivo e se havia acontecido alguma mudança desde a última vez em que estive lá, em outubro de 2007. Observei, porém, que os problemas continuavam os mesmos: faltavam professores, cadeiras, merenda, o salário encontrava-se atrasado em um mês e não havia nenhuma perspectiva de mudanças, segundo as professoras.

Retornei a Campinas em 23/02/2008 e as aulas do município ainda não haviam começado, o que só ocorreu no dia 03 de março. Segundo as informações que obtive das professoras nessa ocasião, o motivo pela demora em iniciar o ano letivo dava-se pelo fato de que o chefe do poder executivo tinha decidido, naquele momento, realizar uma reforma nos prédios escolares.

Na primeira semana de abril de 2008, tornei a fazer contato com três professoras do município e o que soube foi desolador. Muitas crianças estavam matriculadas, mas permaneciam fora da sala de aula por conta de o município não ter resolvido seu impasse com a justiça sobre o concurso realizado no ano anterior (jul/2007) e, em virtude disso, não ter contratado professores (Anexo p. 180).

No início do mês de maio, fui informada por elas que o chefe do poder executivo, no dia 28/04/2008, finalmente havia assinado a contratação de professores, sob a orientação da auditora Maria Alice Carvalho, contratada pelo MEC para verificar a situação da educação do município, após verificação pelo órgão de que o índice de desenvolvimento educacional encontra-se muito baixo.

Segundo informação das professoras, tal auditoria ocorreu nos dias 07, 08, e 09/04/2008 com a presença das/os diretoras/es das escolas, da Secretária e Secretária-Adjunta da Educação. Foram questionadas as situações da alimentação escolar, da vida funcional e condições de trabalho das/os professoras/es, da organização da rede de ensino, etc.

As professoras informaram, ainda, que a auditora havia deixado recomendações e prazos para que o município se organizasse no sentido de atender às orientações feitas. Uma destas foi que o município viabilizasse, em 06 meses, o ingresso de todas as professoras da rede na formação continuada de Nível Superior, uma vez que a maioria das profissionais possui apenas a formação em Nível Médio Normal. No município em questão, das 37 professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental, apenas 15 possuem formação em Nível Superior.

Esse é o quadro geral que observei no município analisado durante a realização desta pesquisa, enquanto caminhava pelas trilhas da formação continuada, o que me fez perceber o quanto é complexo tentar compreender essa política pública educacional que vem sendo desenvolvida ali.

Após tantas idas e vindas, embora pensasse estar devidamente armada pelo poder do saber e respaldada legalmente pela Unicamp e pela Fundação Ford, retornei frustrada pois lá não encontrei as respostas que buscava. Fiquei com aquela sensação de impotência por ter ido à busca dos dados e não ter tido acesso a grande parte deles. Só consegui silêncio por parte do poder local e também a constatação de que esses dados não existem, no mínimo por omissão daqueles que se intitulam responsáveis por produzi-los e organizá-los.

Por essas trilhas, fui percebendo o enfraquecimento das vozes das professoras e dos demais profissionais da educação, sujeitos de relevância nesse processo, o qual tem sido provocado pela política de silenciamento e descontinuidade do poder local pois as

professoras e as/os funcionárias/os de escola muito têm falado ao município, porém este não registra, não justifica, não presta contas, não fala e não ouve.

Tal enfraquecimento tem a ver com o fato de que nesse município, as/os profissionais que hoje se encontram em profundo silêncio já foram personagens ativas, contracenando no palco de muitas lutas em defesa de seus direitos e da escola pública de qualidade para os filhos dos trabalhadores, mas têm sido vítimas dos males do descaso e do desrespeito com a educação pública, o que as/os conduziu ao fatalismo do discurso "não há o que fazer" e, então, cruzaram os braços (Freire, 1996).

Como Freire (1996), acredito que "*mudar é difícil, mas é possível*". Pensando assim, realizei este trabalho no município citado numa tentativa de encorajar minhas companheiras e meus companheiros de categoria a se livrarem do imobilismo, revestirem-se da boniteza da coragem e continuarem lutando, até que um dia possamos vivenciar tempos felizes em nossos ofícios de professoras e professores.

Capítulo 4

Cotejando diferentes dados

4.1 O que os dados apontam?

Construir um processo de pesquisa para compreender os múltiplos fatores intervenientes na problemática da formação continuada de professores no município investigado, lançando olhares ampliados sobre a implementação da política educacional desenvolvida naquele local, foi, para mim, uma fase de grande dificuldade, mas que rendeu muitas aprendizagens. Para me conduzir nesse processo, comecei a sistematizar dados e informações das diferentes fontes coletadas, incluindo nelas minhas observações e vivências com os trabalhadores da educação do município.

Ao concluir os passos da investigação, constatei que alguns pressupostos dos quais parti foram confirmados mas, principalmente, novos referenciais de análise foram necessários e destes, surgiram novos conceitos, conhecimentos, compreensões e também novas inquietações.

Portanto, proponho apresentar, nesta etapa do trabalho, não só as buscas de sentido sobre o tema em questão mas, principalmente, as leituras, olhares, representações, daquelas e daqueles que vivenciam o problema alvo de minha investigação, incluindo também os sentimentos passíveis de serem observados e registrados nas entrevistas realizadas. Será perceptível, aqui, a singularidade na fala de cada uma/um, posto que cada entrevistado deixou, em suas palavras, os vestígios de suas concepções, visão de homem, sociedade e educação, porém existirão também as recorrências nos mais variados dados apresentados pelo município, já que estão no mesmo contexto sócio-político-educacional e seus processos e agências formadoras são muito semelhantes.

Essa etapa da investigação assumiu uma relevância maior pela ausência de documentos oficiais, de retorno às solicitações destes, de um inexplicável mistério sobre os dados do município de Paripueira/AL que, pela legislação em vigor, deveriam ser de domínio público, tais como o uso da verba em educação, os dados do FUNDEF, os percentuais de investimento em Formação Inicial e Continuada de Professores, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano de Educação Anual, etc.

Num primeiro momento, após a conclusão da transcrição das entrevistas, senti-me perdida diante das anotações, somando-se a elas os documentos disponibilizados pelo SINTEAL e as anotações que fiz no "diário de campo". Conforme descrevem Bogdan e Biklen (1991, p.121), após o recolhimento e análise dos dados: *"Instala-se um sentimento de vazio quando pergunta a si próprio 'E agora, o que é que eu faço?"*.

Preferi, então, seguir as orientações dos autores citados, seguindo os passos de como fazem os investigadores experientes: deixei o material guardado por um tempo e dediquei-me a outras tarefas, entre elas a escrita do texto para apresentar no Exame de Qualificação, para retornar, em seguida com capacidade de olhá-los com mais solidez. Só após ter cumprido essa etapa, busquei novamente essas transcrições.

E, concretamente, o trabalho de levantamento de dados, num momento posterior, foi muito cauteloso e, por vezes, discutido sob vários olhares em sessões de encontros coletivos junto a minha orientadora e demais orientandos, o que contribuiu para que, juntos, pudéssemos captar, no material empírico organizado e categorizado, os comportamentos e ações, as interações, compreender e interpretar linguagens, sem, no entanto, desvinculá-los do contexto e das circunstâncias em que se manifestaram, conforme orientam as autoras Lüdke e André (1986).

Para isso, fez-se necessário revisitar todas as entrevistas, relendo-as, ouvindo-as, anotando e cotejando dados e fatos de maior e/ou menor relevância não detectados anteriormente, organizá-las por eixos temáticos independentes da fonte, para que fosse possível, assim, extrair os indícios que irão dar sentido ao corpo inteiro da Dissertação.

Com o processo utilizado de revisitar os dados após aprofundamento teórico-metodológico, minha "familiarização" com os discursos foi se intensificando, permitindo-me observar a existência de algumas palavras e frases se tornaram significativas, desenvolvendo-se, assim, *eixos temáticos ou indicadores de análise*, os quais destaquei e denominei como: *solidão, abandono, impotência, desistência, resistência, medo, mágica, utopia, ausência de política explícita, descrença no poder institucional e valorização.*

Em busca de melhor organização e compreensão, desenvolvi uma tabela em que organizei tópicos que os identificassem: sentimentos expressos; como analisa os cursos de formação oferecidos; o que almeja dos cursos de formação; condições para exercer o ofício/valorização profissional; evidências da política educacional vigente e mobilização da

categoria. Por último, as maneiras como se evidenciam a força do poder local, na ótica das/os entrevistadas/os.

1. Uma cultura de poder influenciando a forma de governar

Conforme afirmei em capítulos anteriores, a educação do Estado de Alagoas durante décadas, enfrentou situações extremamente críticas advindas das crises políticas e dos colapsos econômicos provocados por seus governantes, contribuindo para que os índices de analfabetismo, evasão e repetência estivessem sempre no topo dos percentuais nacionais negativos. Isto se justifica, segundo a historiadora Leda Maria de Almeida, porque:

> Alagoas tem-se caracterizado pela presença de estruturas predominantemente arcaicas. Durante séculos, o Estado vem apresentando um espaço de sobrevivência de grupos notadamente atrelados às oligarquias rurais e ao conservadorismo. (ALMEIDA, 1999, p.20)

Essa cultura política ou forma de poder convergiu em modelos de gestões municipais que, em sua maioria, imprimiam em suas administrações a centralização das decisões na figura do dirigente maior, o chefe do poder executivo sendo, ainda hoje, uma postura muito comum a alguns prefeitos de municípios alagoanos.

Nesse contexto, o município analisado apresenta-se com marcas que caracterizam tal situação e, indo mais além ou voltando no túnel do tempo, continua a exercer, através de suas práticas administrativas, o *mandonismo,* o *filhotismo* e a *dependência*, traços decorrentes do *familismo*, que outrora esteve tão presente no sistema *coronelístico* que vigorou em nosso país nos tempos da República Velha.

Os dados a seguir corroboram estas afirmações:

"Ele tem uma força, a gente sabe que ele tem uma força na justiça. E eu acho que ele se garante nisso, no que ele tem, onde o povo não tem. A justiça é muito falha. Fizeram a justiça tão falha quanto a política, se não for mais falha, porque a justiça pode fazer, no entanto junta com a política e fica tudo uma coisa só. Então, como ele tem essa força da justiça, é esse o empecilho desse município. Talvez se ele não tivesse, a coisa não estaria como está. Talvez vindo um outro que não tenha essa força que ele tem, a coisa até melhore" **(Profª Graziela).**

"[...] Quer dizer, a minha solução não, eu espero que a solução seja essa. Entrando um outro prefeito, se ele trabalhar direitinho, botar a educação no lugar, nós vamos também... não vamos esquecer não, nem vamos dizer que não vamos lutar mais nem cobrar mais não. Vamos sim. Talvez seja até melhor pela gente saber que o próximo que entrar não vai ter costas quentes, não vai ser filho de Desembargador nem de Juíza. É a minha única esperança" **(Profª Rivadávia).**

"Três ou quatro professores foram à reunião da Câmara, mas não se vê falar muita coisa, até porque os próprios Vereadores, eles não repassam nada, porque eles dizem que não sabem de nada. Tudo passa pelo prefeito, ele centraliza e nem os Vereadores passam informação para a comunidade, pra gente. Porque informação no interior, quando diz alguma coisa, todo mundo sabe. Cidade pequena não tem mais fonte informativa do que a boca-a-boca. Então isso aí, a gente também não tem informação nenhuma de que os vereadores conversem, se mobilizem para melhorar e fazer alguma coisa em prol do seu povo, de sua comunidade, de seus eleitores, e desses filhos para o futuro. E eles também estão omissos" **(Profª Rosalice).**

Conforme Verçosa (2006, p. 50-51), esses comportamentos em terras alagoanas são resquícios do amálgama entre as famílias senhoriais e se expandiram desde o período colonial brasileiro, influenciando social e politicamente a região, contribuindo, assim, para o surgimento de grupos oligárquicos que, historicamente, dominaram o campo econômico e administrativo em Alagoas, e até os dias atuais continuam controlando a vida política do Estado.

O economista e também historiador Cícero Péricles de Carvalho, assim se referiu a esse grup:

> *Essa oligarquia é infensa a mudanças. É politicamente conservadora, é empresarialmente patrimonialista e ineficiente e, por isso está sempre escorada no Estado. Culturalmente é obscurantista (assim se entende o caso do único teatro da capital fechado por dez anos sem protestos), é socialmente segregacionista e insensível ao drama social. Tão insensível que nenhuma de suas vozes lamenta o fato de Alagoas ter quatro analfabetos em cada grupo de cinco eleitores. Claro está que essa oligarquia não dará um passo em direção ao progresso social exigido pelos novos tempos (CARVALHO, 1998).*

Assim sendo, ao investigar a implementação da política educacional nesse município, no período de 2001 a 2007, os dados colhidos apontaram claramente a influência desse modelo de gestão como elemento contributivo para a desconstituição e descontinuidade da política pública voltada à formação continuada de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, objeto de discussão deste trabalho, diagnosticando, também um cenário caótico no quadro geral da educação local. As falas destacadas acima apresentam descrença

nas instituições, visto que algumas delas, por terem representado a categoria no Núcleo Municipal do sindicato e não lograrem êxito nas lutas desenvolvidas, sentiam-se desmotivadas para dar prosseguimento às mobilizações, mas continuavam exercendo o ofício da profissão demonstrando compromisso com a escola pública, apesar das condições de produção dadas.

Como a política vigente deixou marcas profundas naquelas e naqueles que compõem o quadro da educação municipal, apesar de ter como sujeito principal da pesquisa as professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental, as circunstâncias levaram-me a ouvir e registrar, também, as vozes das/os funcionárias/os de escola. No entanto, seus depoimentos foram analisados com alguns dos tópicos acima citados subtraídos, visto que as tarefas que realizam nas escolas diferem das atribuídas aos professores.

2. Apagaram tudo... pintaram tudo de cinza...

Ao iniciar a tomada dos depoimentos, solicitei às/aos entrevistadas/os que me descrevessem como analisavam o quadro da educação municipal naquele momento, levando em consideração o período por mim investigado (2001 a 2007). As informações obtidas foram as seguintes:

"Paripueira vai de mal a pior, não existe melhoria. Hoje aqui não existe aluno porque não tem transporte, não tem merenda, não tem nada... nada. Você quer ver fazer uma prova aqui, as professoras têm que fazer uma cotazinha para comprar as folhas. Caixa Escolar perderam, a merenda perderam... perderam tudo!". **(Assist. Educ. Itamar)**

"Não, a situação aqui não está boa de jeito nenhum, a começar pela própria escola, entendeu? Porque pelo menos no município nos interessa a escola, né?" **(Profª Noélia).**

"Ah mulher! De uns tempos para cá a educação, que eu achava que ia para frente... a educação desandou..." **(Profª Deuzuita).**

"Péssimo. Eu acho que não teve outra pior não. Já teve tempos melhores, eu acho, mas igual a esse não teve não. Tá aquela coisa, parece que... sei lá... nem os pais, entendeu? Nem os pais cooperam com nada, acho que é geral aqui... aqui fechou" **(Profª Doralice)**

"Infelizmente... É... o nosso atual prefeito não dá prioridade à educação. Ele nem sequer é... tem um elo conosco, não é? Aí a educação daqui fica em último lugar. É,

fica em último lugar e, no caso, ele... deixou a educação de lado, não dá material didático, não dá capacitação para os professores e a cada dia que passa os professores estão perdidos... estão perdidos na sala de aula, e estão... tudo... fingindo que estão ensinando e as crianças estão brincando de aprender" **(Profª Martiniana).**

Enquanto entrevistava as pessoas, foi possível perceber o descontentamento e o sentimento de impotência que as circunstâncias descritas lhes causavam. Perguntei, então, às professoras e as/aos funcionárias/os do corpo administrativo escolar, quais as condições materiais existentes para que desenvolvessem suas atividades, diante da situação em que se encontravam as escolas municipais. Os dados apresentam o seguinte:

"Giz e apagador... e quadro, mais nada. E assim... quando a gente faz uma relaçãozinha pede... folha de chamex, para usar no mimeógrafo...". **(Profª Lisabel)**

"Material a gente não tem, só giz e quadro, só. Até para fazer avaliação, os trabalhos, a gente que compra álcool, estêncil, porque não tem recurso nenhum, nem livro didático. [...]" **(Profª Graziela).**

"Muitas vezes... muitas vezes eu trago bingo de casa né. Eu trago corda... como essa semana mesmo eu usei corda para aplicar probleminha. Eu trago subsídio para eles, ou então, infelizmente, eu uso o caderno" **(Profª Martiniana).**

"Nada. A gente só trabalha unicamente com o giz e o apagador, ou, se a gente tiver boa vontade... boa vontade se tiver o dinheiro para comprar também". **[...]** ***É, ou, se é para fazer prova, a gente pede ao aluno, como no mês passado nós pedimos"*** **(Profª Deuzuita).**

"Sempre é no começo do ano, quando começa. Aí a gente faz uma lista de material. A gente pede giz de cera, lápis de cor, tesourinha, papel chamex, álcool, até... para você ter uma idéia, quando começam as provas... o mimeógrafo daqui está péssimo, né? A gente ainda é do tempo do mimeógrafo, a gente ainda está atrasado aqui... aí a gente pede R$ 1,00 (um real), a cada pai, para poder fazer as provas, tirar xerox, fazer as provas assim... com os alunos, porque papel não tem, material... aliás, material didático não tem na escola, nem o papel chamex" **(Profª Doralice).**

"Mas Secretário aqui... nada, aí continua a gente comprando as vassouras da gente, a Diretora comprando também. Merenda nem se fala, não tem nem projeto. Foi feito prova com os alunos aqui esse ano, pediu R$ 1,00 (um real) a cada aluno para comprar o papel, porque não tem na escola, pronto! Aqui o jeito é esse! E acho que... tenho impressão que não vai mudar não" **(Assist. Educ. Rosvita).**

As falas acima ratificam a ausência do poder público na implementação das políticas públicas, mas também a ausência de outras instituições responsáveis pelo seu

acompanhamento, a exemplo do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e da inexistência do Conselho Municipal de Educação. Com relação à cobrança de taxas aos pais de alunos matriculados na escola pública com a finalidade de comprar material pedagógico, caberia uma ação do Ministério Público contra essa medida, uma vez que o Programa do Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi instituído para suprir tais necessidades, porém o município teve esse recurso suspenso por falta de prestação de contas.

3. Condições materiais das escolas

Os dados coletados permitiram detectar que o descaso com a educação da rede municipal investigada encontrava-se de forma tão acentuada, com tantos problemas que vale introduzir sua descrição pela metáfora expressa nessa música.

A casa (Vinícius de Moraes)

Era uma casa
Muito engraçada
Não tinha teto
Não tinha nada
Ninguém podia
Entrar nela não
Porque a casa
Não tinha chão
Ninguém podia
Dormir na rede
Porque na casa
Não tinha parede
Ninguém podia
Fazer pipi
Porque pinico
Não tinha ali
Mas era feita
Com muito esmero
Na rua dos bobos
Número zero

Tal era a realidade visualizada, como descrita na canção, quando cheguei ao referido município a fim de entrevistar os sujeitos alvos de minha pesquisa. Embora fosse conhecedora da existência de alguns problemas que atingiam a categoria dos trabalhadores

da educação, não imaginava que presenciaria tamanha situação de abandono nos prédios escolares: falta de professores, de cadeiras suficientes para atender à quantidade de alunos por sala de aula, de alimentação escolar, de material didático e pedagógico, de material de limpeza, de bibliotecas ou salas de leitura. Passemos aos dados:

"É essa situação que você já conhece" **(Profª Eulália).**

"Material a gente não tem, só giz e quadro, só. Até para fazer avaliação, os trabalhos, a gente que compra álcool, estêncil, porque não tem recurso nenhum, nem livro didático. [...]" **(Profª Graziela).**

"[...]. Não tem carteira, não tem como as crianças sentarem, só tem um banheiro para todos os alunos, não tem merenda" **(Profª Rosalice).**

"[... porque a escola vive abandonada, a gente não tem material[...]. Nem a merenda não tem, material pedagógico a gente não tem, material didático nem pedagógico para trabalhar com as crianças. A gente trabalha só com a sala, o giz e alguns recursos que a gente traz e a orientadora Carlécia, que vai à UFAL e traz aqueles pedaços de papel ofício, cartolina Carmem, para a gente fazer as atividades[...]" **(Profª Rosalice)**

"Não tem merenda há uns seis meses mais ou menos, faz um tempo bom, viu? E as crianças dependem muito da merenda porque são carentes. Muitas vêm com um cafezinho simples, já pensando em fazer um reforço... na alimentação..." **(Profª Noélia).**

"[...] E, questão assim... da escola, merenda está com um ano, vai fazer um ano esse mês, eu só não sei a data, que não chega merenda aqui na escola. Faz até pena as crianças. Tem criança que vem para cá, eu sei que vem já no intuito de lanchar, né. Porque em casa, a gente sabe, a situação está meio difícil, mas... fazer o que né. E questão de limpeza, nós, serviçais, eu como minhas colegas, compramos nossas vassouras para limpar a escola, porque não tem. Quando a gente não compra, a Diretora, que ajuda, compra também" **(Assist. Educ. Rosvita).**

"Ôxe, o da merenda principalmente. Da merenda... a merenda aqui... as crianças, é... chega um mês e para, pronto... eu acho que merenda aqui, chegou foi em dezembro do ano passado. Ó, PDE nós não temos mais, né? Os PCN's também estava trabalhando, não temos mais. Caixa Escolar, não temos mais, ou seja, tudo relacionado para a melhoria da educação" **(Profª Martiniana, falando, entre outras questões, sobre a suspensão dos recursos federais para o município).**

Os dados acima corroboram os registros apresentados no quarto capítulo, quando descrevi as escolas através das anotações no diário de campo, assim como podem ser

confirmados nas correspondências fornecidas pelo SINTEAL[24], como fonte para esta pesquisa.

4. Cadeiras e ônibus provocam evasão escolar

Além das condições de produção expostas nas falas registradas acima, nos depoimentos que se seguirão, a professora expõe duas sérias preocupações: a evasão de alunos por conta da falta de cadeiras e do transporte escolar e a carência de professores na rede. Segundo ela, sendo as turmas de 1ª a 4ª série compostas por uma média de 38 a 40 alunos, a unidade de ensino onde se encontrava lotada dispunha de apenas 17 a 18 cadeiras por sala, deixando a maioria sem ter onde sentar, levando as crianças a retornarem para casa ou permanecerem nos arredores da escola brincando.

"Não, porque está faltando muita cadeira na escola. Então, quando uma professora falta, aí a gente sai correndo atrás. Aí o ginásio, aqui do lado, que freqüentemente não há aula por conta de falta de professor, que não tem, para vir dar aula, muitas disciplinas não sei como vão ser resolvidas essas questões das disciplinas, sem professor, então fica sem aula. Então vai buscar as carteiras dessa escola vizinha e traz para nossa sala, e fica assim, uma escola cobrindo a outra" **(Profª Rosalice).**

"Reclamam. Muitas vezes as crianças voltam porque não têm carteira, fica aquele que comportar a quantidade de carteira que tiver, o que não tiver vai para casa, porque não vai ficar em pé. Às vezes senta dois, às vezes a gente coloca no birô, eu fico em pé o tempo todo e coloco até na minha mesa, na minha cadeira, no birô, e a gente acomoda de maneira que a gente vê... fazer o melhor" **(Profª Rosalice).**

"Muitas crianças sumiram, sem falar também da questão do transporte. Tem muitas crianças que são de fazenda, que moram bastante distante daqui e elas não têm condições de vir, principalmente quando é inverno, que chove muito, as ruas têm barro, elas escorregam, não tem condições de caminhar muito na chuva para chegar na escola. Elas não vêm, por conta de merenda e também de transporte" **(Profª Rosalice).**

A falta de professores na rede estava ocorrendo em virtude de o Ministério Público Estadual ter suspendido o Concurso Público realizado pela Prefeitura Municipal no mês de julho de 2007, por haver detectado irregularidades no processo, levando esse órgão a

[24] (Documentos do Inventário: códigos CS-d/ p. 189; CS-f/ p. 190 e CS-j/ p. 194.)

suspender o ato, mantendo-o assim até que a Prefeitura corrigisse os problemas apontados (Anexo p. 178). Como a Prefeitura não seguiu as recomendações dadas pelo MPE, permanecia impedida de convocar os candidatos aprovados e, em conseqüência disso, as escolas apresentavam grande carência de professores em seu contingente. Seguem os dados:

"É. E se alguma escola disser ao inverso meu, está mentindo. A realidade é essa. E essa é a melhor escola, essa daqui, pior é a Escola Paulo Freire, aí é que faz pena! Tem sala de aula fechada porque não tem professora, porque foi feito o concurso, mas o concurso até hoje ninguém foi chamado" **(Assist. Educ. Rosvita).**

5. Valorizar é preciso...

Diante dessas informações, fui sentindo necessidade de aprofundar mais a discussão sobre os aspectos trabalhistas, querendo saber de que maneira o município estava tratando os trabalhadores da educação no item Valorização Profissional, uma vez que acompanhei a aprovação do Plano de Cargos e Carreira na Câmara de Vereadores do município, que se encontra em vigor desde junho de 2000, contemplando professores e funcionários. Embora esse tema não fizesse parte do meu objeto de pesquisa inicial, compreendo que tratar de formação continuada de professores sem considerar sua valorização profissional vai de encontro aos meus princípios, pois entendo que professor tem que ser tratado com respeito e dignidade, o que implica receber uma justa remuneração pela execução do seu trabalho.

A aprovação desse documento (Lei Nº 93 de 27 de junho de 2000) pela Câmara Municipal, na época, deu-se por pressão da categoria junto ao SINTEAL. As informações dadas pelas professoras sobre esse Plano indicaram que se encontrava estagnado, sem nenhuma revisão desde sua aprovação, congelando salários e carreira, conforme as falas das/os entrevistadas/os:

"Não, ouvi falar na semana passada que estavam fazendo isso aí, não sei se começaram. Estavam até reunidas aí, veio o ex-secretário, o César, para dar uma mãozinha ainda, mas eu não sei se vai para o papel ou se ficou alguma coisa no papel ou se foi só palavra, mas até agora nada. Vai fazer dez anos de concurso e continua tudo do mesmo jeito que começou" **(Profª Eulália, informando sobre uma possível revisão do Plano de Cargos e Carreira).**

"Salário... estou muito feliz não, porque você sabe... a gente estuda, mas... tem gente que tem mais estudo do que eu, mas... chega no final do mês você olha aquele salário..." **(Profª Lisabel).**

"Meu salário é aquela coisa né, horrível! Não. Olhe, eu acho que Plano de Cargos e Carreira aqui não existe não, porque é o que ele quer e pronto. Não adianta a gente fazer questão de nada, porque é o que ele quer e pronto... não adianta" **(Profª Doralice).**

Nessa fala, implicitamente aparece a presença e a força do poder local, quando a professora afirma que o Plano de Cargos e Carreira não vem sendo implementado por não ser desejo do prefeito (ele) que tal fato aconteça.

"Ah! Hoje a gente recebe um salário péssimo, recebo R$ 339,00. Coloca-se no meu contra-cheque... vem dizendo. Tira-se o INSS... segundo lá o INSS não consta nada de jeito nenhum... aí eu vou ao cash e só consigo tirar R$ 330,00 e não sei para onde vai o restante, né?" **(Assist. Educ. Rosvita).**

"Menos que o salário mínimo. Já faz... o salário mínimo já faz uns seis meses, né? Não existe poder para esse homem não" **(Assist. Educ. Itamar).**

"Até porque os nossos salários a gente recebe em dia, porém a data base desse ano de 2007 não foi repassado, a gente não tem notícia de quanto é o percentual, nem de quando vai acontecer o reajuste" **(Profª Rosalice).**

Algumas professoras detalharam para mim que, apesar de possuírem formação superior, mesmo havendo pleiteado, através de requerimento à Prefeitura, enquadramento na carreira, como preconiza o Plano de Cargos e Carreira, continuavam a receber seus vencimentos como professora com formação em Nível Médio Normal, conforme os dados abaixo:

"Não. Eu até recebo como nível médio tendo nível superior e até agora ninguém... a gente não tem esperança, né? Nesse governo não, né? Enquanto ele estiver aí, esperança eu não tenho mais de receber... entrar num enquadramento e receber como nível superior, tanto eu como ela" **(Profª Graziela, referindo-se à negação de enquadramento na carreira para ela e a outra colega de turno).**

"Até em Maceió, né? Foi feito também, recorreram lá e tudo, mas não..." **(Profª Aldinete, explicando que além de requerer mudança de Nível na Prefeitura, entrou com ação através do escritório jurídico do SINTEAL, porém esta também não avançou na justiça).**

Outra professora encontrava-se prejudicada na carreira e no salário por estar lecionando numa turma do Pré-escolar (crianças com 05 e 06 anos). Segundo ela, embora fosse concursada e possuísse formação superior, recebia seu salário como se fosse contratada temporariamente pela rede. Por conta de tal tratamento, nenhuma professora se dispunha a atuar nessas turmas. Seguem abaixo, os dados:

"Não, é o seguinte... aqui, ninguém quer ficar com Educação Infantil aqui no município, porque não tem direito a certas... certas verbas que vêm, então ninguém quer ser, e os efetivos, nenhum quer ser da Educação Infantil, aí geralmente são pessoas contratadas que vêm para a Educação Infantil" **(Profª Alaíde).**

A entrevistada acima explica que as professoras concursadas para ministrarem aulas nas séries iniciais do Ensino Fundamental negam-se a trabalhar com as crianças das "Classes de Alfabetização" por terem tratamento diferenciado das demais, com perdas salariais e atraso em seus respectivos pagamentos.

"Eu cheguei aqui e fiquei com a 1ª série, depois de dois anos passei para a Educação Infantil, então fiquei muito tempo na Educação Infantil, está com um ano, voltei para a 1ª série, em 2007, devido à questão salarial que eu fui muito tempo esquecida, por conta de que passei a receber como se fosse dos 10%, porque não fazia parte do quadro, mesmo sendo concursada" **(Profª Rosalice).**

"Como se fosse contratada, e recebendo dos 10%. Não fazia parte do quadro dos concursados nem dos 60%, então eu sofri muita perda salarial com isso. Lutei muito, corri atrás com muito documento, muito requerimento e tive que sair, voltar para a 1ª série, para receber o que merecia, e até agora continuo sem receber" **(Profª Rosalice, relatando receber seus vencimentos rebaixados por atuar no Pré-escolar).**

O fato de o município não ter organizado escolas de Educação Infantil e/ou Creches conduzia a comunidade a procurar vagas nas escolas de 1ª a 4ª séries; no entanto, durante a realização da pesquisa, presenciei, em apenas uma das unidades de ensino, uma turma de Educação Infantil que funcionava nos turnos matutino e vespertino, porém a precariedade tornava-se ainda maior, visto que o espaço físico era completamente inadequado para aquelas crianças assim como a inexistência de material para executar atividades destinadas àquele nível inviabilizava totalmente o trabalho das professoras.

No município, ainda não havia sido instituído o Ensino Fundamental de Nove Anos e o desejo da Prefeitura era extinguir essas duas turmas, denominadas por mim de Pré-

Escola, primeiro pela falta de professores na rede e, segundo, porque ainda existia a velha questão de que a instituição sempre atrasava o pagamento das professoras alegando não ter recursos disponíveis para esse nível de ensino como ocorria no Ensino Fundamental, ficando sempre na dependência de repasse dos recursos federais (FPM) para garantir o pagamento dos salários.

Também havia queixas de quem ainda não tinha conseguido avançar em sua formação, aguardando melhores condições salariais para ingressar na Graduação ou Licenciatura, alegando dificuldades de conseguir aprovação na instituição federal e pensando na hipótese de enfrentar uma instituição privada. Todas expressaram o desejo de fazer o Nível Superior quando lhes indaguei sobre este assunto, conforme atestam os dados a seguir:

"Pensei, mas com esse salário viu, que a gente tem... fica muito a desejar porque vem livro, roupa, lanche, transporte. Se tivesse uma ajuda... porque já tem essa distância... se o prefeito ajudasse... mas eu pretendo fazer" **(Profª Lisabel).**

"Já. É porque é difícil... pelo salário que a gente recebe, é complicado para que você... aquele salário você precisa pagar. É fácil quando você consegue passar e não pagar, mas quando não, para mim que tenho filhos, porque eu tenho 04 filhos, aí fica difícil, porque ou eu mantenho a minha casa ou eu consigo fazer a Graduação" **(Profª Sulamita).**

Importante salientar essa questão que em Alagoas existe um Programa de Graduação de Professores – PGP, oferecido pela Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA), do qual participam muitos professores das redes municipais através de convênios firmados entre essa Instituição de Ensino Superior e as Prefeituras Municipais. O referido programa foi aprovado após muitas discussões, algumas inclusive polêmicas, travadas entre as entidades de educadores (ADUFAL, SINTEAL, entre outras), preocupadas com a defasagem na formação continuada de professoras e professores no interior do Estado, juntamente com as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

O pedido de autorização para o funcionamento desse Programa tramitou no Conselho Estadual de Educação através do Processo de Nº 129/2001 e teve seu funcionamento autorizado pelo CEE/AL após uma diligência e a realização de duas audiências públicas realizadas por este órgão, empreendidas mediante o foco de resistência

existente entre outras Instituições do Ensino Superior que apresentavam interesse em desenvolvê-lo (CEE/AL, 2006).

Após ser registrado parecer de Nº 68/2001 pela Câmara de Educação Superior, o pedido de autorização foi votado pelos conselheiros sob o Parecer de Nº 009/2002-CEE/AL em 19/03/2002 e a votação resultou num empate solucionado através do 'voto de Minerva' do presidente do Conselho, Conselheiro Élcio de Gusmão Verçosa, justificando sua posição mediante a relevância social que o Programa representava para a educação alagoana e para os educadores.

Infelizmente, os dados analisados indicam desconhecimento ou desinteresse da Prefeitura Municipal de Paripueira em relação ao citado Programa, o qual, por certo, seria um caminho possível de garantir que as professoras desse município tivessem acesso à sua formação em Nível Superior.

6. Encontros de Formação? Onde? Quando? Com quem?

Em face da contextualização das condições até aqui apresentadas pelos trabalhadores da educação para exercerem suas tarefas no cotidiano escolar, foi necessário abordar o tema que me motivou, no início, a realizar esta pesquisa: Como a Prefeitura ou Secretaria Municipal de Educação havia implementado, durante o período investigado, a política de formação continuada destinada às professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental? Quem elaborava e executava os cursos de formação? A forma como estes eram realizados e as questões discutidas atendiam às suas expectativas? Como participavam? Periodicidade? Temáticas? Com a palavra, as professoras!

Meu primeiro questionamento foi sobre a periodicidade de encontros de formação, desde 2001 até 2007. Queria saber se as atividades aconteciam anualmente. Eis os dados apresentados:

"Até 2000 tinha sempre formação, geralmente antes de iniciar o ano letivo. Às vezes era uma semana de estudos, na administração anterior" **(Profª Aldinete).**

"Capacitação... nós não temos. Já tivemos esse curso de capacitação, mas faz muito tempo, logo no começo" **(Profª Doralice).**

"Tivemos... tivemos já. Na administração anterior havia. Hoje, é que a gente... acho que só tivemos duas, durante sete anos" **(Profª Deuzuita).**

"Não... Não. Foram muito intercaladas assim... Muito longe uma da outra" **(Profª Alaíde, explicando que tais encontros não são anuais).**

"Acho importante porque professor está em sala de aula, né? Forma-se, mas é sempre importante ele ter que se atualizar com cursos de capacitação, porém aqui a gente praticamente quase não tem, né? Às vezes aparece uns... do concurso para cá, uns três. Teve um recente, foi o ano passado, mas assim... muito..." **(Profª Graziela).**

"Nessa gestão, há uns três anos ele trouxe um curso para nós, depois trouxe um outro curso e no início de 2007, mais um curso de capacitação..." **(Profª Rosalice).**

Destacarei, nos próximos registros, como elas analisaram os cursos que foram oferecidos:

"É pouco, muito pouco encontro. E quando tem não nos consulta para ver o que a gente acha melhor, o que a gente tem mais necessidade. A gente não é consultada. Chegam assim: - De tanto a tanto vai ter um encontro de formação" **(Profª Eulália).**

"[...] Mas as maiorias desses cursos não foram utilizadas como deveria ser porque nem os próprios cursos foram tão bons assim. Que estruturasse, que levasse a gente a uma vontade maior de fazer alguma coisa, mesmo sem material. Você vinha, assistia, agradecia muito aos professores por estarem ali, só que eram pessoas que também não transmitiam muita vontade de mudança, de fazer aquilo que estava querendo que a gente fizesse, porque a transmissão do curso não era muito boa" **(Profª Rosalice).**

"Com muita deficiência, porque eu acho que deveria ter todos os anos né? No entanto houve um no início desse ano... nem todos participaram..." **(Profª Graziela).**

"Olha, a **formação***, a gente sabe que é super importante, que as coisas estão aí mudando [...], mas como a colega falou é... fica a desejar".*** **(Profª Aldinete)**
"[...] agora o que eu não gosto muito é quando chega apostilas para você ler e preparar aulas" **(Profª Lisabel).**

"Se muito, tinha umas coisas proveitosas, outras não. Eu ia porque era o jeito... eu vou ser sincera" **(Profª Lisabel).**

"Bem, o ano passado... esse ano houve uma formação. Houve uma formação, só que a formação não foi de qualidade. É... o Secretário, na época, trouxe pessoas, mas que... para a gente, eu particularmente, eu gostaria de uma formação onde... onde houvesse a prática, a forma de ensinar intensificada, com dinâmicas... só que a formação que

houve foi para mostrar o que fazer. Só foi lei... lei... não foi formação pedagógica. Não foi de acordo, por exemplo... Maceió mesmo, nós... eu estava fazendo o Pró-letramento. Uma coisa maravilhosa...” **(Profª Martiniana).**

“Olhe, assim... geralmente início de ano, o Prefeito oferece formação. Agora assim... não é a formação voltada diretamente para as questões que a escola está necessitando, vem um pes... ele contrata... vem um pessoal de Maceió e dá sua formação aqui e vai embora, muitas vezes não tem nada a ver com o que os professores estão precisando naquele momento” **(Profª Alaíde).**

“É assim... os conteúdos que eles passam... são bons, só que, como eu estou te falando... é aquela coisa, é só aquilo ali naquela hora, entendeu? Vai embora, acabou-se... e a gente volta a fazer o que era feito antes” **(Profª Doralice).**

Os depoimentos abaixo reafirmam a falta de definição da política educacional local, pois não apresentam projetos, planejamentos, levando a crer que os encontros de formação ocorriam apenas com a intenção de justificar o uso de recursos públicos e para fazer prestação de contas, pois não apresentavam uma programação condizente com as necessidades dos profissionais da educação, causando insatisfações e até constrangimentos. Vamos aos dados:

“Olhe... sempre que tem esses cursos que a gente fez, às vezes... esse último até teve uma discussão lá, que uma funcionária é... até uma menina que trabalhava aqui na escola, aí, já por isso mesmo, porque os cursos que a gente vai, sabe... é aquela coisa, só que depois fica difícil da gente fazer as coisas” **(Profª Doralice).**

“Foi. Ele estava passando para ela... o que ele estava passando, Ela falou que... não era, aquilo não era para ela, entendeu? Que ela não estava entendendo nada, que aquele curso não era para ela” **(Profª Doralice, esclarecendo cena de discussão e constrangimento entre palestrante (formador) e funcionária do setor administrativo educacional, durante o encontro de formação realizado em 2007).**

“Que foi assim... foi um curso que foi todo mundo junto assim, não teve aquela coisa de separar... De separar auxiliar de disciplina, professor, é... As meninas que trabalham aqui. Foi todo mundo junto, aí ela não gostou. Ela não gostou e teve uma discussão” **(Profª Doralice).**

7. Formação Continuada: das críticas às propostas

Consultei as professoras sobre suas expectativas em torno de tais acontecimentos, para saber o que elas almejavam dos cursos de formação, que problemas atrapalhavam o processo e o que gostariam de discutir ou aprender. Apresentarei os depoimentos em forma de sub-títulos, dando ênfase às questões específicas destacadas por elas. Os dados apontam as seguintes questões:

a) Temática geral

"Eu acho de grande necessidade, de grande importância. Agora, cursos que realmente faça a gente crescer e possa mudar, porque do jeito que está a educação acontecendo aqui em Paripueira hoje, é um descaso. [...]" **(Profª Rosalice).**

b) Horário/ Período de cursos

"O horário, por questão de horário porque muita gente... professor tem que ter dois, três empregos, né? Então, infelizmente, para muita gente não coube o horário, né? E sobre esses cursos eu acho assim muito... Eles não entram muito na realidade da sala de aula, eu acho... meu ponto de vista, né? Fica muito falho, porque a nossa realidade é totalmente diferente, quer dizer... cada canto tem uma realidade diferente, né? Então eu acho que deixa muito a desejar" **(Profª Graziela).**

"Não, todos os anos não. Mas sempre eles estão fazendo isso, sabe? Eles escolhem um momento... é sempre o momento das férias da gente... a gente tem bem pequenininho o momento, para a gente fazer nas férias. Às vezes é no começo do ano. Quando é no começo do ano ainda é bom..." **(Profª Sulamita).**

c) Vínculo com a prática em sala de aula

"Eu venho para o curso, eu quero aprender outros métodos, que ele ensinasse jogos, como confeccionar, mas não a pessoa tirar de mim o que eu estou ensinando a pessoa, eu acho assim" **(Profª Lisabel).**

"Aí, se tivesse assim... o jornal, como a gente trabalhar com o jornal [...] com rótulo... eu comecei uma vez, eu fiz o alfabeto na sala com o rótulo, mas eu queria me aperfeiçoar mais, entendeu?" **(Profª Lisabel).**

"Para a gente, eu particularmente, eu gostaria de uma formação onde... onde houvesse a prática, a forma de ensinar intensificada, com dinâmicas... só que a formação que houve foi para mostrar o que fazer. Só foi Lei... Lei... não foi formação pedagógica" **(Profª Martiniana).**

"Eu já falei né, sobre os cursos que vieram... foram poucos nestes sete anos. Eu queria um curso para me ajudar assim, na sala de aula, como é que eu vou dar aula" **(Profª Deuzuita).**

d) Condições de trabalho

"E a minha, 33... É porque a minha está uma situação meio complicada. Veja bem, tinha uma professora de 1ª e uma de 2ª, então elas duas foram requisitadas para outra escola. Na minha sala agora tem 1ª, 2ª e 3ª série, todos juntos" **(Profª Aldinete, referindo-se ao seu trabalho numa turma multisseriada).**

e) Ausência de firmação de convênios

"Pronto. É esse mesmo. Só que, infelizmente, ele está aí... Só que Paripueira foi excluída, porque não estava pagando uma verba aí, não sei quais foram... e era uma coisa boa, porque era uma maneira didática de ensinar o Português e a Matemática às crianças até a 4ª série, onde eles mostravam a forma de aprender brincando. No pouco tempo que eu participei, eu pude ver outros municípios, nós, ou seja, Alagoas tem muita coisa boa... infelizmente, é Paripueira que está excluída. A UNDIME faz muitos cursos para a gente, né? Mas se... o nosso Prefeito não paga... ficamos excluídas. Somos chamadas mas, chega lá: De onde você é? Paripueira... Eu fico até..." **(Profª Martiniana, expressando o desejo de participar do curso oferecido pelo programa de formação continuada do governo federal, o Pró-letramento).**

f) Descontinuidades

"Eu acho importante, sabe? E o que eles deixam para a gente, o que eles passam para a gente, a gente ainda sente aquele gostinho de quero mais, sabe? E, na realidade, a gente fica... porque parece que o momento é tão pouco que eles ficam com a gente, né? Eles passam para a gente e a gente fica naquela sede, né? Aquela vontade de mais, né? Porque é muito importante"[...]. **(Profª Sulamita, falando das descontinuidades destes encontros).**

"Olhe, o último que veio foi da SEMED/Maceió. São pessoas assim... que vem, dá seu recado e vai embora. E formação continuada, para ela mudar o jeito, em longo prazo, ela tem que acontecer na escola o ano todo, porque tem que ter aquela parada para sua formação, e aqui não existe isso" **(Profª Alaíde).**

"Olha, em termos de educação continuada, deveria ser um trabalho que fosse feito... porque vem o pessoal da formação. Que viesse assim... para suprir realmente as necessidades que o professor tem, viesse... que fosse feita, mas que primeiro fosse feito um levantamento do que realmente era necessário, onde a gente tivesse mais carência, e após essa formação houvesse um acompanhamento pelos técnicos responsáveis, para que a gente pudesse colocar... que não ficasse parado. Nós, aqui em Paripueira estamos parados no tempo. Por isto eu tenho medo de tentar o vestibular" **(Profª Eulália, queixando-se da descontinuidade e da falta do acompanhamento pedagógico).**

g) Necessidade de mediação na escola

"Ó, eu queria que tivesse certos temas, só que fica aquela coisa vaga, no ar, depois. A gente vem para a escola... a gente vem na escola e é a mesma realidade que era antes, porque não tem uma pessoa acompanhando a gente, não tem uma Coordenadora Pedagógica, não tem nada, é só a gente com essas crianças, as salas superlotadas..." **(Profª Doralice).**

h) Dificuldade em lidar com alunos da classe popular

"O meu desejo... eu gostaria que fosse o método para que nossos alunos tivessem mais interesse... mais interesse em aprender. Qual é a maneira da gente fazer com que eles tivessem interesse, um método, uma coisa mais agradável do que a gente já faz, porque eu acho que a gente já faz muito... já faz muito, conversa com eles, dá conselho como se fosse mãe, até ensinar as maneiras... as boas maneiras, eu ensino na minha sala de aula, entendeu? Aí, a partir daí eu acho que o principal seria o interesse deles em aprender, porque hoje em dia está difícil, e principalmente a leitura, porque eles não têm interesse de pegar o livro e ler, por sinal eu quero fazer uma coisa na sala, mando ele ler um pequeno trecho para fazer uma composição de texto, eles não sabem... tem que estar dando uma idéia no quadro, eu escrevo algumas coisas no quadro. Dali mesmo eles aproveitam e tiram algumas coisas que necessitam, por quê? Porque eles são pobres em raciocínio. Então eu queria uma maneira que fizesse com que eles tivessem interesse de aprender, principalmente o gosto pela leitura" **(Profª Noélia).**

i) Falta de preparo para o trabalho com turmas de EJA

"E também nunca houve uma capacitação para a gente, para trabalhar com jovens e adultos. A gente participa, mas em termos da faixa menor, né? Crianças. Jovens e adultos nunca houve, a gente nunca fez" **(Profª Graziela).**

"Aí... assim, a gente necessitava como já foi dito aqui, de algo que a gente pudesse realmente colocar em prática, porque tudo é muito bonito no papel, a forma como eles transmitem mas... assim... a realidade é outra, não é assim tão simples a gente aplicar aquilo que é passado lá, então para quem não vem e não conhece, acha que é simples, não é? Mas na realidade não é, porque a gente tem essa série de dificuldades e principalmente com os da noite porque são alunos que vêm para a escola sem motivação, eu não sinto motivação" **(Profª Aldinete).**

j) Didática e metodologias

"Atualmente não. Já teve, né? Agora não. Eu gosto desses cursos, agora o que eu não gosto muito é quando chega aquelas apostilas para você ler e preparar uma aula, porque às vezes eu penso assim... eu venho para o curso, eu quero aprender outros métodos, que ele ensinasse os jogos, como confeccionar, mas não a pessoa tirar de mim as coisas que eu estou ensinando à pessoa, eu acho assim" **(Profª Lisabel).**

A fala da professora acima expressa a indignação em participar de cursos de formação com materiais prescritivos ao invés de lhe apontar novas metodologias e/ou técnicas de ensino-aprendizagem que possam ser aproveitadas no cotidiano da sala de aula.

8. Os mudos falando aos surdos

As vozes das professoras estão carregadas de desejos e expectativas sobre como a política de formação poderia acontecer. Em nenhum momento as entrevistadas foram contra a realização dos encontros. Elas acham importante o investimento em sua formação continuada, mas gostariam de ser ouvidas e opinar sobre horário, período de realização dos cursos, conteúdos e temas a serem tratados. Por isto, nas falas são recorrentes as queixas sobre o fato de não serem consultadas:

"Não. Aqui não. Aqui, por exemplo, vamos começar as aulas em fevereiro: Ah! Não vai ter não, porque vai começar o curso de capacitação, aí a gente vem, e nunca a gente é consultada, o que é que a gente quer, os temas. Que às vezes... eu mesmo, eu sinto dificuldade em leitura, eu tento me esforçar com os meninos, mas eu sinto dificuldade na leitura" **(Profª Lisabel).**

"Justo. Para saber... olha, vai ter um curso sobre tal, tal, e tal. Porque primeiro teria de consultar os professores para depois contratar a equipe para vir fazer o curso, eu acho que seria assim, porque vem com o que ele quer, o programa que eles querem, aí a gente tem que ir fazer aquele curso, está entendendo? Mas às vezes não é proveniente da sala de aula" **(Profª Deuzuita).**

"Não. Só a Direção da escola que nos informa". **(Profª Doralice)**

"Não. Só na hora que a pessoa dá esse curso, fala com a gente, mas a Secretaria não" **(Profª Doralice).**

"Não. Geralmente, quando vem é só o aviso da Secretaria e é anexado ali, para os professores verem e participar. A gente vai sem saber quem é, o que é... a gente só vai saber lá. Esse último que houve esse ano, mas era uma semana também, mas era por período, cada pessoa no seu horário de trabalho, lá, no primeiro dia, foi que a gente ficou sabendo o que era que iria ser visto durante a semana, mas assim... [...] É muito falho, você vai sem saber o que é e quando já vai tomando gosto pela situação, acabou. E aí não tem uma continuação. Eu acho muito fraco. Deveria ser melhor, em termos de capacitação" **(Profª Eulália).**

9. O poder de quem tem poder

Outra recorrência encontrada nos depoimentos apresentados a respeito dos cursos de formação continuada é a presença das expressões: *ele fez, ele trouxe, ele quer*. Aqui se explicita uma forma de poder que invade o imaginário docente. Não importa se é 'ele', mas aparece sempre como 'ele'. Tem a ver com a tradição coronelística introjetada nas representações sociais das/os professoras/es.

Conforme já tratei anteriormente, a forma como o chefe do poder executivo centraliza todas as decisões em seu gabinete transparece nas vozes das professoras quando se trata da organização dos encontros de formação demonstrando, mais uma vez, a presença e a força do poder local o qual, mesmo ausente fisicamente, encontra-se presente nas ações desenvolvidas nas escolas da rede municipal de ensino. Caso típico de tais interferências foi a suspensão da realização do "Projeto Lixo" em uma das unidades de ensino, conforme citado no capítulo 4.

Esta situação de *omnipresença* foi um dos fatores responsáveis pelo silenciamento das vozes das professoras e das/os funcionárias/os de escola desse município, expresso nas formas de vigilância e punição que sofreram com as mobilizações realizadas por esses

atores para tentar mudar o quadro que venho desenhando. Consegui tornar audível tal silenciamento, ao menos durante a realização da minha pesquisa.

No momento em que tentava imprimir certa organização aos parcos documentos coletados no trabalho de campo, deparei com a Lei Orgânica do município, promulgada em 23 de maio de 1993 pela Câmara Municipal. Fazendo a leitura da lei, achei pertinente destacar três incisos do Artigo 17[25].

Qualquer cidadã ou cidadão que tiver conhecimento dos enunciados da referida lei ficará se perguntando, então, porque a educação de Paripueira encontra-se conforme os relatos até aqui apresentados, uma vez que a Câmara Municipal tem poderes perante o Poder Judiciário devendo, portanto, exigir ações e cobrar explicações evitando assim que a educação municipal chegasse a essa situação, mas os dados a seguir mostrarão os esclarecimentos de como se dava a relação entre os Poderes:

"[...] A Câmara de Vereadores a gente não pode contar, porque a Câmara é toda do lado do Prefeito, nos primeiros quatro anos e nesse último agora. Os Vereadores, ele sempre consegue comprar os Vereadores. E, na verdade, a gente nem sabe como encontrar esses Vereadores, porque para você encontrar esses Vereadores numa sessão, a gente não sabe nem qual é o dia que tem sessão na Câmara, porque nenhum deles faz projetos, nenhum deles se preocupa com o próprio município, as pessoas que elegeram eles, nenhum deles se preocupa com isso" **(Profª Rivadávia).**

"Não. Não houve acompanhamento de nenhum deles, só uma vez que dois... dois ou três, fizeram um acompanhamento com a gente só porque queriam aparecer. Tinham brigado com o Prefeito, era época da outra campanha...". **(Profª Rivadávia)**

"[...] Então os Vereadores são esses, mas eles não fazem nada porque, na verdade, o que eu sinto é que eles têm até medo também do homem, eu acho que eles têm medo também. Até porque muitos deles sabem que a coisa está errada, sabe que o que ele está fazendo está errado, mas não tem peito de enfrentar, de chamar ele e dizer: Prefeito, o senhor vai ter que cumprir com isso, porque é o papel deles como Vereador, defender os eleitores deles e fazer alguma coisa pelo município, principalmente com a educação e a saúde, né? A saúde também acabou, você não encontra nada no posto de saúde, então, qual é a esperança que a gente tem numa Câmara dessa, nenhuma, nenhuma. Nenhum deles deu apoio à gente, nenhum" **(Profª Rivadávia).**

---

[25] Artigo 17, Título II – Da Organização dos Poderes, Capítulo I do Poder Legislativo, Seção I da Câmara Municipal: Inciso V – Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta; Inciso VI – Proceder às tomadas de contas do Prefeito, quando não apresentadas dentro de 60 dias, após a abertura da sessão legislativa; Inciso VII – Requisitar informações do Prefeito Municipal e convocar Secretários Municipais visando ao aferecimento de esclarecimentos sobre assuntos de interesse do Município.

"Isso... mas só para aparecer, por conta do momento político que viria, né? Então esses apareceram, foram até filmados assim... junto do movimento, mas também não abriram a boca, não fizeram nem posse do microfone para dizer alguma coisa, para dar algum apoio, nem isso eles quiseram fazer, porque, na verdade temem também ao Prefeito. "Eles sabiam, eles sabem de tudo que acontece. Eles sabem que é tudo centralizado no Prefeito. Quando o Prefeito quer um projeto, manda e eles têm que assinar" **(Profª Rivadávia).**

"Porque são... você sabe, né? Ficam aí, né? Eles vão fazer o quê? Nada também" **(Profª Doralice).**

"Minha filha, os Vereadores, teve um que se prontificou até demais a ajudar a gente, mas eu acho que os outros fizeram a cabeça do Prefeito, eu acho, e o Prefeito foi para ele, agora pronto, já está para o lado dele também, pronto! Nós não temos uma pessoa que dê apoio à gente. Ninguém, autoridade nenhuma daqui. Todo mundo parece que tem medo"**(Assist. Educ. Rosvita).**

"Não existe. Os Vereadores não atuam em nada, atuam sim, sabe o quê? Perseguição… [...]" **(Assist. Educ. Itamar).**

Os depoimentos citados são consolidados pelo outro "lado", com a fala de um dos vereadores com quem conversei na Câmara Municipal, conforme citação na página 75 do capítulo 3, quando descrevo a pesquisa de campo e também pelo depoimento de uma das professoras entrevistadas, relatando a visita de um grupo de trabalhadores da educação à Delegacia do Ministério Público Federal. A fala da professora pode ser validada pelo documento anexado às páginas 196/197.

"[...]. Fomos ao Ministério Público Federal, fizemos um grupo de 26 professores, fomos ao Ministério Público Federal, falamos com o Dr. Antonio e a Dra. Niedja Kaspari, tivemos audiência com eles depois de muito se tentar, insistir e persistir, eles nos receberam. Disseram até que não podiam receber a equipe toda... nós ainda fincamos pé lá dizendo que não, que só iríamos se fossem todos os professores porque todos teriam que ouvir o que iria ser falado lá, o que iria ser tratado. Ele só queria receber 3 pessoas representando, mas fomos todos... ele terminou recebendo.[...]. Segundo informações, que a gente sempre tem a informação aqui, chegou realmente uma notificação do MPF para o Prefeito só que ele se negou a receber e os próprios funcionários foram instruídos a não receber a documentação que chegasse do MPF e isso foi confirmado quando nós retornamos à Dra. Niedja. Ela confirmou que, realmente, ele se negou a receber e que o que ela tinha que fazer ela já tinha feito, foi mandar um ofício para ele, para convocar para se ter uma reunião para se fazer um ajuste, né, para conversar, mas só que não teve resultado, então ela disse que já teria feito o que ela poderia fazer na autoridade dela, como procuradora do Ministério Público Federal de Alagoas, que teria encaminhado para Recife e que a gente aguardasse e talvez até o TCU – Tribunal de Contas da União

***pudesse resolver também, porque ela não tinha mais o que fazer, porque ela não iria mandar também mais correspondência para este senhor, para esse... o Prefeito, porque ela disse que sabia que não iria surtir efeito e que talvez desse até uma chance a ele, dele arrumar a casa direitinho até para comprovar com a documentação, como se tinha feito alguma coisa, segundo... palavras dela e nós ficamos indignados, né, retrucamos a ela que a gente achava que ali seria a última solução, instância e que a gente poderia resolver esse nosso problema aqui de Paripueira*. [...]. (Profª Rivadávia).**

Mas entre as falas, encontrei vozes mais cautelosas para se posicionar em relação à atuação da Câmara Municipal, quase inaudível, reticente, que eu avalio ser em virtude do silenciamento gerado pelo poder local:

***"É... Não... Eu acho que... é... é... é... Esse problema não chegou até lá não... Eu acho se chegasse eles tomariam uma posição".* (Profª Alaíde)**

É compreensível a relutância da professora, no depoimento acima, depois do que aconteceu com o professor Paulo Bandeira, em um município próximo à capital, onde ele trabalhava, pelo fato de ter questionado a Prefeitura Municipal sobre a transparência na aplicação nos recursos do FUNDEF.

Diante do que me expuseram, quis saber, então, se algum dos órgãos responsáveis por averiguar os fatos e fiscalizar a aplicação de recursos públicos, tal como o Ministério Público Estadual e Federal, já tinham dado retorno às denúncias ou tomado providências em relação a elas, pois, na condição de membro da Direção do sindicato, fizemos várias investidas de cobranças a esses órgãos (Doc. CS-g, p. 193, CS-f, p. 192), juntamente com o Núcleo Municipal, indo até tais órgãos, levando ao conhecimento deles, o estado em que se encontrava a educação naquele local. Além das denúncias formuladas pelo SINTEAL, as/os profissionais da educação do município também se mobilizaram em grupo e foram buscar o apoio desses órgãos, mas as informações foram desalentadoras, conforme os dados abaixo:

***"Sabe, sabe sim. Sabe, porque a gente fez reunião lá. A gente foi até o Ministério Público, denunciamos lá, mas... não fez nada"* (Assist. Educ. Itamar).**

"Não. Até agora não. Aqui em Paripueira, nada! Nada foi respondido, nada foi resolvido. Tudo continua do mesmo jeito. Nenhuma prestação de contas, nenhuma

mudança, nenhuma verba veio mais, também por falta de documentação que aqui eles não mandavam" **(Profª Rosalice).**

"Nada. Botaram um pano em cima, passaram a régua... e o município continua assim..." **(Profª Lisabel).**

"Aqui não... aqui ele não vem à escola... aqui as mães às vezes... quando a situação está muito crítica... algumas... elas procuram, mas quando chegam lá elas voltam e não resolvem nada... não vem nenhum retorno aqui para a escola em relação ao Ministério" **(Profª Alaíde, referindo-se à atuação do Promotor da Comarca local).**

"Não. Essa audiência foi no ano de 2005, foi o ano retrasado. Então eles discutiram isso, segundo o sindicato ficou firmado lá, né? O acordo que eles melhorariam, que iriam rever a questão da merenda, que iriam rever a questão das carteiras para os meninos sentarem na sala, né? Para terem aula como pessoas decentes e dignas, que a gente sabe que o recurso vem para isso também, mas só que a gente não sabe onde é que é colocado, mas só que não houve nada disso" **(Profª Railda, referindo-se a uma das audiências mantida no Ministério Público Estadual).**

"A gente achava que seria ali mas, infelizmente, a gente estava enganada, porque eu acho que a justiça só viria aqui se fosse a divina, porque a justiça dos homens, eu acho que não iria fazer efeito nem entrar aqui nunca, nesse município" [...]. **(Profª Rivadávia, demonstrando sua decepção com audiência ocorrida na Delegacia do Ministério Público Federal).**

"Não, a gente ainda não chegou a isso, a ir ao Tribunal de Contas, até porque, se a gente for, segundo informações que nós temos, o pessoal do Tribunal de Contas quando vem para fazer a fiscalização, o Prefeito oferece almoço para eles num restaurante que tem aqui, no Mar & Companhia. Então, se você vem fazer uma fiscalização e aceita o almoço oferecido pelo Prefeito num restaurante, você vai confiar em quê? Nesse pessoal? É o que a gente escuta das próprias pessoas da Prefeitura, e fica por isso mesmo" **(Profª Rivadávia).**

A opção pela abordagem qualitativa no tratamento dos dados favoreceu o processo de apreensão da realidade de implementação da política educacional, uma vez que envolveu a análise dos condicionantes políticos e socioeconômicos presentes nesse contexto. No entanto, tornou-se impossível ir mais fundo na investigação sobre as questões econômicas do município devido à centralização das informações, uma vez que os dados dos quais necessitava não se encontravam disponibilizados ao público e para a pesquisadora, conforme prevê a lei.

Como estava desenvolvendo uma pesquisa para saber de que maneira o município investigado implementava a política de Formação Continuada das professoras das séries

iniciais do Ensino Fundamental, fazia-se necessário buscar minimamente algum tipo de informação para tentar descobrir quais recursos estariam sendo aplicados nas atividades pois, apesar do município estar, à época, com recursos federais suspensos por falta de prestação de contas, como o recurso da alimentação escolar (Anexo p. 178) e o dinheiro do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), restavam ainda os recursos do FUNDEF, que, como transferência constitucional, não poderiam ser suspensos, assim como o Salário Educação e ainda o FNDE.

Por outro lado, conforme as razões expostas ao longo do texto, não conseguindo obter informações por parte da Câmara Municipal ou da Secretaria Municipal de Educação recorri, mais uma vez, às/aos entrevistadas/os, objetivando saber, desta feita, se os Conselhos Municipais de Alimentação e do FUNDEF funcionavam, quem eram seus representantes e de que maneira eles acompanhavam e fiscalizavam os recursos referidos. Vejamos o que os dados informam:

"O Conselho do FUNDEF ninguém sabe quem é. Se existe, ninguém sabe quem é. Se existe, eles fizeram para lá, como era de costume fazer, escolher as pessoas que fossem do lado dele para poder manipular" **(Profª Rivadávia).**

"Olha... é... essa questão do Conselho é muito difícil aqui dentro do município, porque os Conselhos quando são formados, a maioria não é feito em Assembléia. Eles são feitos... são escolhidos à dedo dentro da Prefeitura, então já começa daí a emperrar e... então se eles estão funcionando ou não... não posso ter essa certeza, agora, alguns existem, até porque se não existissem não chegava verbas federais né? Agora, como são feitos, a maneira assim... eu não posso lhe dar maiores informações não" **(Profª Alaíde).**

"Existe, agora não me pergunte quem são que eu não conheço" **(Profª Eulália).**

"Houve aí uma eleição, mas eu também nem sei se essas pessoas... eu acredito que essas pessoas não estão engajadas em nada não. Acho que teve ali aquela eleição, mas eu não vejo nada. Eu não acredito nisso não" **(Profª Eulália).**

"O Conselho da Merenda, nós brigamos muito por isso, conseguimos fazer ainda com o sindicato, com a presidente do sindicato, fizemos a reunião, fizemos esse Conselho porque eles já tinham feito um na escola, o Secretário... eles mesmo escolhendo, fazendo o próprio Conselho. Nós contestamos junto com o sindicato, mas só que ele não aceitou" **(Profª Rivadávia).**

"O SINTEAL fez uma eleição aqui sobre a merenda né, eles fizeram outra lá, enrolaram lá e... perderam a merenda" **(Assist. Educ. Itamar).**

"Também não. Não é do nosso conhecimento. Eu não posso informar nada porque não sei sobre isso. Se eu soubesse de alguma atuação informava" **(Profª Rosalice informando o desconhecimento, de sua parte, sobre a atuação dos referidos Conselhos).**

10. Tem alguém em casa?

Embora a participação em algumas atividades sindicais relatadas neste texto me permitisse certo conhecimento a respeito das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da educação, ao ouvir os relatos sobre a situação política local, foi possível entender, com mais profundidade, o que realmente se passava naquele ambiente.

Os dados coletados revelaram situações inusitadas como, por exemplo, a inexistência de uma sala, na sede da Prefeitura, destinada ao funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, ou a existência de um prédio destinado a ela.

Nas poucas vezes em que o sindicato conseguiu marcar audiência para tratar das questões referentes à educação, sempre fomos atendidos na sede da Prefeitura pelo chefe do poder executivo acompanhado de quem estivesse à frente do referido órgão, porém desconhecíamos a ausência de uma sede própria onde fosse possível organizar documentos e registros devidamente arquivados, pertencentes à Secretaria, garantindo á/ao secretária/o realizar seus atos e despachos, resolver e encaminhar questões referentes à sua pasta. Isto deixava professores e funcionários sem saber para onde se dirigir quando necessitavam requerer algum direito trabalhista ou obter uma simples informação relacionada a sua área de atuação. Eis os dados:

"Não. Tem uma casa que diz assim... aqui é a Secretaria da Educação, mas a gente vai lá... quer dizer... eu nunca fui, porque vou fazer o que lá? A Secretária, um dia é um, outro dia é outro, a gente não sabe quando é, quando não é, quem é, quem não é" **(Assist. Educ. Rosvita).**

"Sim, como eu estava dizendo, que a minha única esperança, que é com as novas eleições agora, um outro Prefeito que entrar, que não seja do grupo do Prefeito atual, que seja da oposição, possa vir fazer alguma coisa para salvar a educação, que acabou, está acabada literalmente. Em todos os sentidos, está acabada, porque a gente não sabe onde é nossa Secretaria da Educação, para resolver os nossos problemas, nós não sabemos nem onde está nossa documentação, nós não vemos Secretárias aqui trabalhando, que possa encontrar para resolver alguma coisa, então a minha solução é essa [...]" **(Profª Rivadávia).**

Diante de tantas ausências, por pouco não encontro a referida pasta sem representante pois exatamente no mês em que retornei ao município para realizar as entrevistas (Out./2007), havia sido empossada uma nova titular desse órgão, sendo a terceira Secretária no ano. A *casa* chamada Secretaria Municipal de Educação encontrava-se, então, sem nada por dentro ou, numa descrição mais precisa, sem qualquer evidência de que estava implementando uma política educacional que pudesse gerar qualquer condição de trabalho digno para professoras/es e funcionárias/os e, menos ainda, garantindo a aprendizagem e o conhecimento àquelas e àqueles que têm direito constitucional a eles. Vejamos os dados:

"Está com poucos dias que nós estávamos fazendo essas contas, quando entrou essa nova Secretária, agora. Nós estávamos fazendo as contas... Está na média de oito Secretários/as, de sete para oito Secretários/as, se não me falha a memória, e nenhum deles consegue fazer nada porque ele monopoliza as coisas, centraliza na prefeitura e só quer o Secretário para assinar, somente" **(Profª Rivadávia).**

"Só esse ano, três Secretários. Então fica muito difícil... cada um que chega vem com suas idéias, quer implacar alguma coisa, mas quando chega na prefeitura aí... começam os obstáculos".[...] **(Profª Alaíde).**

"Nenhuma. Já é a oitava, a sétima ou oitava Secretária. Ela tomou posse, mas assim... a gente fica perguntando uma à outra, mas que ela venha se apresentar para as escolas, não. Isso aí não" **(Profª Deuzuita).**

"É. Nessas duas administrações é assim... entra um, sai outro e a gente não sabe nem quem é" **(Profª Deuzuita).**

"São muitos, mas para dizer assim... em número..." **(Profª Doralice).**

"[...]Houve agora. Já aconteceram várias mudanças de Secretários, e todos aparecem, fazem reunião no primeiro momento que estão assumindo, depois vêem a dificuldade, desaparecem são trocados, agora recentemente estamos sabendo que houve uma mudança... nova Secretária, mas ainda não tivemos o prazer de conhecê-la. Sei que é senhora Ida, ou é Êda ou é Iêda, não sei bem ainda o nome ao certo, porém ainda não veio à escola para fazer uma reunião com todos os professores do turno vespertino, do qual eu faço parte, não a conheço, daqui e ver o que a gente pode fazer, conversar com ela e reivindicar uma melhora para a nossa escola, porque a escola só está abrindo, funcionando todos os dias porque a gente vem dar aula" **(Profª Rosalice).**

Outra agravante encontrada foi a ausência de pessoas que respondessem pela Direção das escolas. Em visita a uma das unidades de ensino, informaram-me que a mesma estava sem Direção há mais de 04 meses, e em outra, não havia ninguém da parte administrativa no turno noturno.

"[...]Direção não existe, o senhor prefeito... a gente também não tem acesso a ninguém para ir até ele conversar, para pedir que aconteça o que é necessário". **(Profª Rosalice)**

"[...] No mais, o sério que é Direção, Secretária, chefia de prefeito, a gente realmente está sem essa participação, sem essa presença marcante, forte e necessária. A escola realmente está entregue nas mãos dos professores e do pessoal da limpeza". **(Profª Rosalice)**

"Não. Não acontece porque a gente está sem Direção. Há muito tempo a nossa escola Paulo Freire vem sofrendo a falta de alguém que dirija, que esteja com a gente para ver essas dificuldades que a gente está enfrentando". **(Profª Rosalice)**

Das quatro escolas visitadas, apenas uma possuía a figura da Coordenadora Pedagógica.

"Bom, se houver é pelo diurno, porque eu também não sei dizer. Mas pelo noturno não tem essa preocupação. Nós que trabalhamos no noturno somos abandonadas aqui... à noite, né?". **(Profª Graziela)**
"Nós não temos coordenação". **(Profª Graziela)**

"Não, principalmente o horário do noturno... realmente eu não sei o dia, agora à noite realmente a gente não tem... somos só nós, nós e os alunos, você vê que nem Direção a gente tem, sem Coordenadora... assim a gente trabalha...". **(Profª Graziela)**

Os dados revelaram, também, de acordo com as informações colhidas, que nenhuma unidade de ensino havia construído seu Projeto Político Pedagógico, mostrando o que intitulei de "ausência de política explícita" no município. Seguem as informações:

"Em nenhuma escola há Projeto Político Pedagógico não. O município em si não tem" **(Profª Martiniana).**

"*Não. Nunca tivemos acesso a ele não*" (Profª Aldinete e Profª Graziela, referindo-se à ausência do Projeto Político Pedagógico da escola).

***"Não. Nunca foi discutida essa questão"* (Profª Alaíde, confirmando inexistência de Projeto Político Pedagógico na escola).**

A concepção organizacional descrita pelos entrevistados, conforme Bordignon e Gracindo (2000), é conduzida segundo uma determinada concepção de educação e sociedade de quem está à frente da gestão do Sistema Municipal de Educação. Segundo os autores,

> A gestão do sistema de ensino e das escolas é, essencialmente, administrar, em níveis diferentes, a elaboração e o acompanhamento do projeto de qualidade da educação que se deseja – a Proposta Educacional, fundamentada num paradigma de homem e sociedade. Essa proposta, presente tanto no Plano Municipal de Educação, como no Projeto Político Pedagógico da escola, define a cidadania que se quer, estabelece a finalidade do sistema e caracteriza a especificidade da organização escolar. Essa especificidade precisa ser identificada a partir da leitura das demandas da sociedade e dos espaços abertos na nova legislação (Bordignon e Gracindo, 2000, p. 158-159).

Entretanto, para que fosse possível isso acontecer no município, seria necessário, em primeira instância, que se cumprisse o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu Artigo 11, contemplando todos os incisos, acompanhados do Artigo 14, que determina princípios que devem reger o ensino, indicando a *gestão democrática* como um deles. Esse princípio pressupõe uma forma de administrar coletivamente, envolvendo nas discussões que definirão o arcabouço da proposta do Sistema Municipal de Ensino, a participação dos trabalhadores da educação, de toda a comunidade escolar ou, se houver, dos Conselhos Escolares e do Conselho Municipal de Educação.

No entanto, no caso desse município, a lei é a ideologia que sustenta sua inexistência de realidade, assim sendo, a política pública educacional que vem sendo implementada no município analisado é resultado do modelo coronelista presente na forma de atuação do poder local, como revelam os seguintes depoimentos:

"Olhe, que tivesse sido uma ameaça não, eu não acredito, mas eu acredito que ele já deva saber com o que eu estava mexendo e com quem, porque nós já tivemos um exemplo aqui no Estado de Alagoas, que foi do professor Paulo Bandeira, no município de Satuba e para eu não me expor, eu acho que ele também já me prevenindo, eu acho que já me

advertindo também... não resta dúvida que era uma advertência, então ele resolveu... disse que agora seria com a justiça e ele fez todos os trâmites junto ao sindicato, convocou o Senhor Prefeito, mas quando o Senhor Prefeito foi para a convocação do Dr. Coaraci, ele, quando viu o pessoal do sindicato, ele não quis entrar para a audiência" **(Profª Rivadávia).**

"É. Tudo tem que partir da autoridade maior aqui, então assim não me adianta querer..." **(Profª Aldinete).**

"Porque, infelizmente, o gestor atual não dá prioridade. Infelizmente, ele não... para a educação, ele não está nem aí. Só espero no próximo... no próximo Prefeito que venha, que vem, que venha realmente com gás e dê prioridade à educação. À educação e à saúde, porque aqui a saúde também está um caos" **(Profª Martiniana).**

"Não. Olhe, eu acho que Plano de Cargos e Carreira aqui não existe não, porque é o que ele quer e pronto. Não adianta a gente fazer questão de nada, porque é o que ele quer e pronto... não adianta" **(Profª Doralice).**

"[...] Outra coisa, ninguém vê esse prefeito, eu mesmo se disser que vejo estou mentindo. Dizem... dizem que ele só chega na prefeitura de madrugada para assinar as coisas dele. Ele faz os projetos dele, da forma dele, o pessoal aceita e fica por isso mesmo, pronto! A realidade aqui é essa" **(Assist. Educ. Rosvita).**

Essas falas instigaram-me a querer saber qual a opinião das pessoas entrevistadas e/ou a compreensão que elas tinham a respeito da força exercida pelo poder local, e como esta se engendrava com os demais poderes do Estado, dificultando, assim, a tomada de providências necessárias para coibir os desmandos administrativos. Suas declarações expressaram uma forte descrença no poder institucional, conforme os dados a seguir:

"O gestor não quer fazer. Esbarra nisso. E praticamente tem a Justiça na mão" **(Profª Graziela).**

"[...] talvez seja até melhor pela gente saber que o próximo que entrar não vai ter costa quente, não vai ser filho de Desembargador nem de Juíza. É a minha única esperança. [...]" **(Profª Rivadávia).**

"E nem foi obrigado a ir. Simplesmente ele disse que não entraria. Segundo a presidente do sindicato, a Girlene me falou, ele disse que não entraria, e não entrou mesmo, e mandou a Secretária dele entrar, e um outro auxiliar..." **(Profª Rivadávia, relatando situação em que o Prefeito se negou a participar de audiência na sede do Ministério**

Público Estadual, em presença de membros da Diretoria do SINTEAL e nenhuma posição foi tomada por parte do MPE com relação a este comportamento).

"Segundo informações, que a gente sempre tem a informação aqui, chegou realmente uma notificação do Ministério Público Federal para o Prefeito, só que ele se negou a receber e os próprios funcionários foram instruídos a não receber a documentação que chegasse do MPF e isso foi confirmado quando nós retornamos à Dra. Niedja. Ela confirmou que, realmente, ele se negou a receber e que o que ela tinha que fazer ela já tinha feito, foi mandar um ofício para ele, para convocar, para se ter uma reunião para se fazer um ajuste, né? Para conversar, mas só que não teve resultado, então ela disse que já teria feito o que ela poderia fazer na autoridade dela, como Procuradora do Ministério Público Federal de Alagoas, que teria encaminhado para Recife e que a gente aguardasse e talvez até o TCU – Tribunal de Contas da União pudesse resolver também, porque ela não tinha mais o que fazer, porque ela não iria mandar também mais correspondência para este senhor, para esse... o Prefeito, porque ela disse que saberia que não iria surtir efeito e que talvez desse até uma chance a ele, dele arrumar a casa direitinho até para comprovar com a documentação, como se tinha feito alguma coisa, segundo... palavras dela e nós ficamos indignadas, né? Retrucamos a ela que a gente achava que ali seria a última solução, instância e que a gente poderia resolver esse nosso problema aqui de Paripueira" **(Profª Rivadávia).**

"(...) E uma, que não tem para quem apelar não... já viu o fraco brigar com o forte?" **(Profª Lisabel).**

"[...] Então se quem está por dentro da lei não respeita, que hoje a gente vê isso em todos os locais... todos. Isso é público e notório... em todos os lugares, entendeu? E... começa de cima até embaixo... não respeita a lei, aí a gente é muito pequenininha para fazer com que eles façam alguma coisa" **(Profª Sulamita).**

"Olha... é... quanto ao Ministério, nós assim... não temos acesso assim... a nada em relação ao Ministério Público" **(Profª Alaíde, referindo-se ao Promotor Público, designado para a Comarca situada na sede do Fórum).**

"Não, porque não adianta mexer". **(Profª Doralice)**

"Acho que não, porque para onde a gente vai a porta está fechada" **(Profª Doralice).**

"[...] Nós não temos uma pessoa que dê apoio à gente. Ninguém, autoridade nenhuma daqui. Todo mundo parece que tem medo" **(Assist. Educ. Rosvita).**

"Não existe, não existe... Ele veio aqui fazer um negócio aqui na cozinha, foi mesmo que nada… reforma... Foi. Deu dez dias, mas foi mesmo que nada. Para o Prefeito não

existe lei não!" **(Assist. Educ. Itamar, referindo-se a uma determinação do Promotor local, que não foi cumprida pela Prefeitura).**

11. Compromisso acima de tudo

Levando em consideração as peculiaridades do poder vigente do município, é possível afirmar, também, que essa prática de gestão cabe perfeitamente nas definições apresentadas em capítulos anteriores, em que Leal (1978) aponta como características do sistema coronelista o *mandonismo* e o *filhotismo*, hipótese que tenho defendido ao analisar a situação política do município investigado.

Apesar desse contexto, os dados coletados permitiram perceber o quanto de compromisso e preocupação as professoras entrevistadas têm com a educação pública e com as crianças oriundas das classes populares, não obstante as dificuldades para exercer o seu ofício de educadora, diante das condições de trabalho pedagógico existente. Vamos à eles:

Eu não sei se eu posso me considerar uma grande liderança, porque eu me considero uma pessoa assim... que tem consciência política, que tem o dever de cidadã e como educadora também eu sei o que é que se deve fazer para os nossos alunos crescerem com cultura, né, e ter acesso à educação, então eu não posso dizer que eu sou uma liderança, posso dizer mais que eu sou mais uma batalhadora pela educação, pela melhoria da educação aqui de Paripueira" **(Profª Rivadávia).**

"[...] Na verdade, essa escola só está funcionando porque o professor, com o seu compromisso e a sua responsabilidade e humanidade com esses alunos, vem freqüentar, vem dar aula para que eles não fiquem sem aula, porque alimentos não tem, carteiras não tem, material, mas pelo menos tem a dignidade do professor de vir fazer o seu trabalho" **(Profª Rosalice).**

"Por mais que digam que a gente briga porque só quer salário, ninguém quer trabalhar, mas é exatamente o contrário, a gente quer o melhor para o aluno, a gente quer fazer com que eles sejam cidadãos e tenham o que eles merecem de direito: uma boa escola, um professor com muita alegria, com muita dedicação, com muita vontade de amá-los, de fazê-los ter seu conhecimento, o que é justo, o que cabe a eles. A gente parou de lutar e ficou muito triste, porque eles perderam muito com isso" **(Profª Rosalice).**

"Assistência... que desse mais assistência, visasse mais o aluno, visasse o professor... em busca de uma melhor qualidade, né. É o que está precisando e para isso precisa um

trabalho, um trabalho específico, um trabalho de boa vontade... Eu digo até de boa vontade política, porque, tendo isso, eu acho que a gente vai em frente" **(Profª Graziela).**

"Porque esse pessoal da noite deveria ter uma atenção especial por conta da situação deles, né? Porque são pessoas assim... já adultas em sua maioria, cansados o dia inteiro de trabalhar, chegam na escola não têm aquele estímulo maior, então provoca a desistência, né? É o que acontece muito aqui" **(Profª Aldinete).**

"Não existe nenhuma preocupação, inclusive querem até fechar o turno da noite. Nós estamos... continuamos lutando para ver se continua aberto, mas para o próximo ano a gente não sabe como vai ficar o turno da noite. Agora a gente não sabe se vão abrir ou não. Está nesse impasse" **(Profª Graziela).**

Não. Não tem nada. O município em si não oferece nada para as crianças. E eu tenho certeza, se oferecesse... É... até mesmo uma recreação para eles, era um incentivo, uma... uma coisa diferencial... alguma coisa que incentivasse. O que está faltando para as nossas crianças é o incentivo" **(Profª Martiniana).**

A investigação que realizei sobre a implementação das políticas públicas educacionais, destacando a formação continuada das professoras das séries iniciais do município, permitiu verificar para além desta questão que, apesar das pressões exercidas aos trabalhadores da educação pelo poder local, ainda assim tornou-se possível, por algum tempo, que estes se organizassem e lutassem para garantir seus direitos, freqüentemente usurpados, nos últimos sete anos. O comportamento da categoria de mobilizar-se era, inclusive, inusitado nos arredores da capital alagoana, mediante as características da política coronelista vigente em nosso Estado. Os depoimentos abaixo trazem maiores esclarecimentos sobre as lutas por eles desenvolvidas:

"Aconteceu que nós fomos para canais de televisão, os dois canais de renome da capital, fizemos passeata na cidade, travamos uma luta muito grande, mas mesmo assim não se obteve resultado. Não obtendo resultado, nem o prefeito nos recebendo com o sindicato, nós resolvemos ir ao Ministério Público Estadual, tivemos lá com o Dr. Coaraci, o Procurador Geral do Estado, ele nos recebeu, relatamos toda a situação de Paripueira. Ele também já sabe, já sabia, né... da situação, porque já era público porque se viu em televisão e jornais, então ele conversando comigo... me viu muito aflita, pediu para que eu deixasse com a justiça agora, porque o que eu tinha feito já era suficiente... que eu tinha mexido numa coisa muito séria e que eu me afastasse. Até... deixasse de transitar um pouco pela cidade para não ouvir muitas conversas e não me expor porque talvez respingasse alguma coisa em mim..." **(Profª Rivadávia).**

"Teve, teve sim. Houve uma época em que o pessoal vinha mesmo, se reunia com a gente. Ás vezes eu vejo o SINTEAL como a gente. A gente vai, vai, vai, a gente vai até um ponto, a partir dali não tem mais o que fazer. Acho que o SINTEAL foi atrás, né, correu..." **(Profª Aldinete).**

"Foi. Eu acho que sim. E o que eles tinham de fazer, fizeram já" **(Profª Doralice, referindo-se às ações do sindicato).**

"Até 2005 eu sei que teve greve. Teve até aquela manifestação que a gente saiu pelas ruas" **(Profª Doralice).**

"Estadual, e no Federal também. Só que o Federal mostrou que, em algumas coisas, ele não pode se meter né, só pode se meter em recursos federais: merenda, tal... Mas a gente fez a denúncia, mas se tiver, estão investigando lá na baixa até... A gente levou tudo, a gente levou quase trinta professores daqui para lá" **(Assist. Educ. Itamar).**

Concretamente, os trabalhadores da educação de Paripueira começaram a se organizar em 2003 (Doc. Inventário AG 1, p.147) em que, eu encerrava uma gestão do sindicato deixando o cargo de Diretora do Departamento Jurídico e, em reeleição, passava a assumir a vice-presidência. Iniciaram-se, então, os primeiros contatos dos professores do município com o sindicato, para que fundássemos lá o Núcleo Municipal do SINTEAL.

A partir daí, até o momento em que me licenciei da Diretoria para ingressar na Pós-Graduação, acompanhei diretamente os problemas do município, buscando abrir negociações com a gestão municipal para tratar das reivindicações dos trabalhadores da educação.

As tentativas de diálogo com o prefeito foram inúmeras mas, em sua maioria, não aconteceram. Algumas foram adiadas, outras vezes nos deixaram esperando, durante horas, do lado de fora da sede da prefeitura sem dar nenhuma explicação e, quando entrávamos no prédio perguntando por que ainda não havíamos sido recebidos, ninguém da assessoria sabia nos informar com precisão.

Uma das grandes batalhas travadas no município aconteceu em 2005, mais precisamente no mês de setembro. Tornou-se histórica quando professores e funcionários, indignados com o processo de desmonte da educação municipal, realizaram diversas mobilizações, culminando com uma greve que durou dezenove dias.

O sindicato já havia enviado diversos Ofícios solicitando audiência. Não obtendo nenhuma resposta, convocou os trabalhadores da educação do município para uma Assembléia no intuito de discutir outras formas de mobilização, mas, não havendo mais como tolerar tanta demora em dar retorno à pauta apresentada, que já se arrastava desde 2003, e não suportando a humilhação de esperar durante horas na porta da prefeitura por respostas que não vinham, a categoria decidiu paralisar suas atividades.

Nesse mesmo dia, decidiu-se fazer uma passeata pela cidade, com faixas, cartazes e carro de som, esclarecendo à população o motivo pelo qual os trabalhadores da educação paralisariam suas atividades. O final foi trágico e cômico ao mesmo tempo. Após caminhar várias horas sob um sol escaldante, percorrendo as principais ruas e avenidas da cidade, avançando até a periferia, onde se concentrava a maioria dos pais de alunos da rede, decidimos encerrar o movimento na porta da Prefeitura e, para nossa surpresa, ao retornarmos para lá, encontramos um Trio-elétrico tocando no local, abafando o som da passeata e do carro de som.

A atitude do gestor causou uma grande revolta à categoria, acirrando ainda mais os seus ânimos e fortalecendo-os na decisão tomada. Como resposta a esse ato, foram descontados de seus vencimentos os dias paralisados, sem que houvesse nenhuma tentativa de sentar e negociar a pauta de reivindicação dos trabalhadores da educação.

Infelizmente, as lutas desenvolvidas pela categoria ainda não lograram êxito, mesmo tendo como principal reivindicação melhor distribuição e aplicação dos recursos da educação, defesa da qualidade do ensino, condições decentes de trabalho, valorização profissional e democracia nas decisões da prefeitura relacionadas à esfera educacional.

Apesar das bandeiras de luta, os problemas educacionais no município só se agravaram e a repressão por parte do gestor foi a resposta, conforme as falas que seguem:

"É. Sou uma compromissada. Infelizmente, a batalha foi muito grande como você teve confirmação, que a gente já se encontrou junto aqui em Paripueira, na batalha, na luta para a melhoria da educação... Você comprovou in loco e depois você não pôde mais acompanhar a gente aqui, mas a luta que a gente teve aqui não foi muito promissora não" **(Profª Rivadávia).**

"As pessoas que faziam parte do grupo, coitadas, começaram a ser perseguidas, ficar meses sem salário, e cada uma tem as suas responsabilidades, aí vai deixando por isso mesmo, pedindo a Deus que termine o mandato, para ver se quem chega olha um

pouquinho com bons olhos para a gente, porque sabe que tenta fazer alguma coisa, mas bate de frente. Não sei o que é que acontece com a nossa prefeitura" **(Profª Eulália).**

"Aquilo... por causa dos exemplos que a gente vê... perseguições... aí uns ficaram com medo, aí foi enfraquecendo o grupo... pronto!" **(Profª Lisabel).**

"A gente fez uma greve em 2005, dezenove dias, foi descontado R$ 191,00 da gente e até hoje nunca recebemos de volta. E até disseram que a gente ia receber, pronto! Aí a gente decidiu não fazer mais greve de jeito nenhum, aceitar as coisas e deixar lá. Ninguém... ninguém... todo mundo tem medo, a verdade é essa, o pessoal tem medo. Eu não vou sozinha, você sabe que uma andorinha só não faz verão, é. Pronto!" **(Assist. Educ. Rosvita).**

"O grupo de professor que atuava aqui reivindicando, indo fazer processos, requerimentos, procurando o Ministério Público Estadual, Federal, o SINTEAL e outras atividades mais, que pudesse nos ajudar, nos acolher, e resolver essas nossas questões, essas nossas perdas e essas nossas dificuldades, esse grupo se desfez. Desfez-se porque muita gente sofreu, eu sofri de não receber meu dinheiro, outras deixaram de receber hora-aula, no caso uma amiga que a gente tinha, professora de Inglês, ela perdeu 20% do seu salário" **(Profª Rosalice).**

"E... muita gente sofreu perseguição. Transferiu um grupo daqui para outras escolas, escolas mais distantes, para enfraquecer aquele grupo que atuava, centralizado em uma escola, que sempre estava conversando, mobilizando e ia até o outro grupo de outras escolas. Com tudo isso, muita perseguição acontecendo, de atrasar salário e perder carga horária, o grupo enfraqueceu e achou que devia esperar e chegar uma mudança de governo, de Prefeitura, de Secretaria, de tudo isso. E até hoje está assim, todo mundo muito parado, tudo muito esquecido, depois que esse grupo parou e desarrumou com essa parada, foi que a escola, ou melhor, a educação perdeu muito e caiu nesse descaso, nessa fadiga que está muito grande, muito agressiva. A gente só dá aula porque tem o compromisso de vir. [...]" **(Profª Rosalice).**

"Aí, depois eles cortaram nosso salário, aí de lá para cá a gente não fez mais isso" **(Profª Doralice).**

"Depois dessa greve, que cortaram esse dinheiro, todo mundo fraquejou, que a gente viu que realmente não adianta porque ele quer assim e assim vai ser e acabou. Só isso. Depois daquela greve, todo mundo agora já... Ninguém vai fazer porque a gente sabe que os prejudicados fomos nós, porque R$ 191,00, no caso da pessoa que ganha R$ 330,00 como eu, quebra né? Pronto, é assim. Quem disser que Paripueira tem uma educação... não tem condições não. É lamentável" **(Assist. Educ. Rosvita).**

"A única coisa que eu sei lhe dizer desse movimento, que sobrou para todo mundo, foi que cortou o salário de todo mundo. E por conta disso eu não participo não. Eu não participo. Pode chegar hoje e dizer: A gente vai fazer a maior greve! Vai? Vai! Está certo! Vocês vão fazer, pode fazer, pode ficar à vontade. Eh! Já viu aquela história: O pau só quebra o pião? Não faço não. Porque você apanha num canto, daqui a pouco você apanha do outro lado... não gosto de apanhar, né? Tem que ter atitude, ou então... se você vê que dá, também se vê que não dá... É como você ultrapassar um carro. Você vai ultrapassar, pela sua visão dá para ver se dá para você ultrapassar ou não. Se não der, volte para o seu lugar de origem porque, se você for ultrapassar, vai acabar batendo no outro. Então eu sou assim, boto logo a visão para funcionar. Dá para eu ir eu vou, também se não dá, também já fico ali" **(Profª Sulamita).**

O enfrentamento e as punições feitas por parte do poder causaram desistências e resistências, esperanças e desesperanças ao movimento. Por conta disto, não existem expectativas sobre uma mudança de atitude advinda da atual gestão municipal. Foram estas as afirmações que ouvi quando lhes perguntei se tinham esperanças de que o quadro mudasse São os sujeitos que vivenciaram o processo relatado que afirmam isto:

"Eu não tenho não. Só se mudar... uma nova gestão, mas não tenho não... mas pelos comentários que tem aí, vamos continuar no mesmo" **(Profª Lisabel).**

"Só se mudar de gestor, né?" **(Profª Graziela)**

"Vai continuar do mesmo jeito. A gente não tem esperança que mude nada, até pelo fato de que se apresentam sete anos para estar assim e o próximo? Como é que vai ser o próximo? Pior ainda!" **(Profª Alaíde).**

"Eu acho que, enquanto esse homem estiver aqui, enquanto ele estiver no poder, fica complicado... a situação vai ser essa ou pior, enquanto ele estiver no poder" **(Profª Doralice).**

"[...] Aqui o jeito é esse! E acho que... tenho impressão que não vai mudar não. Mas, às vezes, eu vejo o povo: O Prefeito é ruim... O Prefeito é ruim... mas eu acho que ele não seja, sabe por quê? Porque já é o segundo mandato e o pessoal aceitou ele, então ele não é ruim... já é o segundo mandato. Já está com quantos anos que a gente vem sofrendo? Falta de merenda, falta de material escolar, falta de papel higiênico, vassoura, rodo, tudo... falta tudo" **(Assist. Educ. Rosvita).**

O caso vivido pelos professores de Paripueira não é o único neste país. Diversos municípios brasileiros, principalmente os situados nas regiões nordeste e norte também têm sido vítima dos descasos e das formas de governo.

Meu desejo é que essa força de poder e intimidação não conduza os profissionais a abandonarem a história de luta que possuem as/os educadoras/es e demais trabalhadoras/es da educação espalhados pelo Brasil afora pois, apesar de tudo que relatei neste trabalho, ainda ouvi vozes esperançosas, em alguns momentos carregadas até de pensamentos mágicos, após tantas frustrações no decorrer da luta.

"Queria que, nesse momento, pudéssemos ter a sorte de mudar amanhã, através de uma mágica, porque as nossas lutas são tão lentas que, às vezes, deixa a gente cansada, mas quando a gente lembra de Paulo Freire a gente renasce no sonho e se fortalece na vontade de correr atrás. Depois desse encontro, dessa conversa, dessa entrevista, eu acho que até acordou algo que estava tão quieto, tão amedrontado dentro de mim" **(Profª Rosalice).**

"Todo ano a gente vem com aquela expectativa: esse ano vai ser melhor! Estão chegando aí as eleições, a gente não sabe como é que vai ficar o quadro do município, mas a gente sempre espera que quem chegue olhe pela educação" **(Profª Alaíde).**

"Eu espero que... assim, esperança eu nunca perco porque eu acho que a gente viver sem esperança, não vale nem a pena viver, né? Você estar vivendo num mundo que você acha que a tendência é piorar, Ave Maria, é horrível, né? A gente tem que ter esperança" **(Profª Aldinete).**

"Eu espero que as pessoas que podem fazer alguma coisa por isso, elas se toquem, né? Porque eu acho que ninguém está aqui nesse mundo por acaso, e as pessoas que receberam essa missão, que têm a oportunidade de melhorar, então, por que não fazem isso, né? Era melhor para todo mundo, porque esse pessoal bem informado, eles vão pensar melhor... Não vão cair na marginalidade que é o que estão fazendo aí, famílias aí sofrendo por conta disso. Tudo isso, né? É o que vai gerando. Essas pessoas estudam... ou vão ser o que mais adiante, vão trabalhar aonde? De drogas, na prostituição, e assim por diante né? Então eu espero que quem possa fazer alguma coisa que faça, junte-se aos outros, é uma corrente. Essa responsabilidade não está só nas costas de um, mas tem que ter alguém que comece, né? Um sozinho não vai, então que tomem isso adiante, né? E tenham interesse em melhorar" **(Profª Aldinete).**

"Eu não sei... pode ser que seja até esse ano, porque uma das coisas que eu também aprendi foi confiar em Deus, porque ele nos surpreende de tal forma, porque ele pode tudo, entendeu? Ele pode tudo! E, às vezes, ele faz coisas que nos surpreende, então enquanto há fé há esperança e há vida também" **(Profª Sulamita).**

"Ah! Mas nós temos um remo maravilhoso que é Deus, entendeu? Eu aprendi isso a duras penas... que o nosso remo... nós somos o barco e o nosso remo é Deus, entendeu? E... vamos ver... eu acredito que, no final do ano, a gente tenha algumas surpresas,

alguma mudança, porque sempre no final do ano a gente tem algumas surpresas, algumas mudanças... a gente, as vezes, é contemplada com algumas mudanças...” **(Profª Sulamita).**

Evidencia-se um profundo sentimento de abandono nessas falas. Tanto abandono que conduz as vozes a buscar novamente suas esperanças através de soluções mágicas. Mas é este fio de esperança que ainda mantêm os educadores firmes e assumindo seus compromissos.

Esta pesquisa foi uma investigação para apurar como o município implementou, no período de 2001 a 2007, a política educacional no campo da formação de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental e, como resultados, apontou a falta dessa política como sendo sintoma de uma ausência mais ampla – a política educacional que respeite o direito da população à educação. Não há valorização profissional, não há respeito às condições básicas de infra-estrutura e manutenção das escolas, não há planejamento, não há gestão democrática, não há proposta de inovações metodológicas.

A gestão está centralizada no conjunto da administração municipal, não apenas no que se refere à educação, alicerçada em uma relação de cumplicidade entre Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, fundamentadas nas velhas relações oligárquicas e coronelísticas presentes em Alagoas desde o período colonial, o que, combinado com a política neoliberal, forma uma cara nova para a velha política dos coronéis, sem ter mexido no essencial.

Assim sendo, ao investigar a implementação da política educacional no município, de 2001 a 2007, os dados colhidos apontaram a influência desse modelo de gestão como elemento contributivo na desconstituição e descontinuidade da política pública voltada para a formação continuada de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, objeto de discussão deste trabalho, diagnosticando, também, um cenário caótico no quadro geral da educação local.

MINHAS (IN) CONCLUSÕES

Tarefa difícil da pesquisadora. As dificuldades sentidas no momento de iniciar este trabalho retornam agora, quando apresentarei o desfecho da pesquisa realizada, percebendo o risco de dizer o que não poderia inferir ou de esquecer de dizer o que precisa ser dito. O que dizer, então? Colocar no papel aquilo que pensamos continua sendo uma tarefa árdua para mim, pois "o que era interno torna-se externo; o que era individual torna-se público. O texto separa-se do autor, mesmo trazendo suas marcas, ao encontrar leitores" (ROSA, 2005, p. 273).

Pensando nas questões acima, recorri a Larrosa, compartilhando o significado que as lições da 'leitura' podem traduzir em/para nós:

> Na leitura da lição, não se busca o que o texto sabe, mas o que o texto pensa. Ou seja, o que o texto leva a pensar. Por isso, depois da leitura, o importante não é que nós saibamos do texto o que nós pensamos do texto – mas o que – com o texto, ou contra o texto ou a partir do texto, nós sejamos capazes de pensar (LARROSA, 2006, 142).

O trabalho desenvolvido procurou focalizar traços do coronelismo na implementação das políticas públicas voltadas à educação municipal, presentes nas formas de atuação do poder local no município de Paripueira, tendo como parâmetro de avaliação o período compreendido entre 2001 e 2007, quando um mesmo gestor encontrava-se à frente do executivo.

Os efeitos dessa forma de governar, não obstante as tentativas de luta das/os trabalhadoras/es do magistério, conduziram a educação municipal local a um quadro de caos e silêncios, conforme demonstraram os dados cotejados pelas fontes apresentadas no capítulo anterior.

A forma como vêm se dando esses controles coloca em cheque a existência do "Estado de Direito Democrático" tal como preconizado pela Constituição Federal. Tal constatação levou-me a mudar o foco da pesquisa posto que, no início desta tarefa, havia delimitado, como problema do meu trabalho, a formação continuada de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, mas o caminho buscado não foi encontrado, gerando

sua impossibilidade pois as informações pretendidas foram negadas por formas de organização e manutenção do poder local.

Quando lancei mão das entrevistas transcritas e análise descritiva a partir da triangulação com as outras fontes que constam no Anexo I (Inventário de dados) procurei, em primeiro lugar, compreender como se encontrava a situação da política educacional em âmbito geral. Importava saber como as escolas estavam funcionando diante da situação de abandono em que se encontravam e, nesse contexto, de que maneira as/os trabalhadores da educação conseguiam desempenhar suas atividades no cotidiano escolar.

Aprofundando as análises sobre as características de clientelismo configuradas na política alagoana, e tendo vivido e depois estudado as mobilizações ocorridas em busca de mudanças nesse município, verifiquei que a situação de desrespeito à população com relação à oferta de educação pública de qualidade e os descumprimentos legais trabalhistas para com as/os trabalhadoras/es da educação continuavam ocorrendo tal qual no tempo em que tentava negociar, buscando soluções para tais questões, quando da minha participação através do sindicato.

Foi possível perceber, mediante a falta de documentação oficial, de prestação de contas e registro da área educacional, assim como o rodízio de Secretários Municipais de Educação (nove no período investigado), que a implementação da política educacional era feita apenas para justificar o recebimento das verbas federais e para dar sustentação aos correligionários políticos do lugar nos pleitos eleitorais.

O coronelismo infiltrou-se na forma de governar do município de maneira tão contundente, que criou redes de proteção à sua volta, conseguindo anuência, inclusive, das esferas de Poderes, tais como o Legislativo e o Judiciário, constituindo uma forma autoritária de governar. Embora esteja afirmando a conivência destes Poderes com os desmandos que ocorrem no município, é importante frisar que existe um projeto político hegemônico de sociedade em Alagoas, em que o desrespeito às leis faz parte dele, atendendo, assim, também, à reprodução dessa situação pela política dos coronéis. Configuram-se aqui, conforme Leal (1978), as trocas de favores e o familismo que irão favorecer os amigos (os que estão no poder) e desfavorecer os inimigos, neste caso, as/os trabalhadoras/es da educação e a população em geral.

Pude verificar, também, que a política educacional, na sua forma de implementação, entre outros danos, tem provocado, inclusive, a evasão dos alunos, tendo em vista as condições precárias em que se encontram os prédios escolares, onde faltam desde cadeiras, transporte, até alimentação escolar, afetando, conseqüentemente, as condições efetivas de trabalho das/os profissionais do magistério e demais trabalhadoras/es da educação.

Pode-se afirmar, também, que o coronelismo e o mandonismo exercem uma força tal, que mesmo tendo conseguido, como pesquisadora, quebrar o silêncio instalado entre as/os trabalhadoras/es da educação após as batalhas travadas contra essa forma de exercer o poder, não foi possível identificar nesses atores, *táticas* certeaunianas de resistência para aproveitar a ausência do poder público e organizar estratégias de combatividade diferentes das já realizadas e que são visíveis, como por exemplo, a greve. A única tática que restou após as lutas e conseqüentes derrotas foi o desejo de contar essas histórias, uma vez que a ouvinte era a parceira de outrora.

As argumentações das/os trabalhadoras/es da educação, demonstram que elas/eles não podem 'nada', sentem-se 'nada', deixando, portanto, de se perceberem como sujeitos históricos. No entanto, 2008 foi ano de renovação nas Prefeituras Municipais. Foi um pleito tenso pois, dentre os três candidatos que disputavam no município, a esposa do atual gestor era um dos nomes. Com isso, imaginava-se que poderia haver uma continuação do modelo vigente de governar; no entanto, cansados de tantos desmandos, os habitantes do município analisado finalmente souberam encerrar essa história de dor, sofrimentos, frustrações, desilusões, desistências e resistências, elegendo outro nome para representar a cidade, encerrando, assim, oito anos de muitas dificuldades para toda a população.

Além desse fato, um outro acontecimento importante veio somar esperanças de dias melhores para o município analisado. Às vésperas da defesa dessa dissertação, consegui localizar no site do Tribunal de Contas da União, o documento anexado à página 179 deste trabalho, indicando que foi impetrado uma representação contra o então chefe do poder executivo, autuando-o por utilização irregular dos recursos federais destinados à educação de Paripueira.

É hora, então, de renovar as esperanças e se preparar para ir à luta, para tentar, desde já, de alguma maneira, comunicar ao novo Prefeito o tipo de educação a que as/os trabalhadoras/es da educação de Paripueira anseiam para sua população e,

conseqüentemente, para a sociedade brasileira. Essa pesquisa é a testemunha de que essas/es profissionais têm muita garra e disposição para tal tarefa.

Tomo as palavras de Freire (1996) para dizer que nosso papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não podemos nos acomodar e, simplesmente, deixar que os fatos aconteçam, por mais fortes que sejam os 'terremotos', por mais valentes que sejam os 'coronéis'. Na condição de educadoras/es e trabalhadoras/es da educação, temos que tomar posição frente às batalhas que se põem em nossos percursos e trajetórias. É preciso definir, nesses jogos do poder, de que lado estamos e a favor de quem ficaremos.

Dito isso, encerro este trabalho reafirmando que minha pretensão em retornar à academia teve a intenção de tornar audíveis as vozes sufocadas pelas tramas do poder local, mas também o compromisso de chamar a atenção dos sujeitos envolvidos no enredo dessa história, e de outros sujeitos, envoltos em episódios parecidos em outras localidades, para que não se deixem contaminar pela ideologia fatalista de que os acontecimentos aqui apresentados são naturais. Não são. E podem mudar. Para encerrar, retomo as palavras de Freire (1996) deixando o meu apelo às/aos trabalhadoras/es da educação de Paripueira, de Alagoas e do meu país:

> Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor, a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa, mas não desiste (FREIRE, 1996, p. 102-103).

O trabalho apresentado analisou, entre outras questões, a implementação de uma política educacional que, não fosse a organização dos trabalhadores da educação, através de seu sindicato de classe, não teriam sido garantidos os direitos trabalhistas já preconizados por lei. Essa situação remete a possibilidades de futuras investigações sobre o assunto, com destaque a esse setor da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. M. de. Rupturas e permanências em Alagoas. O 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: Edições Catavento, 1999.

ANDRÉ, M; SIMÕES, R. H. S; CARVALHO, J. M. et, al. Estado da arte da formação de professores no Brasil. Revista Educação & Sociedade. Vol. 20, Nº 68, 1999.

_____, e LUDKE, M. Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas, São Paulo: EPU, 1986.

_____, M. E. D. A de. Etnografia da prática escolar. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Série Práticas Pedagógicas).

ANFOPE. Associação Nacional pela formação dos profissionais da educação. Certificação de professores volta à cena. Boletim Ano XIII, Nº 01, Outubro de 2007.

_____. Documento Final VI Encontro Nacional. Belo Horizonte, Julho de 1992.

_____. Documento Final do IX Encontro Nacional. Campinas, Agosto de 1998.

AZEVEDO, F. de. A cultura brasileira. 6ª edição. Brasília: Editora UNB/ Editora UERJ, 1996.

AZEVEDO, J. M. L. de. A educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 1997.

BERTOLO, S. de J. N. Formação continuada de professores no Projeto Cabana: Contradições e contrariedades de um processo centrado nas escolas. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação. Tese de Doutorado, 2004.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BORDIGNON, G. e GRACINDO, R. V. Gestão da Educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C. e AGUIAR, M. A. da S. (org.) Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

BRZEZINSK, I. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. 6ª edição Campinas, SP: Papirus, , 2006.

_____. Embates na definição das políticas de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Respeito à cidadania ou disputa pelo poder? In: Revista Educação & Sociedade, nº 68, dez./1999.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nova LDB (Lei nº 9394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1997.

_____. Lei Nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. In: BRASIL. Ministério da Educação. Fundescola. Marcos Legais. Brasília, DF, 2001.

_____. Resolução Nº 03, de 8 de outubro de 1997. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União de 13/10/1997. Brasília, DF, 1997.

_____. Plano Nacional de Educação para Todos. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. MEC/FUNDESCOLA. Manual de operação e implementação do Projeto Fundescola II e II (MOIP). Brasília, DF, 2002.

CALLEGARI & CALLEGARI. Ensino Fundamental: A municipalização induzida. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

CANDAU,V. M. (org). Magistério: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CARVALHO, C. P. A esquerda ante a possibilidade de mudar Alagoas. Artigo de O Jornal, 6 de setembro, 1998.

CASTRO, J. A. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e seu impacto no financiamento do ensino fundamental. Brasília: IPEA, 1998.

CAVALCANTE, I. de A. Aperfeiçoamento permanente de professores: a continuidade descontínua. Maceió: EDUFAL, 2007.

CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano. 1. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: 12ª ed. Vozes, 2004.

COLLARES, C. A. L; MOYSÉS, M. A. A; GERALDI. J. W. Educação continuada: a política da descontinuidade. In: Revista Educação & Sociedade. Campinas: nº 68, dez./1999.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. de; WARDE, M. J; HADDAD. S. (org) O Banco Mundial e as políticas educacionais. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1998.

CORRÊA, V. Globalização e Neoliberalismo: O que isso tem a ver com você professor? Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

COSTA, M. V. (Org.) Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996.

DA MATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1979.

DAVIES, N. O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do nosso tempo)

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 10ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006

EZPELETA, J. e ROCKWELL, E. Pesquisa participante. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1986.

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 2ª edição. Porto Alegre, Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

FAZENDA, I. (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 10ª edição. São Paulo, Cortez, 2006.

FNDE/SEB. Informativo Portal MEC. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/. Acessado em 11/07/2008.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____, P. (org.). Pedagogia da Exclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FREITAS, L. C. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre Projetos de Formação. In: Revista Educação & Sociedade, nº 80. Campinas, 2002.

FREITAS, H. C. L. de. Formação de professores: desafios e perspectivas atuais. Acessado em http://www.pde.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/pde2008/Texto_Curitiba_2008.pdf, em 28/07/2008.

FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo, Cortez, 1995.

GADOTTI, M. Pedagogia da Práxis. São Paulo: Cortez, 2003.

GARCIA, R. L. (org.). Aprendendo com os movimentos sociais.

GARRIDO, S. e GHEDIN, E. (orgs.). Professor reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. In: Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: vol. 13, nº 37, jan./abr. 2008.

GENTILI, P. A. e SILVA, T. T. da (orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____, P. A falsificação do consenso. Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____, P. & FRIGOTTO, G. (org.). A Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3ª edição. São Paulo: Cortez (Buenos Aires, Argentina); CLACSO, 2002.

GERALDI, C. M; G., FIORENTINI, D., PEREIRA, E. M. de A. (orgs.). Cartografias do trabalho docente. Campinas, SP: Mercado das Letras: ALB, 1998.

_____, C. M. Produção do ensino e pesquisa na educação: estudo sobre o trabalho docente no curso de pedagogia. Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Educação. Tese de Doutorado, 1993.

GRAMSC, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KRAMER, S. Por entre as pedras: Arma e sonho na escola. São Paulo: 3ª edição, Ática, 2006.

_____; SOUZA, S. J. e (org.). História de professores: leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Ática, 1994.

LARROSA, J. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. 3ª edição, Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

LEAL. V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 4ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

LIMA, A. A. de. Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de Integração Nacional. Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia. Tese de Doutorado. 2006.

LINSPECTOR, C. A Descoberta do Mundo. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1999.

LIRA, S. L. dos S. Financiamento e democratização da educação pública em Alagoas: Os efeitos do FUNDEF. Universidade Federal da Paraíba. Programa de pós-graduação em educação. Dissertação de mestrado. 2001.

MELCHIOR, J. C. de A. Mudanças no financiamento da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

MONLEVADE, J. & SILVA, M. A. Quem manda na educação no Brasil? Brasília: Idea, 2000.

_____, J. Educação pública no Brasil contos & descontos. Brasília: Idea, 1997.

NEVES, L. M. W. (org.) A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. Educação e política no limiar do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

_____. Brasil Ano 2000: Uma nova divisão de trabalho na educação. Rio de Janeiro, Xamã, 2000.

NOGUEIRA, E. G. D. Quem viaja muito bem tem o que contar: narrativa sobre percursos e processos de formação de professores da educação básica. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. Programa de Pós-Graduação em Educação. Tese de Doutorado. 2006.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (org.) Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

NUNES, C; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes. In: Cadernos ANPED. Vol. 5, set/1993.

OLIVEIRA, J. F. de.; FONSECA M. e THOSCHI, M. S. O Programa Fundescola: concepções, objetivos componentes e abrangência – A perspectiva de melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas. In: Revista Educação & Sociedade. Campinas, Vol. 26, Nº 90, jan./abr. de 2005.

PERONI, V. Política educacional e o papel do estado. No Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PIMENTA, S. G. & LIBÂNEO, J. C. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudanças. In: PIMENTA, S. G. (org.) Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

POPKEWITZ, T. S. (org.) Modelos de poder y regulación social em Pedagogia: Crítica comparada de las reformas contemporâneas de la formación del profesorado. Barcelona: Ediciones Pomares Corredor, S.A., 1994.

PRADO, Guilherme, SOLIGO, R. (orgs). Porque escrever é fazer história. Revelações, subversões, superações. Campinas: Graf. FE, 2005.

RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira – A organização escolar. 19ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

RHEINHEIMER, A. de F. Política de formação continuada de professores: um olhar crítico para a busca de alternativas. Universidade do Vale do Itajaí. Programa de Pós-Graduação em Educação. Dissertação de Mestrado, 2006.

ROSA, M. da C. de C. A escrita dos professores: instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica. In: PRADO, Guilherme, SOLIGO, R. (orgs). Porque escrever é fazer história. Revelações, subversões, superações. Campinas: Graf. FE, 2005.

SANFELICE, J. L. A pesquisa histórico-educacional: impasses e desafios. In: LOMBARDI, J. C. (0rg). Pesquisa em educação. Campinas: Autores Associados: Histedbr; Caçador, S. C.: Unc, 2000.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. 11ª ed. Coimbra: Porto; Edições Afrontamento, 1978.

SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SEVERINO, A. J. e FAZENDA, I. C. A. (orgs.). Políticas educacionais: O ensino nacional em questão. Campinas,SP: Papirus, 2003.

SILVA, J. D. F. da. A centralidade da noção de competência na prática educativa: as interferências do mundo do trabalho modificando o perfil profissional do (o) professor (a) da rede municipal de Maceió – Uma análise da formação continuada. Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Educação. Dissertação de Mestrado, 2006.

SHIROMA, E. O. e outros. Política educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (org). Escola S. A. – Quem ganha e quem perde no mercado educacional do liberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

TARDIFF M. Saberes docentes & Formação profissional. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes.

TEODORO, A. Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003. - (Coleção Prospectiva; v. 9).

THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social enquête operária. São Paulo: Polis, 1981.

TOMASI, L. de e outros (org.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2000.

VARANI, A. Da constituição do trabalho docente coletivo: re-existência docente na descontinuidade das políticas educacionais. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. Programa de Pós-Graduação em Educação. Tese de Doutorado. 2005.

VERÇOSA, E. de G. Cultura e educação nas Alagoas: histórias, histórias. 4ª edição. Maceió, EDUFAL, 2006.

ANEXO I

Inventário de documentos

Tabela 1 – Atividades acompanhadas no município de Paripueira como dirigente sindical.

Códigos	Identificação	Descrição e Comentários
AG 2003	Registros feitos na agenda pessoal em 2003	
AG 1		Assembléia dos trabalhadores da educação de Paripueira, em 20/05/03
AG 2		Registro de tomada de providências contra Paripueira, em 21/05/03
AG 3		Assembléia da categoria em 30/05/03
AG 4		Desaparecimento e morte do Profº Paulo Bandeira. Vários municípios arrefecem a luta
AG 5		Aceno de audiência em Paripueira, sem data definida, em 15/06/03
AG 6		Mais um contato da Prefeitura, em 16/07/03, prevendo audiência sem data marcada
		Audiência com a Prefeitura, em 25/09/03
AG 7		Ocorre mais uma audiência em 30/09/03
AG 8		Possibilidade de outro encontro com a Prefeitura em 03/12/03.
AG 2004	Registros feitos na agenda pessoal em 2004	
AG 9		Envio de Ofício Circular à Prefeitura de Paripueira em 12/03/04, solicitando audiência
AG 10		Assembléia dos trabalhadores de educação do município, em m 24/03/04, na Escola Paulo Freire
AG 11		Audiência com Prefeitura do município, em 31/03/04
AG 12		Nova Assembléia da categoria em 12/08/04
AG 13		Mobilização em Paripueira, em 17/08/04
AG 14		Audiência com Prefeitura, que pede 15 dias para apresentar impacto de folha, em 31/08/04
		Audiência desmarcada após horas de espera, sem

AG 15		justificativas, em 15/09/04
AG 16		Assembléia da categoria em 27/09/04

Tabela 2 – Documentos recolhidos: fonte Trabalhadores de Educação de Paripueira.

Códigos	Identificação	Descrição e Comentários
RAD	Relatórios Atas de Assembléias e Denúncias	
RAD 1		Ata da Assembléia realizada no dia 20/05/03, acompanhada da freqüência das/os presentes
RAD 2		Pauta de Assembléia realizada em 28/07/05, com os trabalhadores da educação
RAD 3		Ofício denúncia enviada ao Sinteal em 09/09/05, feita por funcionário, sobre irregularidades no trato com os funcionários de escola, desobedecendo ao PCC, onde a Prefeitura não dá resposta aos requerimentos enviados. A este, vão anexados 05 requerimentos por ele enviados, sem que seja dado deferimento
RAD 4		Ata e freqüência de Assembléia realizada no dia 12/09/05, decidindo pela greve
RAD 5		Carta denúncia enviada ao Presidente da República, sobre as reais condições da educação de Paripueira devido à má aplicação dos recursos públicos para este fim, em 15/09/04

Tabela 3 – Documentos sobre o Município de Paripueira: denúncias apresentadas pelo Sindicato sobre a gestão educacional.

Códigos	Identificação	Descrição e Comentários
DOC V	Documentos Variados	
	DV 01	Requerimento de professora solicitando explicações sobre suspensão de seus vencimentos, em 26/09/04
	DV 02	Requerimento de Vereador, à Câmara municipal de Paripueira, solicitando providências para com as demandas da educação do município
	DV 03	Requerimento de professora, solicitando pagamento de adicional de salário
	DV 04	Ofício de gabinete do Senado da República à Vereador, sobre repasse dos recursos da alimentação escolar

	DV 05	Ofício da Procuradoria da República Federal/Al, convocando professora e demais membros do Conselho de Alimentação Escolar de Paripueira, para audiência em 17/05/06
	DV 06	Ata da reunião/audiência entre Procuradoria da República Federal/Al e professoras/es em 25/05/06
	DV 07	
	DV 08	Demonstrativo de gastos com recursos do FUNDEF sobre o montante dos 60%, nos anos de 2003 e 2005
	DV 09	Demonstrativo de gastos com recursos do FUNDEF sobre o montante dos 40% nos anos de 2003 e 2005

Códigos	Identificação	Descrição e Comentários
CRS	Correspondências relativas ao Sindicato	
	CS-a	Ofício dirigido à Secretaria Municipal de Educação, solicitando liberação dos trabalhadores da educação para participarem do Pré-Congresso em 2002
	CS-b	Projeção de recursos do FUNDEF para 2004 em Paripueira
	CS-c	Ofício Sinteal para Prefeitura de Paripueira, com Pauta de reivindicação da categoria em 28/07/05
	CS-d	Ofício Sinteal para Secretária da Educação reiterando solicitação de audiência em 29/07/05
	CS-e	Ofício Sinteal dirigido ao Prefeito solicitando liberação dos trabalhadores da educação para participação em Congresso da categoria em 09/09/05, enviando cópia à Secretaria Municipal de educação
	CS-f	Ofício enviado ao Ministério Público/Al, reiterando audiência para tratar das questões educacionais do município de Paripueira, com cópias para o Prefeito e a Secretária de Educação, em 12/09/05
	CS-g	Ofício Sinteal dirigido à Procuradoria Regional do Trabalho, solicitando providências relativas à educação do referido município, em 12/09/05
	CS-h	Ofício Sinteal apresentando nomes de representantes da categoria para compor Comissão de Revisão do PCC do município, em 13/10/05
	CS-i	Ofício Sinteal enviado ao Prefeito, apresentando percentual de reajuste para a categoria, em 13/10/05
	CS-j	Ofício Sinteal enviado à Secretária da Educação, apresentando composição CAE, em 13/10/06
	CS-k	Projeção de recursos do FUNDEF para 2006 em Paripueira
	CS-l	Ofício Sinteal solicitando da Prefeitura envio da folha de pagamento do município, referente aos 60% e 40%

		dos recursos do FUNDEF, em 20/07/06
	CS-m	Ofício Sinteal solicita intermediação da Câmara Municipal nas negociações com a Prefeitura, em 04/08/06

ANEXO II

Entrevistas com as/os profissionais da educação

(Recorte das situações recorrentes)

Professora entrevistada	Lisabel
Tempo de serviço	11 anos
Nível de formação	Médio Normal
Série em que leciona	1ª série
Rede de ensino	Municipal
Sentimentos expressados	*Descrença no poder institucional, desistência, desesperança.* *"(...) E uma, que não tem pra quem apelar não... já viu o fraco brigar com o forte?".* *"Nada. Botaram um pano em cima, passaram a régua... e o município continua assim...".* *"Eu não tenho não. Só se mudar... uma nova gestão, mas não tenho não... mas pelos comentários que tem aí, vamos continuar no mesmo".* *"As vezes quando eu vejo a sala... muito aluno né, e as vezes quando a gente pergunta: -Menino, que é isso aqui? E o menino diz uma coisa que não tem nada a ver eu digo: -Ô meu Deus, vou rasgar meu diploma, rss. As vezes é isso".*
Como analisa os cursos de formação oferecidos	*"Se muito, tinha umas coisas proveitosas, outras não. Eu ia porque era o jeito... eu vou ser sincera".* *"[...] agora o que eu não gosto muito é quando chega apostilas pra você ler e preparar aulas".*
O que almeja dos cursos de formação	*"Eu venho para o curso, eu quero aprender outros métodos, que ele ensinasse jogos, como confeccionar, mas não a pessoa tirar de mim o que eu estou ensinando a pessoa, eu acho assim".* *"Aí, se tivesse assim... o jornal, como a gente trabalhar com o jornal [...] com rótulo... eu comecei uma vez, eu fiz o alfabeto na sala com o rótulo, mas eu queria me aperfeiçoar mais, entendeu?"*
Condições p/ exercer o ofício/ Valorização profissional	*"Giz e apagador... e quadro, mais nada. E assim... quando a gente faz uma relaçãozinha pede... folha de chame-x, pra usar no mimeógrafo...".* *"Não, porque o espaço... a sala é muito cheia... eu acho que isso conta também".* *"Salário... estou muito feliz não, porque você sabe... a gente estuda mas... tem gente que tem mais estudo do que eu mas... chega no final do mês você olha aquele salário..."*

Evidências da política educacional vigente	*"Bom, eu gostei porque antigamente a gente trabalhava em conjunto, mas depois que veio esse novo prefeito aí separou muita gente aí a gente ficou...".* *"Pensei, mas com esse salário viu, que a gente tem... fica muito a desejar porque vem livro, roupa, lanche, transporte. Se tivesse uma ajuda... porque já tem essa distância... se o prefeito ajudasse... mas eu pretendo fazer".* *"1ª série. Quando eu comecei era Alfabetização, aí acabou, fiquei com a 1ª série, nunca passei disso".* *"Todas não. E até hoje a gente reclama sobre os diplomas porque a gente tem um concurso que a gente quer fazer, conta muito né... até hoje nada".*
Mobilização da categoria	*"Aquilo... por causa dos exemplos que a gente vê... perseguições... aí uns ficaram com medo, aí foi enfraquecendo o grupo... pronto!".* *Não, que... os meios de comunicação vem, filmam... aí vêm outros por trás, vai... aí não passa nunca o que a gente diz".*

Professora entrevistada	Rosalice
Tempo de serviço	10 anos
Nível de formação	Superior
Série em que leciona	1ª série
Rede de ensino	Municipal/Privada
Sentimentos expressados	Abandono, descrença no poder institucional, ausência de política explícita, resistência, desistência, esperança. *"[...] Na verdade essa escola só está funcionando porque o professor, com o seu compromisso e a sua responsabilidade e humanidade com esses alunos, vem freqüentar, vem dar aula para que eles não fiquem sem aula, porque alimentos não têm, carteiras não tem, material, mas pelo menos tem a dignidade do professor de vir fazer seu o trabalho".* *"Não. Até agora não. Aqui em Paripueira, nada! Nada foi respondido, nada foi resolvido. Tudo continua do mesmo jeito. Nenhuma prestação de contas, nenhuma mudança, nenhuma verba veio mais, também por falta de documentação que aqui eles não mandavam".* *"Também não tenho mais conhecimento. Quando a gente estava organizado enquanto grupo, querendo lutar e melhorar, a gente tinha conhecimento de tudo, mas agora é muito fechado a questão de informações da prefeitura relacionadas à educação. O educador aqui não tem conhecimento de mais nada mais. À uns quatro anos depois da reeleição do nosso chefe do município de Paripueira, a gente ficou... [...]".* *"[...]Por mais que digam que a gente briga porque só quer salário,*

	ninguém quer trabalhar, mas é exatamente o contrário, a gente quer o melhor para o aluno, a gente quer fazer com que eles sejam cidadãos e tenham o que eles merecem de direito: uma boa escola, um professor com muita alegria, com muita dedicação[...]". *"A gente parou de lutar e ficou muito triste, porque eles perderam muito com isso".* *"Queria que nesse momento pudéssemos ter a sorte de mudar amanhã através de uma mágica, porque as nossas lutas são tão lentas que às vezes deixa a gente cansada, mas quando a gente lembra de Paulo Freire a gente renasce no sonho e se fortalece na vontade de correr atrás. Depois desse encontro, dessa conversa, dessa entrevista, eu acho que até acordou algo que estava tão quieto, tão amedrontado dentro de mim".*
Como analisa os cursos de formação oferecidos	*Deles nada se pode aproveitar, mediante as condições de trabalho.* *Não deram muito sentido ao trabalho no cotidiano escolar.* *"[...] Mas as maiorias desses cursos não foram utilizadas como devia ser porque nem os próprios cursos foram tão bons assim. Que estruturasse, que levasse a gente a uma vontade maior de fazer alguma coisa, mesmo sem material. Você vinha, assistia, agradecia muito aos professores por estarem ali, só que eram pessoas que também não transmitiam muita vontade de mudança, de fazer aquilo que estava querendo que a gente fizesse, porque a transmissão do curso não era muito boa"..*
O que almeja dos cursos de formação	*"Eu acho de grande necessidade, de grande importância. Agora, cursos que realmente façam a gente crescer e possa mudar, porque do jeito que está a educação acontecendo aqui em Paripueira hoje, é um descaso [...]".*
Condições p/ exercer o ofício/ Valorização profissional	*"[...] porque a escola vive abandonada, a gente não tem material [...]. Nem a merenda não tem, material pedagógico a gente não tem, material didático nem pedagógico para trabalhar com as crianças. A gente trabalha só com a sala, o giz e alguns recursos que a gente trás e a orientadora Z, que vai a UFAL e trás aqueles pedaços de papel ofício, cartolina carmem, pra gente fazer atividades [...]".* *"(...). Não tem carteira, não tem como as crianças sentarem, só tem um banheiro para todos os alunos, não tem merenda".* *"Como se fosse contratada, e recebendo dos 10%. Não fazia parte do quadro dos concursados nem dos 60%, então eu sofri muita perda salarial com isso. Lutei muito, corri atrás com muito documento, muito requerimento e tive que sair, voltar para a 1ª série, para receber o que merecia, e até agora continuo sem receber".* *"Não, porque está faltando muita cadeira na escola, então, quando uma professora falta, aí a gente sai correndo atrás. Aí no ginásio, aqui do lado, que freqüentemente não há aula por falta de professor, (...). Então vai buscar as carteiras da escola vizinha e trás pra nossa sala, e fica assim, uma escola cobrindo a outra".* *"Não. Não acontece porque a gente está sem Direção. Há muito tempo*

	a nossa escola X vem sofrendo a falta de alguém que dirija, que esteja com a gente pra ver essas dificuldades que a gente está enfrentando".
Evidências da política educacional vigente	*"Nessa gestão, há uns três anos ele trouxe um curso para nós, depois trouxe um outro curso e no final de 2006, mais um curso de capacitação...".* *"É. Só que os cursos não eram incentivados à presença das pessoas, do grupo todo de professores e essa capacitação, a gente até hoje não recebeu nenhuma documentação de que fez essa capacitação".* *"À muito tempo. Quando vem uma outra coisa assim... uma semana trouxeram umas bananas, fizeram umas vitaminas. Trouxeram uma massa de cuscuz, um biscoito e sumiu, tipo assim: só uma semana. Então isso não significa merenda, porque tem um ano todo pra pessoa se alimentar, só vem uma semana, o que é que vai fazer com uma semana?".* *"E até a Coordenação. A gente não vê ninguém aparecer. Houve agora... Já aconteceram várias mudanças de secretários e todos aparecem, fazem reunião, depois vêem a dificuldade, desaparecem, são trocados. Agora recentemente estamos sabendo que houve uma mudança... nova secretária, mas ainda não tivemos o prazer de conhecê-la. [...] Direção não existe, o senhor prefeito... a gente também não tem acesso a ninguém para ir até ele conversar, para pedir que aconteça o que é necessário".* *"[...] No mais, o sério que é Direção, Secretária chefia de prefeito, a gente realmente está sem essa participação, sem essa presença marcante, forte e necessária. A escola realmente está entregue nas mãos dos professores e do pessoal da limpeza".*
Mobilização da categoria	*"O grupo de professores que atuava aqui reivindicando [...], esse grupo se desfez. Desfez-se porque muita gente sofreu [...]. E até hoje está assim, todo mundo muito parado [...] depois que esse grupo parou e desarrumou com essa parada, foi que a escola, ou melhor, a educação perdeu muito e caiu nesse descaso, nessa fadiga que está muito grande, muito agressiva [...]". (força do poder local)*

Professora erntrevistada	Graziela
Tempo de serviço	10 anos
Nível de formação	Superior
Série em que leciona	4ª série noturno
Rede de ensino	Municipal/Estadual
Sentimentos expressados	Abandono, descrença no poder institucional, ausência de política explícita, desistência, esperança.

	"Bom, se houver é pelo diurno, porque eu também não sei dizer. Mas pelo noturno não tem essa preocupação. Nós que trabalhamos no noturno somos abandonadas aqui... à noite né". *"O gestor não quer fazer. Esbarra nisso. E praticamente tem a Justiça na mão".* *"Realmente, se eu fosse optar hoje, eu não optaria para ser professora".* *"Assistência... que desse mais assistência, visasse mais o aluno, visasse o professor... em busca de uma melhor qualidade né".* *"Não é possível que não mude não é?!".*
Como analisa os cursos de formação oferecidos	*São deficientes, restritos, muito espaçados e deveria ocorrer dentro da carga horária.* *"[...] e sobre esses cursos eu acho assim muito... eles não entram na realidade da sala de aula, eu acho... meu ponto de vista né."* *"Com muita deficiência, porque eu acho que deveria ter todos os anos né, no entanto houve um no início desse ano... nem todos participaram...".* *"O horário, por questão de horário porque muita gente... professor tem que ter dois, três empregos né. Então pra muita gente não coube o horário né...".*
O que almeja dos cursos de formação	*Gostaria de opinar sobre os temas, que se estendessem mais e responda às nossas questões.* *"[...] Não nos convoca para perguntar, por que eu acho que isso deveria realmente acontecer, porque a gente sabe da necessidade do que a gente precisa, né. [...]".* *"Na verdade, a gente queria que se aprofundasse mais, pela nossa convivência em sala de aula porque muita coisa que as vezes a gente pergunta e eles tentam responder, no entanto... a gente não ficou satisfeita pela resposta."*
Condições p/ exercer o ofício / Valorização profissional	*"Material a gente não tem, só giz e quadro, só. Até pra fazer avaliação, os trabalhos, a gente que compra álcool, stencil, porque não tem recurso nenhum, nem livro didático. [...]".* *"E também nunca houve uma capacitação pra gente trabalhar com jovens e adultos. A gente participa, mas em termos da faixa menor né, crianças. Jovens e adultos nunca houve, a gente nunca fez".(p/ a formação, em cima)* *"Não. Eu até recebo como nível médio tendo nível superior e até agora ninguém... a gente não tem esperança né, nesse governo não né. Enquanto ele estiver aí, esperança eu não tenho mais de receber... entrar num enquadramento e receber como nível superior, tanto eu como ela" (Aldinete)*
Evidências da política educacional vigente	*-[...] Enquanto ele estiver aí, esperança eu não tenho mais de receber... entrar num enquadramento e receber como nível superior, tanto eu como ela".* *Ele tem uma força, a gente sabe que ele tem uma força na justiça né, e eu acho que ele se garante nisso, no que ele tem, onde o povo não*

	tem. A justiça é muito falha. Fizeram a justiça tão falha quanto a política, se não for mais falha, porque a justiça pode fazer no entanto, junta com a política e fica tudo uma coisa só. Então, como ele tem essa força da justiça, é esse o empecilho desse município. Talvez se ele não tivesse, a coisa não estaria como está. Talvez vindo um outro que não tenha essa força que ele tem, a coisa até melhore".
Mobilização da categoria	

Professora entrevistada	Aldinete
Tempo de serviço	10 anos
Nível de formação	Superior
Série em que leciona	1ª,2ª e 3ª (juntas) Noturno
Rede de ensino	Municipal/Estadual
Sentimentos que expressa	Abandono, visão paternalista, ausência de política explícita, esperança, desistência. *"Não, porque nós estamos sem essa direção aqui".* *"Às vezes eu me sinto até perdida assim... eu digo: Meu Deus, o que é que eu estou fazendo aqui na sala de aula?".* *"É. Tudo tem que partir da autoridade maior aqui, então assim não adianta eu querer...". (força local)* *"(...) esperança eu nunca perco porque eu acho que a gente viver sem esperança, não vale nem a pena viver né? [...]. A gente tem que ter esperança".*
Como analisa os cursos de formação oferecidos	*"Olha, a formação, a gente sabe que é super importante, que as coisas estão aí mudando (...), mas como a colega falou é... fica a desejar".* *[...]) porque tudo que é muito bonito no papel, a forma como eles transmitem mas assim... a realidade é outra, não é tão simples assim a gente aplicar aquilo que é passado lá né, então pra quem vem e não conhece, acha que é simples não é?" recorrência do continuado, desejo de formação contínua, que Ó, depois que começou esses problemas de transporte e essa falta de merenda, realmente eles começaram a faltar". (partilha a complexidade com o sindicato)*
O que almeja dos cursos de formação	*"Que sejam oferecidos dentro da jornada de trabalho"*
Condições p/ exercer seu ofício / Valorização	*" E a minha 33... é porque minha sala está meio complicada. [...]. Na minha sala agora tem 1ª, 2,ª e 3ª série, todos juntos".* *"Até em Maceió, né, foi feito também, recorreram lá e tudo mas não...". (sobre crescimento na carreira)*

profissional	
Evidências da política educacional vigente	*"Olhe, quando tem a merenda, que eles ficam sabendo, eles vem, em maior quantidade, transporte... Porque aqui está muito violento, então esse pessoal que mora mais distante, eles reclamam quando saem daqui para voltar sozinho, tem um pessoal que fica atirando de noite nas ruas mais desertas, então... tem muita gente direitinha que vem, mãe de família, pai de família, e que ... fica colocando em risco a vida deles né, e com o transporte, já facilitava, que eles já descem próximo de casa, não tem que ir sozinhos, mas aí tudo isso... Ó, depois que começou esse problema de transporte e essa falta de merenda, realmente eles começaram a faltar".*
Mobilização da categoria	*"[...] Houve uma época em que o pessoal vinha mesmo, se reunia com a gente, mas eu vejo o SINTEAL como a gente. A gente vai, vai, vai, a gente vai até um ponto, a partir dali não tem mais o que fazer. Acho que o SINTEAL foi atrás né, correu...".* *"[...] o pessoal não ia se deslocar de lá até aqui pra fazer aquelas reuniões e tudo e... não estar trabalhando, correndo atrás. Acredito que fizeram, mas... como a gente, esbarraram lá no empecilho que não pôde continuar".*

Professora entrevistada	Martiniana
Tempo de serviço	09 anos
Nível de formação	Superior
Série em que leciona	3ª série
Rede de ensino	Municipal/Privada
Sentimentos expressados	Abandono, descrença no poder institucional, ausência de política explícita.
Como analisa os cursos de formação oferecidos	*" [...]) Esse ano houve uma formação, só que a formação não foi de qualidade."* *"[...] só que a formação que houve foi pra mostrar o que fazer. Só lei... lei... não foi formação pedagógica [...]".*
O que almeja dos cursos de formação	*"[...] Pra gente... eu particularmente, eu gostaria de uma formação onde... onde houvesse a prática, a forma de ensinar intensificada, com dinâmicas... [...]".*
Condições para exercer o ofício/ Valorização profissional	*"[...]) Se eu tivesse o material didático, com certeza eu daria uma aula melhor".* *"Muitas vezes... muitas vezes eu trago bingo de casa né. Eu trago corda... como essa semana mesmo eu usei corda para aplicar probleminha. Eu trago subsídio para eles, ou então infelizmente eu uso o caderno".*

Evidências da política educacional vigente	*"Infelizmente... é... o nosso atual prefeito não dá prioridade à educação. Ele nem sequer é... tem um elo de ligação conosco né. Aí a educação daqui fica em último lugar e, no caso, ele... deixou a educação de lado, não dá material didático, não dá capacitação para os professores e a cada dia que passa os professores estão perdidos... estão perdidos na sala de aula, e então... tudo... fingindo que estão ensinando e as crianças fingindo que estão aprendendo."* *"Em nenhuma escola há Projeto Político Pedagógico não. O município em si não tem".* *"Geralmente... é quinzenal, que a gente pede para a Secretária de Educação pra parar e ela não deixa".* *"Não. Estava não. Infelizmente eu posso até dizer que elas não estão alfabetizadas. É realmente um absurdo, mas elas não estão".* *"Não. Não tem nada. O município em si não oferece nada para as crianças. E eu tenho certeza... se oferecesse... é... até mesmo uma recreação pra eles, era um incentivo, uma... uma coisa diferencial... alguma coisa que incentivasse. O que ta faltando para nossas crianças é o incentivo".* *"Porque infelizmente o gestor atual não dá prioridade."Infelizmente ele não... para a educação, ele não esta nem aí. Só espero no próximo... no próximo prefeito que venha, que vem, que venha realmente com gás e dê prioridade à educação. À educação e à saúde, porque a saúde também está um caos".* *"[...] Infelizmente é Paripueira que está excluída. A UNDIME faz muito curso pra gente né, mas se... o nosso prefeito não paga, ficamos excluídas. Somos chamadas, mas chega lá: - De onde você é? – Paripueira... eu fico até...".* *"Suspensos. Aliás pra educação eu acho que todos os recursos daqui foram suspensos".* *"Ôxe! O da merenda principalmente. Da merenda... a merenda aqui, as crianças é... chega um mês e para, pronto! Eu acho que houve merenda aqui, chegou foi em dezembro do ano passado. Ó, PDE, nós não temos mais né, os PCN's também estava trabalhando, não temos mais. Caixa-escolar não temos mais... ou seja, tudo relacionado para a melhoria da educação..."*
Mobilização da categoria	

Professora entrevistada	Sulamita
Tempo de serviço	10 anos
Nível de formação	Magistério
Série em que	2ª série

leciona	
Rede de ensino	Municipal
Sentimentos expressados	Medo, impotência, desistência, perda de identidade profissional, esperança através de soluções mágicas, descrença no poder institucional. *"Olhe, eu já ocupei outras funções aqui dentro, mas sempre com a função de professora. Ah! Eu não tenho esse negócio não... eu vou à cozinha, eu faço comida, eu faço qualquer coisa... eu não tenho essa..."*. *"Acho que já... sempre fico eu 01 ano, 06 meses, 01 ano... aí eu me afastava um pouco, às vezes por doença, alguma coisa... aí eu me afastava e ficava na direção da escola. A cozinha, porque, eu não tenho esse negócio não... não tenho essa besteira, eu vou à cozinha, eu ajudo, porque a gente não tem que ter... ser orgulhoso não. A gente tem que ser humilde... trabalhar com qualquer uma pessoa"*. *"(...) Então se, quem está por dentro da lei não respeita, que hoje a gente vê isso em todos os locais... todos. Isso é público e notório... em todos os lugares, entendeu? E... começa de cima até embaixo... não respeita a lei, aí a gente é muito pequenininha para fazer com que eles façam alguma coisa"*. *"Eu não sei... pode ser que seja até esse ano, porque uma das coisas que eu também aprendi foi confiar em Deus, porque ele nos surpreende de tal forma, porque ele pode tudo, entendeu? Ele pode tudo! E as vezes ele faz coisas que nos surpreende, então enquanto há fé há esperança e há vida também"*. *"Ah! Mas nós temos um remo maravilhoso que é Deus, entendeu? Eu aprendi isso à duras penas... que o nosso remo... nós somos o barco e o nosso remo é Deus, entendeu? E... vamos ver... eu acredito que no final do ano a gente tenha algumas surpresas, alguma mudança, porque sempre no final do ano a gente tenha algumas surpresas, algumas mudanças... a gente as vezes é contemplada com algumas mudanças..."*
Como analisa os cursos de formação oferecidos	*"É. É importante, até porque as vezes eles conseguem trazer até pessoas que estão assim... e conseguem fazer com que a gente relaxe a mente da gente pra enfrentar aquele ano com as crianças, porque você sabe que hoje em dia as crianças são... são muito assim... eufóricas e agressivas. [...] Então eles vem com esse trabalho ai a gente consegue trabalhar tranqüilo, por isso eu acho muito importante. E quanto ao fator da sala de aula né"*.
O que almeja dos cursos de formação	*"Eu acho importante sabe? E o que eles deixam pra gente, o que eles passam pra gente, a gente ainda sente aquele gostinho de quero mais sabe? E na realidade a gente fica... porque parece que o momento é tão pouco que eles ficam com a gente né. Eles passam pra gente e a gente fica naquela sede né, aquela vontade de mais né, porque é muito importante [..."]*.
Condições para exercer o ofício/	*Olhe, a gente tem uma orientadora na escola... sempre que possível, ela prepara jogos, independente das condições da gente né, procura*

Valorização profissional	*analisar o aluno né, senta com a gente, conversa e procura ver o nível que a gente está, aí dentro das possibilidades dela, aí ela consegue passar algumas coisas, algum material para que a gente trabalhe com aquilo ali na sala de aula. Eu sei que tem jogos por aí, coisas importantes que a gente poderia fazer, mas a gente tem que trabalhar dentro da nossa realidade".* *"Ela prepara jogos didáticos com cartolina... os jogos didáticos que a gente possa trabalhar... quebra-cabeça, essa coisa, entendeu? Ela prepara e passa pra gente".* *"(...) eu me satisfaço com o que chega à minha mão porque tem aquela história: O pouco com Deus é muito e muito sem Deus é nada, entendeu? Aí eu me satisfaço com o que eu faço com as crianças e procuro viver com o que eu recebo, entendeu? Poderia estar recebendo mais, mas se esse 'mais' não chegou então eu tenho que viver com o que chega (risos da entrevistada). É essa... é o que eu penso, sabe? Pode ser que futuramente melhore e as coisas aconteçam de outra forma... vai satisfazer todo mundo, porque quanto mais se ganha mais a gente fica satisfeito, mas no momento... o repasse é esse, então a gente tem que ficar satisfeito com o que ganha mesmo... não tem pra onde... não adianta brigar".* *"Já. É porque é difícil... pelo salário que a gente recebe, é complicado para que você... aquele salário você precisa pagar. É fácil quando você consegue passar e não pagar, mas quando não, para mim que tenho filhos, porque eu tenho 04 filhos, aí fica difícil, porque ou eu mantenho a minha casa ou eu consigo fazer a graduação".*
Evidências da política educacional vigente	*"No primeiro momento que eu comecei foi assim... por brincadeira né... eu disse: -Eu vou... pelo horário. Eu terminei a 8ª série, aí eu não queria estudar à noite. O que oferecia no momento era o Magistério, aí eu fui,,, me formei. Aí eu vim, falei com a menina daqui, a Secretária, que naquele tempo era a esposa do prefeito, aí conversei... aí ela foi... nesse tempo eu já tinha filhos, aí falei com ela, ela foi... acertou comigo. Quando começou aqui eu comecei a trabalhar. No primeiro momento a sente aquele impacto né,,, porque nunca fui né, aí achei meio difícil, mas depois, logo em seguida, eu comecei a achar bom, entendeu? E hoje eu tenho certeza que a profissão que eu escolhi era essa mesmo que eu deveria ter escolhido".* *"Não, agora não tem mais, eu não sei qual o motivo. Houve algum problema que a gente não foi informada, mas eu soube assim... que foi cortado".* *"Eu soube que foi cortado. A orientadora passou pra nós que foi cortado... qual o motivo também não chegou ao meu conhecimento".* *"Até agora a gente não tem informação que tenha voltado a funcionar, né. Até agora a gente está sem isso aí."* *"Já Faz meses, já. Eu acho que no começo do ano teve, depois começou com um problema e até hoje...".* *"Não. Eu trabalho aqui, mas não vejo... assim, nenhum problema não. Às vezes eu vejo o pessoal do Conselho Tutelar falando sobre*

	merenda, falam alguma coisa, reclamam né, porque a gente também não pode tapar o sol com a peneira. Falam, criticam, mas... tudo prossegue normalmente". *"A única coisa que eu sei lhe dizer desse movimento, que sobrou pra todo mundo, foi que cortou o salário de todo mundo. E por conta disso eu não participo não. Eu não participo. Pode chegar hoje e dizer: A gente vai fazer a maior greve! Vai? Vai! Ta certo! Vocês vão fazer, pode fazer, pode ficar à vontade. Eh! Já viu aquela história: O pau só quebra o pião? Não faço não. Porque você apanha num canto, daqui a pouco você apanha do outro lado... não gosto de apanhar né. Tem que ter atitude, ou então... se você vê que dá, também se vê que não dá. É como você ultrapassar um carro. Você vai ultrapassar, pela sua visão dá pra ver se dá pra você ultrapassar ou não. Se não der, volte para o seu lugar de origem porque se você for ultrapassar vai acabar batendo no outro. Então eu sou assim, boto logo a visão pra funcionar. Dá pra eu ir eu vou, também se não dá, também já fico ali".*
Mobilização da categoria	*"Já. Várias colegas já fizeram assim... passeata..."* *"Porque eu não luto contra a maré. É uma das coisas que eu aprendi, por isso que eu digo... eu sou pé no chão, eu aprendi a não lutar contra a maré... eu fico só na minha. Quer fazer? Pode fazer... eu não vou dizer nada, entendeu? Se todos estão fazendo... to lá, só na minha... não faço porque não adianta. Se adiantasse... mas não adianta".* *"Foi. Não. Eu fiquei só na minha. Eu deixei o pessoal fazer, entendeu? Aí eu fiquei só na minha. Também não fiz nada. Todo mundo foi e eu fui lá, no embalo. Todo mundo parou, não tinha como ninguém trabalhar".* *"Eu vim. Tive uma vez ou outra por aqui, para saber como é que estava a situação, mas ninguém trabalhou não".* *"Não, não. Eu não estou tendo contato com esse pessoal não. Eu só venho, trabalho e vou embora. Conheço eles ma,s não estou tendo contato". (sobre os representantes do Núcleo do sindicato)*

Professora entrevistada	Rivadávia
Tempo de serviço	10 anos
Nível de formação	Superior
Série em que leciona	Turmas de 5ª a 8ª
Rede de ensino	Municipal
Sentimentos expressados	*Descrença no poder institucional, ausência de política explícita, esperança.* *"(...) palavras dela, e nós ficamos indignados né, retrucamos a ela que*

	a gente achava que ali seria a última solução, instância, e que a gente poderia resolver esse nosso problema aqui de Paripueira" (...). *"A gente achava que seria ali, mas infelizmente a gente estava enganado, porque eu acho que a justiça só viria aqui se fosse a divina, porque a justiça dos homens, eu acho que não iria fazer efeito nem entrar aqui nunca, nesse município." (...).* *"(...) A Câmara de Vereadores a gente não pode contar, porque a Câmara é toda do lado do prefeito, nos primeiros quatro anos e nesse último agora, os vereadores, ele sempre consegue comprar os vereadores. E na verdade a gente nem sabe como encontrar esses vereadores, porque pra você encontrar esses vereadores numa seção, a gente não sabe nem qual é o dia que tem seção na Câmara, porque nenhum deles fazem projetos, nenhum deles se preocupa com o próprio município, as pessoas que elegeram eles, nenhum deles se preocupa com isso".* *" Não. Não houve acompanhamento de nenhum deles, só uma vez que dois, dois ou três fizeram um acompanhamento com a gente só porque queriam aparecer. Tinham brigado com o prefeito, era época da outra campanha...".* *"Está com poucos dias que nós estávamos fazendo essas contas, quando entrou essa nova secretária, agora. Nós estávamos fazendo as contas. Está na média de oito Secretários/as, de sete para oito Secretários/as, se não me falha a memória, e nenhum deles consegue fazer nada porque ele monopoliza as coisas, centraliza na prefeitura e só quer o Secretário pra assinar, somente".* *" Não, a gente ainda não chegou a isso, a ir ao Tribunal de Contas, até por que, se a gente for, segundo informações que nós temos, o pessoal do Tribunal de Contas quando vem para fazer a fiscalização, o prefeito oferece almoço para eles num restaurante que tem aqui, no Mar & Companhia. Então, se você vem fazer uma fiscalização e aceita o almoço oferecido pelo prefeito num restaurante, você vai confiar em quê? Nesse pessoal? É o que a gente escuta da próprias pessoas da prefeitura, e fica por isso mesmo.* *Eles chegam lá, é isso assim... você tem que fazer assim... mas fica por isso mesmo. Ficam esperando o resto da documentação... e fica por isso mesmo. A gente vai procurar um órgão desse? Não vai. E, "não sei se você está à par, que o tio dele queria ser um Conselheiro."*
Como analisa os cursos de formação oferecidos	*"A última formação foi um desastre. Eu não participei... de duas que eles fizeram porque para mim, no meu entender aquilo não é uma capacitação. Para mim é uma maneira de maquiar ou provar onde é que ele está botando o recurso. A capacitação que ele fez aqui foi mais uma... eu não sei nem dizer a você porque eu não assisti, mas disseram os professores que tratava de que? De umas dinâmicas, umas brincadeiras entendeu? E discutir outras questões lá que as vezes eram até aleatórias, como discutir até a questão do município mesmo, com os próprios professores até revoltados, discutiam lá porque não*

	sabiam o que era que estavam fazendo ali."
O que almeja dos cursos de formação	
Condições p/ exercer o ofício/ Valorização profissional	
Evidências da política educacional vigente	*"Aconteceu que nós fomos pra canais de televisão, os dois canais de renome da capital, fizemos passeata na cidade, travamos uma luta muito grande, mas mesmo assim não se obteve resultado. Não obtendo resultado, nem o prefeito nos recebendo com o sindicato, nós resolvemos ir ao Ministério Público Estadual, tivemos lá com o Dr. Coaracy, o Procurador Geral do Estado, ele nos recebeu, relatamos toda a situação de Paripueira. Ele também já sabe, já sabia né... da situação, porque já era público porque se viu em televisão e jornais, então ele conversando comigo... me viu muito aflita, pediu pra que eu deixasse com a justiça agora, porque o que eu tinha feito já era suficiente... que eu tinha mexido numa coisa muito séria e que eu me afastasse. Até... deixasse de transitar um pouco pela cidade pra não ouvir muitas conversas e não me expor porque talvez respingasse alguma coisa em mim...".* *"Olhe, que tivesse sido uma ameaça não, eu não acredito, mas eu acredito que ele já deva saber com o que eu estava mexendo e com quem, porque nós já tivemos um exemplo aqui no Estado de Alagoas, que foi do professor Paulo Bandeira, no município de Satuba e pra eu não me expor, eu acho que ele também já me prevenindo, eu acho que já me advertindo também... não resta dúvida que era uma advertência, então ele resolveu... disse que agora seria com a justiça e ele fez todos os trâmites junto ao sindicato, convocou o Sr. Prefeito, mas quando o Sr. Prefeito foi para a convocação do Dr. Coaracy, ele quando viu o pessoal do sindicato, ele não quis entrar pra audiência".* *"E nem foi obrigado a ir. Simplesmente ele disse que não entraria. Segundo a presidente do sindicato, a Girlene me falou, ele disse que não entraria, e não entrou mesmo e mandou a Secretária dele entrar, um outro auxiliar...".* *"A Secretária da Educação, a Dra., a Dona Ana Monteiro e eles entraram pra lá, conversaram, fizeram alguns acordos mas foram sem o prefeito".* *"Não. Não foi cumprido nenhum...".* *"O acordo foi a questão da merenda que não tem, o Caixa Escolar, carteiras para as salas de aula, material didático né, o Plano de Cargos e Carreira para se rever...".* *"Não. Essa audiência foi no ano de 2005, foi o ano retrasado. Então eles discutiram isso, segundo o sindicato ficou firmado lá né, o acordo que eles melhorariam, que iriam rever a questão da merenda, que iria rever a questão das carteiras para os meninos sentarem na sala né...*

	para terem aula como pessoas decentes e dignas, que a gente sabe que o recurso vem pra isso também, mas só que a gente não sabe onde é que é colocado, mas só que não houve nada disso". *" Não concluíram... ele não concluindo nós não ficamos paradas, nós também não ficamos paradas. Fomos ao Ministério Público Federal, fizemos um grupo de 26 professores, fomos ao Ministério Público Federal, falamos com o Dr. Antonio e a Dra. Niedja Kaspari, tivemos audiência com eles depois de muito se tentar, insistir e persistir, els nos receberam. Disseram até que não podiam receber a equipe toda... nós ainda fincamos pé lá dizendo que não, que só iríamos se fossem todos os professores porque todos teriam que ouvir o que iria ser falado lá, o que iria ser tratado. Ele só queria receber 3 pessoas representando, mas fomos todos... ele terminou recebendo. Arranjou uma sala lá, enorme, e colocou todos os professores lá e nos recebeu mas também ele nos disse que não ia fazer milagres. Que a gente fosse lá tratar dos recursos federais, mas trabalhista ele não resolveria como: Plano de cargos e Carreira né, ele não resolveria isso. Então, como a gente tinha todos os problemas no mundo, não só era esse, questão trabalhista, aí ele nos recebeu, fizemos uma Ata, todos nós assinamos a Ata e deixamos para ele resolver. Segundo informações, que a gente sempre tem a informação aqui, chegou realmente uma notificação do MPF para o prefeito só que ele se negou a receber e os próprios funcionários foram instruídos a não receber a documentação que chegasse do MPF e isso foi confirmado quando nós retornamos à Dra. Niedja. Ela confirmou que realmente ele se negou a receber e que o que ela tinha que fazer ela já tinha feito, foi mandar um ofício para ele, para convocar para se ter uma reunião para se fazer um ajuste né, para conversar, mas só que não teve resultado, então ela disse que já teria feito o que ela poderia fazer na autoridade dela, como procuradora do Ministério Público Federal de Alagoas, que teria encaminhado para Recife e que a gente aguardasse e talvez até o TCU – Tribunal de Contas da União pudesse resolver também, porque ela não tinha mais o que fazer, porque ela não iria mandar também mais correspondência para este senhor, para esse... o prefeito, porque ela disse que saberia que não iria surtir efeito e que talvez desse até uma chance a ele, dele arrumar a casa direitinho até para comprovar com a documentação, como se tinha feito alguma coisa, segundo... palavras dela, e nós ficamos indignados né, retrucamos a ela que a gente achava que ali seria a última solução, instância e que a gente poderia resolver esse nosso problema aqui de Paripueira. A gente achava que seria ali, mas infelizmente a gente estava enganada porque eu acho que a justiça só viria aqui se fosse a divina, porque a justiça dos homens, eu acho que não iria fazer efeito nem entrar aqui nunca nesse município. Ela ficou meio assim... reticente, disse que infelizmente não poderia fazer mais do que já tinha feito e que aguardasse... que aguardasse, e a gente saiu assim... esperando essa solução".* *"Não. Isso foi em 2006. E uma, nós procuramos ela mais porque ele*

	persegue as pessoas que eram do Núcleo junto com o sindicato, e ele me persegue na questão do rateio no final de ano. No final de ano todos os professores recebem o rateio, mas eu e uma colega... a Zumira não recebe e nem a Válnia, a profª Válnia". *"Justamente. No primeiro ano... no primeiro ano não colocou só nós duas, ele colocou sete pessoas pra não receber o rateio. Agora por quê dessas sete pessoas? Eu, eu sabia, tinha consciência do porque, a Zélia também tinha consciência porque ela não tava recebendo. A profª Vera não sabia por quê e as outras a gente não sabia o por quê, mas depois eu descobri: as duas eram irmãs de um vereador que estava sendo contra ele, não estava assinando mais nenhum projeto a favor dele e ficou contra ele na segunda eleição que ele (o prefeito) se reelegeu... ficou contra ele. Então ele puniu como? As irmãs... aí deixou essas duas irmãs, a esposa dele, que era a Ítala e a Válnia... ao todo foram sete. Só porque tinham ramificações políticas e eu porque era da questão do Núcleo do sindicato".* *"Ficou de fora. Já no final do ano de 2006, ele voltou à pagar o rateio às irmãs do vereador e à tia do vereador, que é a tia do Alexandre, que tinha ficado de fora mas recebeu. Porque já estavam todos juntos de novo então não tinha por que não pagar o rateio das irmãs dele, mas eu, a Zumira e a profª Válnia ficamos de fora novamente".* *"Sim, como eu estava dizendo, que a minha única esperança, que é com as novas eleições agora, um outro prefeito que entrar, que não seja do grupo do prefeito atual, que seja da oposição, possa vir fazer alguma coisa para salvar a educação, que acabou, está acabada literalmente. Em todos os sentidos, esta acabada, porque a gente não sabe onde é nossa secretaria da educação, para resolver os nossos problemas, nós não sabemos nem onde está nossa documentação, nós não vemos secretárias aqui trabalhando, que possa encontrar para resolver alguma coisa, então a minha solução é essa. Quer dizer, a minha solução não, eu espero que a solução seja essa. Entrando um outro prefeito né, se ele trabalhar direitinho, botar a educação no lugar, nós vamos também... não vamos esquecer não, nem vamos dizer que não vamos lutar mais nem cobrar mais não. Vamos sim. Talvez seja até melhor pela gente saber que o próximo que entrar não vai ter costa quente, não vai ser filho de desembargador nem de juíza. É a minha única esperança. [...]".* *"A minoria é que é daqui, a maioria é de fora, de municípios vizinhos, da capital ou amigos do prefeito mesmo, como o Silvio Souteban (presidente da Câmara), que é amigo do prefeito. O Redson, que é primo, o Alexandre que é daqui também, o Chico que é daqui, que foi eleito, o tal Pescoço também que é daqui, esses três e o outro que eu não sei se é daqui, mas é funcionário federal. Então os vereadores são esses, mas eles não fazem nada, porque na verdade, o que eu sinto é que eles tem até medo também do homem, eu acho que eles tem medo também. Até por que muitos deles sabem que a coisa ta errada, sabe que o que ele ta fazendo ta errado, mas não tem peito de enfrentar, de*

	chamar ele e dizer: Prefeito, o senhor vai ter que cumprir com isso, porque é o papel deles como vereador, defender os eleitores deles e fazer alguma coisa pelo município, principalmente com a educação e a saúde né? A saúde também acabou, você não encontra nada no posto de saúde, então, qual é a esperança que a gente tem numa Câmara dessa, nenhuma, nenhuma. Nenhum deles deu apoio à gente, nenhum." *"Isso... mas só pra aparecer, por conta do momento político que viria né? Então esses apareceram, foram até filmados assim... junto do movimento, mas também não abriram a boca, não fizeram nem posse do microfone pra dizer alguma coisa, pra dar algum apoio, nem isso eles quiseram fazer, por que na verdade temem também ao prefeito. Eles sabiam, eles sabem de tudo que acontece. Eles sabem que é tudo centralizado no prefeito. Quando o prefeito quer um projeto, manda e eles tem que assinar".* *"O Conselho do FUNDEF ninguém sabe quem é. Se existe, ninguém sabe quem é. Se existe, eles fizeram pra lá, como era de costume fazer, escolher as pessoas que fossem do lado dele pra poder manipular".* *"O Conselho da Merenda, nós brigamos muito por isso, conseguimos fazer ainda com o sindicato, com a presidente do sindicato, fizemos a reunião, fizemos esse Conselho porque eles já tinham feito um na escola, o secretário... eles mesmo escolhendo, fazendo o próprio Conselho. Nós contestamos junto com o sindicato, mas só que ele não aceitou".* *"[...] Aí depois, eu ouvi um comentário que ele estava fazendo o censo lá em Maceió, num escritório que ele tem com o pessoal daqui, os próprios funcionários dele, fazendo o censo. Disseram que já está feito o censo, só que a evasão é demais. Quem está dentro da sala de aula, quem está na escola, sabe".* *"Se o MEC receber, se o FUNDEF receber aí algum número... que seja... é pra vir o recurso. Porque aluno, você não encontra não. Pode ir nas escolas que você vê. Eu digo pelo meu turno, à noite. Só existem duas salas de aula funcionando".* *"[...] Segundo informações, que a gente sempre tem a informação aqui, chegou realmente uma notificação do MPF para o prefeito, só que ele se negou a receber e os próprios funcionários foram instruídos a não receber a documentação que chegasse do MPF, e isso foi confirmado quando nós retornamos à Dra. Niedja [...]".*
Mobilização da categoria	*"Fizemos um grupo de 26 professores, fomos ao Ministério Público Federal [...]. Disseram até que não podiam receber a equipe toda ... nós ainda fincamos pé lá dizendo que não, que só iríamos lá se fossem todos os professores porque todos queriam ouvir o que iria ser falado lá, o que iria ser tratado. Ele só queria receber 03 pessoas representando, mas fomos todos... ele terminou recebendo [...]".* *"É. Infelizmente os nossos colegas que ficam em casa e tem medo de ir pra luta, pra batalhar e de mostrar a sua cara, falam o que não deve né, enquanto isso a gente tava sentada na porta da prefeitura... eu me decepcionei...".*

	"Aí aqui, o povo que nunca tem coragem de ir pra luta e nem de mostrar, por exemplo, os seus direitos e de mostrar que tem direito de exigir e de cobrar, porque tem pessoas que acham que não tem não: - Eu? Diante do poder do homem? Tem pessoas que se acham assim... – Quem sou eu? É isso que a gente escuta: - Quem sou eu? Se a justiça não pode com ele, quem sou eu para ele? Aí eu não fui mais. Aí a luta desmoronou, acabou a luta aqui... infelizmente acabou. Infelizmente deixou pra lá...aí eu saí de circulação porque a rebordosa maior fui eu quem levei né". *"[...] Os pais também tem culpa, porque no movimento, acho que deu pra você perceber que muitos se escondiam. Eu lembro que muitas vezes eu subi com o carro de som, com o microfone na mão, pedindo para os pais vir pelo menos para a porta pra dizer que estavam apoiando o nosso movimento e muitos deles se escondiam, e os funcionários dele seguindo a gente com a câmera e filmando, para ver quem era que estava no movimento, pra depois amedrontar. Eu cheguei até a subir em palanque".* *"[...] porque teve um tempo que eu parei porque eu já não agüentava mais né, porque no último dia, isso faz muito tempo, acho até que foi na sua gestão lá no sindicato, que a gente ficou na porta da prefeitura, eu e mais quatro, pra gente ser recebida para falar pelos próprios colegas, não apareceu ninguém... e nem fomos recebidas, e eles por conta própria deram o aumento. Foi quando eles deram os 5%. Aí quem levou a rebordosa? O sindicato e a gente que estava lá. [...]".*

Professora entrevistada	Alaíde
Tempo de serviço	10 anos
Nível de formação	Superior
Série em que leciona	Professora das séries iniciais
Rede de ensino	Municipais
Sentimentos expressados	Abandono, descrença no poder institucional, ausência de política explícita, impotência. *"Olha... é... quanto ao Ministério, nós assim... não temos acesso assim... à nada em relação ao Ministério Público. Algumas mães...".* *"Aqui não.. aqui não vem à escola... aqui as mães às vezes... quando a situação está muito crítica... algumas... elas procuram, mas quando chegam lá elas voltam e não resolvem nada. Não vem nenhum retorno aqui para a escola em relação ao Ministério".* *"Não... não vem ninguém. Até elas dizem assim, quando a gente manda: - minha gente, procure os meios... vocês têm como resolver a situação... aí elas dizem: - Não adianta não, que quando a gente fala...*

	fala e eles não resolvem nada. Então aqui já está dado ao descaso... esse município aqui já está dado ao descaso. (...)" *"Vai continuar do mesmo jeito. A gente não tem esperança que mude nada, até pelo fato de que se apresenta sete anos para estar assim e o próximo... como é que vai ser o próximo? Pior ainda!".* *"Todo ano a gente vem com aquela expectativa: esse ano vai ser melhor! Está chegando aí as eleições, a gente não sabe como é que vai ficar o quadro do município, mas a gente sempre espera que quem chegue olhe pela educação".*
Como analisa os cursos de formação oferecidos	*"(...) não é a formação voltada diretamente para questões que a escola está necessitando (...) vem um pessoal de Maceió e dá sua formação aqui e vai embora. Muitas vezes não tem nada a ver com o que os professores estão precisando naquele momento".* *"Olhe, o último que veio foi da SEMED?Maceió. São pessoas assim... que vem... dá seu recado e vai embora" (...).* *"Não... não... foram muito intercaladas assim... muito longe uma da outra".*
O que almeja dos cursos de formação	*"(...) E formação continuada, para ela mudar o jeito, em longo prazo, ela tem que acontecer na escola o ano todo, porque tem que ter aquela parada para a sua formação, e aqui não existe isso".*
Condições p/ exercer o ofício /Valorização profissional	*Uma vez por mês a gente dá uma parada para rever como é que está o conteúdo, o que foi que elas... é... conseguiram... naquele mês, o que não puderam dar de conteúdo, reformulamos o planejamento, mas aí a questão sempre fica na mesma né: - Como é que você quer que a gente faça isso se nós não temos condições? Não tem material... não tem um mapa pra gente dar uma aula diferente. Aí fica difícil para ele dar sua aulinha... porque não tem material*
Evidências da política educacional vigente	*"Só esse ano, três secretários. Então fica muito difícil... Cada um que chega vem com suas idéias, quer implacar alguma coisa, mas quando chega na prefeitura aí... começam os obstáculos".* *"Olha... é... essa questão do Conselho é muito difícil aqui dentro do município, porque os Conselhos quando são formados, a maioria não é feita em Assembléia. Eles são feitos... são escolhidos à dedo dentro da prefeitura, então já começa daí a emperrar e... então se eles estão funcionando ou não... não posso ter essa certeza, agora, alguns existem, até porque se não existissem não chegava verbas federais né? Agora, como são feitos, a maneira assim... eu não posso lhe dar maiores informações não.*
Mobilização da categoria	

Professora entrevistada	Deuzuita
Tempo de	15 anos

serviço	
Nível de formação	Médio Normal
Série em que leciona	1ª série
Rede de ensino	Municipal
Sentimentos expressados	Ausência de política explícita, impotência.
Como analisa os cursos de formação oferecidos	*"Olhe... pra gente... quando a gente vai fazer pensa que é uma coisa que vai ajudar muito na sala de aula. A gente acha que vai... o aluno, todos os alunos vão ficar 100%, sabendo ler, escrever. Nesses cursos a gente acha que vai ser assim, mas quando a gente parte para a prática na sala de aula, não acontece, até porque o livro mesmo... a gente tem que usar o livro, mas até aqui ainda não aconteceu uma capacitação pra gente saber como usar".* *"Na minha sala de aula não, porque, assim... a teoria é totalmente diferente da prática né. Quando você entra na prática, você vai ver que é tudo diferente. É a mesma coisa de um engenheiro que faz aquela casa linda, belíssima, mas... manda ele botar um tijolo no chão pra ver se ele sabe, não é? Vá para a prática...".*
O que almeja dos cursos de formação	*"Olhe, foi sobre racismo. É importante para a sala de aula, eu sei que é, mas falo assim... mais... : - Como é que eu vou dar aula? Por exemplo... como é que eu vou alfabetizar mesmo? Não é só chegar, falar, falar, falar. Além da teoria teria que ter uma prática. A gente tinha que estar vendo como é que ia alfabetizar essas crianças, porque se você disser hoje: - Deuzuita, você vai para a 1ª série, eu mesmo, eu professora da 3ª série... eu não teria capacidade de estar na 1ª série para alfabetizar não!".* *"Eu já falei né, sobre os cursos que vieram... foram poucos nestes sete anos. Eu queria um curso para me ajudar assim... na sala de aula, como é que eu vou dar aula".* *"(...) Então, teria antes de fazer esses encontros, teria de consultar os professores para depois contratar a equipe para vir para o curso. Eu acho que seria assim, porque vem com o que ele quer, o programa que eles querem, aí a gente tem que ir fazer aquele curso, ta entendendo? Mas às vezes não é proveniente da sala de aula".* *"A Secretaria da Educação, que são eles que fazem né. Então assim, teria que ter coisa mais ligada à sala de aula, o que a gente trabalha".*
Condições para exercer o ofício/ Valorização profissional	*"Nós não temos estímulo, as crianças também não tem... tudo por conta de que? Baixos salários e não temos materiais, e não temos... acho que aqui nós não temos nada.".* *"Nada. A gente só trabalha unicamente com o giz e o apagador, ou, se a gente tiver boa vontade... boa vontade se tiver o dinheiro para comprar também".* *"É. Ou, se é para fazer prova, a gente pede ao aluno, como no mês passado nós pedimos".*

Evidências da política educacional vigente	*"Tivemos já... na administração anterior havia. Hoje é que a gente... acho que só tivemos duas em sete anos".* *"Ah mulher! De uns tempos para cá a educação, que eu achava que ia para frente... a educação desandou...".* *"Nenhuma. Já é a oitava, a sétima ou oitava secretária. Ela tomou posse, mas assim... a gente fica perguntando uma à outra, mas que ela venha se apresentar para as escolas, não. Isso aí não".* *"É. Nessas duas administrações. É assim... entra um, sai outro e a gente não sabe nem quem é".*
Mobilização da categoria	

Professora entrevistada	Eulália
Tempo de serviço	19 anos
Nível de formação	Médio Normal
Série em que leciona	1ª série
Rede de ensino	Municipal
Sentimentos expressados	"Desânimo total".
Como analisa os cursos de formação oferecidos	*"Teve a professora de português, foi muito boa, mas muito pouco tempo, principalmente a língua portuguesa que tem tanta coisa pra ser abrangida, mas não foi".* *"Só em um turno, muito bom por sinal, mas foi muito pouco tempo. Eu acho que foi muito pouco, principalmente pra gente que quase não tem e quando tem é assim... curto. Deveria ser melhor. Eu acho que deveria".*
O que almeja dos cursos de formação	*"Não. Geralmente quando vem é só o aviso da Secretaria e é anexado ali, para os professores verem e participar. A gente vai sem saber quem é, o que é. A gente só vai saber lá. Esse último que houve esse ano... mas era uma semana também, mas era por período, cada pessoa no seu horário de trabalho".* *"É pouco, muito pouco encontro. E quando tem não nos consulta para ver o que a gente acha melhor, o que a gente tem mais necessidade. A gente não é consultada. Chegam assim: - De tanto a tanto vai ter um encontro de formação".* *"Olha, em termos de educação continuada, deveria ser um trabalho que fosse feito... porque vem o pessoal da formação. Que viesse assim... para suprir realmente as necessidades que o professor tem, viesse... que fosse feita, mas que primeiro fosse feito um levantamento do que realmente era necessário, onde a gente tivesse mais carência, e após essa formação houvesse um acompanhamento pelos técnicos responsáveis, para que a gente pudesse colocar... que não ficasse*

	parado. Nós aqui em Paripueira estamos parados no tempo. Por isto eu tenho medo de tentar o vestibular".
Condições p/ exercer o ofício/ Valorização profissional	*"[...] Eu gosto de alfabetizar pequenininhos, pena que a gente não tem condições porque a sala é muito cheia. Quase que a gente não tem um material de apoio".* *"Ultimamente é só o giz, não tem nada na escola... parece-me que chega hoje. E a gente fica assim... utiliza material de sucata. A gente pede aos meninos para trazer, e os livros... até os livros que estão vindo do MEC não ajudam".* *"É essa situação que você já conhece".* *"Não. Ouvi falar na semana passada que estavam fazendo isso aí, não sei se começaram. Estavam até reunidas aí, veio o César pra dar uma mãozinha ainda, mas eu não sei se vai para o papel ou se ficou alguma coisa no papel ou se foi só palavra, mas até agora nada. Vai fazer dez anos de concurso e continua tudo do mesmo jeito que começou".* *"Se entrar um professor hoje, ele vai ter o mesmo salário que a gente".*
Evidências da política educacional vigente	*"Existe, agora não me pergunte quem são que eu não conheço".* *"Houve aí uma eleição, mas eu também nem sei se essas pessoas... eu acredito que essas pessoas não estão engajadas em nada não. Acho que teve ali aquela eleição, mas eu não vejo nada. Eu não acredito nisso não".* *"Pois é... eu não sei que mistério é esse. Tudo certinho, tudo certinho... fica difícil. O negócio aqui é sério. Aqui é muito difícil".*
Mobilização da categoria	*"Parou no tempo... parou foi tudo!".* *"As pessoas que faziam parte do grupo, coitadas, começaram a ser perseguidas, ficar meses sem salário, e cada uma tem as suas responsabilidades, aí vai deixando por isso mesmo, pedindo à Deus que termine o mandato, para ver se quem chega olha um pouquinho com bons olhos pra gente, porque sabe que tenta fazer alguma coisa, mas bate de frente. Não sei o que é que acontece com a nossa prefeitura".*

Professora entrevistada	Doralice
Tempo de serviço	
Nível de formação	Médio Normal
Série em que leciona	1ª série
Rede de ensino	Municipal
Sentimentos expressados	Desistência, descrença no poder instituído, abandono, ausência de política explícita, impotência. *"Aí, depois eles cortaram nosso salário, aí de lá para cá a gente não fez mais isso".* *"Foi. Eu acho que sim. E o que eles tinham de fazer, fizeram já".* *"Acho que não, porque para onde a gente vai a porta está fechada".* *"Ó, eu queria que tivesse certos temas, só que fica aquela coisa vaga,*

	no ar, depois. A gente vem para a escola... a gente vem na escola e é a mesma realidade que era antes, porque não tem uma pessoa acompanhando a gente, não tem uma coordenadora pedagógica, não tem nada, é só a gente com essas crianças, as salas superlotadas...". *"Atenderam. Falaram que vinham aqui né, que viriam aqui...".* *"Porque são... você sabe né... ficam aí né. Eles vão fazer o quê? Nada também".* *"Não, porque não adianta mexer".*
Como analisa os cursos de formação oferecidos	*"Deram. Foi. Só que aquilo ali não é... e prática, cadê, não é?".* *"Olhe... sempre que tem esses cursos que a gente fez, às vezes... esse último até teve uma discussão lá, que uma funcionária é... até uma menina que trabalhava aqui na escola, aí, já por isso mesmo, porque os cursos que a gente vai sabe... é aquela coisa, só que depois fica difícil da gente fazer as coisas".* *"Foi. Ele estava passando para ela... o que ele estava passando... ela falou que... não era... aquilo não era para ela, entendeu? Que ela não estava entendendo nada, que aquele curso não era para ela. Que foi assim... foi um curso que foi todo mundo junto assim... não teve aquela coisa de separar... de separar auxiliar de disciplina, professor, é... as meninas que trabalham aqui. Foi todo mundo junto, aí ela não gostou. Ela não gostou e teve uma discussão".* *"É assim... os conteúdos que eles passam... são bons, só que, como eu estou te falando... é aquela coisa, é só aquilo ali naquela hora, entendeu? Vai embora, acabou-se... e a gente volta a fazer o que era feito antes".* *"Eu achei ele muito... sei lá. Não sei se foi o professor que eu fui... gostei muito não".*
O que almeja dos cursos de formação	*"Ó, eu queria que tivesse certos temas, só que fica aquela coisa vaga, no ar, depois. A gente vem para a escola... a gente vem na escola e é a mesma realidade que era antes, porque não tem uma pessoa acompanhando a gente, não tem uma coordenadora pedagógica, não tem nada, é só a gente com essas crianças, as salas superlotadas...".*
Condições p/ exercer o ofício/ Valorização profissional	*"Eu acho assim... não, aí no momento, ele tem feito né, só que quando a gente volta para a sala de aula é aquela coisa. Porque eu acho que quando falta material, falta gente para estar ali com a gente, a pessoa para dar uma força, mas... a única pessoa que deveria estar ali para nos ajudar, que eu acho que era o prefeito né, está bem distante da realidade. Fica difícil pra gente trabalhar".* *"Meu salário é aquela coisa né, horrível!".* *"Não. Olhe, eu acho que Plano de Cargos e Carreira aqui não existe não, porque é o que ele quer e pronto. Não adianta a gente fazer questão de nada, porque é o que ele quer e pronto... não adianta".*
Evidências da política educacional vigente	*"Sempre é no começo do ano, quando começa. Aí a gente faz uma lista de material.. a gente pede giz cera, lápis de cor, tesourinha, papel chame-x, álcool, até... para você ter uma idéia, quando começam as provas... o mimeógrafo daqui ta péssimo né, a gente ainda é do tempo do mimeógrafo, a gente ainda está atrasado aqui... aí a gente pede R$*

	1,00 (um real), a cada pai, para poder fazer as provas, tirar xerox, fazer as provas assim... com os alunos, porque papel não tem, material... aliás, material didático não tem na escola, nem o papel chame-x". *"São muitos, mas para dizer assim... em número...".* *"Péssimo. Eu acho que não teve outra pior não. Já teve tempos melhores, eu acho, mas igual a esse não teve não. Ta aquela coisa... parece que... sei lá. Nem os pais, entendeu? Nem os pais cooperam com nada. Acho que é geral aqui... aqui fechou!".* *"Não. Olhe, eu acho que Plano de Cargos e Carreira aqui não existe não, porque é o que ele quer e pronto. Não adianta a gente fazer questão de nada, porque é o que ele quer e pronto... não adianta".* *"Temos, mas vinha sendo descontado do nosso contra-cheque, só que não está vindo mais não. Ele já cortou até isso. Ninguém pediu para ele fazer isso, só que não está vindo mais não. Pelo menos isso, porque nem isso a gente tem, viu?".* *"Aí, depois eles cortaram nosso salário, aí de lá para cá a gente não fez mais isso"".* *"Não está tendo. Esse ano não teve merenda ainda. No começo do ano teve, depois não veio mais".* *"Eu acho que enquanto esse homem estiver aqui, enquanto ele estiver no poder, fica complicado... a situação vai ser essa ou pior, enquanto ele estiver no poder".*
Mobilização da categoria	*"Até 2004 eu sei que teve greve. Teve até aquela manifestação que a gente saiu pelas ruas".* *"Aí, depois eles cortaram nosso salário, aí de lá para cá a gente não fez mais isso".* *"Foi. Eu acho que sim. E o que eles tinham de fazer, fizeram já".* *"Acho que não, porque para onde a gente vai a porta está fechada".*

Funcionária entrevistada	Rosvita
Tempo de serviço	11 anos
Nível de formação	Médio
Rede de ensino	Municipal
Sentimentos expressados	Ausência de política explícita, descrença no poder instituído. *"Não. Tem uma casa que diz assim... aqui é a Secretaria da Educação, mas a gente vai lá... quer dizer... eu nunca fui, porque vou fazer o que lá? A Secretaria, um dia é um, outro dia é outro, a gente não sabe quando é, quando não é, quem é, quem não é".* *"Minha filha, os vereadores, teve um que se prontificou até demais a ajudar a gente, mas eu acho que os outros fizeram a cabeça do Prefeito, eu acho, e o Prefeito foi para ele, agora pronto, já está para*

	o lado dele também, pronto! Nós não temos uma pessoa que dê apoio a gente. Ninguém, autoridade nenhuma daqui. Todo mundo parece que tem medo".
Condições p/ exercer o ofício/ Valorização profissional	*"Foi em 96, sem concurso. Não tenho o que dizer né, a gente recebia direitinho. Hoje eu falo para minhas amigas: A gente era feliz e não sabia! Tinha merenda, tinha tudo né, tinha ônibus para trazer as crianças, para levar. A gente, no dia do professor, comemorava também, tinha Dia da Criança, tudo. Hoje o caso é diferente!".* *"Ah! Hoje a gente recebe um salário péssimo, recebo R$ 339,00. Coloca-se no meu contra-cheque... vem dizendo. Tira-se o INSS... segundo lá o Inss não consta nada de jeito nenhum... aí eu vou no cash e só consigo tirar R$ 330,00 e não sei para onde vai o restante né? E, questão assim... da escola, merenda está com um ano, vai fazer um ano esse mês, eu só não sei a data, que não chega merenda aqui na escola. Faz até pena as crianças. Tem criança que vem para cá, eu sei que vem já no intuito de lanchar né, porque em casa, a gente sabe, a situação está meio difícil, mas... fazer o que né. E questão de limpeza, nõs serviçais, eu como minhas colegas, compramos nossas vassouras para limpar a escola porque não tem. Quando a gente não compra, a Diretora, que ajuda, compra também".*
Evidências da política educacional vigente	*"A mesma coisa. Não mudou nada. Inclusive ela chegou aqui dizendo que pediu três meses ao Prefeito para ele abrir alas, mas se ele não deixasse ela fazer como ela queria, ela ia desistir e pronto. Mas Secretário aqui... nada, aí continua a gente comprando as vassouras da gente, a Diretora comprando também. Merenda nem se fala, não tem nem projeto. Foi feito prova com os alunos aqui esse ano, pediu R$ 1,00 a cada aluno para comprar o papel, porque não tem na escola, pronto!. Aqui o jeito é esse! E acho que... tenho impressão que não vai mudar não. Mas as vezes eu vejo o povo: O Prefeito é ruim... O Prefeito é ruim... mas eu acho que ele não seja, sabe por quê? Porque já é o segundo mandato e o pessoal aceitou ele, então ele não é ruim... já é o segundo mandato. Já está com quantos anos que a gente vem sofrendo? Falta de merenda, falta de material escolar, falta de papel higiênico, vassoura, rodo, tudo... falta tudo".* *"A gente fez uma greve o ano passado, dezenove dias, foi descontado R$ 191,00 da gente e até hoje nunca recebemos de volta. E até dissera, que a gente ia receber, pronto! Aí a gente decidiu não fazer mais greve de jeito nenhum, aceitar aa coisas e deixar lá. Ninguém... ninguém... todo mundo tem medo, a verdade é essa, o pessoal tem medo. Eu não vou sozinha, você sabe que uma andorinha só não faz verão, é. Pronto!. Outra coisa, ninguém vê esse prefeito, eu mesmo se disser que vejo estou mentindo. Dizem... dizem que ele só chega na prefeitura de madrugada para assinar as coisas dele. Ele faz os projetos dele, da forma dele, o pessoal aceita e fica por isso mesmo, pronto! A realidade aqui é essa*". *"Depois dessa greve, que cortaram esse dinheiro, todo mundo fraquejou, que a gente viu que realmente não adianta porque ele quer*

	assim e assim vai ser e acabou. Só isso. Depois daquela greve, todo mundo agora já... ninguém vai fazer porque a gente sabe que os prejudicados foi a gente, porque R$ 191,00, no caso da pessoa que ganha R$ 330,00 como eu, quebra né? Pronto, é assim. Quem disser que Paripueira tem uma educação... não tem condições não. É lamentável". *"É. E se alguma escola disser ao inverso meu, está mentindo. A realidade é essa. E essa é a melhor escola, essa daqui, pior é o Paulo Freire, aí é que faz pena! Tem sala de aula fechada porque não tem professora, porque foi feito o concurso, mas o concurso até hoje ninguém foi chamado".* *"Foi agora em julho. Só vejo o comentário que foi cancelado. Essa escola daqui é de primeiro mundo, é das melhores, mesmo do jeito que está. Com todos os problemas essa é a melhor. Até a televisão que tem aí que só está funcionando porque foi a gente fez uma cotinha para mandar consertar. Tem vídeo, mas não funciona".*
Mobilização da categoria	*"A gente fez uma greve o ano passado, dezenove dias, foi descontado R$ 191,00 da gente e até hoje nunca recebemos de volta. E até disseram que a gente ia receber, pronto! Aí a gente decidiu não fazer mais greve de jeito nenhum, aceitar as coisas e deixar lá. Ninguém... ninguém... todo mundo tem medo, a verdade é essa. O pessoal tem medo. Eu não vou sozinha, você sabe que uma andorinha só não faz verão, é. Pronto!. Outra coisa,, ninguém vê esse prefeito, eu mesmo se disser que vejo estou mentindo. Dizem... dizem que ele só chega na prefeitura de madrugada para assinar as coisas dele. Ele faz os projetos dele, da forma dele, o pessoal aceita e fica por isso mesmo, pronto! A realidade aqui é essa".*

Funcionário entrevistado	Itamar
Tempo de serviço	11 anos
Nível de formação	Médio
Rede de ensino	Municipal
Sentimentos expressados	*Descrença no poder instituído* *"Sabe, sabe sim. Sabe, porque a gente fez reunião lá. A gente foi até o Ministério Público, denunciamos lá mas... não fez nada".*
Condições p/ exercer o ofício/ Valorização profissional	*"Menos que o salário mínimo. Já faz... o salário mínimo já faz uns seis meses né. Não existe poder para esse homem não".*
Evidências da política	*"Paripueira vai de mal a pior, não existe melhoria. Hoje aqui não existe aluno porque não tem transporte, não tem merenda, não tem*

educacional vigente	*nada... nada. Você quer ver fazer uma prova aqui, as professoras tem que fazer uma cotazinha para comprar as folhas. Caixa-escolar, perderam, a merenda perderam... perderam tudo!".* *"O SINTEAL fez uma eleição aqui sobre a merenda né, eles fizeram outra lá, enrolaram lá e ... perderam a merenda".* *"Aqui em Paripueira não existe".*
Mobilização da categoria	*Estadual, e no Federal também. Só que o Federal mostrou que em algumas coisas ele não pode se meter né, só pode se meter em recursos federais, merenda, tal... Mas a gente fez a denúncia, mas se tiver, estão investigando lá na baixa até... A gente levou tudo, a gente levou quase trinta professores daqui pra lá.*

ANEXO III

Cópias de documentos

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Ministro Valmir Campelo

Grupo I - Classe VII – Plenário

TC-013.976/2006-4 (com 1 volume e 5 anexos)
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura Municipal de Paripueira – Alagoas
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas
Advogado constituído nos autos: não há
Sumário: REPRESENTAÇÃO. RECURSOS FEDERAIS TRANSFERIDOS. DILIGÊNCIA. INSPEÇÃO. INDÍCIOS DE UTILIZAÇÃO IRREGULAR. TRANSFORMAR OS AUTOS EM TCE. CITAÇÃO. AUDIÊNCIA.

1. Deve ser conhecida a representação formulada com amparo na legislação que rege a espécie.
2. Presentes indícios de irregularidades, impende transformar os autos em TCE para promoção de citação e audiência, objetivando assegurar oportunidade de defesa aos responsáveis envolvidos.

V O T O

Versam os autos sobre representação, oriunda do Ministério Público Federal, em Alagoas, noticiando possíveis irregularidades envolvendo recursos federais repassados pelo FNDE ao Município de Paripueira/AL, destinadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/2002 e 2004, Programa de Adequação do Prédio Escolar – PAPE (Convênio n° 846.407/2002) e Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/2003-4.

2. Registro, inicialmente, que atuo nos presentes autos em razão de sorteio realizado em 31/10/2007, por conta de suspeição do relator inicial (fls. 294/295 – volume 1).

3. Promovidas as diligências necessárias, bem como inspeção *in loco*, do exame dos elementos constantes dos autos, o analista instrutor da Secex/AL propõe a conversão destes autos em TCE, para que se promova audiência do Prefeito Municipal, bem como do Presidente e membros da Comissão Permanente de Licitações, citação dos responsáveis que indica, além de determinação ao FNDE.

3. Após concordar parcialmente com a proposta acima, acresce o titular daquela unidade técnica por que seja promovida citação do responsável Carlos Henrique Fontan Cavalcanti Manso, Prefeito Municipal até a presente data, solidariamente aos demais responsáveis que menciona, dentre outras providências.

4. Mais abrangente, acompanho a proposta da lavra do Secretário da Secex/AL. Louvo o zelo com que se houve, em que, mediante cuidadosa e detalhada instrução, a qual reproduzi no relatório que antecede este Voto e adoto como razões de decidir, demonstra todos os fatos que dão ensejo à proposta de citação dos responsáveis que arrola.

5. Compete ao controle externo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, bem como dos entes públicos que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem bens e dinheiros pelos quais a União responda. Nesta linha, a atuação do TCU, no campo de sua atividade-fim, causa por si só uma retração aos abusos na Administração Pública pela própria expectativa do controle, atribuição conferida pela Constituição Federal de 1988, no caput do art. 71 e seus incisos.

conformidade do CPC, e legislação correlata, impetrar o presente **MANDADO DE SEGURANÇA** contra ato da Exma. Prefeita Municipal Sra. **LEONOR MELO MONTEIRO**, estabelecida na Prefeitura Municipal, situada na Tv. Municipal, s/n.°, Centro, CEP 57.440-000, Monteirópolis - AL., pelas razões fáticas e de direito que passa a expor para por fim requerer:

1 - DO VÍNCULO FUNCIONAL

Os IMPETRANTES são funcionários públicos do Município de Monteirópolis, integrantes do regime estatutário, sendo nomeados nas datas e através das Portarias abaixo declinadas, cujas cópias acham-se em anexo.

1) **ANDREIA GALDINO DA SILVA**, nomeada em 21.4.98 como professora, através da Portaria n° 138/98 por lograr aprovação em concurso público;

2) **CRISTIANA INÁCIO MEDEIROS**, nomeada em 21.4.98 como professora, através da Portaria n° 029/98, por lograr aprovação em concurso público;

3) **REGINA CELY BARBOSA DA SILVA BEZERRA**, nomeada em 21.4.98 como professora, através da **Portaria n° 137/98**, por lograr aprovação em concurso público; e

4) **RICARDO MEDEIROS ROSA**, nomeado em 21.4.98 como , através da **Portaria n° 158/98**, por lograr aprovação em concurso público.

Exerciam seus respectivos misteres no Município, até 21 de setembro do ano em curso, quando foram demitidos, por ato da Sra. Prefeita do Município do Monteirópolis, ora Impetrada.

2 - DOS FATOS

O Município de Monteirópolis, como todos os demais municípios do Estado de Alagoas, instituiu um Plano de Cargos e Carreira - PCC na área de educação (exigência do FUNDEF), onde dentre as vantagens contempladas existia uma verba, denominada "difícil acesso" para quem trabalhasse na zona rural.

EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

PROCESSO: nº 076/01 (Mandado de Segurança)

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MONTEIRÓPOLIS

RECORRIDOS: ANDRÉIA GALDINO DA SILVA E OUTROS (4)

RECURSO DE APELAÇÃO

CONTRA-RAZÕES DO RECURSO

Efetivamente não merece qualquer reforma a r. sentença **a quo** ao **conceder o writ** e conseqüentemente anular os Atos Administrativos 005/01, 006/01, 007/01 e 008/01, por ter feito a necessária e esperada Justiça.

1. RESUMO DA DEMANDA

O presente Mandado de Segurança teve como objetivo anular os Atos Administrativos de nºs 005/01, 006/01, 007/01 e 008/01, pois manifestamente contrários ao ordenamento pátrio, vez praticados à margem da lei e do direito, o que ficou evidente em razão da robustez das provas, comprovando os fatos aduzidos na exordial.

A Apelante em sua defesa procurou demonstrar a inexistência de motivos para concessão do writ, mas não conseguiu, dada a falta de substância de seus argumentos, aliada ao conjunto probatório viciado, que inclusive deixou o Douto Representante do Ministério Publico extremamente aborrecido, a ponto de afirmar ser necessária a tomada de outras providências, em razão do tratamento dispensado aos Apelados, segundo demonstra seu judicioso parecer.

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Sistema de Prestação de Contas - SISPCO

Municipios notificados por omissão de prestação de contas do PNAE 2006 até 17/10/07

UF	Razão Social	Situação	CNPJ
AL	PREF MUN DE PARIPUEIRA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	35561471000153
AM	PREF MUN DE BERURI	NOTIFICADO POR OMISSÃO	04628111000106
AM	PREF MUN DE URUCARA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	04477782000105
AP	PREF MUN DE FERREIRA GOMES	NOTIFICADO POR OMISSÃO	23066814000124
AP	PREF MUN DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI	NOTIFICADO POR OMISSÃO	34925131000100
AP	PREF MUN DE VITORIA DO JARI	NOTIFICADO POR OMISSÃO	00720553000119
BA	PREF MUN DE SAO FRANCISCO DO CONDE	NOTIFICADO POR OMISSÃO	13830823000196
ES	PREF MUN DE DIVINO DE SAO LOURENCO	NOTIFICADO POR OMISSÃO	27174127000183
GO	PREF MUN DE ALOANDIA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	01345537000156
GO	PREF MUN DE CORREGO DO OURO	NOTIFICADO POR OMISSÃO	02321115000103
GO	PREF MUN DE GUARINOS	NOTIFICADO POR OMISSÃO	01494178000107
GO	PREF MUN DE IVOLANDIA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	02321891000103
GO	PREF MUN DE PALMELO	NOTIFICADO POR OMISSÃO	01181239000178
MG	PREF MUN DE ARAPORA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	23098510000149
MG	PREF MUN DE ARAPUA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	19942895000101
MG	PREF MUN DE GRUPIARA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	17827858000127
MG	PREF MUN DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	NOTIFICADO POR OMISSÃO	25209156000108
MG	PREF MUN DE SAO JOSE DO MANTIMENTO	NOTIFICADO POR OMISSÃO	18392514000103
MG	PREF MUN DE SILVIANOPOLIS	NOTIFICADO POR OMISSÃO	18675942000135
MG	PREF MUN DE SIMAO PEREIRA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	18338293000187
PA	PREF MUN DE SAO DOMINGOS DO CAPIM	NOTIFICADO POR OMISSÃO	05193115000163
PB	PREF MUN DE AREIA DE BARAUNAS	NOTIFICADO POR OMISSÃO	01612685000190
PE	PREF MUN DE JATOBA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	01614878000180
PR	PREF MUN DE PORECATU	NOTIFICADO POR OMISSÃO	80542764000148
RN	PREF MUN DE GALINHOS	NOTIFICADO POR OMISSÃO	08110991000177
RN	PREF MUN DE GUAMARE	NOTIFICADO POR OMISSÃO	08184442000147
RR	PREF MUN DE RORAINOPOLIS	NOTIFICADO POR OMISSÃO	01613031000180
SC	PREF MUN DE IRATI	NOTIFICADO POR OMISSÃO	95990230000151
SP	PREF MUN DE AVAI	NOTIFICADO POR OMISSÃO	46137436000128
SP	PREF MUN DE NOVA EUROPA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	71989982000134
SP	PREF MUN DE ROSANA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	67662452000100
TO	PREF MUN DE CONCEICAO DO TOCANTINS	NOTIFICADO POR OMISSÃO	01067149000150
TO	PREF MUN DE JUARINA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	37426509000100
TO	PREF MUN DE LIZARDA	NOTIFICADO POR OMISSÃO	02070571000128

TOTALIZADORES - Quantidade Total de Registros : 34

Excel gerado em 17/10/2007 17:55:54

Caso Paulo Bandeira será reaberto hoje

20 de abril de 2006

A instrução criminal sobre o caso Paulo Bandeira – professor do município de Satuba que foi queimado vivo acorrentado a cadeira de seu carro será reiniciada por conta de falhas processuais. A informação é da promotoria de Justiça e da juíza Ana Raquel Gama. A reabertura do caso será feita hoje.

Conforme o promotor de Satuba, Ciro Blatter, "o processo criminal será reiniciado porque estas pessoas que cometeram um crime irracional, não pode ficar impune". A intenção de Blatter é condenar o suposto mandante Adalberon de Moaraes, que responde há outros processos, inclusive homicídios.

A prisão de Adalberon de Moraes por conta do caso Paulo Bandeira já foi solicitada pela promotoria, mas o Tribunal de Justiça entendeu que não havia necessidade de decretar a prisão, porque ele já estava preso por conta de outro homicídio. "São estes erros que queremos corrigir, pois quando ele tiver hábeas corpus por um crime, ainda existe a prisão pelo outro. Não podemos deixar que ele fique fora da carceragem. Para isto, o Ministério Público será vigilante".

Segundo Blatter, o crime tem que ser julgado levando-se em conta a crueldade e a irracionalidade do ato. "O único erro que o Paulo Bandeira cometeu foi denunciar a roubalheira que acontecia em Satuba. Isto é erro? Não pode ficar impune, nem vai ficar", colocou.

A juíza Ana Raquel convovou os quatro envolvidos no caso. Os supostos autores materiais Geraldo Augusto, Ananias Oliveira, Marcelo José dos Santos e o suspeito de arquitetar o crime, ex-prefeito Adalberon de Moraes. A previsão é de que Moraes não compareça por ser foragido da Justiça.

Alagoas 24 horas,
19/04/06http://www.mp.al.gov.br/noticias/saiu_na_imprensa/Index.asp?vCod=1341

Concursos : Irregularidades em concurso público de Paripueira
em 15/05/2007 19:10:00 (167 leituras)
Ministério Público investiga supostas irregularidades em concurso público de Paripueira

O Ministério Público de Alagoas está investigando supostas irregularidades relacionadas ao concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Paripueira, através da empresa Dinâmica Consultoria, Assessoria e Eventos (razão social/NM Vilela de Carvalho), em março deste ano.

O procedimento administrativo de investigação foi instaurado pelos promotores de Justiça do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (Gecoc), em conjunto com o promotor de Justiça Cláudio Pinheiro.

A divulgação de duas listas de aprovados no site da empresa organizadora – uma no dia 2 e outra no dia 11 de abril – chamou a atenção do MP alagoano. O detalhe, segundo os promotores de Justiça, é que na segunda lista foram inseridos nomes que não apareciam na primeira divulgação. Entre eles, o de um ex-vereador do município.

Outro fato que chamou a atenção é que, na segunda lista, havia muitos aprovados com sobrenomes ligados à família do prefeito da cidade, Carlos Henrique Fontan Manso, que deve ser notificado para apresentar ao MP documentos relacionados a todo o processo de realização do concurso.

Fonte: MP

Notícia Anterior - Próxima Notícia

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPL .IRA

Av. Major Luiz Cavalcante, 147
PARIPUEIRA - AL
C.N.P.J.: 35.561.471/0001-53

Dezembro/2005

Demonstrativo de Despesas

Valores expressos em R$ 1,00

CÓDIGOS / DESCRIÇÕES	FONTE DE RECURSO	FIXADA	CRÉDITOS ADICIONAIS	ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES	TOTAL DA FIXADA	EMPENHADA NO MÊS	EMPENHADA ATÉ O MÊS	LIQUIDADA NO MÊS	LIQUIDADA ATÉ O MÊS	PAGA NO MÊS	PAGA ATÉ O MÊS	EMPENHADO NÃO PAGO	SALDO DISPONÍVEL
06.61.000 - FUNDO DE MANUT. E DES. ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDEF													
12.361.003.2.013 - Manutenção do FUNDEF 60%													
3.1.9.0.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal C	2	595.500,00	31.792,18	0,00	627.292,18	311.759,04	621.320,32	311.759,04	621.320,32	339.982,01	621.320,32	0,00	5.971,86
3.1.9.0.13.00 - Obrigações Patronais	2	125.315,00	46.679,26	0,00	171.994,26	97.232,77	171.994,26	97.232,77	171.994,26	97.232,77	171.994,26	0,00	0,00
TOTAL DA ATIVIDADE		720.815,00	78.471,44	0,00	799.286,44	408.991,81	793.314,58	408.991,81	793.314,58	437.214,78	793.314,58	0,00	5.971,86
12.361.003.2.014 - Manutenção do FUNDEF 40%													
3.1.9.0.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal C	2	231.544,00	0,00	0,00	231.544,00	36.946,56	210.157,68	36.946,56	210.157,68	53.797,28	210.157,68	0,00	21.386,32
3.1.9.0.13.00 - Obrigações Patronais	2	40.000,00	12.047,82	0,00	52.047,82	10.625,46	52.047,82	10.625,46	52.047,82	10.625,46	52.047,82	0,00	0,00
3.3.9.0.14.00 - Diárias - Pessoal Civil	2	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
3.3.9.0.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes	2	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
3.3.9.0.30.00 - Material de Consumo	2	146.000,00	0,00	0,00	146.000,00	39.404,15	82.652,15	39.404,15	82.652,15	39.404,15	82.652,15	0,00	63.347,85
3.3.9.0.32.00 - Material de Distribuição Gratuita	2	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
3.3.9.0.36.00 - Outros Serv. d: Terceiros - Pessoa Física	2	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	527,00	7.329,60	527,00	7.329,60	527,00	7.329,60	0,00	2.670,40
3.3.9.0.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juric	2	32.000,00	108.184,85	0,00	140.184,85	109.731,00	140.184,85	109.731,00	140.184,85	109.731,00	140.184,85	0,00	0,00
4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	2	12.000,00	23.400,00	0,00	35.400,00	8.400,00	35.400,00	8.400,00	35.400,00	8.400,00	35.400,00	0,00	0,00
TOTAL DA ATIVIDADE		480.544,00	143.632,67	0,00	624.176,67	205.634,17	527.772,10	205.634,17	527.772,10	222.484,89	527.772,10	0,00	96.404,57
TOTAL DA UNIDADE:		1.201.359,00	222.104,11	0,00	1.423.463,11	614.625,98	1.321.086,68	614.625,98	1.321.086,68	659.699,67	1.321.086,68	0,00	102.376,43
TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA		1.201.359,00	222.104,11	0,00	1.423.463,11	614.625,98	1.321.086,68	614.625,98	1.321.086,68	659.699,67	1.321.086,68	0,00	102.376,43
TOTAL GERAL DA DESPESA		1.201.359,00	222.104,11	0,00	1.423.463,11	614.625,98	1.321.086,68	614.625,98	1.321.086,68	659.699,67	1.321.086,68	0,00	102.376,43
R E S U M O:													
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		1.189.359,00	198.704,11	0,00	1.388.063,11	606.225,98	1.285.686,68	606.225,98	1.285.686,68	651.299,67	1.285.686,68	0,00	102.376,43
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		12.000,00	23.400,00	0,00	35.400,00	8.400,00	35.400,00	8.400,00	35.400,00	8.400,00	35.400,00	0,00	0,00
TOTAL DA RESERVA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PARIPUEIRA-AL, 30 de dezembro de 2005.

CARLOS HENRIQUE FONTAN C. MANSO
PREFEITO

ANA MARIA MONTEIRO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

IZABEL CRISTINA TELES GONÇALVES
TÉCNICA EM CONTABILIDADE
CRC/AL N. 5130/O

TRIBUNAL DE CONTAS Fls: 03

DE PARIPUEIRA Fls. 03 RUBRICA

ESTADO DE ALAGOAS

BALANCETE DA DESPESA

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PARIPUEIRA
MÊS: DEZEMBRO

EXERCÍCIO: 2003

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	DESPESA EMPENHADA			DESPESA PAGA			A PAGAR ATÉ ESTE MÊS
	ATÉ MÊS ANTERIOR	NESTE MÊS	ATÉ ESTE MÊS	ATÉ MÊS ANTERIOR	NESTE MÊS	ATÉ ESTE MÊS	
# DESPESA ORÇAMENTÁRIA:							
06 - SECRETARIA DE EDUCACAO							
061 - FUNDEF - FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZACAO DO MAGISTERIO							
060611236100031005 - CONSTRUCAO / REFORMA DE ESCOLAS - FUNDEF							
4490.51.00/2 - OBRAS E INSTALACOES	1.896,45	30,00	1.926,45	1.896,45	30,00	1.926,45	0,00
TOTAL : 060611236100031005	1.896,45	30,00	1.926,45	1.896,45	30,00	1.926,45	0,00
060611236100032013 - FUNDEF - 60%							
3190.04.00/2 - CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO -P.CIVIL	17.970,53	1.815,12	19.785,65	17.970,53	1.815,12	19.785,65	0,00
3190.11.00/2 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PES.CIVIL	405.973,76	60.622,87	466.596,63	369.655,65	96.940,98	466.596,63	0,00
3190.13.00/2 - OBRIGACOES PATRONAIS	68.952,68	26.306,43	95.259,11	68.952,68	26.306,43	95.259,11	0,00
3390.36.00/2 - OUTROS SERVICOS DE TERC.-PESSOA FISICA	1.224,00	0,00	1.224,00	1.224,00	0,00	1.224,00	0,00
TOTAL : 060611236100032013	494.120,97	88.744,42	582.865,39	457.802,86	125.062,53	582.865,39	0,00
060611236100032014 - FUNDEF - 40%							
3190.11.00/2 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PES.CIVIL	180.246,83	26.013,31	206.260,14	162.638,47	43.621,67	206.260,14	0,00
3190.13.00/2 - OBRIGACOES PATRONAIS	16.767,74	10.371,42	27.139,16	16.767,74	10.371,42	27.139,16	0,00
3390.18.00/2 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390.30.00/2 - MATERIAL DE CONSUMO	58.751,24	6.415,00	65.166,24	58.751,24	6.415,00	65.166,24	0,00
3390.36.00/2 - OUTROS SERVICOS DE TERC.-PESSOA FISICA	5.808,78	930,00	6.738,78	5.348,78	1.390,00	6.738,78	0,00
3390.39.00/2 - OUTROS SERVICOS DE TERC.-PESSOA JURIDICA	69.856,66	11.227,82	81.084,48	69.856,66	6.227,82	76.084,48	5.000,00
3390.92.00/2 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490.52.00/2 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	36,00	0,00	36,00	36,00	0,00	36,00	0,00
TOTAL : 060611236100032014	331.467,25	54.957,55	386.424,80	313.398,89	68.025,91	381.424,80	5.000,00
TOTAL : 061	827.484,67	143.731,97	971.216,64	773.098,20	193.118,44	966.216,64	5.000,00
TOTAL : 06	827.484,67	143.731,97	971.216,64	773.098,20	193.118,44	966.216,64	5.000,00
TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	827.484,67	143.731,97	971.216,64	773.098,20	193.118,44	966.216,64	5.000,00

JUNHO

Assembléia Geral 28 28/07/05

sábado

Pauta

*Salário Família
*Administrativo recebendo menos que o salário mínimo
*Escola Pedro Rays e Mª das Graças transporte, merenda, cantina e professor, lâmpada ventilador.

JUNHO

29

DIA DE FLORIANO PEIXOTO

domingo

*Evasão escolar
*Critérios de transferência de funcionários.
*Aumento de carga horária de professores do quadro.
*Salário Transporte (Vale)
Cópia da lei do aumento aprovado pela câmara.
*Salário unificado

30 JUNHO

segunda

*Regulamentação do repasse do INSS
*Junta Médica (Quem é a junta? Onde funciona?)
*Coordenação p/ 1º Ginásio Mª das graças, direção (presença efetiva) e vasão

SINTEAL SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS

FILIADO À CNTE/CUT

Fundado em 22 de novembro de 1988 - Registro nº 0435 - C. G. C.: 24.312.928/0001-70 - Av. Major Cícero de Góis Monteiro, 2339 - Mutange - CEP.: 57017-320 - Maceió
Fone: (82) 221-0893 - Fax: (82) 221-8738 - site: www.sinteal.org.br - e-mail: sinteal@sinteal.org.br

Ofício/SINTEAL Nº 409/2005

Maceió, 28 de julho de 2005

Excelentíssimo Senhor Prefeito

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas – SINTEAL vem solicitar a retomada da mesa de negociação entre este Sindicato e a Administração Pública do município de Paripueira tendo em vista que vários itens precisam ser discutidos e negociados devido à importância de se encontrar soluções para o andamento adequado para educação pública municipal.

É sabido por Vossa Excelência que desde o ano de 2004 esse espaço de discussão foi fechado não por opção da categoria, e que é urgente que o diálogo se estabeleça para encontrarmos juntos respostas e ações concretas para o desenvolvimento da Educação e Valorização dos trabalhadores da Educação deste município.

Neste sentido, solicitamos audiência com Vossa Excelência e a Senhora Secretária de Educação em caráter de urgência para tratarmos da pauta abaixo relacionada:

1. Revisão do PCC (instituir comissão)
2. Aplicação do Plano de Cargos e Carreira em vigor:
   - Concessão de progressão de nível
   - Concessão de progressão de classe.
   - Qüinqüênio
   - Adicional noturno
   - Difícil acesso.

1. Reajuste salarial anual
2. Correção do salário do pessoal de apoio e administrativo
3. 1/3 de férias do professor
4. salário-família
5. PASEP
6. Auxílio natalidade
7. Pagamento do salário atrasado
8. Vale transporte
9. Definição do calendário de pagamento no mês trabalhado

10 - Falta de professor de Port. Mat. Ing. Ciênc. e Artes - 5ª a 8
11 - 6 meses sem transporte p/ alunos das fazendas. (Falt
12 - Ed. Infantil - recebirá quando (?)
13 - Pagamento de pessoas contratadas que trabalha-

...el Rosa Fernandes (Professora)
...ilvia Nascimento da Silva (Professora)
Delma Nascimento da Silva (Professora)
Nancy Ventura Almeida de Souza (Professora)
Maria José dos Santos Anjos (serviços diversos)
Salange Monteiro L. Nunes. (" ")
Edgeine Mª de Lima Silva (Secretária)
Néia L. dos S. Silva
Ruth de Oliveira Barros (Professora)
Ivone Gomes dos Santos

Pais dos alunos:
José Wellington da Silva
Leandro Felix das Santos Silva
Paliane dos Santo Santiago
João Joaquim dos Santos neto
Natanael Santo Ferreira
Edileusa da Conceição
Ivete Maria dos Santos
Cicero de Lima.
Raquel Santo da Silva
José Benidito dos Santos
João Manuel dos Santos
José Benidito Firmino dos Santos
Cândida Maria
Maria Selma Cordeiro Andrade
Maria Valdizelia Alves Gonçalves
Sofia dos Santo Yolena
Antera Francisca da Silva
João Carlos de

...sinaturas dos funcionários da Educação.
Escolas: Dr. Pedro Reis, Maria das Graças, Dom Pedro I e Alfredo Leandro

Roseane Maria da Silva Alencar
Rosélia Ferreira Barbosa
Claudia Barros Frio

Lucia Vanda Pereira de Menzonça
Josefa da Costa Barros
Denise Maria Melo da Silva
Márcia Saraiva de Holanda
Ilda Célia F. do Nascimento
Katyana Olga Gomes
Maria José Lima dos Santos
Nilda da Silva
Jaqueline R. da Silva
Marilene Santos da Silva
Maria Roseane Alencar Rodrigues
Maria Tavi dos Santos
Silvia Santos de Lima
Gedida Cassiano da Rocha Agostinho

Maura Luzia dos Santos
Nilda Santos de Vasconcelos
Kátia Viviane Rodrigues da Silva
Somaya ~~Peixoto~~ Peixoto dos Santos
Marina Silva dos Santos
~~Joelma Lins de Araujo~~
Joelma Araujo Lins
Sandra Maria dos Santos
Nilvania Acioli Dias

SINTEAL SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS
FILIADO À CNTE/CUT
Fundado em 22 de novembro de 1988 - Registro n 0435 - C. G. C.: 24.312.928/0001-70 - Av. Major Cícero de Góis Monteiro, 2339 - Mutange - CEP.: 57017-320 - Maceió
Fone: (82) 221-0893 - Fax: (82) 221-8738 - site: www.sinteal.org.br - e-mail: sinteal@sinteal.org.br

Ofício/SINTEAL Nº 632/2005 Maceió, 12 de Setembro de 2005

Excelentíssimo Senhor

Vimos, por meio deste, reiterar nosso pedido de **audiência urgente** com Vossa Excelência para que possamos tratar da solução de graves problemas que afligem a rede pública de educação municipal atualmente (abaixo elencados), prejudicando alunos, professores e demais trabalhadores em educação municipais.

*** Número insuficiente de carteiras escolares na Escola Pedro Reis (o que obriga os estudantes a "brigar" pelas poucas carteiras existentes!);**

*** Rede elétrica em péssimo estado (também na Escola Pedro Reis), que coloca em risco de vida quem freqüenta esta escola (alunos, professores e demais funcionários escolares).**

*** Falta de água (também na Escola Pedro Reis), que traz transtornos à comunidade escolar, principalmente no que diz respeito ao próprio consumo humano e na imprescindível utilização dos banheiros da escola.**

*** Atraso de 47 dias no pagamento do mês de agosto aos trabalhadores/as em educação – o que é inexplicável, visto que o município continua recebendo, mensal e regiamente, os recursos advindos do Fundef.**

Gostaríamos de ratificar que no dia 29 de julho passado enviamos os Ofícios de números 409 (endereçado a Vossa Excelência) e 410 (endereçado a Secretária Municipal de Educação, senhora Ana Maria Monteiro) pedindo a marcação de uma audiência. Infelizmente, estamos já na metade do mês de setembro – mais precisamente 47 dias após a entrega dos ofícios – e nenhuma audiência foi realizada.

Diante de uma situação que se agrava cada vez mais, esgota-se a cada dia a paciência de professores e demais trabalhadores em educação, insatisfação esta agora traduzida na decisão do magistério de parar suas

SINTEAL SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS
FILIADO À CNTE/CUT
Fundado em 22 de novembro de 1988 - Registro n 0435 - C. G. C.: 24.312.928/0001-70 - Av. Major Cícero de Góis Monteiro, 2339 - Mutange - CEP.: 57017-320 - Macei
Fone: (82) 221-0893 - Fax: (82) 221-8738 - site: www.sinteal.org.br - e-mail: sinteal@sinteal.org.br

atividades para exigir que a Prefeitura de Paripueira, de uma vez por todas, proceda as ações para tirar a educação municipal do grave quadro de crise e caos em que infelizmente se encontra.

Informamos também que já enviamos ao Ministério Público Estadual um ofício detalhando e pontuando a grave situação vivida por alunos, professores e demais trabalhadores em educação de Paripueira, solicitando do MP um acompanhamento rigoroso sobre o caso, além do apoio à luta do SINTEAL e dos trabalhadores municipais da educação.

Não há como *tapar o sol com peneira*! A situação aponta até mesmo para uma ameaça concreta de o ano letivo não chegar ao seu final, caso não sejam resolvidos com eficácia e decisão os problemas ora existentes. Esta solução passa também pelo diálogo entre, de um lado, a Prefeitura de Paripueira, e do outro lado, SINTEAL, magistério e demais trabalhadores em educação e o alunado.

Não abrir espaço para o diálogo é condenar de vez à educação pública municipal à falência.

O SINTEAL reitera novo pedido de audiência à Prefeitura municipal para que possamos debater as necessárias soluções que a educação de Paripueira exige.

Sem mais para o momento, esperamos pelo pronto atendimento ao pleito colocado.

Atenciosamente,

Girlene Lázaro da Silva
p/ Presidente do SINTEAL

Excelentíssimo Senhor
Carlos Henrique Fontan Cavalcanti Manso
Prefeito de Paripueira

SINTEAL SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS
FILIADO À CNTE/CUT
undado em 22 de novembro de 1988 - Registro n 0435 - C. G. C.: 24.312.928/0001-70 - Av. Major Cícero de Góis Monteiro, 2339 - Mutange - CEP.: 57017-320 - Maceió/A
Fone: (82) 221-0893 - Fax: (82) 221-8738 - site: www.sinteal.org.br - e-mail: sinteal@sinteal.org.br

Ofício/SINTEAL Nº 633/2005 Maceió, 12 de Setembro de 2005

Vimos, por meio deste, reiterar nosso pedido de **audiência urgente** com Vossa Excelência e com o Prefeito Carlos Henrique Fontam Cavalcanti Manso para que possamos tratar da solução de graves problemas que afligem a rede pública de educação municipal atualmente (abaixo elencados), prejudicando alunos, professores e demais trabalhadores em educação municipais.

*** Número insuficiente de carteiras escolares na Escola Pedro Reis (o que obriga os estudantes a "brigar" pelas poucas carteiras existentes!);**

*** Rede elétrica em péssimo estado (também na Escola Pedro Reis), que coloca em risco de vida quem freqüenta esta escola (alunos, professores e demais funcionários escolares).**

*** Falta de água (também na Escola Pedro Reis), que traz transtornos à comunidade escolar, principalmente no que diz respeito ao próprio consumo humano e na imprescindível utilização dos banheiros da escola.**

*** Atraso de 47 dias no pagamento do mês de agosto aos trabalhadores/as em educação – o que é inexplicável, visto que o município continua recebendo, mensal e regiamente, os recursos advindos do Fundef.**

Gostaríamos de ratificar que no dia 29 de julho passado enviamos os Ofícios de números 409 (endereçado ao Prefeito Carlos Manso) e 410 (endereçado a Vossa Excelência) pedindo a marcação de uma audiência. Infelizmente, estamos já na metade do mês de setembro – mais precisamente 47 dias após a entrega dos ofícios – e nenhuma audiência foi realizada.

Diante de uma situação que se agrava cada vez mais, esgota-se a cada dia a paciência de professores e demais trabalhadores em educação, insatisfação esta agora traduzida na decisão do magistério de parar suas atividades para exigir que a Prefeitura de Paripueira, de uma vez por todas,

dado em 22 de novembro de 1988 - Registro n 0435 - C. G. C.: 24.312.928/0001-70 - Av. Major Cícero de Góis Monteiro, 2339 - Mutange - CEP.: 57017-320 - Maceió
Fone: (82) 221-0893 - Fax: (82) 221-8738 - site: www.sinteal.org.br - e-mail: sinteal@sinteal.org.br

proceda as ações para tirar a educação municipal do grave quadro de crise e caos em que infelizmente se encontra.

Informamos também que já enviamos ao Ministério Público Estadual um ofício detalhando e pontuando a grave situação vivida por alunos, professores e demais trabalhadores em educação de Paripueira, solicitando do MP um acompanhamento rigoroso sobre o caso, além do apoio à luta do SINTEAL e dos trabalhadores municipais da educação.

Não há como *tapar o sol com peneira*! A situação aponta até mesmo para uma ameaça concreta de o ano letivo não chegar ao seu final, caso não sejam resolvidos com eficácia e decisão os problemas ora existentes. Esta solução passa também pelo diálogo entre, de um lado, a Prefeitura de Paripucira, e do outro lado, SINTEAL, magistério e demais trabalhadores em educação e o alunado.

Não abrir espaço para o diálogo é condenar de vez à educação pública municipal à falência.

O SINTEAL reitera novo pedido de audiência à Prefeitura municipal para que possamos debater as necessárias soluções que a educação de Paripueira exige.

Sem mais para o momento, esperamos pelo pronto atendimento ao pleito colocado.

Atenciosamente,

Gilene Lazaro da Silva
Presidente do SINTEAL

Excelentíssima Senhora
Ana Maria Monteiro
Secretária Municipal de Educação de Paripueira

SINTEAL SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS
FILIADO À CNTE / CUT
ndado em 22 de novembro de 1988 - Registro n 0435 - C. G. C.: 24.312.928/0001-70 - Av. Major Cícero de Góis Monteiro, 2339 - Mutange - CEP.: 57017-320 - Maceió/A
Fone: (82) 221-0893 - Fax: (82) 221-8738 - site: www.sinteal.org.br - e-mail: sinteal@sinteal.org.br

Ofício/SINTEAL N° 634/2005 Maceió, 12 de Setembro de 2005

Excelentíssimo Senhor

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas – SINTEAL vem por meio deste relatar problemas ora existentes na rede pública municipal de educação de Paripueira, que pedem respostas urgentes da administração municipal, respostas essas que infelizmente não estão acontecendo, dado o descaso e a inércia da Prefeitura e da própria Secretaria Municipal de Educação.

Pedimos a atenção deste Ministério Público para os seguintes fatos:

* Número insuficiente de carteiras escolares na Escola Pedro Reis (o que obriga os estudantes a "brigar" pelas poucas carteiras existentes!);

* Rede elétrica em péssimo estado (também na Escola Pedro Reis), que coloca em risco de vida quem freqüenta esta escola (alunos, professores e demais funcionários escolares).

* Falta de água (também na Escola Pedro Reis), que traz transtornos à comunidade escolar, principalmente no que diz respeito ao próprio consumo humano e na imprescindível utilização dos banheiros da escola.

* Atraso de 47 dias no pagamento do mês de agosto aos trabalhadores/as em educação – o que é inexplicável, visto que o município continua recebendo, mensal e regiamente, os recursos advindos do Fundef.

* Falta de merenda escolar.

Gostaríamos de ratificar que no dia 29 de julho passado enviamos os Ofícios de números 409 (endereçado ao Prefeito Carlos Manso) e 410 (endereçado a Secretária Municipal de Educação) pedindo a marcação de uma audiência. Infelizmente, estamos já na metade do mês de setembro – mais precisamente 47 dias após a entrega dos ofícios – e nenhuma audiência foi realizada.

MPU/MPT - PRT 19ª REGIÃO
PROTOCOLO
Nº 1707
13/09/05 13:40

SINTEAL SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS
FILIADO À CNTE/CUT
ndado em 22 de novembro de 1988 - Registro n 0435 - C. G. C.: 24.312.928/0001-70 - Av. Major Cícero de Góis Monteiro, 2339 - Mutange - CEP.: 57017-320 - Maceió/AL
Fone: (82) 221-0893 - Fax: (82) 221-8738 - site: www.sinteal.org.br - e-mail: sinteal@sinteal.org.br

Diante de uma situação que se agrava cada vez mais, esgota-se a cada dia a paciência de professores e demais trabalhadores em educação, insatisfação esta agora traduzida na decisão do magistério de parar suas atividades para exigir que a Prefeitura de Paripueira, de uma vez por todas, proceda as ações para tirar a educação municipal do grave quadro de crise e caos em que infelizmente se encontra.

Não há como *tapar o sol com peneira*! A situação aponta até mesmo para uma ameaça concreta de o ano letivo não chegar ao seu final, caso não sejam resolvidos com eficácia e decisão os problemas ora existentes. Esta solução passa também pelo diálogo entre, de um lado, a Prefeitura de Paripueira, e do outro lado, SINTEAL, magistério e demais trabalhadores em educação e o alunado.

Diante desse quadro caótico vivido pelos trabalhadores em educação, alunos e seus familiares, é que pedimos o necessário e competente acompanhamento deste MP, e mesmo o apoio à nossa luta.

Move-nos, enquanto entidade representativa dos trabalhadores em educação, o interesse de ver resolvidos o quanto antes os problemas da educação no município de Paripueira, em respeito ao alunado, à categoria e à população em geral.

Na certeza de que o nosso pleito será levado em consideração por este competente órgão,antecipamos os nossos sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Girlene Lázaro da Silva
Presidente do SINTEAL

Excelentíssimo Senhor
Drº Coaracy da Mata Fonseca
Procurador geral do Estado de Alagoas
NESTA

SINTEAL SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO DE ALAGOA
FILIADO À CNTE / CUT
Fundado em 22 de novembro de 1988 - Registro n 0435 - C. G. C.: 24.312.928/0001-70 - Av. Major Cícero de Góis Monteiro, 2339 - Mutange - CEP.: 57017-320 - Mac
Fone: (82) 221-0893 - Fax: (82) 221-8738 - site: www.sinteal.org.br - e-mail: sinteal@sinteal.org.br

Diante de uma situação que se agrava cada vez mais, esgota-se a cada dia a paciência de professores e demais trabalhadores em educação, insatisfação esta agora traduzida na decisão do magistério de parar suas atividades para exigir que a Prefeitura de Paripueira, de uma vez por todas, proceda as ações para tirar a educação municipal do grave quadro de crise e caos em que infelizmente se encontra.

Não há como *tapar o sol com peneira*! A situação aponta até mesmo para uma ameaça concreta de o ano letivo não chegar ao seu final, caso não sejam resolvidos com eficácia e decisão os problemas ora existentes. Esta solução passa também pelo diálogo entre, de um lado, a Prefeitura de Paripueira, e do outro lado, SINTEAL, magistério e demais trabalhadores em educação e o alunado.

Diante desse quadro caótico vivido pelos trabalhadores em educação, alunos e seus familiares, é que pedimos o necessário e competente acompanhamento desta PRT, e mesmo o apoio à nossa luta.

Move-nos, enquanto entidade representativa dos trabalhadores em educação, o interesse de ver resolvidos o quanto antes os problemas da educação no município de Paripueira, em respeito ao alunado, à categoria e à população em geral.

Na certeza de que o nosso pleito será levado em consideração por este competente órgão, antecipamos os nossos sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Girlene Lázaro da Silva
Presidente do SINTEAL

Excelentíssima Senhor
Drº Antônio de Oliveira Lima
Procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho (19ª Região)
NESTA

2

SINTEAL SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS
FILIADO À CNTE/CUT
Fundado em 22 de novembro de 1988 - Registro n 0435 - C. G. C.: 24.312.928/0001-70 - Av. Major Cicero de Góis Monteiro, 2339 - Mutange - CEP.: 57017-320 - Maceió/AL
Fone: (82) 221-0893 - Fax: (82) 221-8738 - site: www.sinteal.org.br - e-mail: sinteal@sinteal.org.br

Oficio/SINTEAL Nº 714/2005

Maceió, 13 de outubro de 2005

Excelentíssima Senhora

O SINTEAL – Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas, conforme a audiência realizada no dia 10/10 com o Ministério Público Estadual, OAB/AL – SINTEAL e representantes da Administração Pública Municipal, que definiu a realização de uma assembléia da categoria convocada pela entidade representativa até quinta-feira, dia 13/10, informa que a Assembléia foi realizada na data acima citada, (quinta-feira) com início as 10:30h na Escola D. Pedro I onde após explicações necessárias, elegeu os trabalhadores da Educação abaixo relacionados para a representação no Conselho Municipal de Alimentação Escolar: (CAE)

Magistério:

- **Titular:** Professora – **Maria José Lima dos Santos** – Escola Municipal Dr. Pedro A Martins Reys
- **Suplente:** Professora – **Nancy Ventura Almeida de Souza** – Escola Municipal D. Pedro I

Funcionários:

- **Titular:** Auxiliar Administrativo – **Izaildo Barbosa da Silva** – Escola D. Pedro I.
- **Suplente:** Vigia – **José Aureliano da Silva Júnior** – Escola D. Pedro A Martins Reys.

Certos de estarmos cumprindo com nossa parcela de responsabilidade, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Girlene Lázaro da Silva
Presidente - SINTEAL

EXMA. SENHORA
ANA MARIA MONTEIRO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DE PARIPUEIRA

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR RENAN CALHEIROS

Brasília, 19 de janeiro de 2006

OFÍCIO GSRN - Nº 002/06

Caro (a) Vereador (a),

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, executado pelo FNDE/MEC, por meio da transferência de recursos financeiros aos Municípios, tem garantido a alimentação escolar dos alunos da educação infantil e do ensino fundamental, inclusive de escolas indígenas e das localizadas em comunidades quilombolas.

O repasse dos recursos financeiros é feito pelo FNDE, desde que o Município comprove a existência do regular mandato de seu Conselho de Alimentação Escolar (CAE), a quem cabe acompanhar e fiscalizar a execução do Programa local.

A propósito, considerando a importância do legislativo municipal entre os segmentos representativos na indicação dos membros do Conselho, encaminhamos os procedimentos para renovação do CAE desse Município uma vez que os registros do FNDE – www.fnde.gov.br - indicam que o referido Conselho encontra-se com mandato vencido, o que poderá implicar a suspensão dos recursos no presente exercício.

Nesta oportunidade, aproveito para informar que o assunto foi igualmente transmitido ao Prefeito Municipal.

CONTE COMIGO

RENAN CALHEIROS
SENADOR DA REPÚBLICA

VEREADOR CLAUDIONOR DA SILVA JÚNIOR
CÂMARA MUNICIPAL
PARIPUEIRA / AL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

ATA DE REUNIÃO

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de maio do ano 2006, às 14h, reuniram-se no auditório da sede da Procuradoria da República em Alagoas os Procuradores da República **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY** e **RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA** e uma comissão composta por 24 Professores do Município de Paripueira, conforme lista de presença, para tratar de questões pertinentes ao procedimento administrativo 1.11.000.000510/2005-61, que trata de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE no Município de Paripueira. Iniciada a reunião os representantes do Ministério Público teceram considerações acerca do uso das verbas repassadas pela União, já que o MPF só possui atribuição no que concerne a recursos federais. Ato contínuo foi abordado o assunto alusivo à **merenda escolar.** Os presentes asseveraram que desde que o prefeito assumiu, a merenda escolar é servida irregularmente ou não é servida. A qualidade dos alimentos é péssima. Durante semanas a merenda restringe-se a Kisuco com biscoito. Que em razão disso tem ocorrido uma enorme evasão escolar. Que quando havia no cardápio cuscuz com almôndega ou algo a ser cozido, a merenda não era servida sob a alegação de que faltava gás. Que com exceção dos primeiros quatro meses em que a secretária de Educação era MARIA SANTANA, nunca houve merenda decente. A secretária foi exonerada pelo Prefeito. Que por ocasião da Operação Guabirú faltou de vez a merenda. Que a prefeitura, sorrateiramente, mandou um carro para uma escola para buscar e jogar fora macarrão com prazo de validade vencido. Que durante o ano de 2005 o Município não recebeu recursos. Que não obstante ter recebido os recursos do PNAE em 2006, consoante documento ora juntado, nesse ano ainda não foi servidos merenda em nenhum dia na rede escolar. Que os presentes indagaram a Secretária de Educação ANA MARIA MONTEIRO acerca da falta de merenda este ano já que os recursos já estão na conta do Município. Ela respondeu que estava providenciando nutricionista e cotação(*sic*) de preço. Que com relação ao Conselho de Merenda Escolar – CAE –, ele só existe no papel. Todos os representantes são escolhidos pelo Prefeito. Que quando os Professores fizeram reunião para escolha de seu representante para o CAE, o prefeito não aceitou a indicação e escolheu por conta própria o representante. Que inclusive vão encaminhar ao Ministério Púbiico cópia da ata e do documento protocolado. Decidiu o MPF oficiar ao Município requisitando a Portaria do CAE e todas as atas de reunião para escolha dos representantes. Dando

Av. Fernandes Lima, 3296 - Farol - Maceió/AL. - CEP 57050-000
Fones: (082)218-1400/218-1408 Fax: 218-1424 E-mail: pral@.fapeal.br

continuidade aos trabalhos, abordou-se questão alusiva ao PNATE, ocasião em que todos afirmaram que o transporte é totalmente irregular. Dá-se de forma precária, já que os veículos estão maior parte do tempo quebrados. Que o ônibus que transporta os alunos encontra-se em péssimo estado, com vidros quebrados, sem poltrona, janelas danificadas e com pneus lisos. o que põe em risco a vida dos alunos. Pela falta de transporte é elevada a evasão escolar. Os alunos de Suaçuhy têm o transporte custeado pelos pais, já que inexiste alternativa. Que há um ônibus amarelo com logotipo da Prefeitura. Nele são lidos os verbetes "Prefeitura" e "Educação". É utilizado para transportar universitários, vestibulandos e funcionários para Maceió. Decidiu o MPF oficiar ao Município requisitando as licitações alusivas ao transporte escolar, relação de veículos utilizados e empresas contratadas, bem como dados sobre se há veículos adquiridos com recurso oriundos do MEC. Que não existem alunos sendo transportados em veículos de passeio ou de pequeno porte. Em seguida foi abordado o assunto alusivo ao estado das escolas e condições dos alunos, os quais não tem água potável para beber. Inexiste material de limpeza ou higiene. Não há papel higiênico nem sabão para lavar mãos. Que a iluminação é péssima já que inexiste reposição de lâmpadas queimadas. Que os recursos do PDDE não são aplicados na melhoria e manutenção das escolas. Que a diretora utilizava os recursos de forma aleatória e pedia para os representes do Conselho assinar a prestação de contas sem apresentá-las aos mesmos. Quanto às verbas do FUNDEF, afirmaram que o prefeito nunca demonstrou qual a sobra real a ser repartida no final do ano. Que sete professores do ensino fundamental não recebem as verbas das sobras anuais do FUNDEF(Rosélia Ferreira Barbosa, Josefa da Costa Barros, Vera Lúcia dos Santos Silva, Nilma Nascimento da Silva, Delma Nascimento da Silva, Aída Rodrigues Lima, Lúcia Vanda Pereira de Oliveira, Roseane Maria Pacheco da Silva, Janice Lins de Araújo). Que as verbas do FUNDEF são usadas para pagar pessoas que não trabalham no ensino fundamental. Que nunca foi feita a capacitação requerida pelo FUNDEF. Decidiu o MPF oficiar ao Município de Paripueira requisitando lista dos funcionários pagos com a verba do FUNDEF, dados relativos á sobra de final do ano do FUNDEF, dados relativos à capacitação dos professores do FUNDEF, informações específicas sobre as razões do não recebimento das verbas do FUNDEF pelas pessoas enumerados acima. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião lavrando-se a presente ata que, após lida e achada conforme, será por todos assinada em duas vias de igual teor e forma. Os signatários da lista de presença anexa atestam que o teor dessa ata corresponde ao de suas declarações ao Ministério público Federal prestadas na data de hoje.

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY
Procuradora da República

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA
Procuradora da República

SINTEAL SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS
Fundado em 22 de novembro de 1988 - Registro n 0435 - FILIADO À CNTE/CUT
Rua Major Cícero de Góis Monteiro, 2339 - Mutange - CEP:: 57017-320 - Maceió/AL
Fone: (82) 221-0893 - Fax: (82) 221-8738 - site: www.sinteal.org.br - e-mail: sinteal@sinteal.org.br

Ofício/SINTEAL Nº 448/2006 Maceió, 4 de agosto de 2006

Excelentíssimo Senhor,

O Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas – SINTEAL, ao cumprimentá-lo, comunica que por não ter havido até o momento nenhuma iniciativa por parte do poder executivo municipal no sentido de discutir com a categoria uma proposta de reajuste anual, realizamos uma assembléia e construímos uma pauta reivindicatória no sentido de realizarmos de forma democrática uma negociação que venha realizar um processo de valorização profissional-salarial dos trabalhadores da educação.

Neste sentido e diante da necessidade de encontrarmos as respostas de ações concretas, pois já estamos no segundo semestre de 2006, e ainda temos os salários sem reajuste, inclusive os funcionários de apoio e administrativos recebendo salários abaixo do mínimo, apresentamos a nossa proposta e solicitamos de Vossa Excelência o apoio e empenho na intermediação para audiência e aprovação da mensagem, defendendo o pleito das/os trabalhadoras/es, pelo papel fundamental que tem essa casa legislativa.

Nossa pauta:

1- reajuste anual de 25%
2- pagamento de: progressão e enquadramento por nova titulação, férias, qüinqüênio (conforme lei municipal- Plano de Cargos e Carreira dos Trabalhadores da Educação), entre outros.

Certos do apoio e compreensão de Vossa Excelência para com a justeza do nosso pleito, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Gilene Lázaro da Silva
Presidente - SINTEAL

EXMO SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA DE PARIPUEIRA
BENEDITO JOSÉ FERREIRA DE PAULA

CÂMARA MUNICIPAL DE P RIPUEIRA
RECEBI EM 09 / 08 / 2006
Ass: Claudina Silva

Tensão, violência e indícios de corrupção marcam a educação em Alagoas

Relatoria Nacional para o Direito à Educação ouviu representantes do Executivo e do Judiciário, visitou cidades do interior e reuniu-se com organizações da sociedade civil entre os dias 18 e 21 de novembro de 2003

Relatoria Nacional para o Direito à Educação ouviu representantes do Executivo e do Judiciário, visitou cidades do interior e reuniu-se com organizações da sociedade civil entre os dias 18 e 21 de novembro de 2003

Transferências compulsórias, cerceamento à organização sindical e aos direitos funcionais. Estas são algumas das violências sofridas por profissionais da educação de Alagoas e denunciadas ao relator nacional para o Direito à Educação, Sérgio Haddad, durante sua visita ao estado, entre os dias 18 e 21 de novembro. A visita foi acompanhada por diversas entidades da sociedade civil - sindicatos, representantes de conselhos, Comitê Alagoano da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, movimentos sociais -, além de jornalistas.

Creche comunitária em Alagoas falta de material pedagógico

O objetivo da missão foi averiguar as denúncias de irregularidades na utilização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), tornadas públicas em junho de 2003, quando o professor Paulo Henrique Bandeira, do município de Satuba, foi assassinado por suas denúncias quanto aos desvios de recursos federais destinados à educação, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PPDE). O prefeito Adalberon de Moraes (PTB) está preso sob acusação de ser o mandante do crime.

O caso reacendeu a polêmica em torno das escolas fantasmas - criadas para receber recursos -, que, desde 2001, vinham sendo investigadas por uma Comissão Administrativa de Inquérito da Secretaria de Educação. O trabalho da Comissão, que estava paralisado há quase dois anos, foi concluído em dois meses, e o relatório, encaminhado ao Ministério Público Estadual.

Em audiência com o relator Sérgio Haddad, o procurador geral de Justiça, Dilmar Camerino, afirmou que ainda não há conclusão do caso, porque o relatório enviado pela Secretaria de Educação afirmava que haviam "indícios" de irregularidades no funcionamento das escolas. Apesar de todas as provas apresentadas no documento, como fotos e relatórios de visitas in locu, o Ministério Público Estadual julgou necessária nova investigação, procedida agora pelos Promotores de Justiça nos municípios

Precariedade nas instalações e alunos fantasmas

Élcio Verçosa, presidente do Conselho Estadual de Educação, informou que as "escolas fantasmas" são o menor problema da educação em Alagoas pelo seu pequeno número. De acordo com ele, os maiores focos de utilização irregular dos recursos públicos estão no grande número de escolas que funcionam, regularmente, em locais absolutamente inadequados que, no entanto, recebem não apenas os recursos do Fundef, mas diversos outros, como o PPDE e a merenda escolar.

Em visita ao núcleo do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinteal), do município de Traipu, professoras confirmaram esta prática e relataram ainda que o poder público local forja o número de alunos matriculados para ampliar o valor do repasse. Há casos de turmas com mais de 80 matrículas, em que apenas 30 alunos freqüentando regularmente. A merenda escolar enviada mensalmente às escolas é suficiente para apenas 15 dias.

A Promotoria de Justiça de Traipu encaminhou o caso aos Ministérios Públicos Estadual e Federal afirmando que o prefeito Marcos Santos "vem praticando atos improbos, os quais vão desde perseguições a funcionários públicos, em especial professores, (...) até desvio de verbas federais direcionadas a programas específicos, como o Fundo de Participação do Município (FPM) e o Fundef".

Maria Áurea Pereira, presidente do núcleo do Sinteal, afirma ter sido vítima de perseguição em virtude das denúncias que fez, envolvendo o prefeito. Única professora licenciada em Geografia na cidade, Áurea foi transferida de uma escola na zona urbana, onde lecionava para turmas de quinta a oitava séries, para uma classe de alfabetização na zona rural.

Ouvido pelo relator Sérgio Haddad, o prefeito Marcos Santos nega as acusações e afirma ter sido o primeiro a denunciar o ex-prefeito pelo "esquema das escolas fantasmas" quando era vice-prefeito da cidade, na gestão passada. Santos garante que está tentando corrigir as falhas, reformando, construindo e equipando as escolas. Desde 2001, teriam sido construídas 24 novas salas de aula e 5 novas escolas, o que, segundo o prefeito, explicaria o alto número de matrículas: em 2003, constam 5.626 matrículas de primeira a quarta séries, 2.200 de quinta a oitava séries, 743 na pré-escola e 934 na educação de jovens e adultos (fase 1 do primeiro segmento), totalizando 9.503 matrículas. A população total da cidade é de 24 mil habitantes, o que significa que quase 40% freqüenta a rede municipal de ensino.

Medo em Satuba

Apesar de o prefeito Adalberon de Moraes (PTB) estar preso por ter sido mandante de dois assassinatos, um deles o do professor Paulo Henrique Bandeira, o clima na cidade de Satuba ainda é de medo e tensão. Ao receber o relator Sérgio Haddad, o prefeito José Zezito da Costa afirmou que temia estar "assinando seu atestado de óbito" em função de seu relato. O prefeito em exercício disse que não ter responsabilidade sobre as irregularidades praticadas por seu antecessor em relação aos recursos federais para a educação, embora exercesse a função de secretário de educação. "Era melhor assinar quando Adalberon mandava" disse.

Imprensa > Notícia

18/11/2003

CGU confirma denúncias do professor Bandeira, em Satuba

Quase 58% dos recursos federais fiscalizados pela Controladoria-Geral da União no município de Satuba, na metropolitana de Alagoas, apresentam indícios de irregularidades. De R$ 1,9 milhão fiscalizados, R$ 1,1 milhão considerados irregulares. Superfaturamento de obras, indícios de fraudes nas licitações e uso de empresas fi lideram as irregularidades constatadas pela equipe de auditores da CGU, que esteve no município entre os mes julho e agosto. As primeiras denúncias de irregularidades na aplicação de recursos do Fundef em Satuba foram pelo professor Paulo Henrique Costa Bandeira, assassinado no início de junho deste ano, logo após formali denúncias.

O ex-prefeito Adalberon de Morais Barros é acusado de ser o mandante do assassinato do professor e está aguardando julgamento. Além de Adalberon, encontram-se presos dois seguranças e o motorista do prefeito. Ada também é acusado de mandar matar o assessor parlamentar Jeams da Silva, em dezembro do ano passado. prefeito deve responder ainda por crimes de superfaturamento, estelionato, fraude em licitações, uso de notas frias e emprego irregular de verbas públicas. A Polícia Federal indiciou o ex-prefeito Flávio Rocha Barrc irregularidade na aplicação de recursos federais, e também Adalberon de Morais Barros, por crime contra a econômica e desvios de recursos do Fundef.

Esquema de fraudes

Em Satuba, as irregularidades envolvem a criação de empresas falsas, licitações simuladas, superfaturament orçamentos das obras ou do fornecimento de materiais e pagamento por obras não-realizadas. A operação é con quando a Prefeitura emite cheque em nome da empresa fantasma vencedora da licitação. Os cheques, já endos são sacados ou depositados por terceiros no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

Para reforçar as suspeitas dos auditores, foram constatados seis cheques da Caixa Econômica Federal, no valc de R$ 156 mil, emitidos à empresa Portal Construções Ltda. e creditados a um suposto sócio da construtora, qu realizado obras para o Programa de Infra-Estrutura Urbana – Proinfra (Ministério das Cidades).

Fundef

Com os recursos do Fundef, as irregularidades praticadas nas últimas administrações municipais vão desde a fa controle na execução do Programa Bolsa Família até licitações com indícios de fraudes e de superfaturamento. O Leandro da Silva, embora não tenha sido localizado no endereço informado e nem na escola onde estaria oficial matriculado, consta nos Relatórios de Freqüência, referentes ao 3º trimestre de 2002 e 2º trimestre de 2003, co tivesse freqüentando as aulas. Dos 79 cadastros analisados, 53 (67%) apresentaram falhas, como endereços localizados ou crianças já excluídas do Programa. O Bolsa Escola recebeu R$ 244 mil em 2002 e 2003. O Cor Municipal de Controle Social não é atuante e não estimula a participação dos seus conselheiros e da população.

Os fiscais constataram irregularidades em licitações realizadas nos anos de 1999, 2000, 2001 e 2003, referer aquisição de automóveis. De três empresas participantes de uma licitação para compra de transporte escolar, Costa França assinou como proprietário de duas, além de terem sido convidadas apenas empresas do m fabricante: Fiat Automóveis.

Todas as quatro empresas que participaram de uma licitação para aquisição de gêneros alimentícios, no valor de mil, apresentaram irregularidades. Os endereços das três perdedoras não existem. Uma delas é registra Secretaria da Fazenda como fornecedora de artigos de papelaria. Os fiscais constataram também indíci falsificação da Certidão Negativa de Débito da empresa Varejão Boa Vista Ltda., vencedora do certame.

Superfaturamento

Apesar de as denúncias do professor Bandeira se aterem aos recursos do Fundef, os auditores encontraram indíc